

Next Generation

Brasil

Setembro
de 2025



Agradecimentos

A pesquisa Next Generation Brasil não teria sido possível sem o engajamento e o apoio de inúmeras pessoas e organizações da sociedade brasileira que contribuíram de forma inestimável, compartilhando percepções e ajudando na disseminação do questionário. Expressamos nossa sincera gratidão a todas as pessoas envolvidas neste projeto desde a sua concepção.

British Council

Izzah Meyer

Gerente do Portfólio Next Generation, Global

Tom Birtwistle

Diretor Nacional, Brasil

Bárbara Cagliari Lotierzo

Chefe de Relações Externas e Desenvolvimento de Negócios, Brasil

Martin Diaz

Coordenador de Projetos de Engajamento Cultural

Ramon Santos

Coordenador de Projetos de Engajamento Cultural

Equipe de pesquisa

Sarah O'Sullivan

Diretora Executiva

Aline Coelho

Pesquisadora Sênior

Gustavo de Menezes

Pesquisador Associado

Helena Taborda Monahan

Pesquisadora Associada

Luisa Calixto

Pesquisadora Associada

Neuza Nascimento

Gerente de Relações com ONGs

Juliana Mol

Moderadora de Entrevistas

Luciana Buck

Moderadora de Grupos Focais

Josué José Guimarães de Araújo

Moderador de Grupos Focais

Christopher Billington da Silva

Gerente de Dados

Rosy MacQueen

Gerente de Design

Guilherme Watanabe

Líder de Design

Grupo Consultivo da Juventude

Amanda Soares

@pcdperigosa

Bia Santos

Barkus

Dandara Rudsan

RENFA

Fransuyle Farias

Jovens do Brasil

Gabriel Adami

SOS Pantanal

Gabriel Moraes

RenovaBR

Karoline Kass

Projeto SETA

Larissa da Silva Fontana

CONJUVE

Natália Di Ciero Leme Quadros

Fundação Arymax

Vic Argôlo

CEDENPA

Agradecimentos especiais a

AfroReggae; Aldo Moraes (Instituto Cultural Arte Brasil); Alessandro Luiz Pereira ; Aline Fernanda Alves Dias, Danielle Macedo da Fonseca & Luana Ramos Sidi (INES); Aparecida Santana; Atados; Brenda Santos (Junior Achievement Brasil); Carlos Alberto Bezerra (Instituto Genivaldo Nogueira); Cleber Ribeiro de Souza (Uniperiferias / IMJA); Daniela Araújo (Grupo AdoleScER); Elaine Souza (NUPDEC); Eraldo Noronha (Associação Voar); Ester Farias (Jovens Pela Diferença); Fabiana Rosa & Rebeca de Souza (Lupa do Bem); Francisco Silva (ELAFAV); Giovanna Calisto (PVP Bom Pastor); Gisele Lasserre (Tech Girls); Jare Pinage (Engajamundo); Jefferson Rodrigues (Ozipa Criativa); João Martins Coelho - Miudinho (Equipe Brasil Boxe); Josy Falcão; Jurema Duarte (JAMDS); Jurema Nunes de Oliveira (Aldeia Mata Verde Bonita); Laerte Breno (Unifavela); Mara Gabrilli (Mara Gabrilli Institute); Márcio Lima (CUFA-Bahia); Marcone Ribeiro (Coque Connecta); Marize Vieira de Oliveira (Associação Indígena Aldeia Maracanã); Metrô DF; Metrô Rio; Metrô SP; Metrofor; Nayara Bazzoli (Juventudes Potentes / United Way Brasil); Nilcimar M. Silvestre dos Santos Cunha & Shaiene Santos de Paula (AMAC); Priscila Araújo; Rafael Parente (Instituto Salto); Renée Zicman (Faubai); Sabrina Ceia; Teacher Lobo (Educar para Transformar); Vando Vieira (Um Passo a Mais Capoeira); Vandrê Brilhante (CIEDS); Victor Leta & Rennan Leta (Casa Favela); Vitória Behs (ASID Brasil).

Aviso Legal

As opiniões expressas são de responsabilidade dos autores e colaboradores, com base em ampla pesquisa e revisão de estudos e literatura relevantes, e não refletem necessariamente as opiniões do British Council.

Sumário

Prefácio	8
Resumo executivo	11
Contextualizando o Brasil contemporâneo	15
Brasil: um país, muitas realidades	16
Comparação entre as regiões do Brasil	18
Metodologia	19
Definição de categorias identitárias	22
Estrutura do relatório	24
Capítulo 1: Resiliência e identidades das juventudes	26
Identidades plurais	26
Violência cotidiana	31
Gênero e (des)equilíbrio	33
Uma cultura sexista	35
Resistência e resiliência	36
Iniciativas governamentais voltadas à igualdade racial	48
Identidade e resiliência da juventude: Principais achados da pesquisa	49
Capítulo 2: Educação, carreira e desigualdade digital	50
Contextualizando a educação brasileira	52
Iniciativas relacionadas à educação	53
Níveis educacionais entre as juventudes do Next Generation Brasil	54
Educação interrompida	56
Percepção dos jovens sobre sua educação	59
Desigualdade educacional	62
Demandas das juventudes para melhorar o sistema educacional	63
A desigualdade digital	65
Jovem aprendiz	68
Competências para empregabilidade	69
Educação, carreira e exclusão digital: Principais achados da pesquisa	72
Capítulo 3: Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade	74
Desemprego e mercado de trabalho	75
Adolescentes no mercado de trabalho	76
Avaliação do mercado de trabalho	77
O sonho de empreender	78
O custo de empreender	81
Grupos minoritários empurrados para a informalidade	86
Oportunidades criativas	90
Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade: principais achados da pesquisa	91

Capítulo 4: Engajamento político e social	92
Uma questão de confiança	92
Engajamento das juventudes e ativismo digital	94
Como alcançar as juventudes	98
Engajamento comunitário	100
Engajamento político e social: Principais achados da pesquisa	103
Capítulo 5: Desafios das mudanças climáticas	104
Um clima em transformação	104
Juventudes preocupadas	108
Demandas das juventudes ao governo	111
Desafios das mudanças climáticas: Principais achados da pesquisa	113
Capítulo 6: Um olhar para o futuro	114
Um senso de agência	115
Preocupações globais	117
Um olhar para o futuro: Principais achados da pesquisa	119
Conclusão	120
Recomendações para políticas públicas	124
Recomendações de políticas transversais	124
Resiliência e identidades das juventudes	125
Educação, carreira e exclusão digital	125
Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade	126
Engajamento político e social	126
Ação climática	126
Recomendações de políticas específicas para populações vulneráveis	127
Anexo 1: Grupo Consultivo da Juventude Next Generation Brasil	130
Anexo 2: Metodologia	131
Anexo 3: Glossário	134
Anexo 4: Referências	140

Lista de imagens

Figura 1: Cotas regionais

Figura 2: Faixas etárias

Figura 3: Identificação LGBTQIAPN+*

Figura 4: Pessoas com deficiência

Figura 5: Grupos de gênero

Figura 6: Autodeclaração de etnia

Figura 7: Renda mensal média por etnia

Figura 8: Experiências pessoais de discriminação racial ou étnica entre jovens pretos e pardos

Figura 9: Experiências pessoais de ameaças à segurança, por etnia

Figura 10: Renda média mensal por identidade de gênero e etnia

Figura 11: O que faz a juventude sentir orgulho de ser brasileira?

Figura 12: Principais desafios enfrentados pelas comunidades LGBTQIAPN+ no Brasil

Figura 13: Nível de escolaridade por raça/etnia e idade

Figura 14: Renda mensal média por graduação, gênero e raça/etnia

Figura 15: Jovens que não chegaram à universidade por raça/etnia

Figura 16: Principais motivos que fazem os jovens brasileiros interromper os estudos

Figura 17: Preparação para o trabalho com base na educação formal

Figura 18: Avaliação da educação brasileira por faixa etária

Figura 19: Avaliação da educação brasileira por território

Figura 20: Demandas das juventudes para melhorar o sistema educacional brasileiro

Figura 21: Avaliação da formação digital nas escolas

Figura 22: Unidades de formação do jovem aprendiz no Brasil

Figura 23: Competências consideradas importantes para a empregabilidade

Figura 24: Cursos de curta duração para aumentar a empregabilidade

Figura 25: Jovens brasileiros fora do mercado de trabalho

Figura 26: Principais desafios para os jovens no ambiente de trabalho

Figura 27: Principais barreiras para os jovens abrirem seus próprios negócios no Brasil

Figura 28: Demografia étnica dos trabalhadores informais

Figura 29: Trabalhadores informais - fatores de evasão escolar

Figura 30: Diferença de renda entre informais e formais (CLT)

Figura 31: Confiança das juventudes no sistema político

Figura 32: Engajamento político nos últimos 12 meses

Figura 33: Qualidades importantes na escolha de um candidato

Figura 34: Motivadores para o engajamento político

Figura 35: Fontes confiáveis de informação

Figura 36: Níveis de confiança nas redes sociais

Figura 37: Sentimento de pertencimento à comunidade

Figura 38: Engajamento comunitário

Figura 39: Principais desafios das mudanças climáticas que o Brasil enfrenta

Figura 40: Razões pelas quais alguns jovens não estão engajados nos desafios das mudanças climáticas

Figura 41: Demandas das juventudes em relação ao clima

Figura 42: Perspectiva das juventudes brasileiras sobre o futuro

Figura 43: O que define a felicidade pessoal e sua viabilidade

Figura 44: Principais desafios que o mundo enfrenta nos dias de hoje

Figura 45: Principais demandas das juventudes para investimentos do governo

Prefácio

Em sua canção, Caetano Veloso retrata a juventude "caminhando contra o vento", um verso que expressa o sentimento de muitos jovens brasileiros que vivem um presente herdado e não construído por eles próprios. Embora revele uma vulnerabilidade frente às forças predominantes daquela época, sua poesia também manifesta uma rebeldia. Uma rebeldia que vai além da mera oposição, representando a decisão clara de enfrentar os ventos contrários da sociedade, com a determinação de não aceitar o mundo como ele é, e sim de imaginar o que ele poderia ser.

No estudo Next Generation Brasil, mais de 3.000 jovens, de 16 a 35 anos, foram ouvidos sobre os temas que consideram mais relevantes. O resultado revela uma geração conectada e comprometida com as grandes preocupações globais, como a emergência climática, a fragilidade da paz e a transformação do trabalho, e que, ao mesmo tempo, atenta às realidades mais próximas que impactam diretamente suas perspectivas. O estudo também evidencia as múltiplas desigualdades persistentes que moldam as oportunidades e as trajetórias dos jovens, de seus pares e de suas comunidades. Os "muitos Brasis", tão frequentemente citados em estudos, deixam de ser uma abstração e se materializam no acesso desigual a recursos, serviços e segurança entre bairros, cidades, estados e regiões.

Nos resultados, uma mensagem prevalece: os jovens estão prontos para participar. Eles querem estar no centro da formulação de estratégias e políticas, não apenas para serem consultados ao fim do processo, mas como coautores desde o princípio. Eles reconhecem e valorizam os instrumentos e fóruns já existentes para ouvir as vozes da juventude; mas pedem que suas contribuições estejam mais próximas do centro da tomada de decisão. Isso é especialmente importante em áreas onde as políticas precisam se antecipar às demandas e competências do futuro próximo, como letramento digital e em uso de IA, educação financeira e resolução criativa de problemas. E não se trata de uma realidade exclusiva do Brasil. No Reino Unido, por exemplo, a elaboração de uma estratégia nacional para a juventude já passa por amplas consultas com jovens, que reivindicam um papel ativo no desenvolvimento de políticas direcionadas a eles e que tratam de suas realidades.

Esta pesquisa é importante porque pode orientar aqueles que compartilham a responsabilidade pelos próximos passos do Brasil: formuladores de políticas em educação, cultura, trabalho, emprego e empreendedorismo; educadores e líderes; representantes da sociedade civil e de instituições culturais; empregadores e empreendedores. Ela oferece evidências e caminhos para a colaboração prática em artes e cultura, educação e desenvolvimento de competências, de modo que as oportunidades sejam concebidas e implementadas levando em conta as desigualdades enfrentadas por tantos. Acima de tudo, nos lembra que o progresso vai exigir o mesmo espírito que ecoa no verso de Veloso: a coragem de caminhar contra o vento, desta vez juntos, e a abertura para que os jovens brasileiros ajudem a traçar o rumo do que está por vir.



Tom Birtwistle
Diretor do British Council Brasil







Resumo executivo

Com mais de 61 milhões de pessoas entre 16 e 35 anos, o Brasil tem hoje a maior população jovem de sua história, representando quase um terço da nação. Como essa proporção deve diminuir nas próximas décadas, torna-se urgente investir na juventude agora e romper ciclos geracionais de desigualdade. Enfrentando desafios econômicos, ambientais e políticos, os jovens brasileiros revelam resiliência, criatividade e a determinação para liderar mudanças.

Parte da série global de pesquisas do British Council, a Next Generation Brasil traz as vozes da juventude para o centro do debate. A partir de uma ampla pesquisa e de estudos qualitativos nas cinco macrorregiões, delineia um retrato vívido dos jovens brasileiros — suas dificuldades, suas esperanças e seus sonhos para o futuro.

Por meio de uma abordagem de métodos mistos, a pesquisa captou de forma abrangente e inclusiva as percepções de jovens de 16 a 35 anos em todo o Brasil, com ênfase na representatividade e na diversidade, ecoando as vozes de grupos marginalizados. O relatório apresenta um roteiro orientado pelas juventudes para governos, sociedade civil e parceiros internacionais, defendendo que os jovens estejam não apenas no centro das políticas, mas também à frente da transformação nacional.

Um Grupo Consultivo da Juventude reunindo integrantes de todas as regiões do país, foi essencial para assegurar linguagem acessível e relevância cultural ao estudo. Entrevistas exploratórias com ativistas comunitários orientaram a definição de temas-chave e revelaram lacunas em políticas públicas. Na sequência, uma pesquisa em larga escala ouviu 3.248 jovens de 16 a 35 anos em todo o Brasil, com nível de confiança de 95% e margem de erro de $\pm 2\%$. A etapa qualitativa, com entrevistas em profundidade e grupos focais junto a jovens de grupos marginalizados, ampliou os olhares e deu espaço a vozes muitas vezes ausentes da coleta tradicional de dados.

Resumo dos principais achados

Este relatório analisa a pluralidade das identidades das juventudes no Brasil e utiliza dados quantitativos e qualitativos para ilustrar um país moderno onde certos grupos ainda enfrentam exclusão sistêmica. Muitos jovens brasileiros vivem em condição de precariedade, com acesso insuficiente à educação e à saúde, poucas perspectivas de emprego e desigualdades persistentes. Tanto jovens quanto organizações que trabalham com eles apontaram preocupações com um sistema educacional incapaz de atender às necessidades da juventude e às exigências do mercado de trabalho.

Resiliência e identidades das juventudes

Os dados mostram que o Brasil continua sendo um país profundamente desigual: a maioria dos jovens negros e pardos já sofreu discriminação étnico-racial; jovens mulheres negras ganham quase três vezes menos que homens brancos; dois terços dos que se identificam como parte da comunidade LGBTQIAPN+ afirmam ter sido tratados de forma diferente por sua orientação sexual; jovens trans relatam preconceito constante e violência direcionada; jovens indígenas denunciam discriminação generalizada fora de suas comunidades.

Educação, carreira e desigualdade digital

Muitos correm o risco de ficar para trás em um mundo cada vez mais digital sem investimentos adequados em conectividade e competências digitais. O acesso desigual a uma educação de qualidade limita a mobilidade social, perpetuando pobreza e exclusão. A pandemia recente aprofundou desigualdades já existentes, principalmente para jovens sem acesso digital adequado.

As percepções coletadas ao longo da pesquisa evidenciam a urgência de reformas curriculares e estruturais, que incluam tanto o fortalecimento da formação pedagógica e em diversidade quanto a integração da tecnologia, de modo a preparar todos os jovens para o mercado de trabalho contemporâneo.

Os dados também mostraram desigualdades: jovens brancos da amostra têm mais chances de concluir o ensino superior do que jovens pardos ou negros, enquanto os indígenas enfrentam barreiras linguísticas e estruturais ao buscar educação fora de suas comunidades. Entre os principais obstáculos para a continuidade dos estudos, destacaram-se as restrições financeiras, as responsabilidades familiares, a falta de oportunidades locais, as dificuldades de deslocamento e o baixo apoio institucional. Diferenças territoriais também ficaram evidentes: a maioria dos jovens moradores de favelas não acredita que o Brasil ofereça educação de qualidade.

Políticas afirmativas já apresentam resultados positivos, principalmente no acesso ao ensino superior por jovens de baixa renda e de grupos marginalizados. No entanto, houve consenso entre os jovens de que é preciso ir além, com políticas de permanência mais eficazes que garantam condições reais para que esses estudantes se mantenham na universidade.

Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade

Os jovens apontaram as habilidades interpessoais e o pensamento crítico e analítico como fundamentais para a empregabilidade, além de demonstrarem forte interesse em cursos de curta duração que ampliem suas perspectivas de trabalho. Entre as competências mais demandadas estão aquelas ligadas à inteligência artificial, seguidas por gestão financeira e de negócios.

O relatório analisa em detalhe o desejo de empreender entre os jovens. Ele distingue a vontade de inovar através de novos negócios da necessidade financeira que leva muitos jovens, especialmente os de comunidades marginalizadas, a permanecer em ciclos de informalidade no mercado de trabalho. A falta de acesso a crédito aparece como a principal barreira ao empreendedorismo, somada a déficits de habilidades, baixa autoconfiança e obstáculos culturais.

Metade dos jovens atualmente empregados que vivem em favelas está na informalidade. Entre os trabalhadores informais, um terço se declarou negro, uma parcela ligeiramente maior se identificou como pardo e apenas um quarto como branco. Entre os que atuam na informalidade, um em cada quatro relatou renda inferior ao salário mínimo, enquanto um em cada três disse ter dificuldade para fechar as necessidades básicas mensais.

Os respondentes foram unânimes em apontar a segurança financeira como o principal fator de bem-estar no presente e no futuro. A palavra mais usada para descrever o futuro foi “preocupado”, acompanhada pela percepção de que a pobreza é o maior obstáculo global da atualidade.

Engajamento político e social

Desiludida com o sistema político formal, a juventude revela forte capacidade de organização comunitária, frequentemente relacionadas aos contextos compartilhados. Mesmo quando protestam e lideram movimentos de base, os jovens esbarram em barreiras como a linguagem política inacessível, o racismo institucional e a ausência de educação cívica. O voto é obrigatório a partir dos 18 anos, mas a confiança nas instituições políticas segue baixa. Ainda assim, a participação eleitoral da juventude tem aumentado: o número de jovens de 16 a 18 anos que se registram para votar cresce a cada ciclo eleitoral, mostrando que buscam ser ouvidos de forma mais efetiva (TSE, 2022).

Desafios das mudanças climáticas

A pesquisa Next Generation Brasil reuniu e analisou relatos pessoais da juventude sobre os efeitos já perceptíveis das mudanças climáticas, com destaque para comunidades indígenas e ribeirinhas. A pesquisa mostra que os jovens veem favelas e comunidades indígenas entre os mais afetados pelas mudanças climáticas. Enchentes, incêndios e secas atingem com mais força os mais pobres, que raramente participam das decisões sobre o clima.

Recomendações de políticas públicas

O relatório destaca políticas governamentais já em curso, algumas recém-implementadas, cujos impactos ainda não podem ser avaliados. Os jovens ativistas foram unânimes em sua mensagem: políticas no papel não são suficientes. É necessário garantir recursos para capacitação, alcance nacional efetivo e monitoramento contínuo com mecanismos de fiscalização.

Este relatório traz recomendações de políticas construídas em um processo participativo liderado por jovens, apoiado em dados quantitativos e nas contribuições de ativistas comunitários, lideranças jovens e grupos focais de populações marginalizadas.

O Grupo Consultivo da Juventude garantiu representação regional, social e temática, com o desenvolvimento das recomendações guiado por uma perspectiva centrada na juventude. As questões levantadas pelos jovens foram diversas e deram origem a duas frentes de recomendações: uma direcionada à melhoria das condições de vida da juventude em geral e outra para atender às necessidades de grupos que enfrentam mais barreiras e vulnerabilidades.

Essas recomendações traduzem as prioridades mais concretas levantadas pelos jovens. Eles pediram participação efetiva na formulação de políticas públicas, financiamento adequado, métricas claras e capacitação. Também ressaltaram a escola como espaço fundamental de engajamento, considerando as altas taxas nacionais de frequência escolar.



Principais recomendações de políticas:

- Tornar obrigatória avaliações de impacto sobre a juventude em todas as novas políticas multissetoriais. Essas avaliações devem ser conduzidas por painéis com participação de jovens e especialistas em políticas de juventude, com atenção especial a grupos marginalizados.
- Tornar conselhos de juventude, nos níveis estadual e municipal, de caráter obrigatório, com orçamento próprio e mecanismos claros de responsabilização. Garantir a participação de jovens nesses conselhos e assegurar representatividade inclusiva de indígenas, negros, populações rurais, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e jovens de favelas, com cotas de gênero e diversidade.
- Implementar programas de diversidade e inclusão em todos os serviços públicos, acompanhados de treinamento obrigatório sobre vieses, proteção e antidiscriminação. Assegurar práticas inclusivas para grupos marginalizados, como estudantes trans, por meio do uso do nome social, da oferta de instalações acessíveis e de canais de denúncia claros.
- Incluir em todos os programas de formação docente capacitação obrigatória em pedagogia antirracista, decolonial e inclusiva, bem como treinamento contínuo para educadores em serviço.
- Inserir a educação climática, adaptada às realidades locais, nos currículos escolares, capacitar professores e incentivar projetos práticos, como o monitoramento climático. Utilizar ferramentas digitais para engajar a juventude e fortalecer ações comunitárias de enfrentamento às mudanças climáticas.
- Focar não apenas no acesso, mas também na permanência, inclusão e mentoria de jovens com deficiência na educação e no trabalho. Incorporar práticas inclusivas e ampliar o apoio da assistência social durante as transições de emprego, de modo a garantir segurança econômica e engajamento sustentável.
- Desenvolver e ampliar cursos de curta duração, gratuitos ou de baixo custo, em habilidades digitais e inteligência artificial (IA), priorizando jovens de baixa renda, de áreas rurais e de favelas, a fim de reduzir disparidades no acesso ao mercado de trabalho. Garantir a plena implementação da “BNCC da Computação”.
- Criar e promover caminhos inclusivos para a formalização de jovens trabalhadores informais, reconhecendo seu papel nas economias urbanas. As medidas devem incluir licenciamento simplificado, planejamento conjunto de zonas de comércio, além de acesso a capacitação, microcrédito e serviços públicos.
- Financiar iniciativas culturais e artísticas lideradas por comunidades em áreas vulneráveis, valorizando expressões diversas de povos indígenas, afro-brasileiros, LGBTQIAPN+ e moradores de periferias. Ampliar o acesso a espaços culturais por meio de subsídios e programas móveis ou digitais, além de integrar artes e cultura nos currículos escolares.
- Promover a inclusão rural por meio de capacitação direcionada, investimentos em infraestrutura e melhorias logísticas. Apoiar comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas no desenvolvimento de negócios de base cultural, oferecendo cofinanciamento, assistência técnica e estratégias de comercialização respeitadas.
- Apoiar programas de liderança e campanhas de visibilidade promovidos por pessoas trans, especialmente em regiões de maior risco. Garantir a participação trans na formulação de políticas por meio de conselhos LGBTQIAPN+ e revisões de políticas públicas. Ampliar a visibilidade trans em diversos setores e reforçar a aplicação das leis antidiscriminação com o acesso seguro e igualitário aos espaços públicos.

A juventude brasileira não se define pela desigualdade. Ela se afirma como protagonista da transformação, liderando mudanças na educação, na política, na cultura e na luta climática, muitas vezes sem contar com o apoio público necessário. Este relatório é um chamado para que a juventude seja colocada no centro das estratégias nacionais, preparada não apenas para participar do futuro do Brasil, mas para conduzi-lo.





Contextualizando o Brasil contemporâneo

O Brasil é um país de dimensões continentais, com mais de 203 milhões de habitantes, caracterizado por vasta riqueza ecológica, profundas desigualdades sociais e desafios recorrentes à estabilidade política. Nação de enorme complexidade histórica, geográfica e cultural, seu tecido social contemporâneo está profundamente entrelaçado a legados da colonização, migrações forçadas e desigualdades sistêmicas, que continuam a moldar a vida de seus jovens.

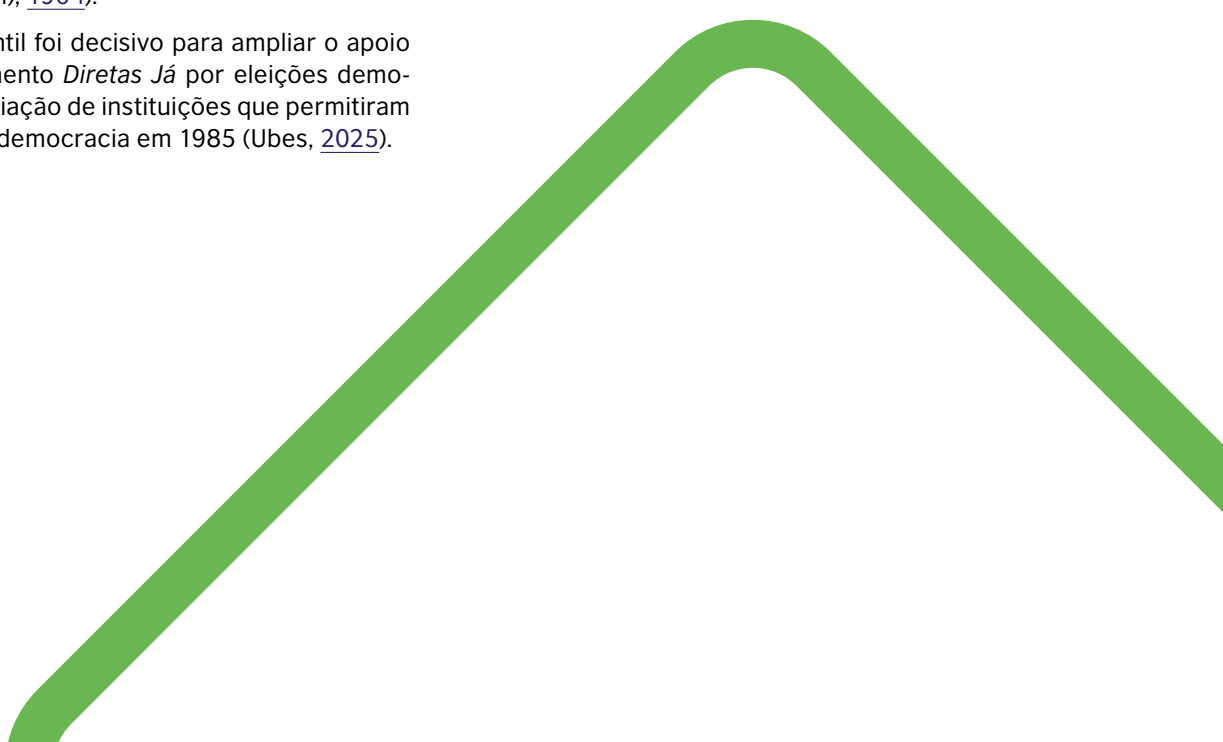
Após ciclos recentes de recessão econômica e de lideranças polarizadas, o país enfrenta a tarefa urgente de reconstruir a confiança nas instituições democráticas, ao mesmo tempo que lida com disparidades persistentes. Compreender a trajetória histórica de mudança social e o ativismo contínuo das juventudes em meio a desigualdades estruturais duradouras é um pano de fundo essencial para entender o Brasil contemporâneo.

Os jovens brasileiros exerceram papel determinante na configuração atual do país, com o protagonismo estudantil sendo fundamental para a restauração da democracia após duas décadas de ditadura militar, entre 1964 e 1985. Grandes protestos contra o regime foram organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) (Gov.br (i), [2023](#)), cuja sede no Rio de Janeiro foi alvo de um incêndio criminoso em abril de 1964. Tamanho era o temor do poder de mobilização das juventudes que os governantes militares aprovaram a *Lei Suplicy de Lacerda* e tornaram o movimento estudantil ilegal (Câmara dos Deputados (i), [1964](#)).

O ativismo estudantil foi decisivo para ampliar o apoio nacional ao movimento *Diretas Já* por eleições democráticas e para a criação de instituições que permitiram a transição para a democracia em 1985 (Ubes, [2025](#)).

O ativismo das juventudes também moldou políticas centrais na nova democracia. A *Lei de Cotas* é uma política de ações afirmativas que democratiza o acesso ao ensino superior gratuito. Reserva vagas para estudantes de baixa renda com prioridade para negros, pardos e povos indígenas e contou com apoio integral da UNE (UNE, [2012](#)). Dez anos depois, estudantes lideraram campanhas para aprimorar essa política, enfrentar o racismo estrutural e barrar tentativas de revogá-la ou enfraquecê-la. A criação de políticas de permanência estudantil segue como demanda essencial para que estudantes de baixa renda consigam se manter na universidade.

A mobilização das juventudes voltou a ganhar força em 2013. Os jovens se organizaram nas redes e foram às ruas nas grandes cidades para protestar contra o gasto público em megaeventos como a Copa do Mundo, enquanto hospitais e escolas se degradavam. A presidente Dilma Rousseff anunciou um plano de cinco pactos com destinação de royalties do petróleo para a educação e lançou o *Mais Médicos*, programa que levou médicos brasileiros e estrangeiros a regiões desassistidas, rurais e de alta densidade urbana. A polarização política aumentou e, meses depois, Dilma foi afastada por impeachment sob acusações de irregularidades fiscais.



A crescente polarização levou à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência em 2019, e uma subsequente intensificação das diferenças ideológicas nos anos que se seguiram. Conselhos participativos foram desmontados, orçamentos da educação pública e da ciência sofreram cortes significativos, a retórica oficial mirou minorias, defensores do meio ambiente e estudantes. Em 2019, protestos estudantis tomaram mais de 200 cidades contra os cortes em educação e pesquisa. O então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, acusou estudantes de promover desordem, e o Presidente chamou-os de "*idiotas úteis*" (UNISINOS, [2019](#)).

Após a pandemia, quando o Brasil registrou uma das maiores taxas de mortes per capita, as juventudes se mobilizaram na campanha "*Fora Bolsonaro*". Graças a campanhas nas redes sociais, o alistamento eleitoral de jovens alcançou um nível recorde antes das eleições de 2022 (no Brasil, o voto é obrigatório a partir dos 18 anos e facultativo a partir dos 16): mais de 2 milhões de jovens de 16 e 17 anos se registraram, um aumento de 47% em relação a 2018.

Luiz Inácio Lula da Silva voltou ao poder em 2023, em seu terceiro mandato. Criou ministérios para avançar em temas como direitos humanos e inclusão social, a exemplo do Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, ainda que sem maioria no Congresso. Em maio de 2025, o Brasil subiu cinco posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e alcançou o 84º lugar entre 193 países (UNDP, [2025](#)).

O país é líder global em commodities, dominando mercados de soja, café e açúcar (Gov.br (ii), [2024](#)), além de exercer influência nos BRICS. Em 2025 sediou a cúpula do bloco e sediará a COP30 (Gov.br (iii), [2025](#)). As juventudes brasileiras vivem em um cenário macroeconômico dinâmico, com desemprego de jovens, ainda que preocupante, nos níveis mais baixos dos últimos anos, pouco acima de 14% no fim de 2024. (Gov.br (iv), [2025](#)).

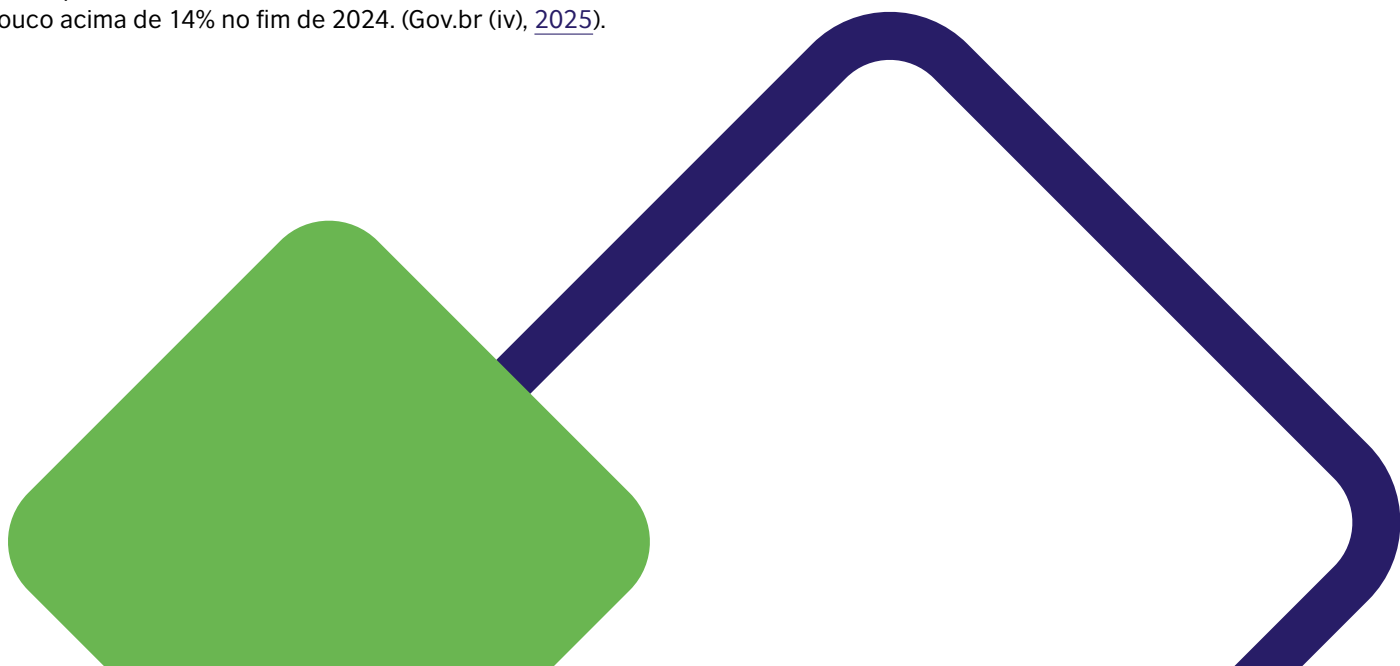
Às vésperas das eleições de 2026, a polarização coloca os jovens eleitores diante de uma encruzilhada. Jovens indígenas têm ganhado cada vez mais destaque em mobilizações políticas e no ativismo digital, onde defendem pautas como direitos territoriais e justiça climática em sintonia com ministérios recém-criados, que correm o risco de serem extintos após as eleições. O Ministério da Igualdade Racial avançou com programas transformadores, como o Plano Juventude Negra Viva (Gov.br (v), [2023](#)), e, em 2023, o presidente Lula propôs à ONU a inclusão de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 18) voltado à igualdade étnico-racial (Gov.br (vi), [2024](#)).

As juventudes brasileiras vivem entre o desafio e a promessa. Estão prontos para moldar e também para ser moldados por um país que é, ao mesmo tempo, potência e obra em construção. Permanecem como agentes de mudança em áreas como justiça climática, equidade racial e de gênero, inclusão digital e reforma educacional, mesmo diante de desigualdades crônicas.

Brasil: um país, muitas realidades

Os jovens brasileiros nasceram em um período de profunda transformação política e cultural. Qualquer discussão sobre as juventudes no Brasil precisa levar em conta a realidade de mais de 61 milhões de pessoas, muitas vivendo em condições que fazem do acesso a direitos constitucionais uma luta diária.

As 27 unidades federativas do Brasil, que incluem os 26 estados e o Distrito Federal, apresentam grandes diferenças regionais em renda, educação, emprego e acesso à infraestrutura. Essas disparidades revelam desigualdades estruturais enraizadas e deixam claro que a geografia ainda pesa nas oportunidades oferecidas à juventude, mantendo jovens de regiões menos prósperas presos a barreiras que dificultam a mobilidade social e econômica.





O Norte e o Nordeste concentram grande biodiversidade e patrimônio cultural, mas as taxas de pobreza seguem muito acima da média nacional, chegando a 60% em algumas áreas, contra pouco mais de 27% nacionalmente (IBGE), (i) [2024](#)). Essas regiões também registram algumas das menores taxas de ocupação do Brasil, chegando a apenas 38% em determinados locais, contra quase 58% na média nacional. São ainda as que apresentam as menores expectativas de vida (IBGE), (ii) [2023](#)).

O Sul e o Sudeste costumam oferecer melhor infraestrutura e mais oportunidades de trabalho. São os principais polos de atividade econômica e geração de riqueza, concentrando grande parte da produção industrial, dos serviços financeiros e dos ecossistemas de inovação. Mais da metade do valor da economia criativa do Brasil se concentra nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil (Firjan, [2022](#)). Da mesma forma, localizam-se entre o Sul e Sudeste mais de 90% das startups de IA (Statista, [2023](#)).

Esse desequilíbrio impulsiona a migração interna e o êxodo rural, já que inúmeros jovens deixam suas casas em busca de oportunidades. As desigualdades territoriais, somadas a marcadores como raça, classe e gênero, aprofundam a exclusão social e diminuem a sensação de autonomia dos jovens. Muitos jovens demonstram resiliência e encontram caminhos para seguir seus objetivos, mas barreiras geográficas e históricas só poderão ser superadas com políticas públicas inclusivas e locais que ampliem o acesso a recursos, representação e direitos em todas as regiões.

- As **favelas** são assentamentos urbanos informais e densos com infraestrutura básica limitada. Os moradores muitas vezes não possuem um CEP oficial, o que restringe o acesso a emprego, serviços bancários e auxílios públicos, acentuando a exclusão econômica. Cerca de 8% dos brasileiros, ou 16,6 milhões de pessoas, vivem em favelas (sem recorte etário), e mais de 67% dos moradores são negros ou pardos. As desvantagens sistêmicas incluem violência (*Observatório de favelas*, [2021](#)), barreiras à educação e falta de acesso a oportunidades de carreira. A ausência do Estado em muitos territórios abre espaço para o controle de facções do tráfico ou milícias (DGABC, [2024](#)). Ainda assim, a cultura das favelas floresce como expressão marcante de identidade, criatividade e resistência (Correio Braziliense, [2019](#)).
- **Comunidades quilombolas**, originadas de descendentes de africanos escravizados que resistiram ao regime escravocrata, abrigam cerca de 1,4 milhão de jovens. Não há estatísticas precisas para o grupo de 16 a 35 anos, mas aproximadamente 25% destes jovens estão na faixa etária entre 15 e 29 anos, e percentual semelhante entre 30 e 44. Essas comunidades preservam tradições culturais próprias, mas continuam a lutar por direitos territoriais e pelo acesso à saúde, educação e infraestrutura (IBGE (iii), [2023](#); Diário do Nordeste, [2022](#)).
- Os **povos indígenas** são diversos, com diversas línguas, costumes e estruturas sociais, que preservam modos de vida ancestrais. São 274 línguas faladas por mais de 300 povos e os jovens indígenas compartilham desafios semelhantes aos quilombolas, como a demarcação de terras e a garantia de direitos culturais, além do acesso limitado a saúde, educação e infraestrutura de qualidade (Cimi (i), [2023](#)). Esses territórios também sofrem pressões externas constantes do garimpo ilegal, desmatamento e avanço agropecuário.
- A **juventude das áreas rurais e ribeirinhas** também convive com a falta de acesso à educação, saúde e infraestrutura adequadas, o que leva muitos a buscar melhores oportunidades nas grandes capitais. Em muitas áreas, a população rural vive de forma nômade ou itinerante e presa à informalidade do trabalho, que inviabiliza qualquer planejamento para o futuro.



Comparação entre as regiões do Brasil

Norte

O Norte, que abriga a Floresta Amazônica, é a maior região do Brasil em extensão, mas também a menos populosa. Sua riqueza está na biodiversidade e no patrimônio cultural indígena. Com participação de 5,7% no PIB, a economia regional avança em iniciativas de bioeconomia sustentável, mas segue atrelada a atividades extrativas frequentemente associadas ao desmatamento ilegal. A expectativa de vida, de 72,8 anos, continua sendo a menor do país, resultado das falhas na saúde e da pobreza. O ativismo juvenil, por sua vez, cresce sobretudo em temas ligados ao clima e ao desenvolvimento sustentável.

Nordeste

Conhecido por sua herança afro-brasileira, cidades coloniais e tradições musicais como *forró*, *axé* e *piseiro*, o Nordeste é a segunda região mais populosa do país, responsável por 13,8% do PIB*. Secas prolongadas e enchentes repentinas estão entre seus principais desafios. A pobreza e o acesso limitado à saúde mantêm a expectativa de vida em 72,85 anos**. A migração de jovens para o Sudeste é comum (UFRN, [2024](#)).

Centro-Oeste

O Centro-Oeste abriga o Pantanal, uma das maiores áreas úmidas do mundo. É também onde se localiza Brasília, a capital do país, e constitui um grande polo do agronegócio. Na região, responsável por 10,6% do PIB*, predomina o bioma Cerrado, mas ainda há incêndios frequentes e perda de ecossistemas. A expectativa de vida é de 73,53 anos, maior nas áreas urbanas do que nas rurais, e o engajamento juvenil cresce em temas ambientais, especialmente em centros urbanos como Brasília e Goiânia (UNIFESP (i), [2024](#)).

Sul

O Sul tem a maior expectativa de vida do país (73,87 anos**) e uma economia forte e diversificada, que responde por 16,6% do PIB*. Conhecida pela qualidade de vida e pela influência europeia, a região também enfrenta eventos climáticos extremos, como as enchentes devastadoras de 2024. Amparados por uma forte tradição em educação e participação cívica, os jovens da região se engajam em inovação, empreendedorismo e esforços de adaptação climática (Estado do Rio Grande do Sul, [2025](#)).

Sudeste

O Sudeste é a região mais industrializada e populosa do Brasil, responsável por 53,3 por cento do PIB*. É sede do centro financeiro do país, São Paulo, e da capital turística, o Rio de Janeiro. Com expectativa de vida de 73,71 anos**, a região enfrenta violência urbana, desigualdade, temperaturas extremas e enchentes. Também é o epicentro cultural brasileiro, de onde emergem movimentos culturais e políticos que influenciam a agenda nacional. Os jovens protagonizam ecossistemas de tecnologia, economia criativa e startups, mesmo com todos os obstáculos decorrentes da desigualdade social (BBC, [2025](#)).

Metodologia

A pesquisa Next Generation Brasil adotou uma abordagem metodológica mista para construir uma compreensão ampla e inclusiva do que significa ser jovem no Brasil hoje, considerando a população de 16 a 35 anos. Foram realizados esforços amplos e deliberados para garantir um retrato representativo e multidimensional das juventudes brasileiras, refletindo a complexidade e a diversidade de suas experiências e incorporando as vozes de grupos historicamente marginalizados.

A equipe de pesquisa realizou o estudo em cinco etapas:

1. Uma revisão extensa da literatura, sintetizando estudos e dados sobre as juventudes brasileira, apoiou a adaptação e a contextualização local das perguntas do questionário, de modo a refletir realidades e desafios em evolução.

Os pesquisadores contataram secretarias de educação e de juventude em todo o país, além de ministérios, para obter dados relacionados aos jovens em seus portfólios e identificar métricas de sucesso de políticas, projetos e iniciativas voltadas à juventude;

2. No início do processo foi criado um Grupo Consultivo da Juventude com dez lideranças jovens de diferentes regiões. O grupo atuou como comitê consultivo voluntário para assegurar diversidade regional, social e temática sob uma perspectiva centrada na juventude. Suas contribuições foram fundamentais para revisar a linguagem, garantir acessibilidade e alinhar o instrumento de pesquisa ao contexto da juventude contemporânea, além de apoiar a análise e a elaboração de recomendações de políticas;
3. Um conjunto de 18 entrevistas iniciais com lideranças jovens ajudou a equipe a compreender melhor o panorama da juventude, identificar lacunas de políticas, refinar temas-chave e orientar a análise;
4. A fase quantitativa da pesquisa Next Generation Brasil, realizada online e em larga escala, alcançou 3.248 jovens entre 16 e 35 anos em todas as regiões do país, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de $\pm 2\%$.
5. A fase qualitativa contou com entrevistas detalhadas e grupos focais com 105 jovens, complementando e expandindo a compreensão dos resultados da pesquisa. O engajamento concentrou-se em grupos marginalizados, frequentemente excluídos de pesquisas tradicionais e cujas vozes estiveram sub-representadas na etapa quantitativa.

Essa fase permitiu à equipe reunir um conjunto sólido de percepções, entender o contexto dos resultados e incluir perspectivas locais e diversas nas conclusões do estudo. Ela também garantiu que a análise se apoiasse nas experiências e pontos de vista de jovens frequentemente sub-representados em bases de dados nacionais.

O Estatuto da Juventude define juventude como a faixa etária de 15 a 29 anos, definição amplamente adotada em políticas públicas e estatísticas oficiais (Planalto (i), [2013](#)). A Next Generation Brasil ampliou esse recorte etário para incluir pessoas de 16 a 35 anos, decisão orientada por considerações metodológicas e contextuais.

As perguntas da pesquisa, baseadas no instrumento global Next Generation do British Council, foram adaptadas para refletir as realidades específicas e o contexto socio-cultural do Brasil. Categorias inclusivas e relevantes ao contexto local de raça, gênero e identidade foram desenvolvidas em parceria com lideranças jovens, garantindo um instrumento representativo e alinhado ao compromisso do estudo com inclusão e autenticidade. A linguagem também foi cuidadosamente ajustada para refletir essas complexidades de forma clara e significativa.

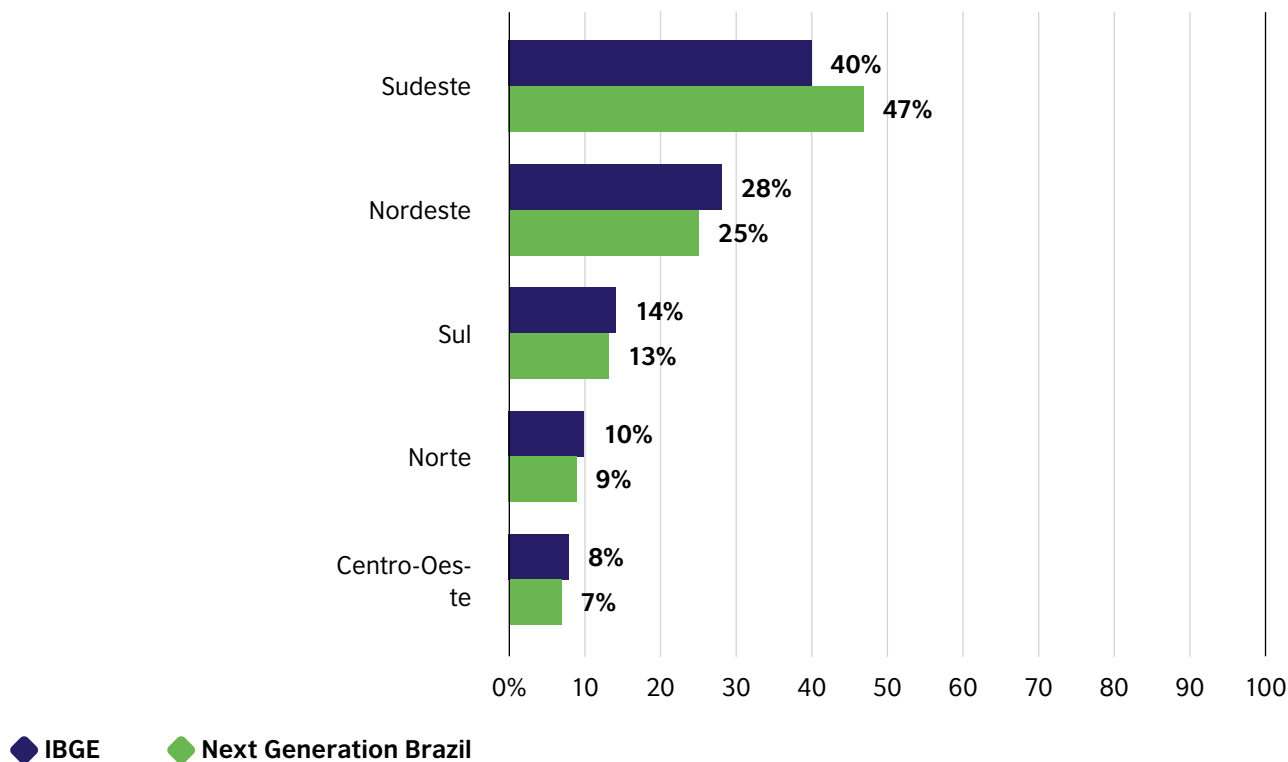
O questionário abordou áreas-chave como segurança e bem-estar; educação, carreira e exclusão digital; engajamento político e social; e questões climáticas. Para garantir uma representação ampla e inclusiva, foram estabelecidas cotas por idade, gênero, região e deficiência, enquanto outros recortes demográficos, como religião, etnia e escolaridade, seguiram a distribuição natural da amostra. Embora não houvesse meta específica para jovens LGBTQIAPN+, 18% dos participantes declararam pertencer a essa comunidade, proporção superior à indicada pelas estatísticas disponíveis.

Como parte da estratégia de mobilização e divulgação da fase quantitativa, os pesquisadores entraram em contato com mais de 1.000 organizações comunitárias, ONGs, escolas, universidades e associações representativas em todo o Brasil. Parcerias com subsidiárias do Metrô em quatro grandes cidades ampliaram a visibilidade da pesquisa e ajudaram a garantir uma amostra ampla e representativa.

Para alcançar jovens com acesso limitado ou sem acesso à internet, a equipe de pesquisa, em parceria com lideranças comunitárias, realizou sessões presenciais em áreas urbanas periféricas e zonas rurais de três estados. Laptops, tablets e smartphones com planos de dados foram disponibilizados para garantir a participação, e as sessões contaram com intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em uma escola para pessoas surdas.

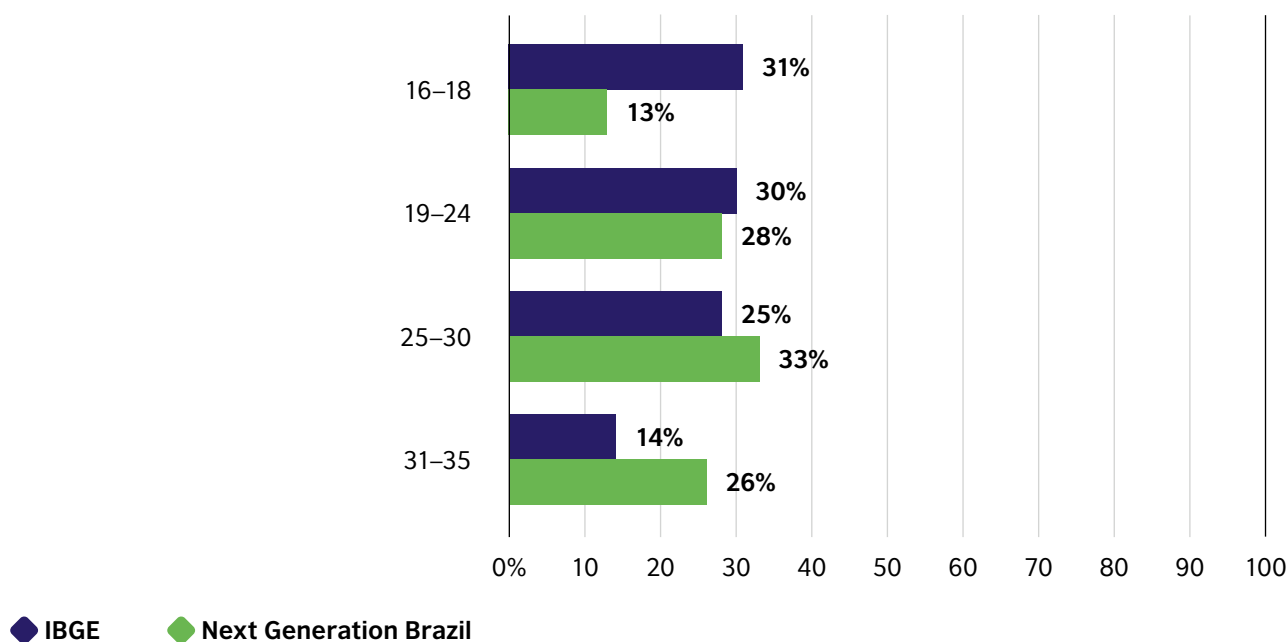
Alguns participantes, sobretudo os com baixa escolaridade formal ou pessoas com deficiência, enfrentaram dificuldades diante da extensão e da complexidade do questionário. As equipes de campo também observaram resistência a determinadas perguntas em alguns contextos, especialmente as que tratavam de identidade de gênero e da classificação LGBTQIAPN+.

Figura 1: Cotas regionais

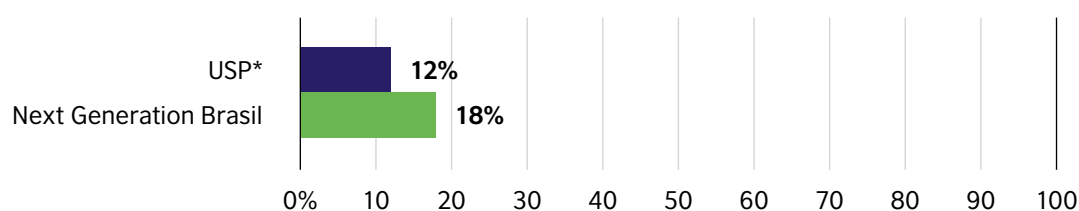


Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025 e Censo 2022 do IBGE (IBGE (iv), [2022](#))

Figura 2: Faixas etárias



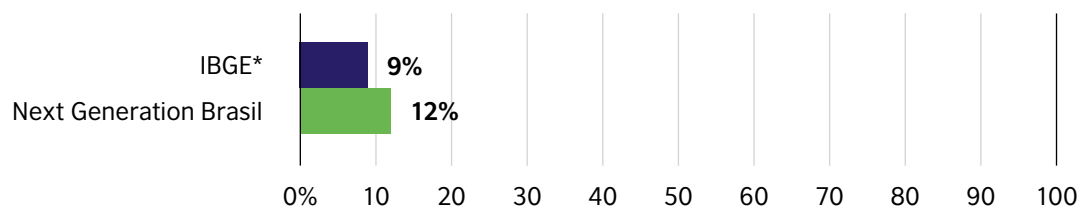
Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025 e IBGE Census 2022 (IBGE (iv) [2022](#))

Figura 3: Identificação LGBTQIAPN+*

◆ USP ◆ Next Generation Brazil

Fonte: Next Generation Brazil, British Council 2025 e USP 2022 (USP (i), [2022](#))

* Um estudo do IBGE realizado em 2019 apontou que apenas 1,8% da população brasileira se identificava como homossexual ou bissexual. O levantamento, porém, teve escopo restrito à sexualidade e permitia que uma pessoa respondesse em nome de todo o domicílio (IBGE (v), [2022](#)), o que provavelmente excluiu indivíduos que não se sentiam à vontade para revelar sua identidade. Em contraste, uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo em 2022 perguntou diretamente sobre identificação LGBTQIAPN+, com respostas individuais, oferecendo uma perspectiva mais abrangente e autorreferida. O índice é representativo de toda a população adulta brasileira.

Figura 4: pessoas com deficiência*

◆ USP ◆ Next Generation Brazil

Fonte: Next Generation Brazil, British Council 2025 e IBGE 2023 (Gov.br (vii), [2023](#)). * Este índice é representativo da população brasileira como um todo, já que não há detalhamento disponível por faixa etária.

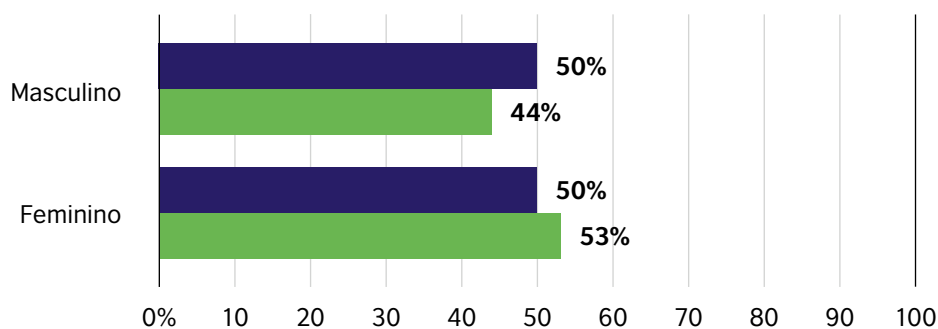


Definição de categorias identitárias

Foi dada atenção especial às categorias de raça e gênero para alinhá-las às realidades sociais contemporâneas do Brasil. Os participantes foram convidados a informar sua etnia segundo as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Branca, Preta, Parda (mestiça), Amarela (de origem asiática) e Indígena, com a opção de não responder.

Para captar todo o espectro de identidade e expressão de gênero, a pesquisa adotou um conjunto mais inclusivo de categorias do que o normalmente usado em coletas oficiais. Isso permitiu que jovens expressassem plenamente sua identidade e ampliou a representatividade e a sensibilidade dos dados. Em consulta ao Grupo Consultivo da Juventude, o questionário incluiu as opções: "homem (cis)", "mulher (cis)", "homem (trans)", "mulher (trans)", "não binário", "gênero fluido", "prefiro não informar" e uma categoria aberta de "autodefinição". Notas explicativas curtas foram acrescentadas ao instrumento para orientar e acolher jovens não familiarizados com parte da terminologia. [Cis – pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento. Trans – pessoa que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento].

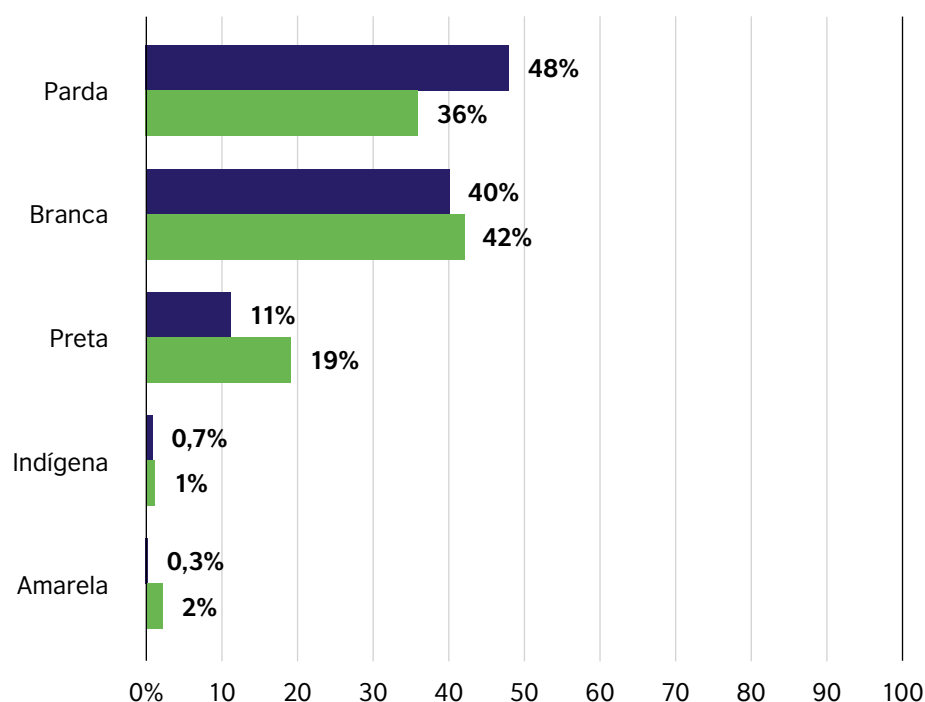
Figura 5: Grupos de gênero



◆ IBGE*

◆ Next Generation Brazil**

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025 e Censo 2022 do IBGE (IBGE (iv), 2022) *O Censo do IBGE 2022 ofereceu apenas as opções "masculino" e "feminino". **Para a apresentação dos dados, as categorias foram combinadas da seguinte forma: feminino (cis 51% e trans 1%) e masculino (cis 43% e trans 1%). Também, 1% dos jovens se identificaram como não binários e outros 1% como gênero fluido.

Figura 6: Autodeclaração de etnia

◆ IBGE

◆ Next Generation Brazil

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025 e Censo 2022 do IBGE (IBGE (iv), [2022](#))

Autodeclaração étnico-racial no Brasil

Alguns termos-chave precisam ser compreendidos ao tratar de raça e etnia no contexto brasileiro. A seguir estão as categorias utilizadas na coleta de dados do Censo, nas quais os brasileiros são convidados a declarar sua cor ou raça.

- *Amarela(o)* refere-se a brasileiros de ascendência asiática. O bairro da Liberdade, em São Paulo, abriga a maior comunidade japonesa fora do Japão.
- *Branca(o)* refere-se a brasileiros de ascendência europeia. As maiores concentrações estão nas regiões Sul e Sudeste.
- *Indígena(o)* refere-se aos povos originários do Brasil.
- *Preta(o)* refere-se a brasileiros de pele escura e fenótipo africano. Há mais pessoas se auto-declarando "pretas", revertendo parcialmente um histórico de sub-registro.
- *Parda(o)* inclui pessoas de ancestralidade mista, frequentemente combinando heranças africanas, indígenas e europeias. É a categoria mais comum no Brasil.

Negro(a) é um termo mais amplo, usado oficialmente em documentos legais e de políticas públicas no Brasil, para designar pessoas que se auto-declararam pretas ou pardas, conforme o Estatuto da Igualdade Racial de 2010. O estudo Next Generation Brasil especifica os grupos utilizando os termos "preto" e "pardo" (Planalto (ii), [2010](#)).

Entre os séculos XV e XX, o Brasil recebeu mais de 5 milhões de imigrantes europeus e cerca de 5 milhões de africanos foram trazidos à força pelo tráfico transatlântico de escravizados. Essas populações se somaram a um território originalmente habitado por mais de 10 milhões de indígenas, cujos povos e culturas foram devastados pela colonização, especialmente ao longo do litoral atlântico, onde o declínio populacional chegou a 98% (Science, [2025](#)).

Estrutura do relatório

A pesquisa e a análise da Next Generation Brasil são apresentadas em seis capítulos que se complementam, compondo uma visão abrangente da vida contemporânea da juventude brasileira. O relatório começa com um exame sobre resiliência e identidades das juventudes, analisando como diferentes marcadores sociais moldam as experiências vividas pelos jovens no Brasil. Este capítulo avalia de que maneira etnia, gênero, deficiência e origens comunitárias influenciam o acesso a oportunidades, além das vivências de exclusão e discriminação. Também identifica os mecanismos de resiliência adotados por jovens brasileiros a partir de análises quantitativas e qualitativas.

Na sequência, há uma análise sobre os níveis de escolaridade dos jovens entrevistados, acompanhada de informações contextuais sobre o histórico de acesso ao ensino superior e sobre a percepção em relação às ações afirmativas. A pesquisa evidencia as barreiras que dificultam a continuidade dos estudos, como as juventudes avaliam a educação recebida, de que forma ela pode ser aprimorada e quais competências consideram essenciais para ampliar sua inserção no mercado de trabalho.

Em seguida, o relatório examina os níveis de empregabilidade entre os jovens brasileiros, trazendo depoimentos sobre a exclusão de grupos marginalizados no mercado de trabalho. A Next Generation Brasil também aborda o empreendedorismo e os desafios que dificultam a abertura do próprio negócio, além de analisar o crescimento da informalidade entre os jovens. Essa discussão combina dados levantados pelo questionário, percepções coletadas em grupos específicos com populações marginalizadas e entrevistas individuais com trabalhadores informais.

Após identificar barreiras estruturais nos âmbitos da educação e da inclusão no mercado de trabalho, a Next Generation Brasil analisa como os jovens podem ser protagonistas de mudanças em suas próprias vidas. A pesquisa investiga seus níveis de engajamento comunitário e de confiança nas estruturas políticas existentes, reunindo também sugestões de jovens brasileiros sobre como fortalecer a participação política.

As entrevistas qualitativas e a revisão de literatura mostraram que a juventude brasileira já sente os impactos das mudanças climáticas. O capítulo seguinte traz suas preocupações, acompanhadas de depoimentos sobre os efeitos concretos do aquecimento global no cotidiano. À medida que o Brasil se prepara para sediar a COP30 em Belém, em 2025, os jovens apontam suas principais preocupações climáticas, relatam as ações que já vêm adotando e indicam caminhos para medir o nível atual de engajamento e ampliar a participação da juventude em iniciativas voltadas ao clima.

Antes de avançar para as recomendações de políticas públicas, desenvolvidas em estreita colaboração com o Grupo Consultivo da Juventude, a Next Generation Brasil examina como os jovens enxergam seu futuro imediato e quão alcançáveis consideram seus objetivos. As juventudes brasileiras compartilham suas opiniões sobre os principais desafios globais e aponta as áreas em que gostaria que o governo concentrasse investimentos futuros.

Em anexo, o relatório apresenta debates metodológicos adicionais, como limitações e anomalias apontadas pela equipe de pesquisa, e inclui também um glossário dos termos utilizados e das organizações governamentais e da sociedade civil mencionadas ao longo do documento. Para maior clareza e facilidade de interpretação, os números decimais provenientes de dados quantitativos foram arredondados para o número inteiro mais próximo em todo o relatório. As conversões monetárias utilizam a taxa de câmbio de £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25).



Capítulo 1

Resiliência e identidades das juventudes

A Next Generation Brasil investiga como a juventude brasileira vivencia a identidade a partir da combinação de etnia, território de origem, gênero, classe, condição de deficiência e orientação sexual, e como a resiliência se constrói diante da discriminação sistêmica e da segregação socioespacial. Compreender a identidade das juventudes vai além de categorias simplistas ou de narrativas romantizadas de resiliência. Exige um olhar atento e situado sobre como a identidade é vivida, contestada e reinventada no cotidiano, sobretudo entre aqueles que estão às margens da sociedade.

Este capítulo analisa como as identidades das juventudes é negociada na vida diária, primeiro por meio de dados quantitativos e depois a partir de depoimentos de jovens brasileiros e de perspectivas de especialistas sobre discriminação e invisibilidade. Os jovens descrevem condições precárias de trabalho, desilusão política e crescente ansiedade climática ao transitar entre sonhar e sobreviver, pertencer e resistir, ser visto e estar seguro.

Foram identificadas lacunas significativas na efetividade das políticas públicas de inclusão racial. A juventude brasileira destacou a falta de sistemas de apoio abrangentes capazes de responder às suas necessidades e desafios específicos. As iniciativas existentes muitas vezes não contemplam as juventudes brasileiras de forma adequada e universal, o que evidencia a urgência de políticas que promovam equidade racial e rompam ciclos de exclusão.

Forjada muitas vezes em resposta à exclusão sistêmica, as identidades das juventudes no Brasil é influenciada pela criatividade e por um profundo senso de pertencimento em grupos de convivência, espaços de fé e movimentos culturais que oferecem refúgio e afirmação. Essas redes informais atuam ao mesmo tempo como mecanismos de enfrentamento e como poderosas ferramentas de empoderamento das juventudes. Somadas à excelência no esporte, nas artes e na música, de lendas do futebol a surfistas olímpicos e músicos de renome mundial, essas dimensões compõem uma identidade nacional única e vibrante.

Identidades plurais

A população multiétnica do Brasil desafia a noção de uma identidade "padrão", e as disparidades socioeconômicas estão fortemente associadas à cor da pele. Jovens pretos e pardos têm, estatisticamente, maiores chances de enfrentar pobreza, desemprego e dificuldades no acesso ao ensino superior (IPEA, [2009](#)). O 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelou que, em 2024, 83% das pessoas mortas pela polícia eram pretas ou pardas (FBSP, [2024](#)).

A Next Generation Brasil ouviu um grupo multiétnico de jovens, com brancos representando 42% dos participantes, seguidos por pardos (36%). Pretos corresponderam a quase um quinto do total (19%), enquanto 2% se autodeclararam "amarelos" (de origem asiática). Indígenas e aqueles que preferiram não informar sua etnia representaram 1% cada.

A maioria dos jovens que se autodeclararam pretos na fase quantitativa da pesquisa (86%) relatou ter vivenciado experiências pessoais de racismo, proporção semelhante à observada entre os jovens pardos (71%). Um em cada quatro jovens pretos (28%) apontou o racismo como um dos principais desafios enfrentados nos últimos cinco anos, com impacto negativo direto em sua vida. O relatório Mais Dados, Mais Saúde, publicado em maio de 2025, revelou resultados semelhantes: 84% dos entrevistados pretos afirmaram ter sofrido discriminação racial. Entre os entrevistados pardos, apenas 11% relataram a mesma experiência (Observatório da Saúde Pública, [2025](#)).

O preconceito persistente contra populações minorizadas também se manifesta na sub-representação em cargos públicos e posições de liderança na sociedade. A exclusão racializada ultrapassa a esfera da desigualdade econômica ou da marginalização social, pois também se manifesta no campo do conhecimento, já que os conhecimentos, histórias e visões de mundo de povos indígenas e afro-brasileiros são sistematicamente invisibilizados nas instituições de ensino e no discurso público. Apesar desse apagamento, jovens desses grupos seguem afirmando suas identidades singulares, resgatando conhecimentos ancestrais e promovendo visões mais inclusivas e plurais sobre o que significa conhecer, ensinar e liderar.

“

"Eu me vejo como fazedora de cultura. Por meio do trabalho do ensinamento que a gente tem. Eu tenho mais de 20 anos de coreira, percussionista também, e através da quantidade de tempo que eu tenho já na cultura, já ensinei, já mostrei, e algumas pessoas chegam aqui na casa pra aprender.

E eu me vejo também, em parte, não só de ensinar, mas também de levar mais ainda a nossa cultura da Liberdade [referência ao quilombo urbano, denominado Liberdade]."

Mulher quilombola, 34 anos
Nordeste do Brasil



“

"Não é porque eu saí da aldeia, mas sim se eu tive mais contato com as pessoas. Sofri muito racismo e preconceito.

Acabou que eu saí da escola sem terminar meu estudo. Então, tudo isso eu passei. Tinha pessoas que corriam atrás de mim. Eu me salvava no momento que eu tinha que atravessar o rio, né? Com a roupa, molhava todos os cadernos. Então tudo isso eu passei na vida.

E hoje eu sou palestrante, eu falo da realidade, eu falo da cultura, eu falo da sobrevivência indígena dentro da aldeia, fora da aldeia. E hoje o racismo preconceito, ela é muito presente ainda em nosso país. Então a gente podia minimizar essa questão.

É por isso que estamos na linha de frente, como as lideranças, que a gente quer levar essa fala toda da aldeia".

Mulher indígena, 23 anos
Sudeste do Brasil

As trajetórias econômicas desiguais entre jovens pretos e pardos se evidenciam nos dados quantitativos, que revelam disparidades salariais marcadas por critérios raciais. Jovens brancos entrevistados relataram uma renda 19% acima da média ponderada geral, enquanto jovens pretos ganham, em média, 31% a menos. A diferença de rendimento entre jovens pardos e a média geral é menor, mas ainda significativa: 12% abaixo.

Mais da metade dos jovens pretos entrevistados recebem menos de 1,5 salário mínimo por mês. Embora a maioria (56%) seja a principal fonte de renda de suas famílias, uma parcela significativa (39%) não consegue cobrir as despesas mensais básicas. Enquanto quase metade (47%) dos jovens brancos têm renda mensal superior a dois salários mínimos, esse percentual cai para 22% entre jovens pretos e 35% entre jovens pardos, revelando a continuidade das desigualdades raciais na distribuição de renda.

O racismo estrutural aparece de forma recorrente nos achados da pesquisa. Em um grupo focal com adolescentes do Sudeste, jovens pretos relataram que, embora a escola promova palestras e debates sobre racismo e homofobia, as denúncias de discriminação não costumam ser levadas a sério. A coordenadora do centro comunitário que sediou o grupo focal observou: "Na prática, quando ocorre um episódio de discriminação, a escola não toma a iniciativa de enfrentar o problema, tornando-se cúmplice de atos de segregação e preconceito." Diante disso, os jovens questionam como é possível discutir igualdade racial em um ambiente que, segundo eles, também reproduz desigualdades e preconceitos.

Racismo estrutural

O racismo sistêmico não é um fenômeno recente no Brasil, o último país do Ocidente a abolir a escravidão, em 1888. O fim da escravidão não foi acompanhado por políticas reparatórias para a população negra. Em vez disso, os afro-brasileiros foram deixados à margem, privados de acesso à terra, educação e trabalho formal, o que reforçou ciclos persistentes de pobreza e exclusão.

A partir de 1895, o Estado brasileiro passou a incentivar a imigração europeia em larga escala como parte de uma política oficial de "embranquecimento" da população, com o objetivo de diluir a presença dos grupos negros e indígenas. Esses marcos históricos lançaram as bases das desigualdades raciais estruturais que ainda hoje atravessam a sociedade brasileira.



"O Brasil tem consolidado muitos estereótipos de raça e gênero. E que não são discutidos de maneira mais aprofundada pelo Estado. Então, a gente tem, por exemplo, a consolidação de um estereótipo de raça e gênero, que coloca homens jovens negros como os suspeitos naturais, que consolida esses jovens como naturalmente, entre muitas aspas, mais perigosos, mais preguiçosos, mais suspeitos. Ao mesmo tempo, confirma estereótipos de raça para as jovens meninas negras que as colocam em posições de hipersexualização e desumanização em que ou elas servem pra trabalhar ou para a vida sexual".

Larissa Fontana

Conselho Nacional de Juventude (CONJUVÉ)

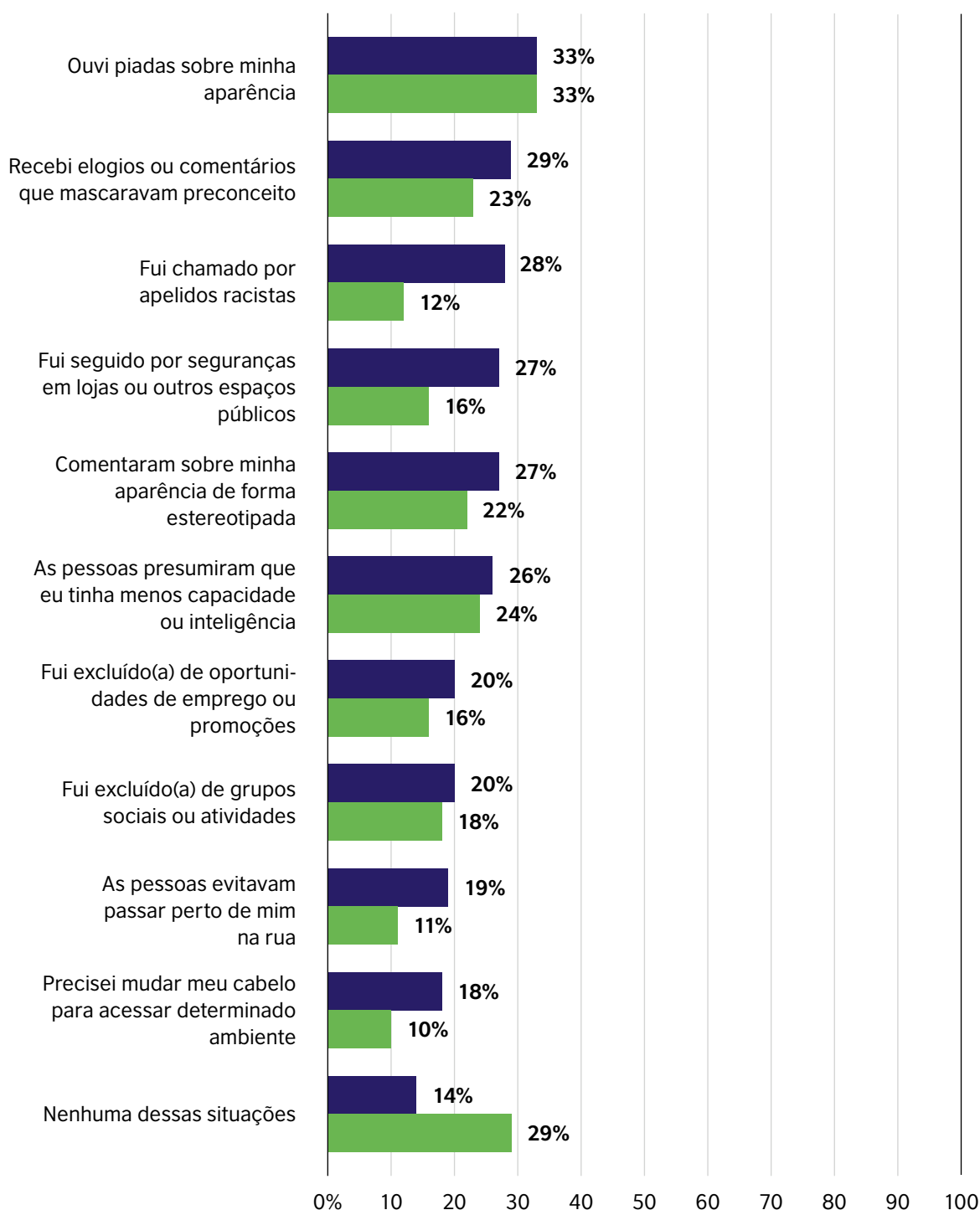
Figura 7: Renda mensal média por etnia

Etnia	Renda mensal média*	(equivalente em libras esterlinas)**	% de diferença***
Brancos (n=1.348)	R\$ 3.808	£515	19%
Pardos (n=1.171)	R\$ 2.813	£381	-12%
Pretos (n=607)	R\$ 2.222	£301	-31%

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Média ponderada das faixas de renda. ** Taxa de câmbio: £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25). *** Diferença percentual em relação à média ponderada de renda entre jovens do Next Generation Brasil: R\$ 3.211 [~ £435]



Figura 8: Experiências pessoais de discriminação racial ou étnica entre jovens pretos e pardos*



◆ Pretos (n=607) ◆ Pardos (n=1,171)

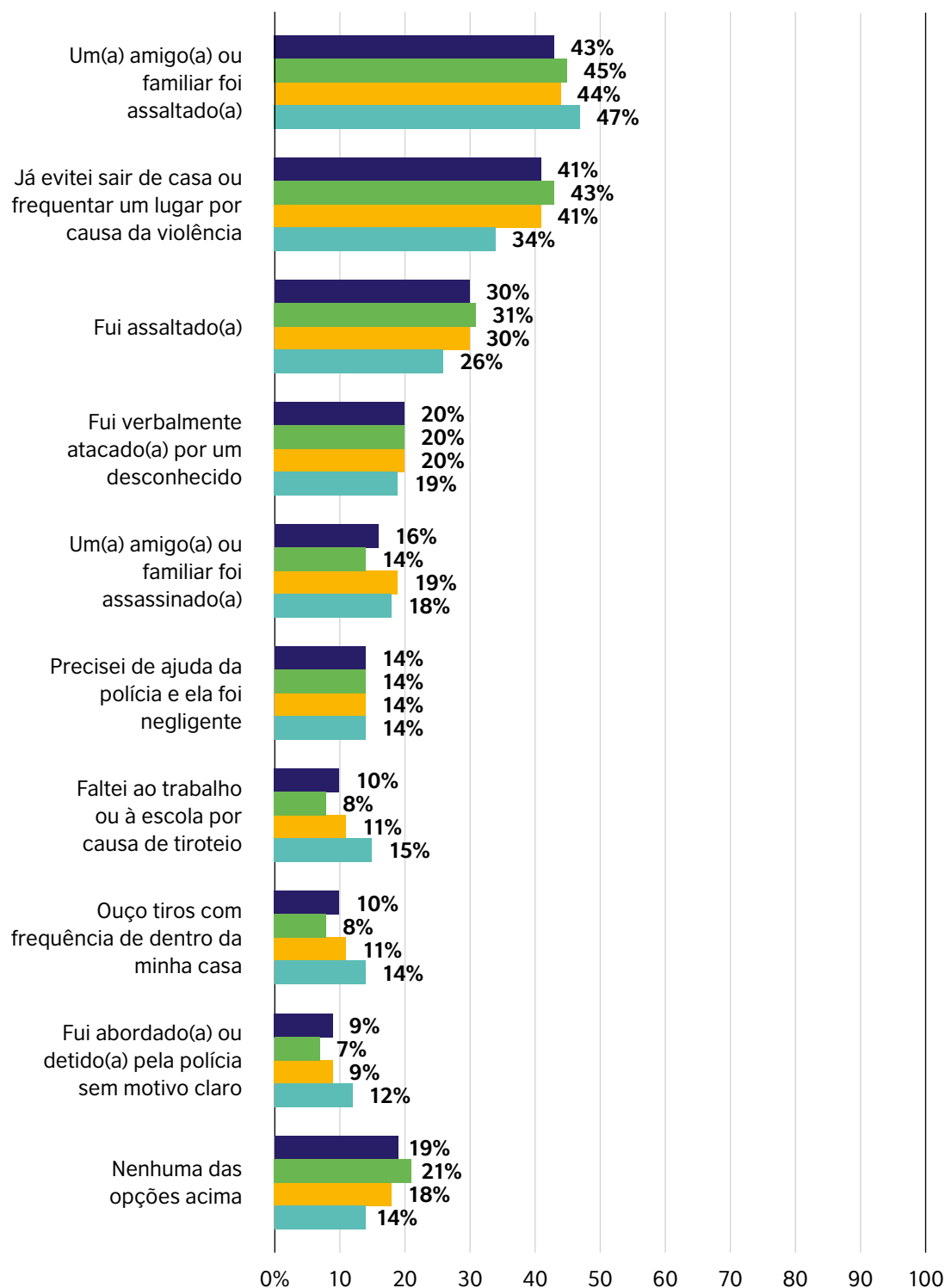
Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 16, ou sugerir outras.

Violência cotidiana

A violência agrava as exclusões materiais enfrentadas por muitos jovens brasileiros, criando barreiras sobrepostas à participação, ao pertencimento e à realização pessoal. Para muitos jovens, a violência não é um risco abstrato, mas uma presença constante, seja por vivências diretas ou pela necessidade permanente de evitar áreas consideradas inseguras.

Entre os jovens entrevistados no estudo, as situações mais frequentemente relatadas incluem: ter um(a) amigo(a) ou parente assaltado(a) (43%), evitar sair de casa ou frequentar certos lugares por medo da violência (41%) e ter sido assaltado(a) pessoalmente (30%). A maioria dos jovens pretos (86%) declarou ter vivenciado ao menos uma forma de violência, em comparação com 79% dos jovens brancos. Jovens pretos também relataram ouvir tiros de dentro de casa (14%) com mais frequência, faltar a compromissos de trabalho ou estudo por conta da violência (15%) e serem abordados ou detidos pela polícia sem motivo claro (12%), frente a 8%, 8% e 7%, respectivamente, entre os jovens brancos. Da mesma forma, enquanto um em cada cinco (20%) participantes cisgênero relatou ter sido alvo de ataque verbal por parte de desconhecidos. Esse número sobe para 34% entre os participantes não cisgênero.



Figura 9: Experiências pessoais de ameaças à segurança, por etnia*

◆ Next Generation Brasil (n=3.248)

◆ Jovens brancos - Next Generation Brasil (n=1.348)

◆ Jovens pardos - Next Generation Brasil (n=1.171)

◆ Jovens pretos - Next Generation Brasil (n=607)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes foram questionados: "Você já vivenciou pessoalmente alguma das situações descritas abaixo?" e puderam selecionar quantas opções desejassem entre uma lista de 13 ou sugerir suas próprias respostas.

Jovens oriundos de famílias de baixa renda e das periferias urbanas são desproporcionalmente afetados, enfrentando maior exposição a formas diretas e indiretas de violência. Comunidades marginalizadas enfrentam grandes obstáculos para acessar a proteção do Estado e a justiça, frequentemente em razão da desigualdade sistêmica e da negligência institucional. Em 2022, grupos indígenas no Mato Grosso do Sul relataram aumento da brutalidade policial, denunciando problemas estruturais e a necessidade de uma reforma ampla (Mongabay (i), 2023). Em 2023, 289 jovens com menos de 19 anos foram mortos pela polícia no estado da Bahia (Unicef, 2023). No mesmo ano, quase mil conflitos envolvendo disputas por terra e água no campo foram registrados apenas no primeiro semestre (Agência Brasil (i), 2023).

Gênero e (des)equilíbrio

O gênero também desempenha um papel decisivo na construção da identidade e das oportunidades, e as desigualdades se cruzam com outros marcadores sociais, como raça, classe e aspectos geográficos. Mulheres, especialmente pretas e indígenas, continuam enfrentando barreiras no mercado de trabalho, além de estarem sobrerrepresentadas no trabalho de cuidado não remunerado e nas estatísticas de emprego informal.



"Eu convivo muito na noite, nos locais que eu ando sei que são super seguros, mas evito andar em locais que a gente sabe - e que a gente tem conhecimento - que são locais onde convivem muitos héteros, porque aqui é muito perigoso. Os índices de transfeminicídio aqui... Eles não são números pequenos. Eles estão acontecendo constantemente. Agressão, transfeminicídio mesmo.

Precisa avançar muito. Eu sou um homem trans. A gente sabe que quando a gente fala da condição da transmasculinidade, a gente tem, sim certos privilégios e eu sou homem trans e branco. Então, certa forma tenho aquela passabilidade. Tenho aquela ideia de não gosto muito dessa palavra, passabilidade. Mas, enfim, eu acho que é cumprir a expectativa desse gênero."

Homem trans, 33 anos

Nordeste do Brasil, grupo focal



Jovens trans e não binários também relataram altos níveis de discriminação, exclusão de espaços públicos e instituições, além de episódios de violência.

Entre os participantes não cisgênero (transgêneros, pessoas de gênero fluido e não binárias), mais de dois terços (67%) disseram ter sido tratados de forma diferente por causa do gênero, em comparação com 38% entre os cisgênero. Enquanto 77% dos homens trans relataram ter vivenciado discriminação de gênero, apenas 1 em cada 4 homens cisgênero (26%) mencionaram experiências semelhantes. Esse contraste revela dinâmicas estruturais e culturais em que a masculinidade se mantém como padrão normativo, enquanto outras identidades de gênero continuam marginalizadas. Ataques verbais de desconhecidos foram relatados por 34% dos participantes não cisgênero, em comparação a 20% entre os cisgênero.

O Brasil mantém o triste recorde de país com o maior número de assassinatos de pessoas trans no mundo pelo 16º ano consecutivo, reflexo das violências extremas enfrentadas por essa população. Entre as principais barreiras para o acesso a direitos básicos estão a insegurança no trabalho e a discriminação em processos seletivos (RedeTrans, 2025). Em um grupo focal com jovens trans de diferentes regiões do Brasil, surgiram relatos de preocupações cotidianas com a segurança pessoal, especialmente entre mulheres trans. Embora apenas uma participante tenha relatado uma experiência direta de violência, todas conheciam alguém que já havia sofrido episódios como cortes forçados de cabelo, espancamentos, mutilações no peito e até assassinatos. Apesar desse cenário, jovens trans mencionaram alguma melhora nos últimos anos, com mais pessoas trans ocupando espaços públicos.

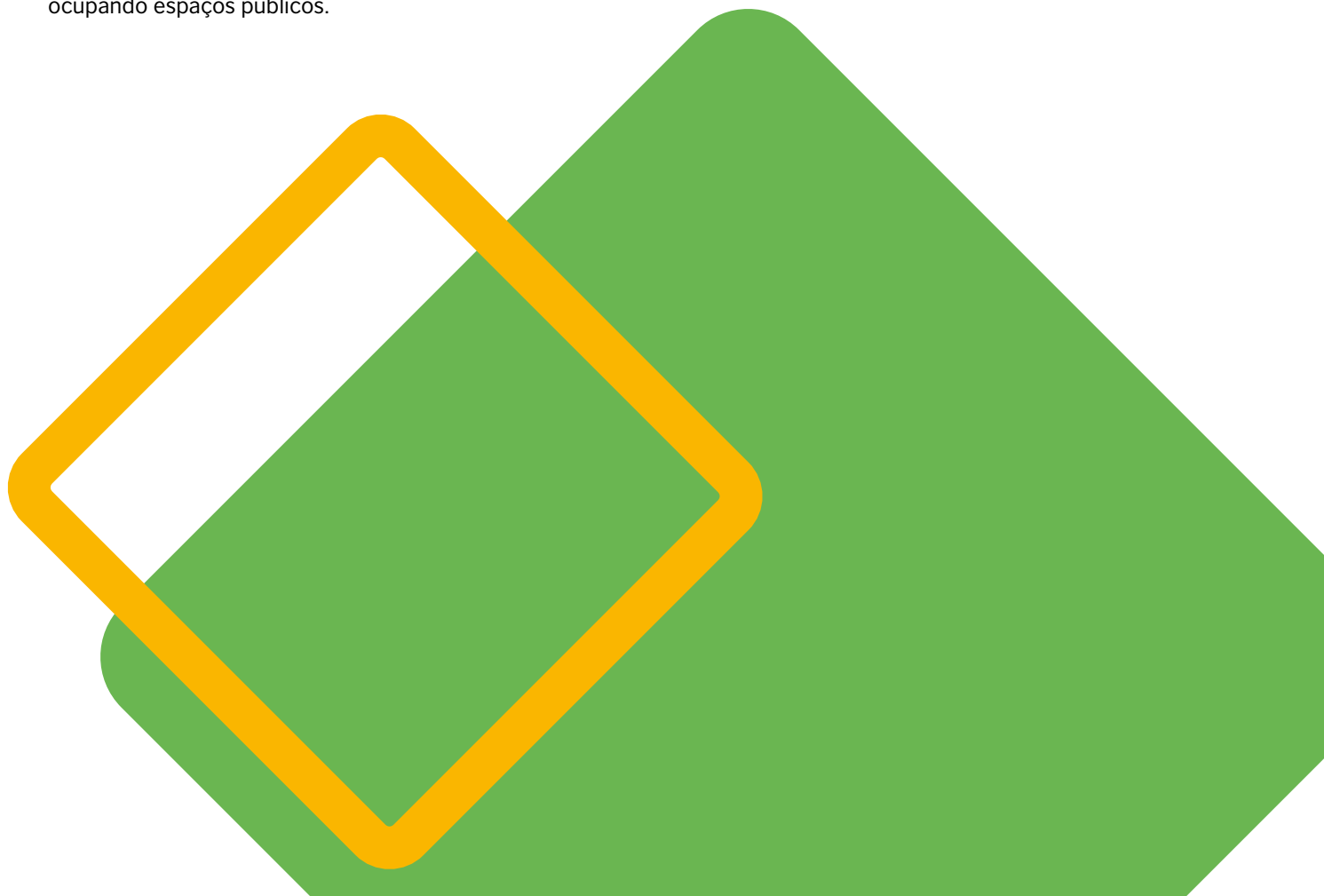


"Essa mudança positiva que a gente consegue enxergar nesse tratado da última década e mais de 5 anos para cá, é justamente por isso, porque a gente está conseguindo alcançar os espaços. Estamos nos inserindo em situações reais e, por mais que seja uma pessoa trans no meio de uma multidão cisgênera, temos nos colocado mais e resistido mais para alcançar e abrir o caminho para outros tipos de corpos também.

Mas é isso, é uma segurança que também é ilusória. Estamos à mercê de diversas violências, tanto no ambiente profissional como no ambiente de saúde. Em todo o contexto."

Homem trans, 33 anos

Sudeste do Brasil, grupo focal



Uma cultura sexista

A ampla maioria (78%) do público geral do Next Generation Brasil concorda que o Brasil possui uma cultura sexista e que as mulheres são objetificadas. Essa percepção é compartilhada por 69% dos homens cisgênero. Três em cada quatro participantes (73%) acreditam que as mulheres enfrentam discriminação no mercado de trabalho e 69% avaliam que elas são promovidas com menos frequência do que os homens. Além disso, 70% acreditam que as mulheres têm menor acesso a posições de liderança, e outros 70% acreditam que elas recebem menos do que os homens pelo mesmo trabalho. Entre os homens cisgênero, 57% concordaram com essa avaliação. A maioria (83%) também reconhece que as mulheres assumem mais responsabilidades domésticas e de cuidado com crianças do que os homens.

Dados do IBGE reforçam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho: No último trimestre de 2024, a taxa de desemprego entre os homens ficou em pouco mais de 5%, enquanto a das mulheres alcançou 7,6%. No mesmo período, os homens receberam, em média, 27% a mais do que as mulheres (IBGE (vi), 2025).

Mulheres negras compõem um dos grupos mais vulneráveis da sociedade. A maioria (70%) dos domicílios chefiados por mulheres negras ou pardas é de baixa renda, com rendimento inferior a um salário mínimo per capita (Gov.br (viii), 2025). Em 2023, a taxa de desemprego entre jovens negras e pardas de 19 a 29 anos foi três vezes maior do que entre homens brancos (Agência Brasil (ii), 2024). O estudo também captou essa diferença: 7% dos homens brancos cis entrevistados estavam desempregados, contra 19% das mulheres negras cis. Embora homens e mulheres cis da amostra do Next Generation Brasil apresentem salários médios semelhantes, há uma discrepância evidente por raça. Jovens mulheres negras cis ganham, em média, 29% a menos do que a média ponderada dos participantes do estudo e 32% a menos do que os homens brancos cis entrevistados.

Figura 10: Renda média mensal por identidade de gênero e etnia

Etnia	Renda mensal média*	(equivalente em libras esterlinas)**	% de diferença***
Homens cis (total)	R\$ 3.244	£439	1%
Homens cis brancos	R\$ 3.348	£453	4%
Homens cis pardos	R\$ 3.190	£432	-1%
Homens cis pretos	R\$ 2.771	£375	-14%
Mulheres cis (total)	R\$ 3.239	£438	1%
Mulheres cis brancas	R\$ 3.498	£473	9%
Mulheres cis pardas	R\$ 2.992	£405	-7%
Mulheres cis pretas	R\$ 2.275	£308	-29%
Não binários	R\$ 3.139	£425	-2%
Gênero fluido	R\$ 2.936	£397	-9%
Homens trans	R\$ 2.832	£383	-12%
Mulheres trans	R\$ 2.671	£361	-17%

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Média ponderada das faixas de renda. ** Taxa de câmbio: £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25). *** Diferença percentual em relação à média ponderada de renda entre jovens do Next Generation Brasil: R\$ 3.211 [~ £435]

Ainda que o estudo Without Shortcuts (2025) indique avanços, como o aumento da proporção de mulheres CEOs no Brasil de 3% para 6% entre 2019 e 2024, elas seguem ocupando apenas 34% dos cargos de alto escalão (Bain, 2024). O caminho é longo, mas os dados apontam uma progressão constante, considerando que, cinco anos antes, esse percentual era de 23%.

Outro estudo de 2024 revelou que empreendedoras negras e pardas ganham, em média, 60% menos do que homens brancos (Sebrae, 2024). Mesmo com os avanços no espaço corporativo, muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos para concluir formações em ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Uma pesquisa recente do Nexus registrou uma queda de 48% na proporção de brasileiras que concluem a graduação nessas áreas no período pós-pandemia (FSB, 2023). Segundo o coordenador da pesquisa, Marcelo Tokarski, essa forte retração pode refletir "impactos econômicos, como desemprego ou queda de renda, e questões ligadas ao cuidado familiar".

As entrevistas mostraram como a combinação de desigualdades relacionadas a gênero, raça, aspecto geográfico e sexualidade impacta de forma particular as jovens brasileiras, sobretudo mulheres negras, pardas e mães solo, que enfrentam obstáculos reais na inserção profissional e, com frequência, são levadas à informalidade.

Um relatório do Senado de 2024 apontou vínculos claros entre vulnerabilidade econômica e violência: dois terços (66%) das vítimas negras e pardas de violência doméstica não tinham qualquer fonte de renda ou viviam em condição de baixa renda, e 85% residiam com seus agressores (Agência Brasil (iii), 2024). Um projeto lançado em 2023 ampliou o acesso ao crédito para mulheres com atenção especial às negras e pardas, de baixa renda e com deficiência (Gov.br (ix), 2023).

Muitas mulheres negras e pardas enfrentam processos seletivos discriminatórios e ficam fora de cargos mais bem remunerados. Algumas iniciativas públicas buscaram enfrentar essas desigualdades nos últimos anos. O *Bolsa Família*, por exemplo, condiciona os repasses à frequência escolar e, em 2024, passou a incluir novos benefícios voltados ao apoio a mães solo.

Resistência e resiliência

A resiliência coletiva nasce de histórias compartilhadas, de vínculos territoriais profundos e da convicção de que a mudança é tanto necessária quanto possível. Nesse cenário, a resiliência assume o papel de liderança, capaz de ampliar a visibilidade da juventude e de abrir caminhos para futuros mais inclusivos. Essa força é profundamente social, enraizada em experiências coletivas, no pertencimento ao território e na determinação de manter viva a busca por direitos e reconhecimento. Música, dança e artes visuais surgem como formas expressivas de resistência criativa protagonizadas por jovens. Em meio à exclusão, a juventude brasileira transforma resistência, criatividade e solidariedade em estratégias de afirmação identitária enquanto imagina novos caminhos para o futuro.

Favelas e outras comunidades periféricas do Brasil contemporâneo foram fundadas por ex-escravizados, migrantes rurais e grupos marginalizados que, diante da exclusão, fizeram da cultura uma ferramenta de identidade e resistência. Nas favelas urbanas, quilombos, comunidades ribeirinhas e indígenas, estilos musicais e de dança emergiram como formas de protesto e expressão artística, abordando diretamente o racismo, a desigualdade, a violência estatal e a exclusão vivida pela juventude (Open Editions Journal, 2021). Gêneros como hip-hop, funk, rap e trap funcionam como plataformas para que jovens em situação de marginalização articulem suas vivências, enfrentem desigualdades sistêmicas e fortaleçam o senso de identidade e comunidade. Essas expressões musicais proporcionam tanto alívio emocional quanto empoderamento, permitindo que os jovens desafiem normas sociais e reivindiquem transformações.

A expressão cultural continua sendo uma força vital na renovação do debate público. Letras de rap e hip-hop frequentemente denunciam a desigualdade social e enfrentam o machismo, o sexismo e a homofobia, enquanto muitos artistas utilizam a música como forma de resistência e afirmação de identidade. Para inúmeros jovens, essas práticas não são atividades extracurriculares; são parte central da sobrevivência, da solidariedade e da visibilidade em uma sociedade que muitas vezes tenta silenciá-los. O grafite também atua como um meio poderoso de expressar resiliência, resistência e identidade cultural, abordando temas como pobreza, desigualdade e injustiça social, além de oferecer uma alternativa à violência e um caminho para a retomada dos espaços urbanos.

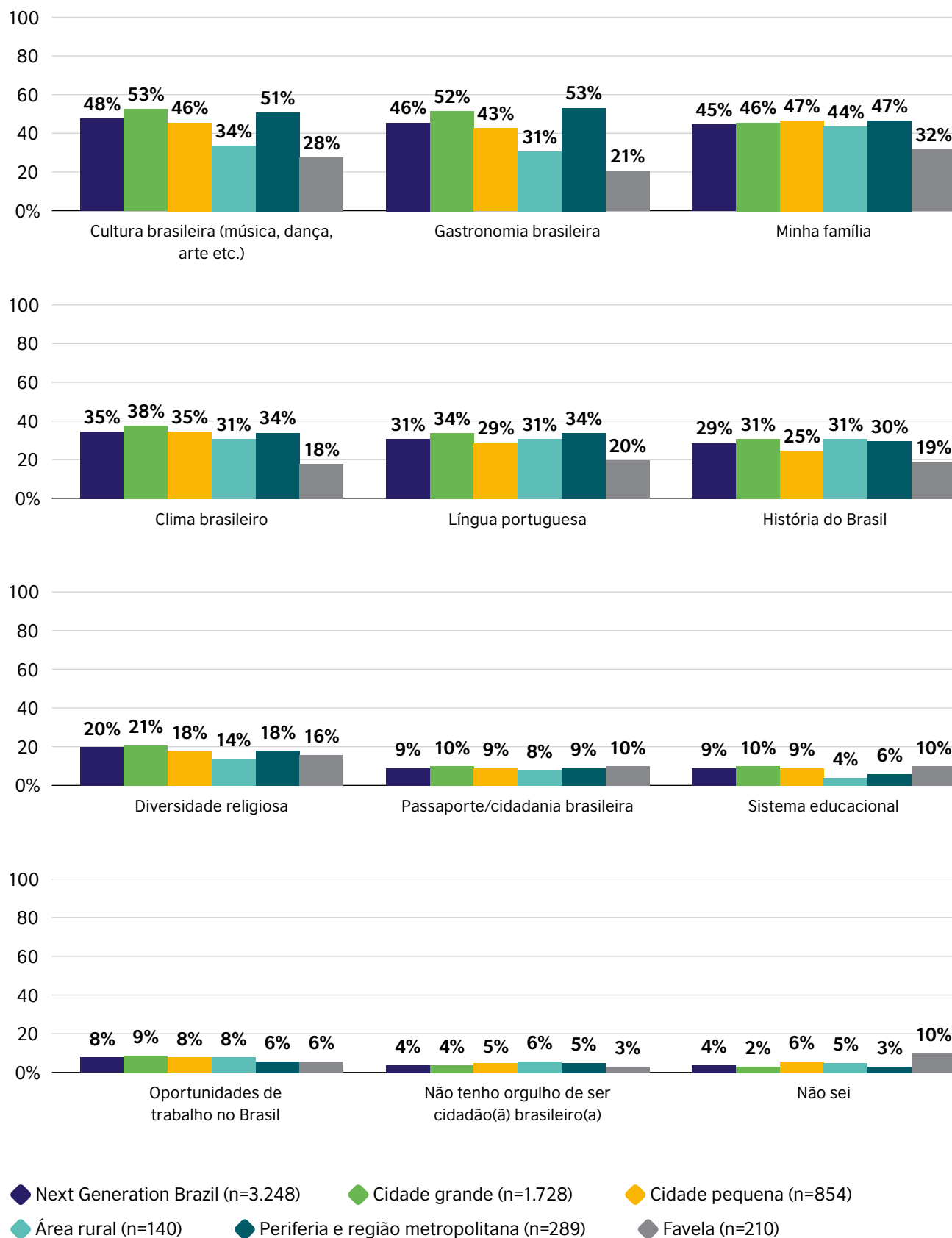
Quando perguntados sobre o que os deixa orgulhosos de ser brasileiros, quase metade (48%) mencionou a cultura do país, especialmente música, dança e artes. A culinária foi citada por 46% e a família por 45%. Apenas 4% afirmaram não sentir orgulho de ser brasileiros. Os resultados reforçam a força da identidade cultural e dos vínculos afetivos entre as juventudes. Apesar dos desafios econômicos, sociais e políticos, os jovens continuam encontrando orgulho e pertencimento nas expressões culturais do cotidiano e nas relações pessoais. A conexão com o Brasil se apoia em tradições compartilhadas, criatividade e comunidade. Esse orgulho cultural pode servir como fonte de resiliência e base para iniciativas que fortaleçam a participação cívica, a coesão social e um desenvolvimento nacional mais inclusivo.

Projetos esportivos de iniciativas comunitárias, especialmente os conduzidas por associações locais ou ONGs, costumam servir como porta de entrada para redes mais amplas de apoio social e promovem responsabilidade coletiva, oferecem referências positivas e, em alguns casos, abrem oportunidades de estudo ou trabalho. O acesso a equipamentos e programas de qualidade, no entanto, permanece desigual, principalmente em áreas rurais ou em territórios afetados pela degradação ambiental e pelo abandono urbano. Apesar das barreiras, muitos jovens persistem: organizam partidas, montam quadras improvisadas e orientam crianças mais novas. O esporte deixa de ser apenas um passatempo e assume o papel de plataforma informal de educação, de liderança construída entre pares e de resiliência.

O funk brasileiro, desdobramento do rap, é o gênero mais ouvido entre os jovens no país (*Movimento Econômico*, 2025). Críticos apontam a presença de linguagem misógina e hipersexualizada, enquanto alguns enxergam nas letras uma forma de apologia ao crime em comunidades vulneráveis. Bailes funk que atravessam a madrugada nas favelas são frequentemente alvo de operações policiais. Em dezembro de 2019, nove jovens foram mortos pela polícia durante um baile em São Paulo, na chamada "Operação Paz e Proteção" (Unifesp (ii), 2024).



Figura 11: O que faz a juventude sentir orgulho de ser brasileira?*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 11, ou sugerir outras.

Juventudes quilombolas

Em um grupo focal com jovens quilombolas de contextos rurais e urbanos, os jovens definiram a identidade como algo enraizado na ancestralidade, na memória cultural e como parte de um senso coletivo de proteção aos modos de vida tradicionais. A cultura quilombola foi descrita como uma identidade viva e dinâmica que, mesmo diante da marginalização sistêmica, fortalece os laços com a própria comunidade e sustenta o sentimento de pertencimento.

A identidade se constrói por meio da transmissão oral de saberes, do aprendizado adquirido entre diferentes gerações e da pluralidade de experiências. Jovens quilombolas relataram, no entanto, que a violência histórica e a falta de representação dificultam a afirmação de sua identidade como quilombolas, especialmente em contextos onde racismo institucional ou conservadorismo religioso reprimem a expressão cultural.

Apesar dos desafios, os jovens expressaram um forte desejo de retomar o protagonismo. Reivindicam mais inclusão nos espaços de decisão, a integração de sua cultura nos sistemas de ensino e a reorganização do movimento quilombola para fortalecer a solidariedade e a representação política. Criticaram a invisibilidade de figuras quilombolas na política e na mídia, a ausência de políticas públicas efetivas e a desvalorização dos conhecimentos tradicionais por parte de instituições acadêmicas e ambientais.

O orgulho racial e a resiliência cultural são evidentes entre jovens afro-brasileiros e funcionam como fatores de proteção frente ao racismo estrutural. Os quilombolas demonstram notável resiliência, encontrando força na identidade cultural e no senso de pertencimento. A identidade coletiva enraizada em tradições africanas torna-se fonte de empoderamento. Jovens quilombolas afirmam seu legado e utilizam práticas culturais como ferramentas de luta social. Esse pertencimento fortalece a mobilização comunitária, na qual a transmissão de conhecimentos no seio das famílias e das comunidades é essencial para preservar o patrimônio cultural.



"Existe ainda essa política de eugeniação de limpeza étnica, sabe? Pra que, se você for se misturando ao longo do tempo, a sua família vai ficando mais clara e, obviamente, você sofreria menos racismo, porque no Brasil não é como nos Estados Unidos, que é pelo sangue e tal, pela hereditariedade.

Só que, assim, é uma... Às vezes não é porque a gente mora dentro de uma comunidade quilombola que subentende-se que todo mundo é preto, mas que na verdade não é, que não existe racismo, né? Ou então que não existe racialidade".

Homem quilombola, 25 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

Juventudes indígenas

Jovens indígenas e ribeirinhos enfrentam invisibilidade cultural e a ameaça constante de deslocamento por indústrias extrativas, problemas relacionados ao clima e omissão do Estado (Cimi (ii), 2023; ISA, 2025). Nas entrevistas qualitativas, os jovens indígenas relataram, de forma unânime, experiências de discriminação vividas ou testemunhadas em espaços educacionais e urbanos. Em entrevistas individuais, as mulheres mencionaram bullying e hipersexualização na escola. Um homem indígena relatou ter sofrido agressão física por motivo étnico. A sensação de invisibilidade nas cidades é recorrente e gera solidão e falta de pertencimento. A frequência do racismo contribui para sua normalização desde a infância, estendendo-se pela adolescência até o início da vida adulta.

A maioria precisou deixar suas comunidades para estudar e enfrentou barreiras culturais, estruturais e linguísticas. Quem migrou para centros urbanos relatou experiências de invisibilidade e alienação, exclusão social e dificuldade de comunicação, com racismo, bullying e hipersexualização frequentes nas escolas. A ausência de docentes indígenas, de escolas bilíngues e de transporte eficiente foi citada de forma unânime como questão crítica. Jovens indígenas também relataram preconceito direto e indireto no mercado de trabalho, muitas vezes associado à expectativa de que indígenas ocupem apenas funções básicas, incluindo atividades tradicionais de subsistência como agricultura, pesca, caça e coleta, além da produção artesanal de cerâmica, cestaria e arte plumária para venda, levando muitos à informalidade.



"Eu sofro ainda mais com isso [discriminação], por as pessoas quererem me desacreditar ou achar que eu sou menos indígena por eu saber falar o português direito. Por mais que eu saiba falar a minha língua materna, ou por eu estar aqui na cidade."

Mulher indígena, 23 anos
Nordeste do Brasil, entrevista individual



"Primeiramente, tem a questão do impacto depois que a gente sai das comunidades, principalmente quem estudou a vida inteira ali próximo à sua aldeia. Uma realidade totalmente oposta, porque lá tem uma educação diferenciada."

Outra coisa também seria a língua, que às vezes a pessoa não tá tão adaptada justamente por ter essa questão da diferenciação, né? Ter esse olhar mais assim pra questão da cultura indígena e saber que a gente também tem essa liberdade, essa autonomia pra usar a nossa língua e aprender mais sobre ela."

Já aqui na cidade, quando a gente vem, é mais uma questão de você focar mais o português, até porque as outras pessoas não sabem a sua língua. Então tem essa questão desse impacto também. E aí, como envolve essa questão de muitas vezes você falar somente na língua indígena ou ter um contato maior com ela, algumas palavras ali do português acabam não saindo tão corretamente, vamos colocar assim."

E aí as outras pessoas, ao invés de tentar entender, acaba olhando de uma forma assim, sabe? Que acaba gerando uma certa discriminação e você não se sente tão confortável naquele ambiente."

Mulher indígena, 22 anos
Norte do Brasil, entrevista individual

Juventudes ribeirinhas

Apesar do reconhecimento legal e da relevância socioambiental, as ações do poder público voltadas às comunidades ribeirinhas permanecem fragmentadas, reativas e insuficientes. A ausência desses temas no debate político, sobretudo em períodos eleitorais, reforça a negligência institucional (*Portal Amazônia*, 2022). O desafio do governo é construir políticas públicas permanentes com participação ativa dessas comunidades e respeito a seus modos de vida, superando promessas não cumpridas e práticas que, em muitos casos, acabam expulsando justamente quem mais contribui para a preservação da floresta (*Repórter Brasil*, 2015).

Mesmo com essas dificuldades, a juventude ribeirinha demonstra notável capacidade de resiliência. Revela disposição para se organizar, participar da vida cívica e defender seus territórios e modos de vida. Há grande potencial de mobilização, especialmente entre jovens engajados na cultura e na liderança comunitária, que pode ser ampliado com a criação de estruturas de apoio específicas.

Construir resiliência nesse grupo requer ampliar o acesso a uma educação contextualizada, apoiar iniciativas de ação climática e bioeconomia lideradas por jovens, expandir a saúde preventiva e descentralizada e institucionalizar a participação na governança local e no monitoramento territorial.



Eu tenho muito orgulho de ser ribeirinho, só que hoje a gente vive sofrendo muito com esse empreendimento que veio aí. Até hoje, a gente tem nove anos aqui dentro do Bairro Laranjeira, fazendo luta por melhorias e vivemos sofrendo todos os dias, impactado e a gente nunca parou. Estamos na luta, estamos buscando conseguir e vamos conseguir nossas melhoras." (...)

"Eu acho que tá muito sofrido. Muito sofrido. Os ribeirinho não tiveram direito a nada, como até hoje estão fazendo luta pelos direito aí."

Mulher ribeirinha (analfabeta funcional), 35 anos
Norte do Brasil, grupo focal



Juventudes com deficiência

Jovens com deficiência relataram ser vistos pela sociedade apenas pelo prisma da deficiência. Isso resulta em exclusão em espaços sociais, bullying nas escolas e dificuldades para estabelecer vínculos afetivos. Mesmo diante de avanços legais, os jovens apontaram a falta de representação efetiva, marcada por preconceito constante e capacitismo estrutural. Atitudes discriminatórias impactaram sua autoestima e moldaram de forma negativa as experiências sociais desde a infância.

A sub-representação nas universidades e em postos de liderança limita a capacidade de reivindicar direitos e de influenciar mudanças estruturais. Persistem barreiras institucionais e falta de preparo, com acessibilidade e apoio ausentes até mesmo em ambientes que se apresentam como inclusivos.

Participantes de um grupo focal observaram que a mídia costuma retratar pessoas com deficiência a partir de estereótipos e ideais irreais, em narrativas que sugerem que só há realização após "superar" a deficiência. Esse enquadramento reforça o capacitismo e impõe expectativas inalcançáveis. O grupo ressaltou a necessidade de representações mais diversas e fiéis às experiências vividas por pessoas com deficiência.

Embora enfrentem barreiras, jovens PcDs disseram adotar estratégias para enfrentar o preconceito, como ignorar insultos, cultivar autoestima e valorizar conquistas pessoais. Eles reconhecem que ações de inclusão bem implementadas geram empoderamento e criam oportunidades reais de aprendizagem e de socialização.

Jovens com deficiência identificaram no esporte um papel transformador para reconstruir a autoestima e fortalecer a autonomia, o protagonismo e o senso de conquista. As estratégias para superar desafios vão da prática esportiva ao ativismo digital e revelam forte autodeterminação. Ainda assim, mudanças fundamentais se fazem necessárias.



"Hoje, 90% da nossa população olha pra a gente, é como se fossemos coitados e, de certa forma isto nos prejudica muito, porque, de certa forma, abala, claro que a gente não liga muito para isso, né? Mas, de certa forma, abala muito.

Eu acho que a gente vive em uma sociedade que de certa forma 80% dela é preconceituosa. São pessoas que acham que o deficiente não pode ter uma vida normal, não pode ter a sua independência, a sua autonomia. Ele tem de viver junto com a família, ajudado pela família, com a família direcionando, saindo, voltando e isso está errado.

O deficiente tem que ter as ferramentas necessárias e adequadas e ter a sua vida com autonomia normal. Claro que não vamos acompanhar uma pessoa que não tem deficiência, mas vai andar ali em uma mesma direção e está certo, não tem nada de errado nisso."

Homem com deficiência visual, 26 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

“

"Meu primeiro semestre na faculdade, peguei uma matéria de economia, o professor simplesmente chegava na sala, eh, escrevia tudo na lousa, ia dando aula, eu dizia "professor...." não, ele começava a explicar o assunto, batia no quadro "é sobre isso aqui!" aí batia no quadro, sinalizava o que ele estava falando.

"Professor, o senhor está falando de que? Isso o que?" Aí ele ficava tentando me explicar, me explicar, aí chegava no quadro, fazia desenhos.... (risos). "Você entendeu?" ele perguntou. Eu falei "não, mas tudo bem".

Aí eu tinha uma colega que, pra gente não perder muito tempo com ele tentando explicar o que ele tava ensinando, ela dizia que ia fazer uns slides com uma autodescrição."

Mulher com deficiência visual (cegueira total),
26 anos

Nordeste do Brasil, grupo focal



“

"Eu tive acompanhamento com o psicólogo. Foi aí que ela conseguiu encaixar na minha mente que eu tinha que usar a minha bengala para eu me desarmar, eu ter uma liberdade boa, uma autonomia boa, e daí eu me joguei no mundo de esporte adaptado para o deficiente visual.

Me apaixonei com a natação.
Sou bicampe o baiano....'

Homem com deficiência visual, 26 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

Juventudes trans

Jovens trans no Brasil, especialmente mulheres trans e *travestis*¹, enfrentam transfobia institucionalizada, falta de proteção legal, rejeição familiar e social, exclusão escolar e do mercado formal de trabalho, além de exposição frequente à violência. O relatório *Enfrentamento à LGBTQIA-fobia no Brasil*, de 2025, aponta que a violência contra essas comunidades constitui "uma epidemia no país, pelo crescimento exponencial nos últimos anos e pelas formas de atuação que garantem sua perpetuação. A difusão e a multiplicidade dessas ocorrências dificultam um diagnóstico conclusivo e, por consequência, a proposição de medidas para sua solução". (Gov.br (x), 2025).

Em um grupo focal mediado, jovens trans de diferentes regiões relataram que o preconceito é constante, sobretudo contra mulheres trans, frequentemente hipersexualizadas ou associadas ao trabalho sexual. Relataram episódios de assédio em espaços públicos e formas sutis de exclusão no convívio social, especialmente em áreas rurais. Alguns reconheceram avanços na última década, mas destacaram que ainda persistem diferenças geracionais e regionais. Ao saírem de casa na adolescência por causa da identidade de gênero, muitos tiveram a trajetória escolar interrompida e passaram a enfrentar maior vulnerabilidade em ocupações informais e precárias.

A juventude trans relatou ainda episódios de agressão física extrema e uma sensação generalizada de insegurança em determinados espaços, agravada pelas interseções com raça, classe e território. Houve também menções a ataques direcionados, especialmente em espaços de entretenimento LGBTQIAPN+ em diferentes cidades pelo Brasil.

Mesmo diante de múltiplas adversidades ainda expressaram forte desejo de autonomia e de fortalecimento coletivo. Defendem um futuro em que sua existência não seja apenas tolerada, mas respeitada e protegida. Demonstaram orgulho pela identidade de gênero, pelos laços comunitários e pela própria resiliência. A afirmação de gênero e o apoio entre pares atuam como mecanismos centrais de enfrentamento. O acesso às redes sociais e a iniciativas lideradas por pessoas trans também se mostrou uma ferramenta valiosa para afirmação identitária, visibilidade e mobilização.

A juventudes tran apontou a educação e o trabalho estável como eixos centrais para construir resiliência de longo prazo, desde que apoiados por políticas públicas específicas para jovens trans, como cotas em universidades e programas de formação profissional. Destacaram a importância de políticas de saúde que assegurem acesso à terapia hormonal e ao apoio psicológico. Ressaltaram ainda a necessidade de visibilidade e representatividade não apenas na mídia, mas também nas instituições, acompanhadas de mudanças culturais mais amplas que desafiem padrões cisnormativos e binários.

Em síntese, reivindicam políticas antidiscriminatórias mais firmes, maior visibilidade trans em posições de liderança e suporte estrutural ampliado, com aceitação, dignidade e oportunidades de viver e trabalhar sem medo.



"Eu particularmente senti um sentimento de revolta - sim, foi quando eu me voltei a minha realidade. Eu fiquei frente a frente com a realidade que eu encontrei. e as pessoas que eu conheci, sabe? E além de quando eu entrei no movimento, foi o lugar que eu recebi acolhimento, foi o lugar onde eu encontrei uma resposta para o medo que eu tinha.

Porque antes eu achava que eu não poderia viver, sabe? Eu achava que eu nunca ia conseguir sair de casa. Eu ia me matar.

Depois eu só... Consegui ter Esperança de que eu poderia sobreviver uma vida digna, e eu acho que essa é a palavra. Eu tenho o futuro que eu quero ter um futuro digno."

Homem trans, 20 anos
Norte do Brasil, grupo focal

¹ O termo *travesti* carrega um significado político, cultural e social específico da América Latina, que não encontra equivalente pleno em outras línguas.

“

"Na minha época, a gente não tinha alunos trans no ensino fundamental ou no ensino médio. Hoje em dia, enquanto professor, eu já vejo na sala de aula essas crianças. Mas, por exemplo, a relação deles com as famílias ainda é extremamente problemática.

Existem problemas de uso do nome social. As escolas têm se aberto um pouco mais por conta das leis e da pressão que o governo federal que a gente conseguiu - pra firmar alguns marcos, como uso dos banheiros, respeito ao nome social.

Mas na prática essas relações ainda são muito frágeis - e facilmente reversíveis, principalmente pela família. Então, às vezes, por exemplo, a escola, ela vai seguir o nome social, mas a família daquela criança vai lá e dá um barraco. Acontece alguma coisa e a escola vai tender a olhar pelo olhar da família - e desrespeitar, inclusive, a Constituição."

Mulher trans, 32 anos

Nordeste do Brasil, grupo focal

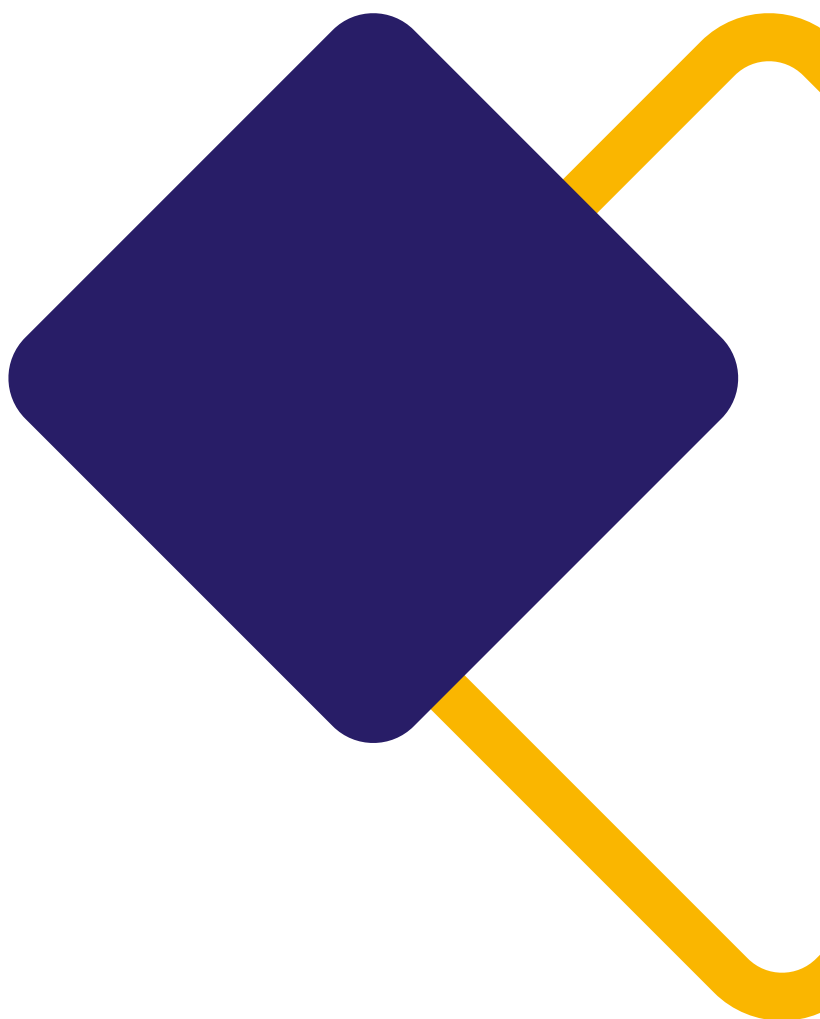
“

"Geralmente, quando nós, mulheres trans, passamos nas ruas, é muito assédio - muita buzina, homem chamando para entrar dentro do carro. É aquela objetificação dos nossos corpos.

Eles tentam chamar nossa atenção. Porque eu, particularmente, passo na rua sem olhar pra ninguém. Eu não fico olhando para homem nenhum porque eu não gosto de dar ousadia e eles fazem de tudo para chamar a atenção."

Mulher trans, 26 anos

Nordeste do Brasil, grupo focal





"Essa mudança positiva que a gente consegue enxergar na última década - e mais de 5 anos para cá - é justamente porque a gente está conseguindo alcançar os espaços. A gente está se inserindo nas conversas e, por mais que seja uma pessoa trans no meio de uma multidão cisgênera, a gente tem se colocado mais e tem resistido mais para alcançar e abrir o caminho para outra corporalidade também.

Mas é isso, é uma segurança que também é ilusória, que a gente está à mercê de diversas violências, tanto no ambiente profissional como no ambiente de saúde. Em todo o contexto."

Homem trans, 33 anos

Sudeste do Brasil, grupo focal

Juventude LGBTQIAPN+

Um em cada cinco jovens (18% do total do Next Generation Brasil, n = 3.248) se identifica como parte das comunidades LGBTQIAPN+. Entre eles, quase dois terços (64%) relataram ter sido tratados de forma diferente por causa da orientação sexual. Rejeição familiar, discursos de ódio e violência aparecem como os principais desafios. Reconhecer essas experiências é fundamental para orientar políticas inclusivas e enfrentar desigualdades cotidianas. Embora a amostra de jovens trans, não binários e de gênero fluido seja menor, suas percepções sobre esses desafios permanecem essenciais.



Figura 12: Principais desafios enfrentados pelas comunidades LGBTQIAPN+ no Brasil*

◆ Comunidade LGBTQIAPN+ do Next Generation Brasil (n=595) ◆ Homens trans do Next Generation Brasil (n=22)
 ◆ Mulheres trans do Next Generation Brasil (n=46) ◆ Não binário do Next Generation Brasil (n=21)
 ◆ Gênero fluido do Next Generation Brasil (n=21)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes que se identificaram como parte das comunidades LGBTQIAPN+ (n = 595) puderam selecionar até 5 opções de uma lista de 15, escolher nenhuma ou sugerir outra.

** Embora muitos dos itens listados possam ser entendidos como formas de transfobia, a categoria foi mantida separadamente a pedido do Grupo Consultivo da Juventude.

Iniciativas governamentais voltadas à igualdade racial

- A criação do Ministério da Igualdade Racial é vista por muitos como um avanço, com programas como o *Aquilombola Brasil*, que busca ampliar a participação de jovens quilombolas em processos decisórios e em políticas públicas.
- O Ministério da Educação oferece bolsas de permanência a jovens quilombolas e indígenas em universidades brasileiras (Gov.br (xi), [2024](#)).
- Em 2023, o Ministério da Justiça lançou um edital para financiar projetos culturais em áreas com altos índices de violência e vulnerabilidade social, resultando em mais de 40 parcerias com organizações da sociedade civil.
- O PRONASCI 2, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, coordena ações de prevenção e controle do crime. O programa busca enfrentar diferentes formas de preconceito e implementar políticas sociais e medidas de proteção às vítimas. Embora o Ministério da Justiça e Segurança Pública não tenha apresentado dados sobre quantos jovens foram diretamente impactados, confirmou a seleção de 138 organizações da sociedade civil para executar propostas.
- O Ministério da Cultura promove o Prêmio Jovem Quilombola Inovador, que reconhece soluções práticas para melhorar a vida em comunidades quilombolas.
- Já é possível observar avanços concretos desde o decreto de 2023, que estabeleceu uma cota de 30% para pessoas negras ou pardas em cargos federais de confiança. Dois anos depois, 39% dos postos de liderança no serviço público federal já eram ocupados por pessoas negras, pardas e indígenas (Agência Gov (i), [2025](#)).



Resiliência e identidades das juventudes: Principais achados da pesquisa

- A maioria expressiva de jovens negros e pardos no Brasil relatou ter vivenciado discriminação racial. Mais de um quarto dos jovens negros apontou o racismo como um dos principais desafios enfrentados nos últimos anos.
- A análise de renda e de oportunidades de trabalho revela desigualdades marcadas por raça e gênero. Jovens brancos recebem, em média, 19% acima da média ponderada da amostra, enquanto jovens negros recebem 31% abaixo. O número de mulheres negras cis desempregadas é quase três vezes maior que o de homens brancos cis. No mercado de trabalho, jovens mulheres negras recebem valores próximos à metade da média nacional e quase três vezes menos que homens brancos.
- Dois terços dos jovens que se identificam como parte das comunidades LGBTQIAPN+ disseram ter sido tratados de forma diferente por causa da orientação sexual. Rejeição familiar, discursos de ódio e violência estão entre os principais desafios enfrentados. Jovens trans relataram preconceito constante e episódios de violência direcionada. Mulheres trans destacaram a hipersexualização e o estigma de serem associadas ao trabalho sexual. Apesar de avanços recentes, a sensação de insegurança persiste em determinados espaços públicos.
- Em um grupo focal, jovens quilombolas ressaltaram que a cultura sustenta o pertencimento mesmo diante da marginalização. Tradições orais e aprendizagem intergeracional moldam a identidade, mas a violência histórica e a baixa representação ainda dificultam sua afirmação, principalmente em contextos marcados pelo racismo institucional.
- Jovens indígenas relataram discriminação disseminada em escolas e centros urbanos. A maioria precisa deixar suas comunidades para estudar e enfrenta entraves culturais, linguísticos e estruturais, como a ausência de docentes indígenas, de escolas bilíngues e de transporte confiável.
- Jovens com deficiência afirmaram que a sociedade tende a enxergá-los principalmente pela condição de deficiência, o que resulta em exclusão social, bullying escolar e dificuldades em relações afetivas, com impacto direto na autoestima. Também destacaram obstáculos institucionais e falhas de acessibilidade em espaços públicos.



Capítulo 2

Educação, carreira e desigualdade digital

Este capítulo analisa os níveis de escolaridade da juventude que participou da pesquisa Next Generation Brasil; como a renda varia de acordo com a trajetória educacional no país; como os jovens avaliam a formação recebida e o que sugerem para melhorar o sistema.

A pesquisa revela profundas desigualdades sociais e territoriais na educação, que vão da infraestrutura precária e currículos defasados à barreiras econômicas e digitais que limitam o acesso a uma aprendizagem de qualidade e a melhores oportunidades de trabalho. Esses dados e relatos mostram como os obstáculos atingem de forma desproporcional os grupos marginalizados e reforçam a urgência de grandes reformas para garantir condições mais equitativas de preparação para o futuro.





"Teve uma massificação muito intensa [do sistema educacional, nos anos 80 e 90] — e pouco debate sobre currículo. Isso é um ponto muito importante para a gente pensar no mundo do trabalho. Por quê? Porque aquele mesmo processo e estrutura de um currículo do século XX — de todo o século XX — ele foi transposto para o final do século XX e no século XXI. Então, você faz um processo de massificação da educação, mas de uma educação que era para poucos.

Então, você constrói ali um desarranjo muito forte, porque hoje nós estamos afirmando no Brasil que todo mundo tem o direito de fazer educação do ensino superior.

Isso é uma verdade — tem direito, mas numa sociedade que todos façam, certamente você vai ter falta em vários outros setores de mão de obra.

E aí está uma consequência, um efeito por não repensar o currículo e o lugar do ensino básico, quando não é mais para uma elite específica, que vai entrar certamente, vai controlar, vai liderar o país, como foi a condição do ensino básico no Brasil.

Então, o que nós temos hoje de desafio diz muito desse processo desarranjado de massificação do ensino, mas sem pensar em marcadores fundamentais, que é qual o lugar da juventude negra nesse país, já que essa juventude é que estava fora do ensino básico. Qual é o lugar dessa juventude negra, LGBTQIA+, que estava fora de várias instâncias de poder do Estado, de poder em relação ao direito, à saúde, à educação, ao trabalho?

Então, isso foi pouco pensado, até hoje é um desafio muito grande pensar, discutir currículo, que você tenha aí um arranjo muito desarranjado de educação."

Cleber Ribeiro de Souza,
Sudeste do Brasil, Uniperiferias / IMJA



Contextualizando a educação brasileira

A maioria dos adolescentes brasileiros, 87%, frequenta escolas públicas gratuitas de *ensino médio* (INEP, [2023](#)). As redes estaduais variam muito em qualidade, enquanto as escolas particulares costumam oferecer melhor infraestrutura e resultados acadêmicos. Ao mesmo tempo, mais de 79% dos universitários estão matriculados em instituições privadas. Críticos apontam problemas de qualidade ligados à expansão acelerada e orientada pelo lucro do setor (SSRN, [2023](#)).

O Brasil gasta, por aluno do ensino médio, cerca de 68% do valor médio da OCDE e investe 21% a menos no ensino superior. Em períodos de austeridade, os orçamentos de educação e ciência sofrem cortes. O país ocupa a quinta posição mundial em proporção de adultos de 25 a 69 anos sem ensino médio completo: 27%, contra 14% na média da OCDE e 12% no Reino Unido (OECD, [2024](#)).

Os salários docentes podem chegar a 47% abaixo da média da OCDE e não é incomum que professores dobrem a jornada, lecionando em uma escola pela manhã e em outra à tarde. O país enfrenta o risco de escassez nacional de professores: estima-se um déficit de cerca de 235 mil docentes da educação básica até 2040. Quase 80% dos professores em exercício já pensaram em deixar a carreira, e 68% afirmam sentir-se inseguros, desmotivados e frustrados com o futuro profissional (SEMESP, [2022](#)).

Em 2024, um em cada cinco estudantes do ensino médio (18%) tinha defasagem escolar superior a dois anos, uma melhora em relação aos 31% registrados em 2018. A desigualdade regional, porém, segue acentuada: 27% dos alunos no Norte estão atrasados, contra 14% no Sudeste (Gov.br (xii), [2024](#)). Em março de 2025, um levantamento mostrou que as taxas de analfabetismo entre pretos e pardos são mais que o dobro das observadas entre brancos (IBGE (vii), [2025](#)), que também recebem mais de 60% por hora a mais (IBGE (viii), [2023](#)). Apenas 12% dos adultos pretos e pardos com mais de 25 anos concluíram a universidade, contra 26% entre brancos (IBGE (ix), [2025](#)).

Historicamente, as elites tinham acesso às universidades públicas gratuitas e de alta qualidade, enquanto estudantes de baixa renda recorriam ao ensino privado, em geral de menor qualidade. Apesar da expansão dos anos 1980 e 1990 e das políticas afirmativas que ampliaram o acesso de grupos marginalizados às universidades públicas, as reformas não acompanharam as demandas do mercado de trabalho. Para os ativistas, a educação continua distante da realidade dos jovens.

Entre 25 e 34 anos, mais mulheres brasileiras concluem a universidade (28%) do que homens (20%). Essa vantagem, porém, desaparece no mercado de trabalho: Os dados da OECD mostram que 85% das jovens diplomadas estão empregadas, contra 92% dos homens, e elas recebem apenas 75% do salário dos homens (OECD (i), [2024](#)). Entre formados em universidades privadas, as mulheres ganham apenas 71% do salário dos homens (ABMES, [2023](#)).

Em 2023, as matrículas na graduação cresceram quase 6%, puxadas pela modalidade a distância nas instituições privadas. Três quartos dos novos ingressos, mais de 3 milhões de estudantes, foram em cursos online (Gov.br (xiii), 2024). Nas universidades públicas, 87 mil estudantes também ingressaram em cursos a distância.

Na pós-graduação, a tendência foi inversa. Entre 2019 e 2022, as matrículas caíram 13%, em razão de mudanças no mercado de trabalho, da percepção de que a formação leva muito tempo e do desejo de ingressar mais cedo no mercado (FAPESP (i), [2024](#)).



"O maior problema é a desvalorização da profissão docente no Brasil. O que, na prática, se reflete numa baixa remuneração. Para que a gente possa ter uma ideia, na média, os professores ganham muito menos do que outros profissionais que têm o mesmo grau de escolaridade. (...) Precisamos ver também as condições de trabalho, tanto materiais quanto as condições humanas, pois, muitas vezes, esse professor tem uma carga maciça de trabalho e sem apoio da gestão escolar"

Sílvia Colello

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP (ii), [2025](#))

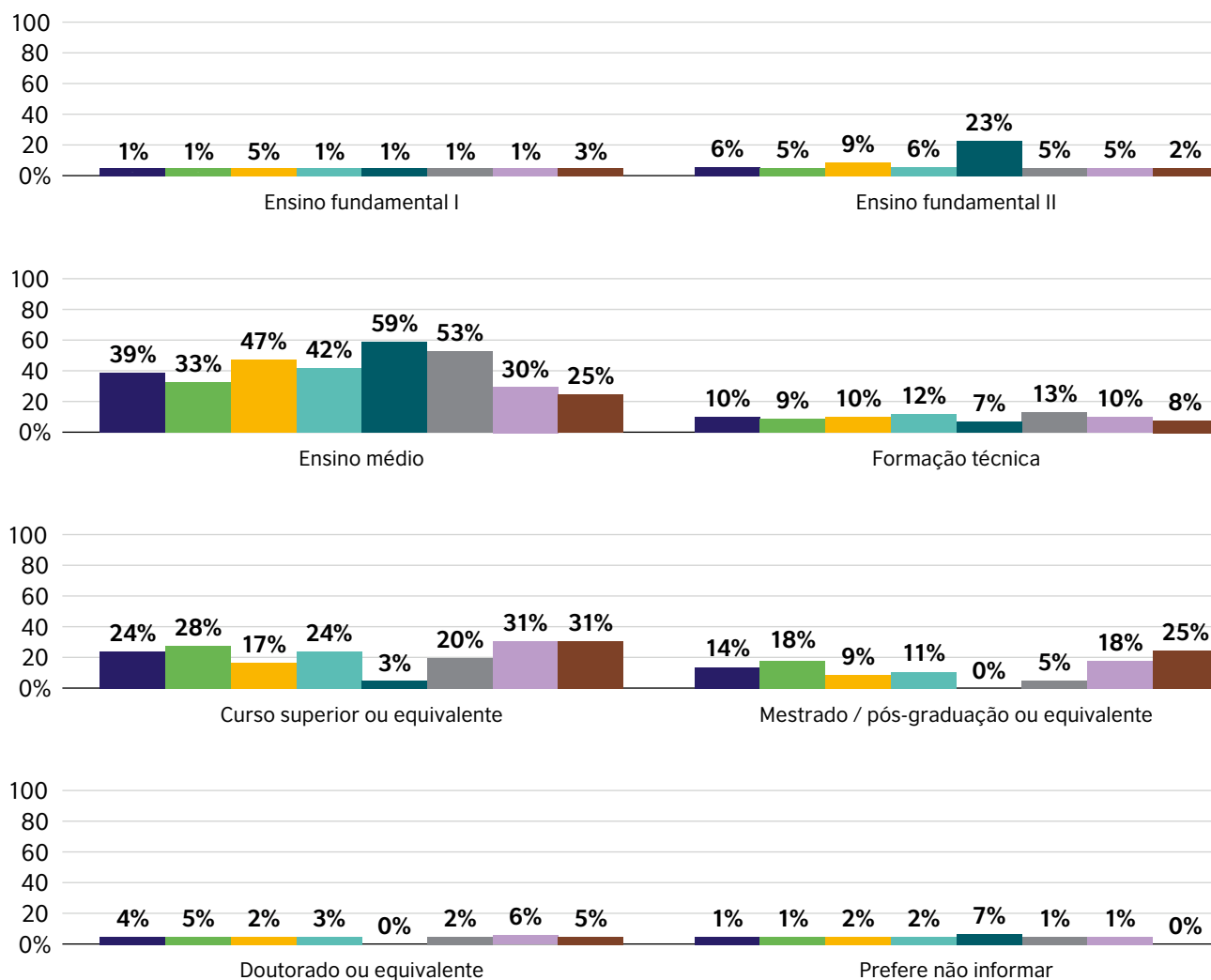
Iniciativas relacionadas à educação

- O programa *Bolsa Família*, implementado em 2003, recompensa famílias de baixa renda que mantêm seus filhos vacinados e frequentando a escola. É creditado por ampliar a frequência escolar (hoje pouco abaixo de 92% entre 15 e 17 anos, ante 87% em 2016) e por reduzir a extrema pobreza (World Bank Group, [2025](#)) (IBGE (x), [2025](#)).
- O *Pé-de-Meia*, lançado em 2023, busca incentivar a conclusão do ensino médio com bolsas mensais de R\$ 100 a R\$ 300 (cerca de £13 a £40). O benefício é voltado a estudantes do ensino médio que participam de programas sociais e pode chegar a um total de R\$ 9.200 em três anos, o equivalente a cerca de £1.200.
- O *Pé-de-Meia Licenciaturas*, lançado em janeiro de 2025, é um auxílio financeiro criado para atrair e manter estudantes em cursos de formação de professores.
- Uma lei federal de 2012, a *Lei de Cotas*, determinou que metade das vagas em universidades públicas fosse reservada a estudantes de baixa renda e de escolas públicas, distribuídas também por cotas raciais para negros, pardos e indígenas. Quatro anos depois, pessoas com deficiência foram incluídas e, em 2023, as comunidades quilombolas. Em nove anos, mais de um milhão de jovens acessaram o ensino superior por meio das cotas (MEC) (Gov.br (xiv), [2023](#)). Mais da metade dos estudantes nas universidades federais (52%) se autodeclara negra, parda ou indígena, e nas estaduais o índice chega a 44% (FAPESP, [2023](#)). Pessoas trans ainda não estão contempladas na lei nacional, mas muitas universidades criaram políticas próprias, o que provocou reação de grupos de extrema direita.
- Programas de financiamento estudantil, como o FIES, ampliaram o acesso ao ensino superior privado, mas também aumentaram o endividamento. Em 2024, cerca de 876 mil estudantes estavam inadimplentes em contratos firmados desde 2017, enquanto outros 368 mil renegociaram os pagamentos em programas do governo (*Agência Brasil* (iv), [2024](#)).
- O *Programa Mais Professores para o Brasil*, lançado em janeiro de 2025, busca valorizar o magistério e atrair novos profissionais. Também prevê benefícios financeiros para docentes em regiões desassistidas e oferece formação continuada aos que já estão em exercício (Gov.br (xv), [2025](#)).

Níveis educacionais entre as juventudes do Next Generation Brasil

Os dados da pesquisa mostram desigualdades na escolaridade entre grupos raciais e faixas etárias. Entre jovens brancos, 51% têm formação universitária, bem acima dos 38% entre pardos e dos 28% entre pretos. As diferenças ficam ainda mais visíveis na pós-graduação: 23% entre brancos, 14% entre pardos e 11% entre pretos, possivelmente reflexo da ausência de políticas afirmativas nessa etapa.

Figura 13: Nível de escolaridade por raça/etnia e idade*



◆ Next Generation Brazil (n=3.248) ◆ Brancos (n=1.348) ◆ Pretos (n=607) ◆ Pardos (n=1.171)
 ◆ 16 a 18 anos (n=427) ◆ 19 a 24 anos (n=914) ◆ 25 a 30 anos (n=1.063) ◆ 31 a 35 anos (n=844)

* "Qual foi o nível de ensino mais alto que você concluiu?" Os participantes podiam escolher uma opção da lista acima ou formular uma resposta própria.

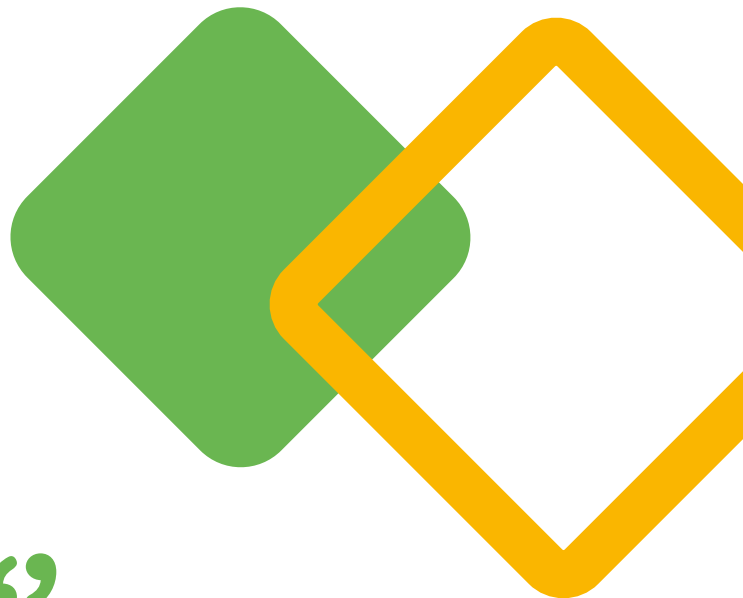
Embora as cotas tenham ampliado o acesso de grupos de baixa renda e marginalizados à graduação e sejam amplamente reconhecidas como uma medida positiva, lideranças e ativistas destacam uma fragilidade: a ausência de apoio consistente à permanência, principalmente no ensino superior.



"Eu fui a primeira pessoa com cegueira no espaço [universidade] e eles ficaram desesperados quando eu fui fazer minha matrícula, porque achavam que iam ter que fazer mudanças assim de coisas extraordinárias para poderem me receber. Tinha pouco tempo que eu tinha perdido a visão, e eu tinha decidido estudar — como é que iria ser eu também não sabia. (...)

Fala-se de inclusão, só que eu nunca fui incluída de verdade. Porque na verdade não basta você fornecer acessibilidade, tem que ter o acompanhamento. Existe o NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico), porém, era algo muito... como eu posso dizer, superficial. A legislação cobra que tenha ali, porém é somente para poder cumprir, mas eu passei bastante dificuldade nessa minha chegada na universidade, por causa dessas questões."

**Mulher com deficiência visual (cegueira total),
parda, 26 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal**



"Tem muito blá blá blá sobre vamos incluir! Vamos incluir as crianças, não sei o que, só que ninguém coloca a mão na massa que sabe. Então eu acho que é isso que falta.

Eu acho que isso tinha de ser na universidade quando o professor está fazendo licenciatura. O professor deveria ter uma aula de fato, não só o conceito de Libras, ou de aprender sobre inclusão, mas lições reais - aprender como uma pessoa com baixa visão, como ela enxerga, como um cego faz para fazer as coisas.

Porque o professor chega lá e muitas das vezes ele não tem culpa — ele não sabe como lidar, porque ele não teve treinamento. Ele está ali na licenciatura e ele aprendeu o que os alunos vão precisar saber, só que ele não aprendeu sobre os alunos que tem algum tipo de deficiência. Então eles não têm culpa! Isso vem da licenciatura."

**Mulher com deficiência visual (baixa visão), preta,
21 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal**

Os dados quantitativos revelam desigualdades de renda associadas à escolaridade, ao gênero e à raça. Mulheres negras cis com graduação recebem 70% do salário de homens brancos cis com o mesmo nível. Entre quem tem pós-graduação, a proporção cai para 65%. De forma inesperada, mulheres brancas cis com doutorado aparecem com renda superior à de homens brancos cis com o mesmo título.



"Políticas públicas específicas para permanência indígena nas universidades, como bolsas, moradia e apoio psicossocial, são essenciais. Também é preciso investir em escolas indígenas com estrutura adequada, formação de professores indígenas e materiais didáticos produzidos por nós."

Homem indígena, 32 anos

Sudeste do Brasil, entrevista individual

Figura 14: Renda mensal média por graduação, gênero e raça/etnia*

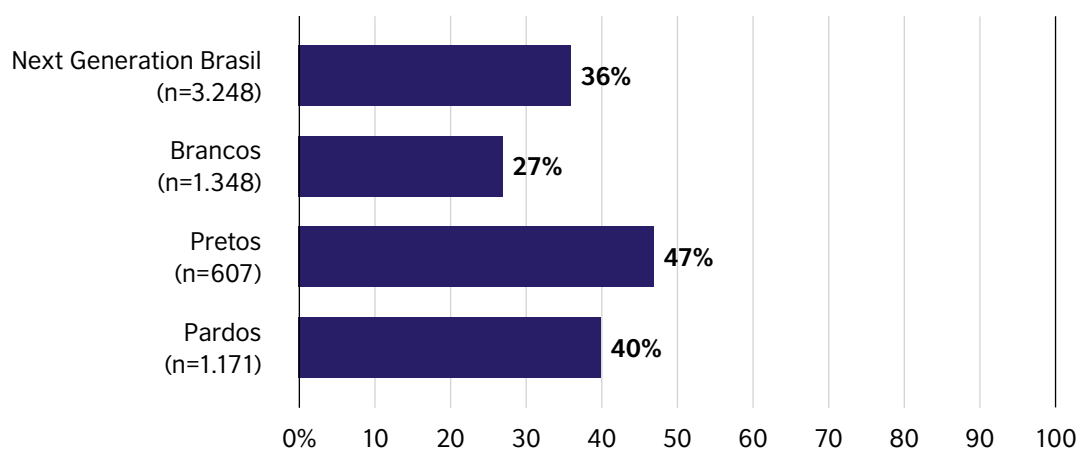
Formação universitária	Mulheres cis brancas (n=687)	Mulheres cis pretas (n=298)	Mulheres cis pardas (n=615)	Homens cis brancos (n=605)	Homens cis pretos (n=298)	Homens cis pardos (n=490)
Graduação ou equivalente	R\$ 4.367 £591	R\$ 3.516 £476	R\$ 3.984 £539	R\$ 5.050 £683	R\$ 3.783 £512	R\$ 4.033 £546
Pós-graduação, mestrado ou equivalente	R\$ 6.306 £853	R\$ 4.242 £574	R\$ 5.445 £737	R\$ 6.507 £881	BRL \$- -	R\$ 5.350 £724
Doutorado	R\$ 8.195 £1.109	R\$ 5.795 £784	R\$ 6.760 £915	R\$ 7.593 £1.027	R\$ 4.677 £633	R\$ 6.543 £885

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Média ponderada das faixas de renda. ** Taxa de câmbio: £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25)

Educação interrompida

Metade dos jovens de 19 a 24 anos não tinha formação universitária nem estudava no momento da pesquisa. Além disso, 6% desse grupo nem chegaram ao ensino médio. A proporção sem diploma universitário e fora da escola cai para 41% entre 25 e 30 anos e para 35% entre 31 e 35 anos. Os dados sugerem uma tendência de abandono do sistema formal após a conclusão da educação básica.

Três quartos dos jovens desempregados no levantamento não tinham diploma universitário. Entre os que não passaram do ensino médio, quase dois terços (63%) eram pretos ou pardos, contra 33% de brancos. A desigualdade racial na educação é evidente: 51% dos jovens brancos concluíram o ensino superior, ante 38% dos pardos e 29% dos pretos.

Figura 15: Jovens que não chegaram à universidade por raça/etnia*

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Jovens de 18 anos ou mais cujo nível mais alto de escolaridade é o ensino fundamental, médio ou técnico e que não estudam atualmente.

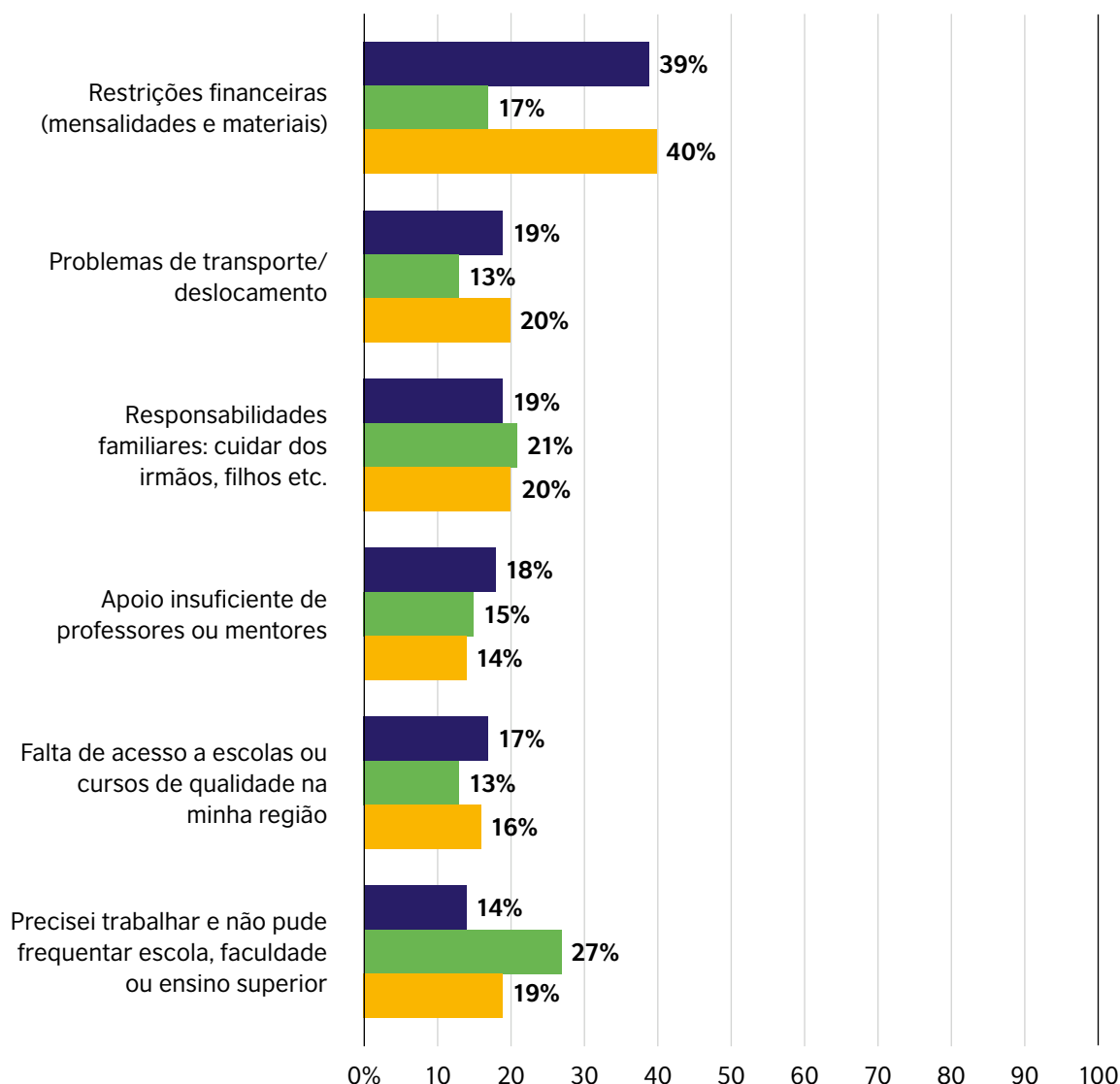
Em 2022, um em cada cinco brasileiros de 15 a 29 anos (20%) não havia concluído a educação básica, o que representa quase 10 milhões de jovens, segundo a pesquisa Juventudes Fora da Escola (Fundação Roberto Marinho, [2022](#)). A maioria era de baixa renda; 84% tinha entre 20 e 29 anos e 70% se identificava como preta ou parda. O principal motivo para deixar a escola foi econômico: 32% precisaram trabalhar e 17% cuidar da família.

Entre os jovens da pesquisa Next Generation Brasil, a restrição financeira foi o motivo mais citado para não seguir estudando ou adquirir novas competências: 46% entre 31 e 35 anos e 39% entre 19 e 24 anos. Responsabilidades familiares foram mencionadas por 19%. Proporção semelhante apontou dificuldades de deslocamento (19%), falta de instituição ou curso de qualidade na região (17%) e apoio insuficiente de docentes ou mentores (18%).

A necessidade de trabalhar foi a principal razão para a saída precoce dos estudos, principalmente entre quem não chegou à universidade. Entre os que não passaram do ensino fundamental, 27% citaram esse motivo; entre os que não concluíram o ensino médio, a proporção foi de 19%.



Figura 16: Principais motivos que fazem os jovens brasileiros interromper os estudos*



◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ Jovens que não seguiram além do ensino fundamental** (n=149)

◆ Jovens que não seguiram além do ensino médio*** (n=1.175)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 3 opções de uma lista de 12, ou sugerir outra. ** Inclui jovens que não foram além do ensino fundamental I ou II, ou ensino técnico e que não estudam atualmente. *** Inclui jovens que não passaram do ensino médio ou ensino técnico e que não estudam atualmente.

Percepção dos jovens sobre sua educação

Segundo o Next Generation Brasil, 56% dos jovens relataram sentir-se bem ou muito bem preparados para o mundo do trabalho, mas os dados demonstram forte variação conforme a renda. Entre os que ganham R\$ 10.000 ou mais (cerca de £1.350), 78% relataram sentir-se bem preparados. Embora a pesquisa não tenha indicado o nível de escolaridade considerado, 58% desse grupo possuíam pós-graduação. Por outro lado, apenas 48% dos que recebem um salário mínimo (R\$ 1.412, cerca de £190) relataram preparo semelhante.

Figura 17: Preparação para o trabalho com base na educação formal*

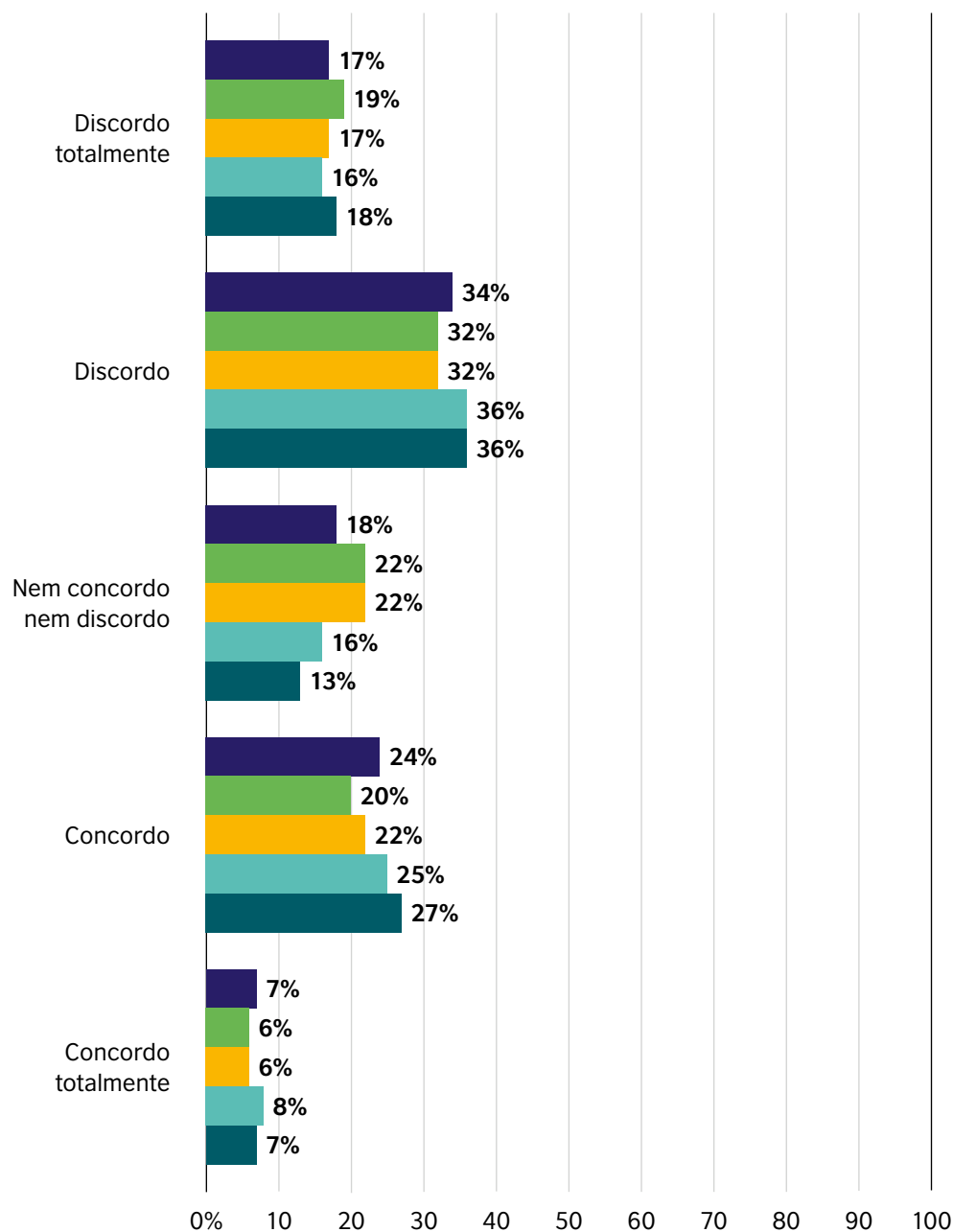


◆ Sem renda
 ◆ Até 1 salário mínimo (aprox. £190) por mês
 ◆ 1 a 1,5 salários mínimos (aprox. £190 a £285) por mês
 ◆ 1,5 a 2 salários mínimos (aprox. £285 a £380) por mês
 ◆ 2 a 3 salários mínimos (aprox. £380 a £570) por mês
 ◆ 3 a 4 salários mínimos (aprox. £570 a £760) por mês
 ◆ 4 a 7 salários mínimos (aprox. £760 a £1.330) por mês
 ◆ Mais de 7 a salários mínimos (aprox. £1.330+) por mês
 ◆ Prefere não informar

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. *'Quão bem você acha que sua educação o preparou para o trabalho?' Os participantes da pesquisa podiam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert. ** Taxa de câmbio: £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25)

Pouco mais da metade (51%) dos jovens entrevistados não considera a educação no Brasil de boa qualidade. Apenas 31% disseram o contrário e quase um em cada cinco (18%) ficou em dúvida. Entre os que vivem em favelas, 68% não acreditam que o país ofereça educação de qualidade. A percepção é semelhante para 58% dos moradores de áreas metropolitanas e periféricas e chega a 77% entre trabalhadores de aplicativos ouvidos na fase quantitativa.

Figura 18: Avaliação da educação brasileira por faixa etária*



◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ 16 a 18 anos (n=427)

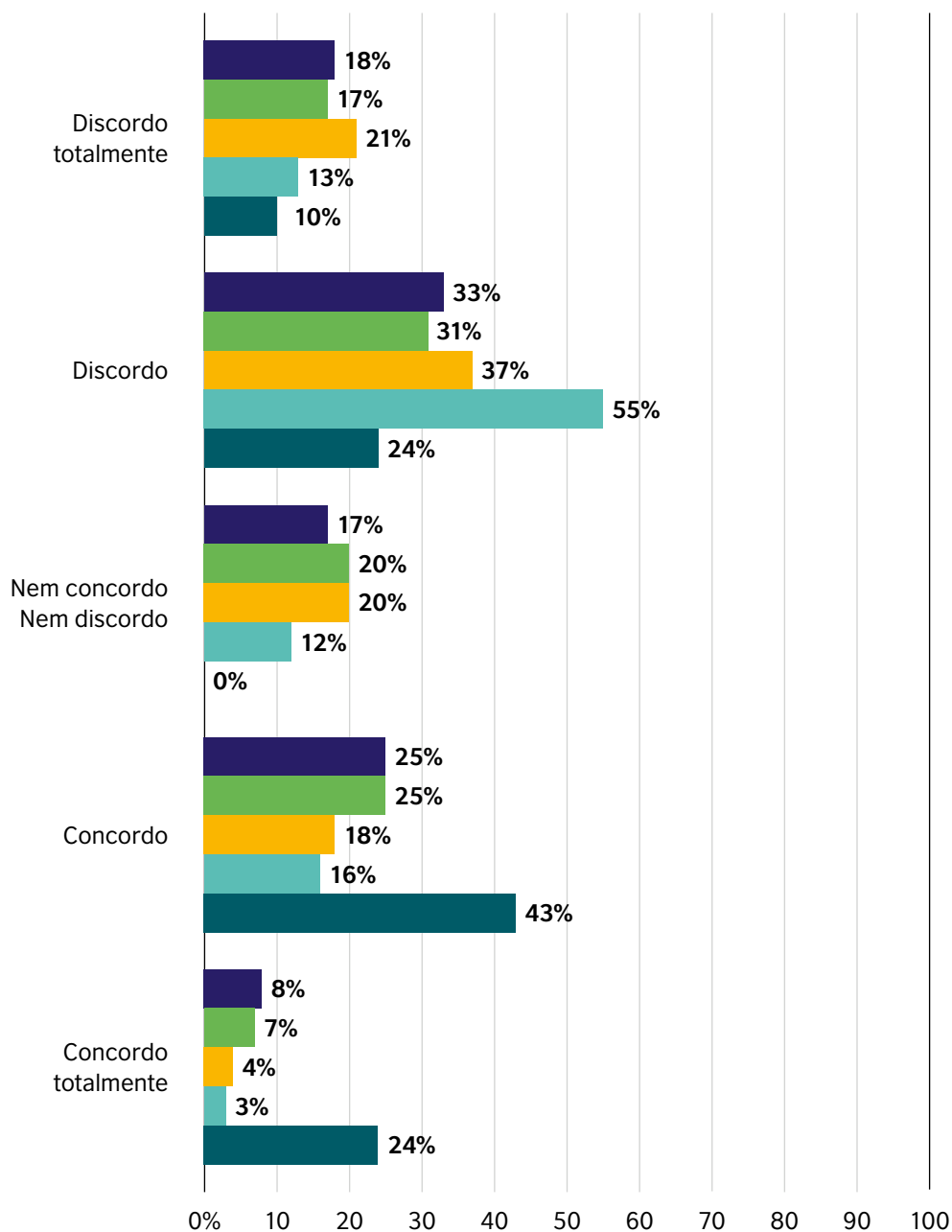
◆ 19 a 24 anos (n=914)

◆ 25–30 anos (n=1.063)

◆ 31 a 35 anos (n=844)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Até que ponto você concorda com a afirmação: "A qualidade da educação no Brasil é boa". Os entrevistados podiam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert.

Figura 19: Avaliação da educação brasileira por território*



◆ Cidade grande (capitais e grandes centros urbanos) (n=1,728) ◆ Cidade pequena (n=854)
 ◆ Periferia e região metropolitana (n=289) ◆ Moradores de favelas (n=210) ◆ comunidade ribeirinha, Quilombola ou território indígena (n=21)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Até que ponto você concorda com a afirmação: "A qualidade da educação no Brasil é boa". Os participantes da pesquisa podiam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert.

Desigualdade educacional

A pesquisa revelou uma desigualdade marcante no acesso à educação entre áreas urbanas, rurais e comunidades tradicionais. Entre os moradores de grandes cidades, 55% relataram ter formação universitária. O índice cai para 33% em periferias e regiões metropolitanas e para 29% em cidades menores. Em favelas, apenas 14% têm nível superior; em áreas rurais, 10%.

Nas zonas rurais, escolas recebem pouca verba e as longas distâncias dificultam a frequência, aumentando a evasão. Esses fatores limitam o direito à educação e reduzem as chances de inserção dos jovens rurais no mercado de trabalho.

Durante um grupo focal, os jovens ribeirinhos relataram que o transporte, tanto fluvial quanto terrestre, é caro e insuficiente, o que dificulta o acesso a escolas já marcadas pela falta de recursos. Docentes do fundamental carecem de formação adequada e de conhecimento do contexto local. No médio e no superior, as opções são limitadas. O currículo não dialoga com a realidade amazônica e o sistema formal desvaloriza saberes tradicionais. Os entrevistados demonstraram interesse em empreendedorismo, mas esbarram na falta de apoio técnico, financeiro e logístico para iniciativas de turismo de base comunitária e para agregar valor à produção agrícola.

Jovens em áreas rurais também relataram riscos de segurança associados ao garimpo ilegal e a conflitos com fazendeiros. A falta de recursos para custear deslocamentos ou a subsistência em cidades distantes foi apontada como motivo de abandono escolar.

Nas entrevistas individuais, jovens indígenas destacaram o território como fator decisivo para os resultados educacionais: quase todos precisaram deixar a comunidade para estudar, enfrentando choque cultural, barreiras linguísticas, falta de transporte confiável e acesso digital precário. Também relataram episódios de bullying e exclusão na escola.

Jovens com deficiência disseram que o período escolar foi marcado por muito bullying. Em grupo focal, apontaram a falta de preparo de professores tanto no ensino básico quanto na universidade, além de restrições físicas e de infraestrutura.



"A alfabetização é pesada pra gente, porque tem muitos ribeirinhos pescadores que não sabem ler nem escrever. E aí não tem como se capacitar. Como é que vai se capacitar, se você não tem uma leitura, não tem estudo e não sabe ler nem escrever?"

Então, a gente deveria dar mais oportunidade de trazer para esses nossos grupos professores pra nos ensinar. Tem sala de aula parada aqui porque à noite o nosso colégio aqui não tem aula — só tem aula até de dia. Então, a gente precisa dessas oportunidades, principalmente os ribeirinhos-pescadores, que tem muitas pessoas já de idade que têm vontade de estudar, ler e escrever, e que não sabem. Viveram a vida toda nos seus rios e hoje estão aqui, desempregados, justamente por isso.

Porque até aqueles que têm leitura, como pescador e ribeirinho, tão desempregados, passando necessidade, passando fome, porque sempre trabalharam pescando, plantando e hoje não têm condição porque não têm estudo.

Até pra quem tem estudo tá dificultoso achar emprego. Vamos ser sinceros — tem muita, muita gente desempregada."

**Mulher ribeirinha (analfabeta funcional), 35 anos
Norte do Brasil, grupo focal**



"A gente tem uma educação sucateada, onde um aluno, se ele quiser entrar pra uma faculdade, ele mesmo vai ter que se dedicar bastante e os professores vão ter que tá ajudando ali — mesmo que a escola não tenha estrutura, não tenha material pra poder esse aluno estar por dentro dos assuntos que são passados em sala de aula fora do nosso território."

Mulher indígena, 23 anos
Nordeste do Brasil, entrevista individual

"Minha alfabetização foi bem difícil porque eu sempre estudei em escola pública e os professores não eram treinados, não eram capacitados. Muitas das vezes, eu era deixada no canto desenhando porque eles não sabiam como me alfabetizar."

Mulher com deficiência visual (baixa visão), preta, 21 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

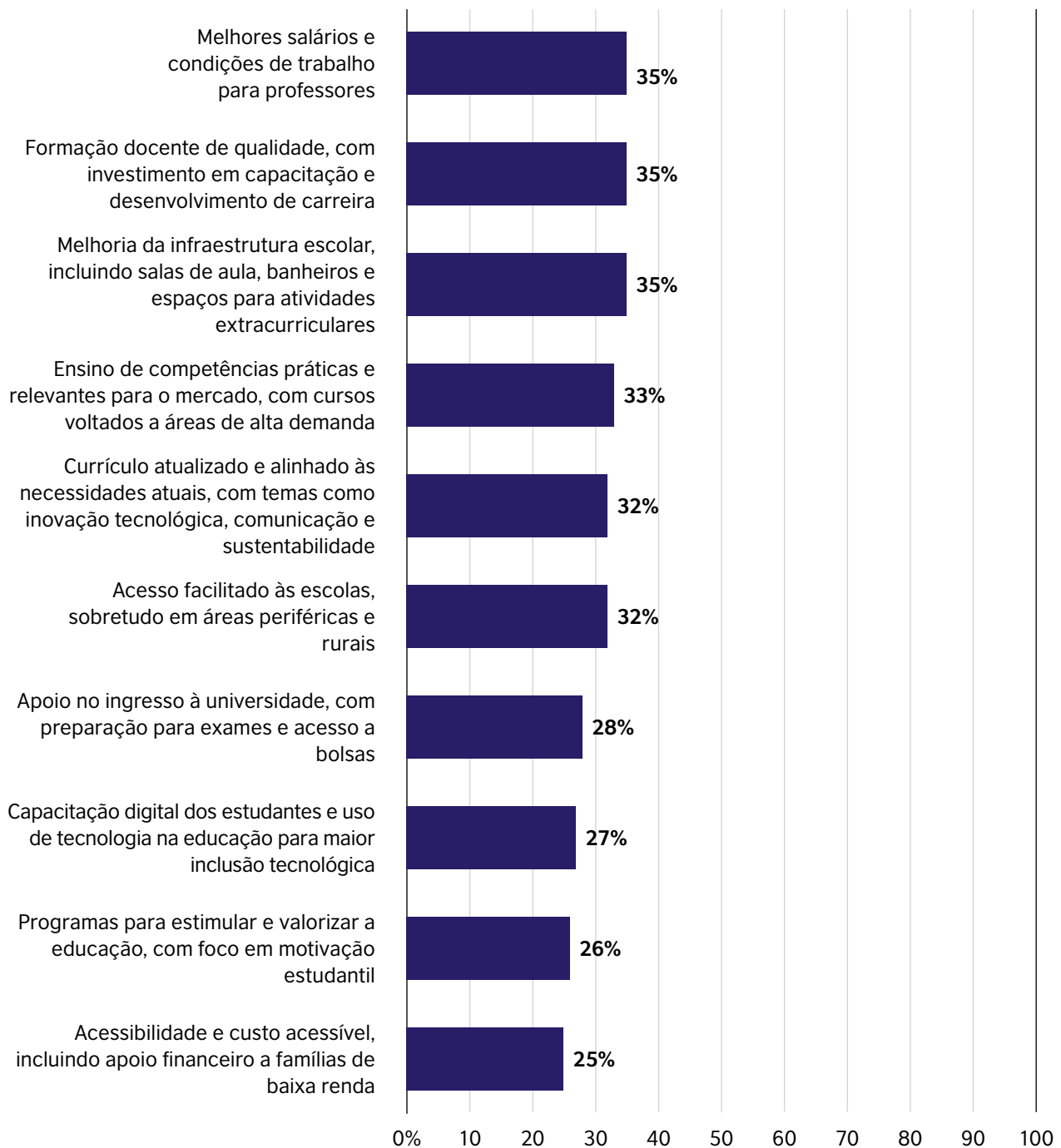


Demandas das juventudes para melhorar o sistema educacional

Os jovens brasileiros pedem mais investimento em educação, com melhores salários e condições de trabalho para docentes, incluindo formação e carreira, além de melhorias na infraestrutura escolar. Também querem currículos atualizados, focados em competências práticas e relevantes, como comunicação e sustentabilidade, e em áreas de alta demanda.

As percepções dialogam com o mercado. Um estudo de 2022 com empresas identificou grandes lacunas na formação técnica e profissional (IET, 2025). A maioria, 82%, relatou dificuldade para encontrar jovens qualificados. Além disso, 76% disseram que os jovens conhecem pouco o mercado e as carreiras, 68% apontaram falta de cursos adequados e 59% consideraram os cursos desalinhados às necessidades do mercado.

Entre os jovens de 31 a 35 anos ouvidos na pesquisa, 42% destacaram a necessidade de melhores condições para os professores. Já entre os de 16 a 18 anos, a principal preocupação foi a infraestrutura escolar, citada por 40%. Um em cada três (32%) jovens de 16 a 24 anos apontou a falta de apoio nos processos de ingresso universitário, incluindo preparação para exames e acesso a bolsas, demanda repetida por 23% dos de 31 a 35 anos. Um quarto (26%) de todos os jovens entrevistados defendeu a criação de programas específicos para motivar os estudantes e incentivar a valorização da educação

Figura 20: Demandas das juventudes para melhorar o sistema educacional

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 5 opções de uma lista de 14, ou sugerir outra

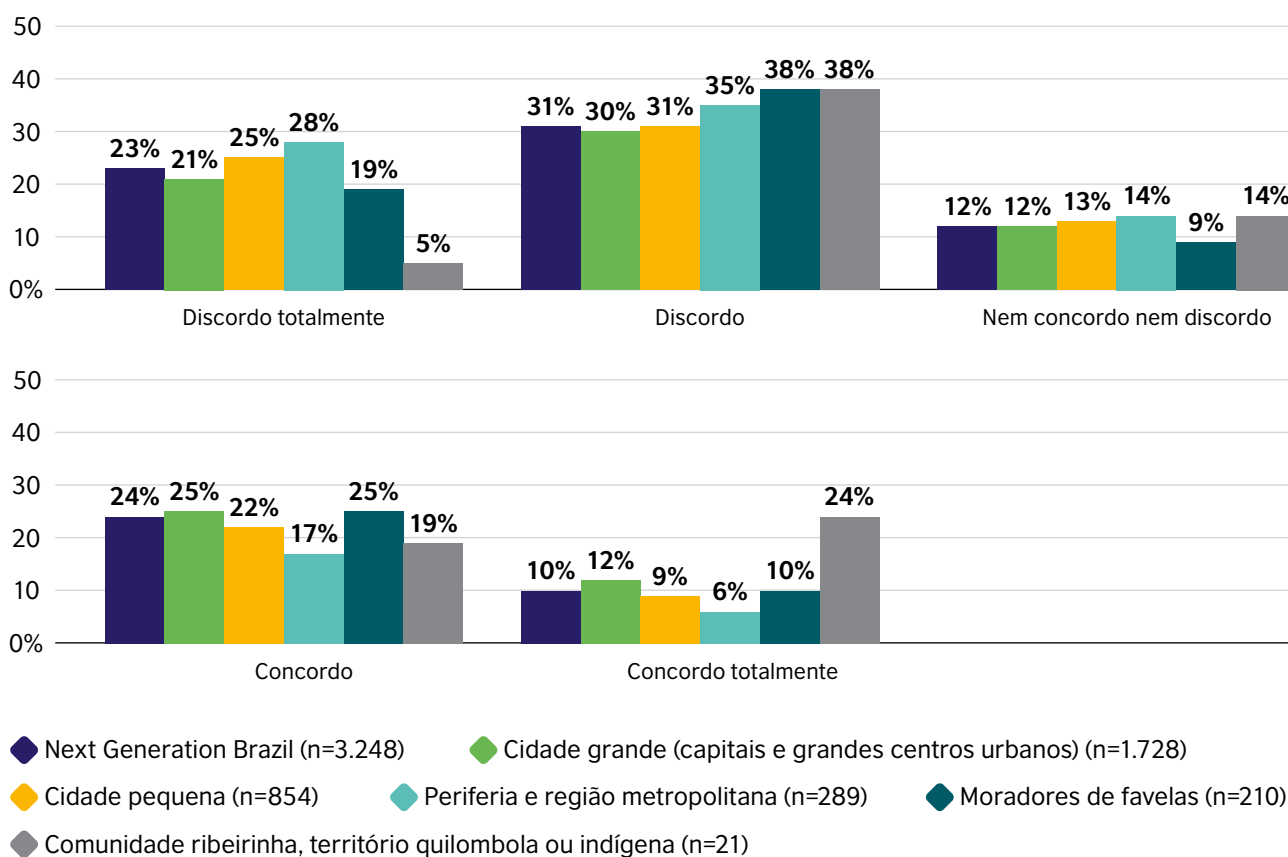
A desigualdade digital

A pandemia de Covid-19 expôs a desigualdade digital no país. Escolas privadas migraram para o ensino online com menos interrupções, pois muitas já utilizavam recursos digitais e os estudantes tinham celular ou computador com internet estável. Em periferias e áreas rurais, jovens muitas vezes não dispunham de dados, conexão confiável ou dispositivos para acompanhar as aulas remotas. Muitos professores da rede pública enfrentaram a mesma precariedade de conexão, além da falta de formação pedagógica e de recursos para atuar como docentes virtuais.

Lideranças jovens destacaram o potencial transformador da educação a distância, principalmente para trabalhadores rurais com rotinas nômades, que passaram a concluir cursos e até pós-graduação. Ainda assim, a baixa conectividade nas áreas rurais continua sendo um obstáculo, somada às lacunas de letramento digital e à carência de habilidades de análise de dados e pensamento crítico. As disparidades regionais na cobertura de internet também limitam o ensino de competências digitais, mesmo quando há equipamentos disponíveis.

Mais da metade dos jovens, 54%, afirmou que a escola não ofereceu treinamento suficiente para aprimorar suas habilidades digitais. As diferenças por faixa etária foram pequenas: 50% entre 16 e 18 anos, 55% entre 19 e 30 e 53% entre 31 e 35, sinal de que pouco mudou nos últimos anos. Em regiões metropolitanas e periféricas, 63% avaliaram negativamente sua formação digital, percepção compartilhada por 57% dos jovens em favelas e por 51% em grandes cidades.

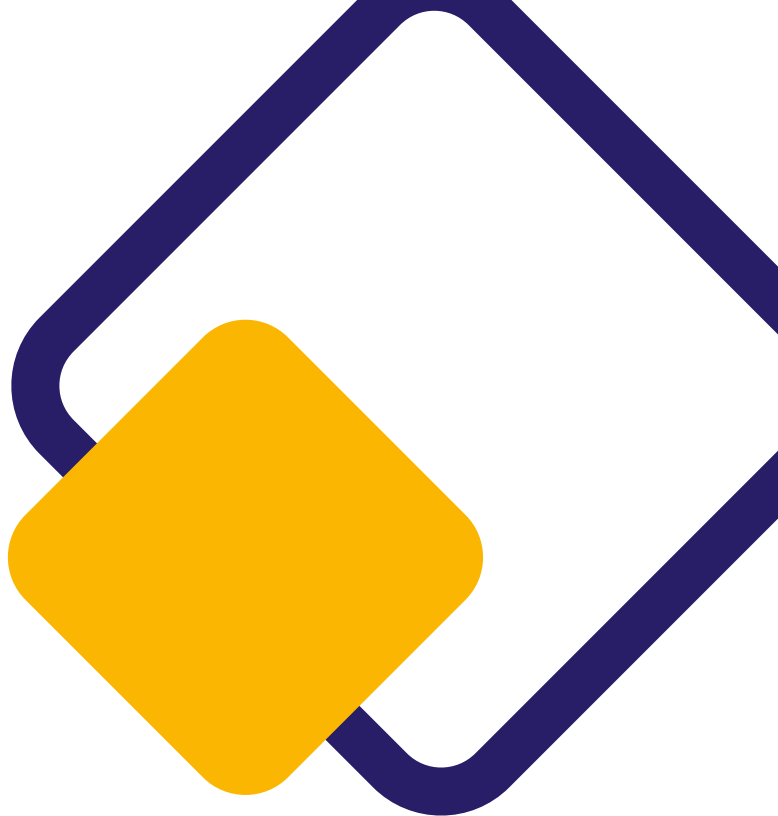
Figura 21: Avaliação da formação digital nas escolas*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Até que ponto você concorda com a afirmação: "Minha escola ofereceu oportunidades suficientes para aprimorar minhas competências digitais." Os participantes da pesquisa podiam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert.

Trabalhadores de menor renda apresentaram avaliação mais negativa. Entre os que recebem um salário mínimo, 54% discordaram que a escola tenha oferecido formação digital suficiente, contra 42% entre aqueles com renda acima de cerca de R\$9.976,50 (£1.350). Esse resultado pode refletir maior presença em escolas públicas, mas não é possível afirmar, já que a fase quantitativa não perguntou se os respondentes estudaram em escolas públicas ou privadas. Entre os com ocupações informais, 62% dos ambulantes e 60% dos trabalhadores de aplicativo disseram que a escola não os preparou adequadamente em habilidades digitais.

A maioria dos jovens, 83%, concorda que desenvolver competências digitais aumenta as chances de emprego. O índice chega a 86% entre ambulantes e cai para 64% entre trabalhadores de aplicativo. Entre os que ganham mais de cerca de R\$9.976,50 (£1.350), 92% veem impacto positivo dessas habilidades na hora de garantir um emprego, contra 78% entre os que recebem um salário mínimo. Além disso, 71% afirmaram ter aprendido sozinhos, de forma informal, por meio de tutoriais online. O autoaprendizado foi mais comum entre jovens de 19 a 30 anos (73%) do que entre os de 16 a 18 (62%).



"Quando pensamos o Sistema de Educação Básica, vemos que é um sistema que, principalmente nos últimos quatro anos, por conta da pandemia, passou por um processo recente de inserção da tecnologia em sala de aula devido as necessidades específicas desse período.

E é importante repensarmos não só o uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem, mas também como podemos abraçar essa mudança social das juventudes e do mercado de trabalho, e como esses jovens querem se ver representados na escola também.

Podemos pensar em caminhos educacionais que ofertam um currículo contextualizado, de trazer o conhecimento desse jovem e do território onde ele vive para dentro da escola, assim como apoiar a implementação da lei 10.639 e 11.645."

Karolina Kass
Projeto SETA



"Dentro da nossa comunidade, tem internet, mas não chega nem aos pés da internet da cidade. E o que dificulta muito essa questão de acesso à internet é que muitas vezes tem gente que coloca formulários pro indígena preencher. Como é que o indígena vai preencher o formulário, sendo que dentro da comunidade a internet não funciona, não tem sinal. É só o Wi-Fi mesmo. Então, como é que o indígena vai acessar um formulário que o Wi-Fi não abre direito? É complicado. Mas não é bom dentro da comunidade, o Wi-Fi. Se for depender dele, a pessoa tá perdida."

Mulher indígena, 20 anos
Norte do Brasil, entrevista individual

O Ministério da Educação destacou o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC, MEC, [2024](#)), em vigor desde 2021. O programa busca estimular a formação de professores e gestores em práticas pedagógicas que incorporem tecnologia, além de garantir amplo acesso a recursos educacionais digitais de qualidade, com autonomia para que os educadores escolham as ferramentas.

Em março de 2025 foi lançada a pós-graduação Educação Digital e Inovação Pedagógica na Educação Básica, com 5.000 vagas, no âmbito da *Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC)* (Gov.br (xvi), [2025](#)). Essa estratégia, criada em 2023, tem como meta coordenar políticas e ações para assegurar, até 2026, acesso universal à internet de qualidade para uso pedagógico e administrativo nas escolas públicas de educação básica. Em agosto de 2024 também foi publicado o Referencial de Saberes Digitais Docentes, que orienta conceitos e apoia o planejamento de aulas (Gov.br (xvii), [2024](#)).

O governo federal reconhece a necessidade de reduzir a desigualdade digital e precisa garantir financiamento para a implementação efetiva dos programas e sua difusão nos diferentes territórios.



"Por fim, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) já desenvolve ações de assessoria técnica para apoiar secretarias estaduais (2024) e municipais (2025) na implementação de planos de inovação pedagógica que envolvam o uso estratégico de tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem e a implementação da educação digital no currículo."

O objetivo é criar espaços de compartilhamento e desenvolver continuamente os profissionais da educação. Esses esforços têm como foco capacitar gestores, técnicos e professores para o uso pedagógico das tecnologias, respeitando a diversidade de contextos educacionais e realidades locais. O MEC também trabalha para a disponibilização de recursos educacionais de qualidade para apoiar o processo de ensino e aprendizagem mediado por recursos tecnológicos, de forma que os estudantes desenvolvam suas competências digitais."

Ministério da Educação e Cultura
por e-mail, maio de 2025



Jovem aprendiz

Em março de 2025, quase 650 mil jovens de 14 a 24 anos estavam inscritos no programa Jovem Aprendiz (Gov.br (xviii), [2025](#)). Mais da metade (53%) é formada por mulheres, e 48% têm 17 anos ou menos. Também mais da metade (57%) se autodeclara preta ou parda. O programa está presente em mais de 4.000 entidades e oferece vínculo temporário.

Apesar da exigência legal de reservar entre 5% e 15% do quadro de colaboradores, muitas empresas não participam do programa ou o utilizam apenas como fonte de mão de obra barata e temporária, sem progressão de carreira nem integração em empregos permanentes.

As lideranças jovens reconhecem o programa como uma porta de entrada importante, mas apontam a distribuição desigual de oportunidades no país. O impacto do programa também é menor quando as vagas não oferecem trajetória real de carreira ou segurança financeira. Além disso, falta uma política específica para jovens mais velhos, já formados no ensino médio, que permanecem fora do mercado formal com poucos caminhos de inclusão.

Mapeamentos de instituições formadoras credenciadas indicam forte concentração no Sul e menor oferta no Norte e no Nordeste.



"Mas a gente vê que [Jovem Aprendiz] não atende sequer três ou 4% dessa juventude.

Então o jovem sai, eu diria, desesperançado. Se a gente pode falar dessa forma, porque ele não acredita no sistema, que o sistema apoia o futuro dele. Aí ele sai procurando empregos secundários, ele sai procurando ganhar dinheiro porque ele precisa ganhar dinheiro, mas acaba aceitando trabalhos que não, não representam uma ascensão profissional.'

"Quando a gente olha para o interior, não existe Jovem Aprendiz. Então, o Jovem Aprendiz é um programa de capitais do Brasil, no interior você não tem. Quando a gente olha para a região Norte, é quase que uma arara rosa, não existe."

Vandré Brilhante

CIEDS, Sudeste do Brasil

"A inclusão produtiva representa um desafio para a juventude, especialmente para mulheres e jovens negros. Além disso, o grupo entre 25 e 29 anos é pouco contemplado por políticas públicas, apesar de ser crucial, já que a entrada no mercado formal após os 29 anos é significativamente reduzida."

Natália Di Ciero Leme Quadros

Fundação Arymax

Figura 22: Unidades de formação do jovem aprendiz no Brasil

Região	Número de unidades de formação	Percentual de unidades de formação	Percentual da população de 16 a 35 anos
Norte	219	5%	9%
Nordeste	772	19%	28%
Centro-Oeste	377	9%	8%
Sul	915	23%	14%
Sudeste	1756	43%	20%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Gov.br (xviii), 2025)

Competências para empregabilidade

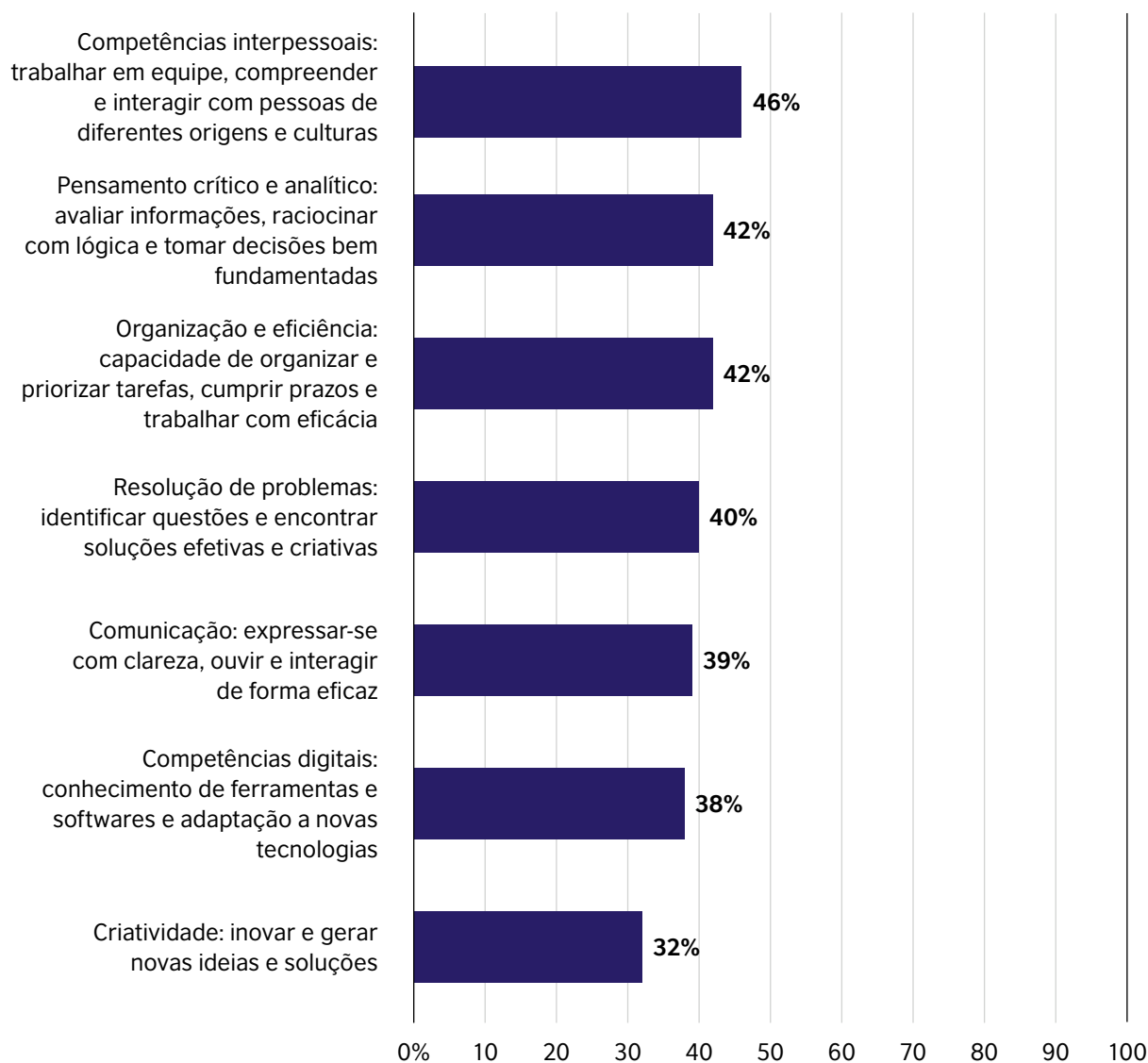
Quase metade dos jovens entrevistados na pesquisa Next Generation Brazil (46%) destacou as competências interpessoais como vitais para o trabalho. Entre 31 e 35 anos, a valorização foi ligeiramente maior (50%) do que entre 16 e 18 (38%). Mulheres, cis e trans somadas, deram mais peso a esse aspecto do que os homens (52% contra 41%). Apenas 21% dos trabalhadores de aplicativo escolheram essa competência como prioritária, ante 41% dos vendedores informais.

O pensamento crítico e analítico também foi apontado como importante, assim como organização, eficiência e capacidade de priorizar tarefas e prazos. Os mais velhos tenderam a valorizar mais esse conjunto de habilidades, possivelmente pela experiência: 44% dos de 31 a 35 anos indicaram pensamento crítico e analítico como necessidade principal no trabalho, contra 35% dos adolescentes. Resolução de problemas, comunicação clara e domínio de ferramentas digitais apareceram entre as competências mais valorizadas em todo o país.

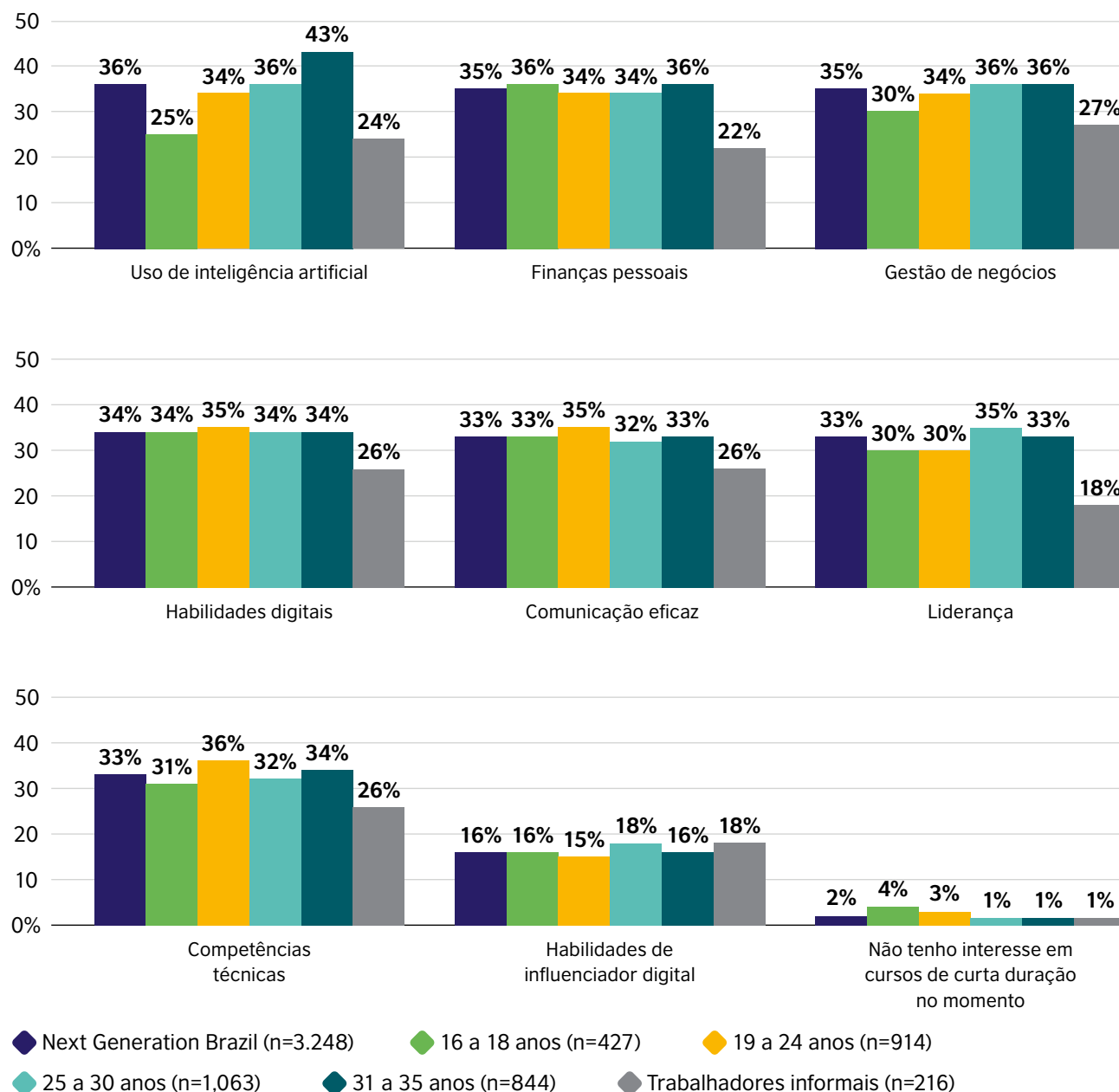
A aquisição de habilidades em inteligência artificial (IA) foi a área mais priorizada para aumentar a empregabilidade, mencionada por 36% dos jovens. O interesse foi maior entre 31 e 35 anos (43%) do que entre 16 e 18 (25%), faixa etária que demonstrou preferência por habilidades digitais gerais (34%). Não houve diferença relevante por gênero: 37% dos homens, cis e trans, e 35% das mulheres, cis e trans, escolheram IA.

Moradores de grandes cidades (41%) demonstraram mais interesse em IA do que os de cidades pequenas (33%), áreas metropolitanas ou periféricas (32%) e áreas rurais (22%). Entre moradores de favelas, apenas um em cada cinco (20%) mostrou interesse. Em faixas de renda mais altas, acima de cerca de £760 por mês, 52% indicaram IA, contra 31% entre os que recebem um salário mínimo.

Os jovens também demonstraram interesse em cursos de finanças e gestão de negócios. Habilidades digitais, comunicação eficaz, liderança e competências técnicas foram citadas como úteis para ampliar as chances no mercado de trabalho. Entre adolescentes de 16 a 18 anos, o tema mais desejado foi finanças pessoais; já entre os de 19 a 24, cursos técnicos ocuparam o primeiro lugar. Entre jovens em ocupações informais, a prioridade recaiu sobre habilidades digitais. "Influencer digital" apareceu entre as opções menos relevantes em todas as faixas etárias. Apenas 2% disseram não ter interesse em cursos de curta duração para melhorar a empregabilidade.

Figura 23: Competências consideradas importantes para empregabilidade

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 5 opções de uma lista de 11, ou sugerir outra

Figura 24: Cursos de curta duração para aumentar a empregabilidade*

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 13, ou sugerir outras

Educação, carreira e desigualdade digital: Principais achados da pesquisa

- Um em cada quatro participantes tinha graduação e um em cada cinco pós-graduação. Metade declarou ter o ensino médio ou técnico como maior nível de escolaridade. Restrições financeiras, responsabilidades familiares, falta de oferta local, dificuldades de deslocamento e apoio institucional insuficiente foram citados como fatores que mais dificultam a continuidade dos estudos. Muitos deixaram a escola cedo para trabalhar: entre jovens de 19 a 24 anos, metade não tem formação universitária nem estuda atualmente, e 6% desse grupo nem chegaram ao ensino médio.
- Mais da metade disse que a educação os preparou bem ou muito bem para o trabalho, com avaliações mais positivas entre faixas de renda mais altas. As diferenças territoriais são marcantes: 68% dos moradores de favelas não consideram que o Brasil ofereça educação de qualidade, percepção compartilhada por 58% em periferias e regiões metropolitanas e por 77% dos trabalhadores de aplicativo.
- Também mais da metade dos jovens afirmou que a escola não ofereceu treinamento suficiente para aprimorar habilidades digitais. Ao mesmo tempo, oito em cada dez concordaram que desenvolver essas competências aumenta as chances de emprego.
- O ensino superior é mais comum entre moradores de grandes cidades do que em periferias, cidades pequenas, favelas e áreas rurais. A diferença racial é evidente: 51% dos jovens brancos têm diploma universitário, contra 38% dos pardos e 28% dos pretos. Na pós-graduação, a discrepância se mantém: 23%, 14% e 11%, respectivamente.
- As competências mais citadas para o emprego foram interpessoais, pensamento crítico e analítico e organização. Resolução de problemas, comunicação clara e domínio de ferramentas digitais também apareceram entre as principais. Entre os cursos de curta duração desejados para aumentar a empregabilidade, inteligência artificial liderou a lista, seguido por finanças pessoais e gestão de negócios.
- Professores e qualidade da educação: Mais de um terço dos jovens destacou como prioridade para elevar o padrão educacional tanto melhores salários e condições de trabalho para docentes (35%) quanto a melhoria da qualidade do ensino e da formação docente (35%). Há uma demanda clara por mais investimento em desenvolvimento e apoio aos professores.
- Foram observadas diferenças salariais de acordo com gênero e raça/etnia. Entre os que têm graduação, mulheres negras cis ganham em média 70% menos do que homens brancos cis com a mesma formação. Entre quem possui mestrado ou equivalente, a proporção cai para 65%.



Capítulo 3

Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade

Este capítulo analisa os níveis de desemprego entre as juventudes que participaram da pesquisa Next Generation Brasil e suas percepções sobre o trabalho formal. Na etapa quantitativa, a principal queixa foi a de salários baixos, aquém das expectativas e do custo básico de vida. Depoimentos em grupos focais e entrevistas ilustram as dificuldades enfrentadas por muitos jovens, que acabam ampliando o isolamento social.

Empreendedorismo não é um conceito simples no Brasil e muitas vezes se confunde com a informalidade do mercado de trabalho. Este capítulo analisa o interesse dos jovens em abrir o próprio negócio e explora a relação entre empreendedorismo e informalidade, mostrando o trabalho por conta própria como saída econômica diante da falta de vagas formais. A pesquisa evidencia como jovens de grupos marginalizados, como moradores de favelas, áreas rurais, comunidades indígenas, população trans e pessoas com deficiência, recorrem ao empreendedorismo informal frente a barreiras estruturais, sem acesso a crédito e com pouca formação em gestão.

O estudo combina dados estatísticos e relatos de trabalhadores informais para mostrar como os jovens vivem insegurança financeira, excesso de carga de trabalho e entraves administrativos na busca por autonomia. Os achados reforçam a necessidade de políticas que apoiem um desenvolvimento empreendedor sustentável e mais equitativo.



"Gosto muito de uma frase da Artemisia: Entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, eu escolho os dois." "Por que não podemos mudar o mundo e, ao mesmo tempo, ganhar dinheiro? A grande questão é como fazer esse encaixe.

Como entrelaçar a transformação de vidas, não só a nossa, mas também a de outras pessoas com a possibilidade de viver com dignidade e estabilidade financeira. Costumo dizer que a diferença entre pobreza e riqueza não está no dinheiro, mas na dignidade. Há muitas pessoas financeiramente ricas que vivem na pobreza. Pobreza mental, pobreza de propósito, pobreza de dignidade."

Eraldo Noronha,
Nordeste do Brasil, Associação VOAR



Desemprego e mercado de trabalho

O Brasil registrou no primeiro trimestre a menor taxa de desemprego em 13 anos, 7%. No início de 2025, quase 8% das mulheres estavam desempregadas, contra pouco menos de 6% dos homens. Entre brancos, a taxa ficou abaixo da média nacional, 5,6%. Entre pretos foi 8,4% e entre pardos 8% (IBGE (xi), [2025](#)).

Dos jovens que participaram da pesquisa, 11% declararam estar desempregados. Entre eles, 17% tinham de 16 a 18 anos e 35% de 19 a 24. Um quarto (26%) estava na faixa de 25 a 30 anos e 23% entre 31 e 35. Nas grandes cidades, 7% dos jovens estão desempregados. O índice sobe para 14% em cidades pequenas, 13% em periferias e regiões metropolitanas e chega a 24% em áreas rurais. Entre os jovens brancos entrevistados, 7% estão desempregados, e a taxa sobe para 12% entre os pardos e para 13% entre os pretos.

Dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego supera 11% entre quem não concluiu o ensino médio. Cai para cerca de 8% entre quem concluiu e fica abaixo de 4% entre quem tem ensino superior. Entre os jovens desempregados da pesquisa, 10% não terminaram o ensino médio e um em cada quatro (22%) tem formação universitária, o que indica um possível descompasso entre escolaridade e absorção pelo mercado.

As estatísticas oficiais também apontam diferenças regionais expressivas: perto de 12% em Pernambuco e cerca de 3% em Santa Catarina (IBGE (xi), [2025](#)). Os dados da pesquisa também mostraram variação regional significativa. 6% dos jovens do Sul estavam desempregados, contra 14% no Norte e no Nordeste.

Os números nacionais parecem positivos, mas a redução do desemprego pode estar associada ao avanço da informalidade, a condições precárias e a vínculos fora das proteções da legislação trabalhista e previdenciária. Esse tema é discutido mais adiante.

"*Nem-nem*" é o termo usado para jovens que não estudam nem trabalham. Em 2023, eram mais de 10 milhões de pessoas de 15 a 29 anos. Quase metade (45%) eram mulheres negras ou pardas (IBGE (xii), [2024](#)). Eles representam 21% da faixa etária, o menor índice desde 2012.

Na pesquisa, 14% dos jovens ouvidos não estudavam nem trabalhavam. Entre os que não passaram do ensino fundamental, 21% estavam fora do mercado, desempregados ou dedicados às tarefas do lar. Entre os que não concluíram o ensino médio, a proporção foi a mesma, 21%.

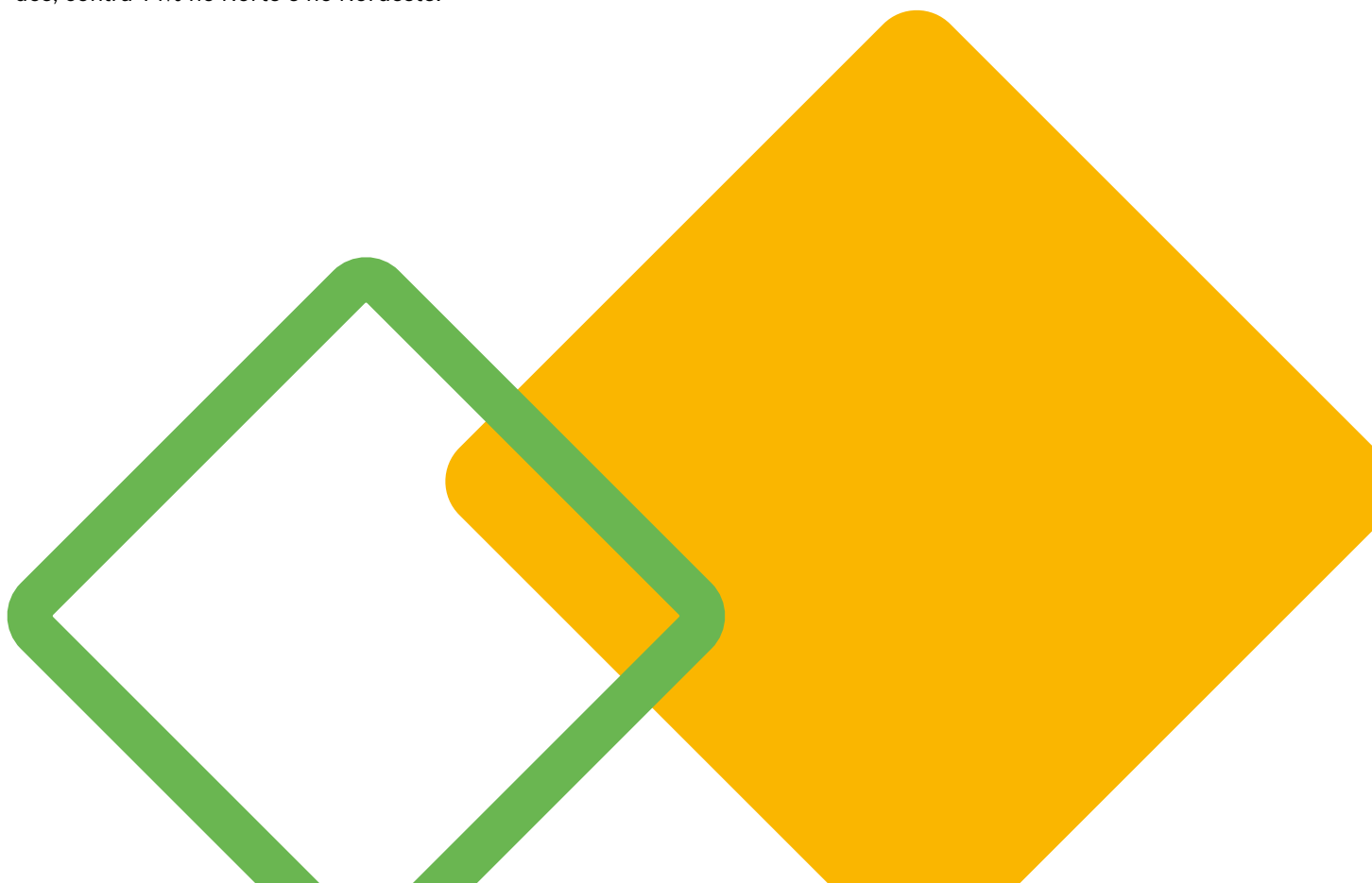
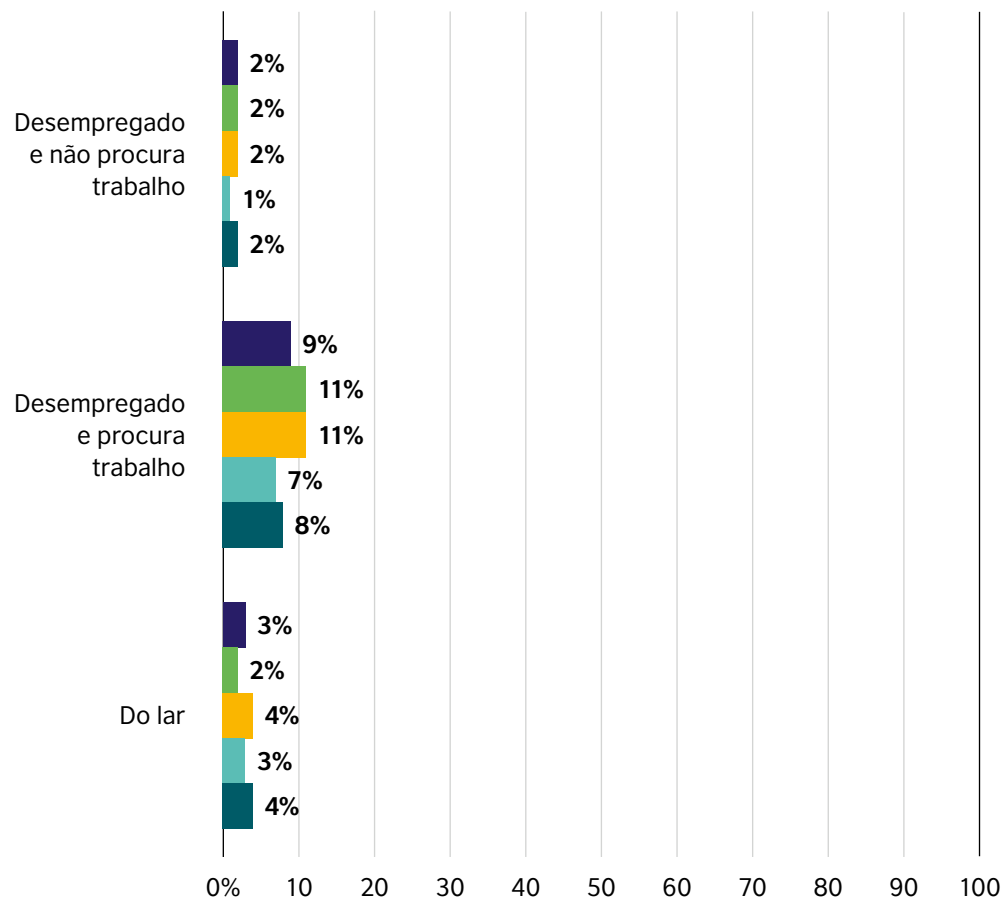


Figura 25: Jovens brasileiros fora do mercado de trabalho

◆ Next Generation Brazil (n=3.248) ◆ 16 a 18 anos (n=427) ◆ 19 a 24 anos (n=914)
 ◆ 25-30 anos (n=1.063) ◆ 31 a 35 anos (n=844)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025

Adolescentes no mercado de trabalho

Um estudo realizado em 2023 nas periferias de São Paulo mostrou que mais de 70% dos jovens em idade escolar trabalham enquanto estudam e 42% começaram antes dos 16 anos (*Juventudes Potentes*, 2023). O relatório da *Juventudes Potentes* aponta que quem não se sente preparado para o vestibular acaba entrando em um mercado marcado por vagas insustentáveis e sem perspectiva de progressão (*Juventudes Potentes*, 2023).

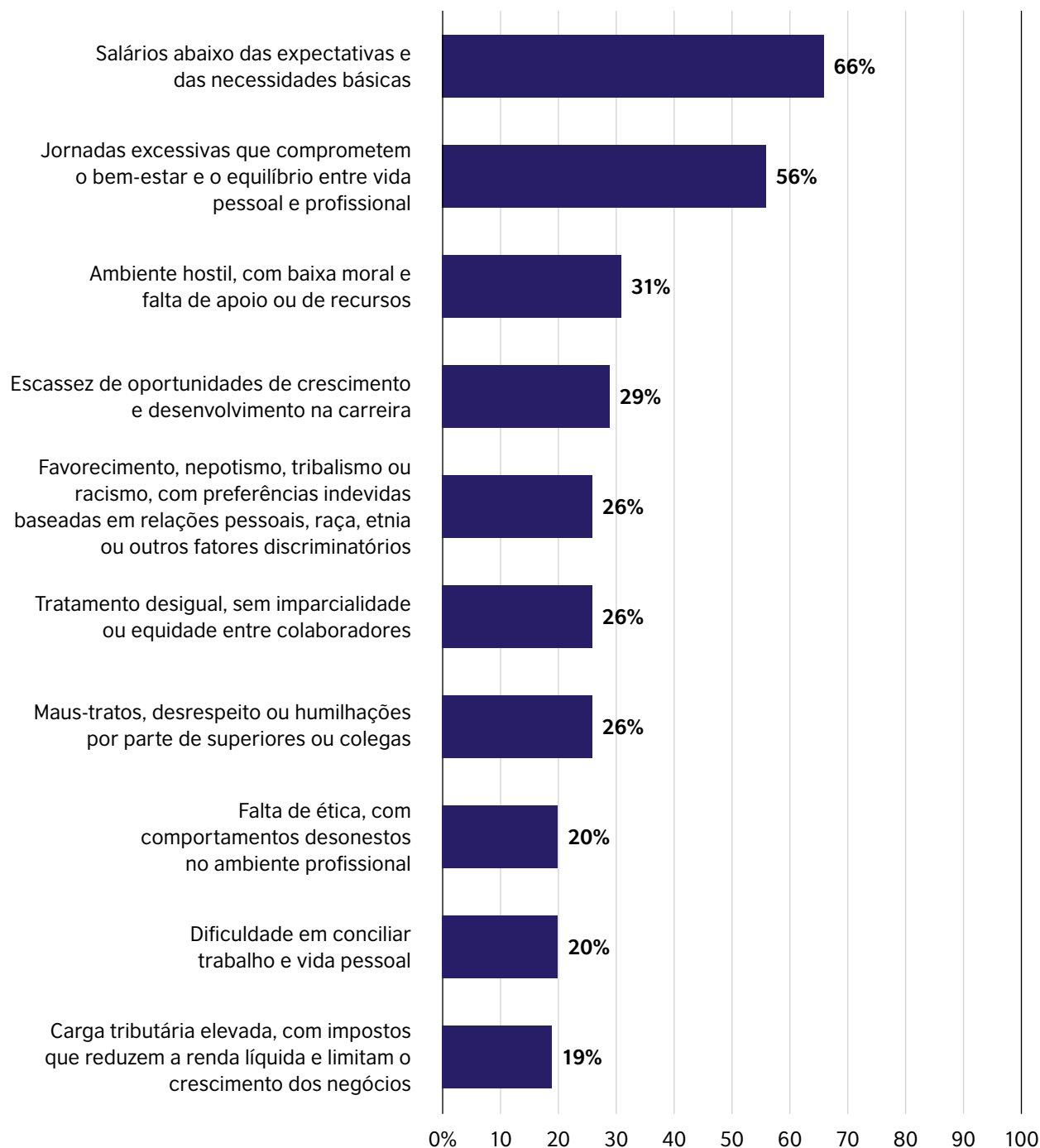
Segundo o IBGE, 15% dos jovens de 16 e 17 anos já trabalham e mais de 73% deles estão na informalidade (IBGE (xiii), 2024). Um terço, 34%, exerce atividades classificadas como perigosas, apesar de a lei proibir menores de 18 anos de atuar em funções que possam afetar sua saúde, segurança ou moral (Diário Fiscal, 2008). Proporção semelhante, 31%, trabalha mais de 40 horas por semana. Esse cenário contrasta com a realidade de jovens de famílias de maior renda, que contam com estrutura doméstica para assumir tarefas e cuidados.

Na pesquisa, 17% dos entrevistados de 16 a 18 anos disseram trabalhar, enquanto 13% atuam na venda de produtos nas ruas ou em aplicativos e, 5% não estudam nem trabalham. Entre os adolescentes que trabalham, quatro em cada dez têm emprego formal de tempo integral com carteira assinada (CLT).

Avaliação do mercado de trabalho

O mercado de trabalho foi avaliado de forma crítica. Salários baixos, jornadas extensas e práticas questionáveis apareceram de forma recorrente. Há grande diferença salarial entre quem tem e quem não tem ensino superior, mas, mesmo assim, o diploma muitas vezes não garante um emprego decente em condições adequadas. Dois terços (66%) afirmaram que os salários ficam abaixo das expectativas e das necessidades básicas. Mais da metade (56%) apontou que as longas jornadas prejudicam o bem-estar e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Figura 26: Principais desafios para os jovens no ambiente de trabalho*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 5 opções de uma lista de 14, ou sugerir outra



"O nosso acesso ao trabalho é extremamente dificultoso. Extremamente. 90% da nossa população ainda tá na prostituição de forma compulsória. Ou seja, independente da sua vontade.

Mas a questão é mesmo nos postos de trabalho e nos lugares que a gente acessa — o nosso medo é constante no sentido de boicote, principalmente de perseguição."

Mulher trans, preta, 32 anos
Sudeste do Brasil, grupo focal

"É fundamental implementar ações que promovam a qualificação e a inserção desses jovens no mercado de trabalho, evitando que cheguem aos 30 ou 35 anos sem oportunidades de inserção e progresso profissional."

Natália Di Ciero Leme Quadros
Fundação Arymax

O sonho de empreender

Sete em cada dez jovens (70%) declararam interesse em abrir o próprio negócio nos próximos cinco anos. O entusiasmo é maior entre os que têm mais de 25 anos (74%) e menor entre os de 16 a 18 anos (60%). O apetite empreendedor se manteve relativamente estável entre grupos: 72% nas grandes cidades, 70% em favelas, 71% em cidades pequenas e 69% em áreas rurais.

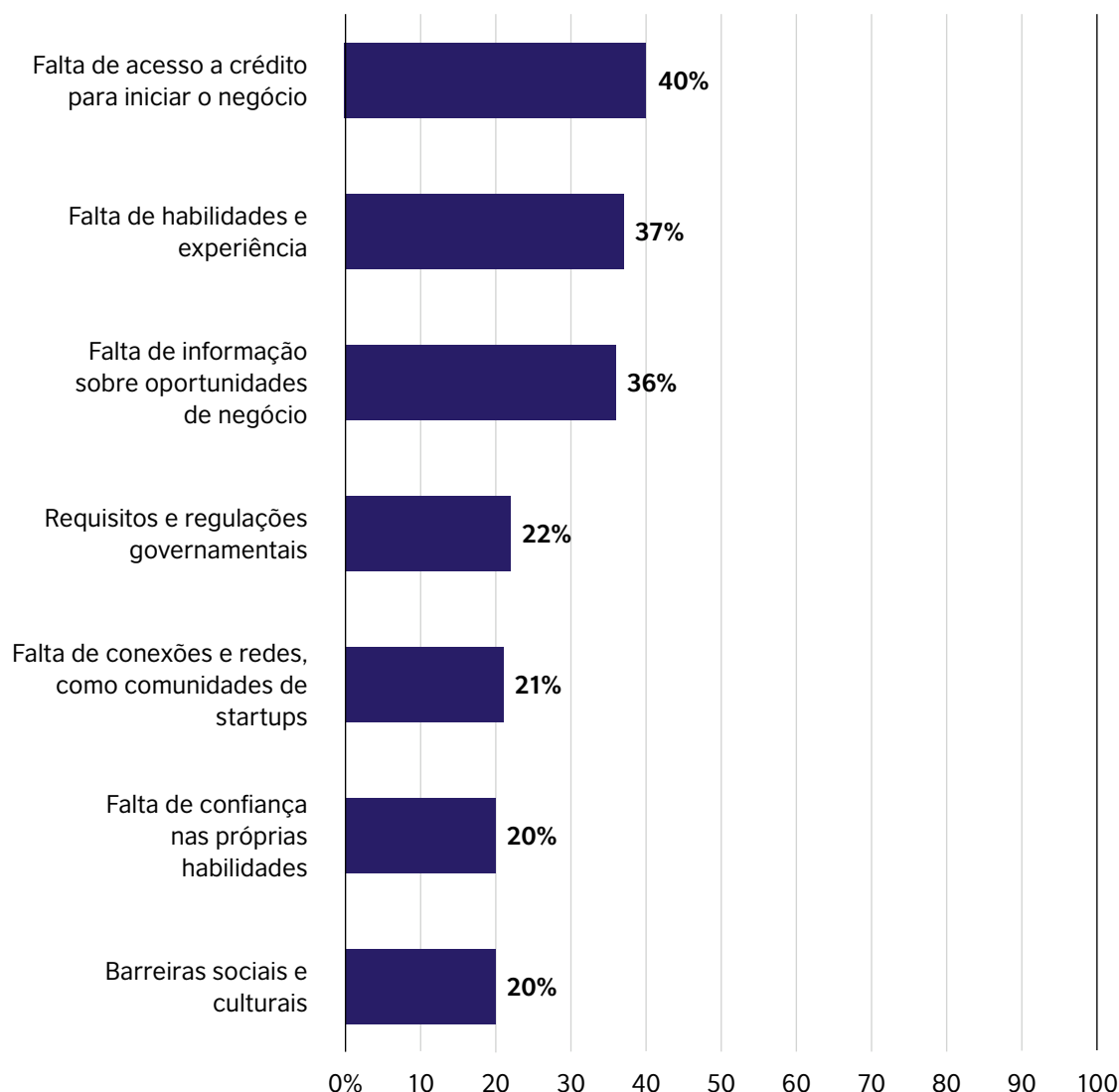
Apesar do alto interesse, apenas 5% afirmaram já administrar um negócio. Outros 9% estão registrados como

Microempreendedores Individuais (MEI). As principais barreiras citadas foram falta de financiamento (40%) e lacunas de competências (37%). Um em cada cinco jovens apontou falta de confiança na própria capacidade (20%) e barreiras culturais (20%). Além disso, 11% relataram atuar em funções informais e não reguladas, tema discutido mais adiante.

Em 2024, cerca de um terço dos brasileiros (33%) esteve envolvido em alguma atividade empreendedora, formal ou informal (GEM, [2024](#)). Um estudo do Sebrae Rio, realizado no mesmo ano, aponta que dois terços (66%) dos empreendedores permanecem na informalidade (ASN, [2024](#)). Já um levantamento da FGV mostra que mais da metade dos MEIs (53%) atuam na prática como prestadores de serviço para empresas (FGV (i), [2023](#)). (FGV (i), [2023](#)).



Figura 27: Principais barreiras para os jovens abrirem seus próprios negócios no Brasil*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 3 opções de uma lista de 11, ou sugerir outra

Ativistas comunitários confirmaram os achados e destacaram o crédito como uma das maiores dificuldades para começar. Defendem o "empreendedorismo qualificado", baseado em acesso a crédito e microcrédito, além de apoio técnico para iniciativas inovadoras.

Embora o empreendedorismo surja como alternativa diante do acesso limitado à educação de qualidade e da escassez de empregos dignos, jovens enfrentam grandes desafios para sustentar pequenos negócios. Em áreas rurais, a distância e a falta de formação dificultam o trabalho, e muitos relatam problemas logísticos para transportar e vender a produção.



"Para avançarmos nesse campo, é necessário promover um desenvolvimento significativo da educação empreendedora no país, com atenção à jornada completa do empreendedor. É fundamental incentivar a formação de empreendedores que empreendam por oportunidade, ao invés de empreendedores por necessidade, que são predominantes nas periferias e territórios vulneráveis.

O empreendedorismo deve ser estruturado, com acesso a crédito, aceleração e capacitação adequada, afastando-se do conceito de trabalho informal ou atividades esporádicas de sobrevivência. O acompanhamento integral da trajetória do empreendedor é essencial para o sucesso e sustentabilidade dos negócios, especialmente quando falamos do empreendedor de periferia."

Natália Di Ciero Leme Quadros
Fundação Arymax

"Oportunidades existem, mas muitas vezes não são acessadas. Há jovens que não conseguem alcançá-las, e outros para quem elas simplesmente não fazem sentido no momento em que estão vivendo. O problema não está apenas na ausência de oportunidades, mas na falta de oportunidades conectadas com a realidade desses jovens.

Sempre digo que o empreendedorismo já vive na periferia, já está na favela. Não existe povo mais empreendedor do que quem mora nesses territórios. Porque ali você está o tempo todo criando formas de sobrevivência. Isso, para mim, é empreendedorismo."

Eraldo Noronha
Associação VOAR, Nordeste do Brasil

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte reconhece entraves como a falta de planejamento consistente, o acesso limitado ao ensino superior e à formação profissional e as falhas em gestão financeira e administrativa, fatores que dificultam a obtenção de crédito. Em nota, o Ministério afirmou ver necessidade de políticas específicas para jovens empreendedores e anunciou uma ação de inclusão digital voltada a cidades com menos de 20 mil habitantes, com prioridade para a juventude, as mulheres e populações em situação de vulnerabilidade.

A Política Nacional de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) lançada em 2024, busca ampliar a liberdade para empreender, com foco em formação voltada à produtividade sustentável e à competitividade, melhor acesso a crédito e inovação tecnológica, além de apoio à formalização (Gov.br (xix), [2024](#)). A liberação de crédito específico para jovens, no entanto, ainda depende de um projeto de lei de 2019 que não foi ratificado (Câmara dos Deputados (ii), [2019](#)). Outro projeto de lei, de 2023, recomenda a inclusão de formação em empreendedorismo para jovens aprendizes e, em julho de 2025, seguia sem relatoria na Comissão de Trabalho (Câmara dos Deputados (iii), [2023](#)).



"A qualificação técnica e profissional é o principal desafio enfrentado por esta faixa etária de empreendedores. Tal constatação se evidencia na baixa duração de empresas, muitas vezes, fechadas por dificuldades de caráter técnico e financeiro que revelam a falha Estatal na capacitação empreendedora.

Também é perceptível a alta procura por mão-de-obra qualificada em diversas áreas de atuação, o que reforça o argumento da necessidade de maior capacitação e formação técnica dos jovens brasileiros, sejam empreendedores ou não."

Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
por e-mail, dezembro de 2024

O custo de empreender

Como mencionado neste capítulo, a queda do desemprego pode estar associada ao avanço da informalidade. No final de 2024, dados do IBGE apontavam mais de 40 milhões de trabalhadores informais no país, o equivalente a quase 39% da população ocupada (IBGE (xiv), 2025). O CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) estima cerca de 1,7 milhão de pessoas atuando em aplicativos (CEBRAP, 2023). Apenas um em cada quatro, 23%, contribui para o INSS (RPS, 2023).

Entre os jovens da pesquisa Next Generation Brasil que afirmaram estar trabalhando na fase quantitativa, 11% disseram atuar em ocupações informais e não reguladas, como vendedores ambulantes ou trabalhadores de aplicativo. Foram coletadas respostas de 128 jovens no primeiro grupo e 85 no segundo. Ao longo do relatório, usamos o termo "trabalhadores informais" para nos referirmos a ambos os grupos, dada a precariedade dos vínculos e a exclusão de direitos trabalhistas. O IBGE adota definição semelhante, entendendo por informalidade relações de trabalho sem proteção legal, sem contrato formal ou sem contribuição previdenciária.

"Brazilianização"

O termo descreve um modelo socioeconômico em que uma pequena elite concentra a riqueza, a classe média se retrai e a maioria da classe trabalhadora vive em condições precárias, sem proteção social, num cenário em que a desigualdade se torna a norma (American Affairs Journal, 2021). Embora os direitos trabalhistas sejam fortes no Brasil, a maioria dos informais está fora dessas proteções. O trabalho por aplicativos segue pouco regulado, enquanto grandes plataformas concentram bilhões em lucros.

Nas estatísticas oficiais do primeiro trimestre de 2025, pessoas pretas representavam 42% dos trabalhadores informais, pardos mais de 43% e brancos menos de 33% (Agência Brasil (v), 2025). Na amostra da pesquisa Next Generation Brasil, 35% dos que relataram trabalho informal eram pretos, 37% pardos e 25% brancos. Mais da metade (54%) eram homens cis. Três em cada quatro (74%) tinham entre 25 e 35 anos, e 62% eram solteiros.

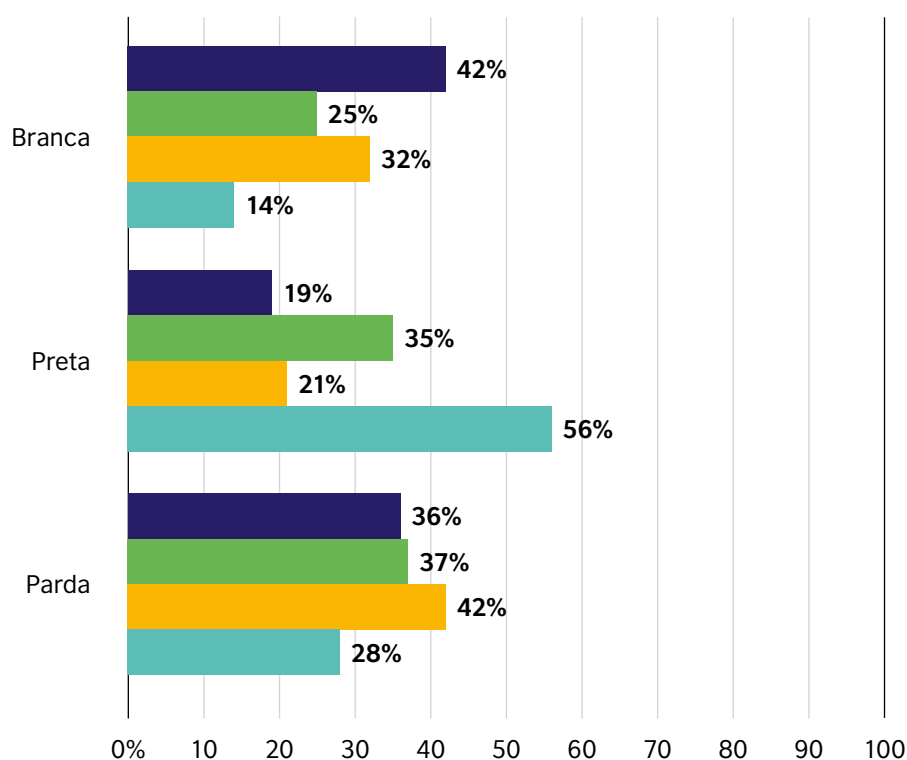
Relatos de preconceito e tratamento desrespeitoso revelam o caráter muitas vezes violento da informalidade. Sete em cada dez (77%) afirmaram ter vivido algum tipo de racismo. Mais da metade (54%) disse ter sido tratada de forma diferente em razão da renda ou do status econômico.

Quarenta por cento dos trabalhadores informais moram em grandes cidades e um em cada quatro (25%) vive em favelas. Visto de outro ângulo, quase metade (48%) dos jovens ocupados que vivem em favelas atua em funções informais. No conjunto da amostra, a taxa é de 11%. Entre jovens empregados nas grandes cidades, 8% estão em ocupações informais.

Um em cada quatro (24%) dos trabalhadores informais declarou receber menos que o salário mínimo e quase dois terços (62%) são a principal fonte de renda do domicílio. Um em cada três (36%) relatou dificuldade para fechar o mês, enquanto outros 31% disseram conseguir pagar as contas, mas sem regularidade. Três em cada quatro (74%) não têm diploma universitário, enquanto 8% têm pelo menos pós-graduação. Dificuldades financeiras e responsabilidades familiares foram apontadas como os principais obstáculos para continuar estudando ou adquirir novas habilidades.

Sobre as formações desejadas, 27% demonstraram interesse em gestão de negócios e um em cada quatro (26%) mencionou comunicação eficaz, habilidades digitais e técnicas. Em seguida apareceram inteligência artificial (24%), gestão financeira (22%) e competências interpessoais (21%). Apenas 1% disse não ter interesse em cursos de curta duração e 5% não souberam indicar qual curso seria mais útil.

Figura 28: Demografia étnica dos trabalhadores informais



◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ Trabalhadores informais, total (n=216)

◆ 'Informais e não regulados' (n=130)

◆ 'Trabalhadores de aplicativo' (n=86)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025

Nas entrevistas qualitativas, trabalhadores de aplicativos contaram que, no início, viam com entusiasmo a flexibilidade e a renda imediata. Com o tempo, porém, descreveram cansaço diante da gestão algorítmica das jornadas, da falta de benefícios e da instabilidade financeira. Na chamada *uberização* do trabalho, é o trabalhador quem assume todo o risco, enfrenta longas jornadas e se expõe a situações perigosas. O impacto aparece de forma mais dura em casos de doença ou acidente, quando a renda deixa de existir. Em 2022, mais de um terço da força de trabalho em transporte de passageiros e entregas usava motocicleta (*Agência Brasil* (vi), 2022). Em 2024, foram registradas, em média, 13.500 internações mensais de motociclistas por acidentes de trânsito. No ano anterior, 2023, o país contabilizou mais de 1.200 mortes por mês (ABRAMET, [2025](#)).



"A digitalização da economia e a flexibilização das relações trabalhistas são tendências que têm se articulado, resultando em fenômenos como a plataformação do trabalho. Considerando que grande parte do perfil de trabalhadores que atuam em microtrabalhos por via das plataformas digitais é constituído por jovens, percebe-se que essas tendências têm ampliado as situações de informalidade.

Ademais, a flexibilização das leis trabalhistas tem causado a redução de rendimentos e a perda de direitos protetivos às atividades laborais. Torna-se, assim, necessário proporcionar condições para que, nesse cenário, as juventudes possam construir horizontes mais promissores e com maior segurança."

O Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras,
Fundação Arymax (i), [2023](#)

Trabalhadores de aplicativo passaram a se organizar nos últimos anos. Em 2025, houve greves nacionais em centenas de cidades, com reivindicações por melhores condições e pisos de remuneração. Jovens motoristas, que representam mais de 48% dos trabalhadores de aplicativo entre 25 e 39 anos, estiveram na linha de frente das mobilizações (*Guardian* (i), [2025](#); IBGE (xv), [2023](#)). As reivindicações chegaram ao governo e seguem em debate. As empresas de tecnologia, por sua vez, atuam em bloco nas negociações (Câmara dos Deputados (iv), [2025](#); Amobitec, [2019](#)). Centrais sindicais, no entanto, consideraram insuficiente a proposta de criação de uma nova categoria que ampliaria alguns direitos, mas manteria a autonomia sem vínculo empregatício.

Nas entrevistas individuais, jovens informais destacaram o desejo de reconhecimento, voz e inclusão justa nas políticas públicas. Autonomia e flexibilidade foram mencionadas como pontos positivos, mas em geral ficam em segundo plano diante da precariedade sistêmica, da renda instável e da exclusão de direitos básicos. Também houve desejo de formalização, desde que adaptada às suas realidades, preservando a flexibilidade, reduzindo a burocracia e assegurando dignidade.

Entre as principais motivações para a informalidade estão a necessidade de complementar a renda (29%), o desejo de autonomia e flexibilidade de horário (25%) e a dificuldade de conseguir trabalho formal (18%). Já os ambulantes relataram orgulho de sua autonomia e de suas habilidades empreendedoras.

Vendedores de rua e de praia, enraizados em redes locais e tradições culturais, dependem fortemente das relações interpessoais, da sazonalidade e do clima. Relataram abordagens constantes do poder público, muitas vezes com apreensão de mercadorias e ferramentas, o que amplia a pressão financeira e leva ao endividamento para repor materiais. Muitos atuam na informalidade desde cedo e enxergam o ofício como parte de sua identidade. Pedem uma regulação mais respeitosa e inclusiva, que reconheça seu papel na economia urbana.

Muitos trabalhadores informais atuam de 10 a 12 horas por dia. Jovens motoristas de aplicativo relataram jornadas que chegam a 14 ou 18 horas em alguns dias, acima do limite legal diário para condutores (*Planalto* (iv), [2015](#)). Motoristas e entregadores estão inseridos em um ecossistema digital em que o controle algorítmico opera sem supervisão humana. Alguns valorizam a possibilidade de definir o próprio horário, mas a maioria se sente presa às dinâmicas exploratórias das plataformas. É marcante a frustração com o descompasso entre a promessa de empreendedorismo digital e a realidade de sobrecarga, dívidas e instabilidade.

“

"Ih, eu dobro é todo dia. Vida é de escravidão: 12 horas, 13 horas por dia. (...) Tem dia que é até 14, quando os caras me botam pra trabalhar até uma da manhã. (...)

A vantagem é que eu recebo bem. A desvantagem é que eu tô exposto a sofrer um acidente.

A desvantagem é que, como não é carteira assinada, tem que se virar — se sofrer um acidente, quebrar uma moto. Outra desvantagem é que eu fico muito tempo fora de casa. Só posso aproveitar quando eu tô de folga. Como eu trabalho muito — tipo 12, 13 horas por dia — chego em casa, como alguma coisa, durmo, no outro dia já venho trabalhar. Aproveito só a folga."

Homem, trabalhador informal, motorista de app, MEI, 19 anos

Sudeste do Brasil, entrevista individual

“

"A prefeitura vira e mexe tira a nossa ferramenta de trabalho, apreende a nossa churrasqueira, prende a pessoa que trabalha no churrasco, trabalha no carrinho. (...) é covardia. Perseguem o trabalhador, não o criminoso. Ela tem que correr atrás pra pegar um dinheiro emprestado e entrar numa dívida pra comprar outro material, ou trabalhar pra alguém. E é muito ruim trabalhar pros outros."

Homem, trabalhador informal, ambulante de praia, 29 anos

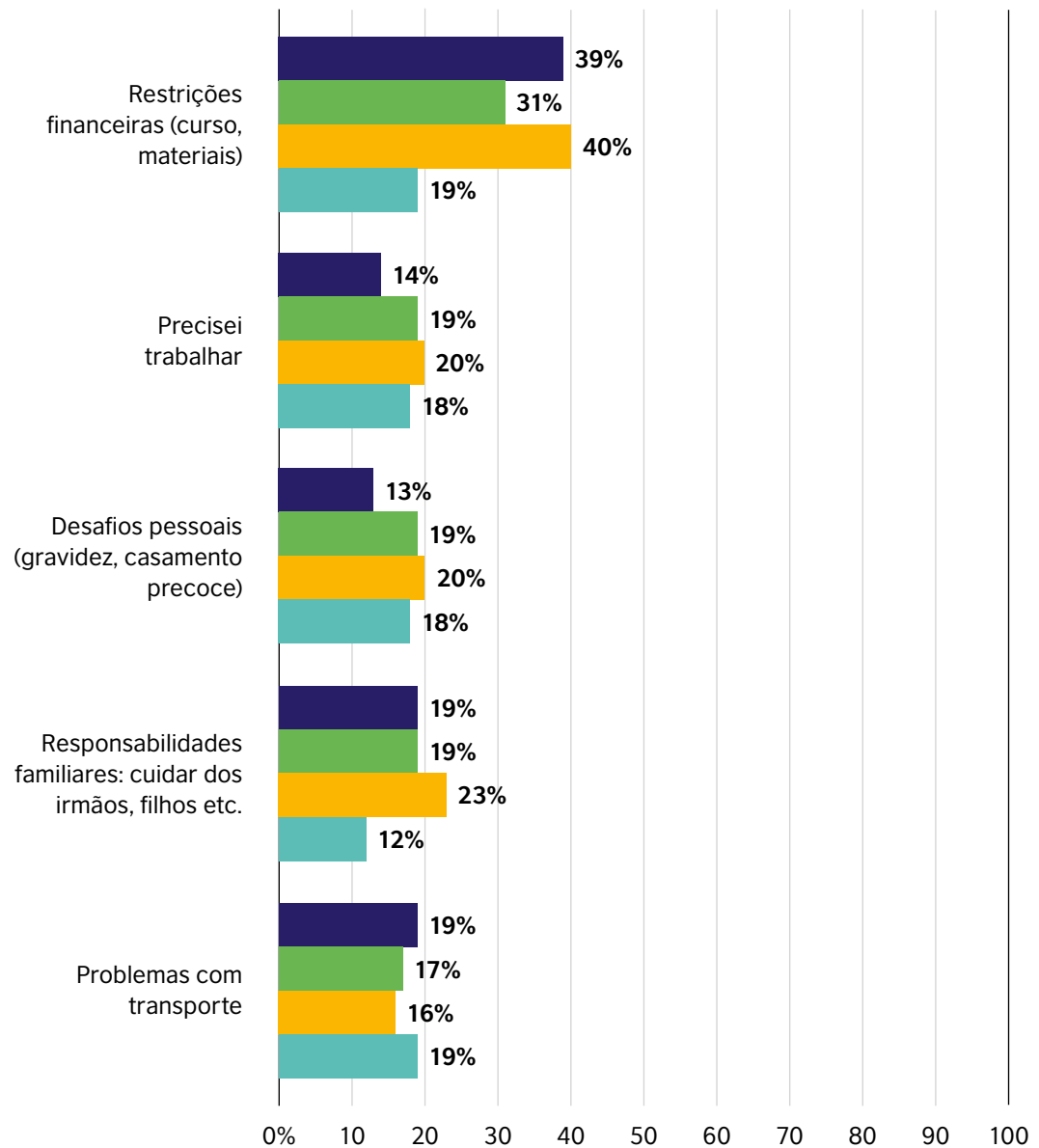
Sudeste do Brasil, entrevista individual

"A maior vantagem é que eu posso fazer meu horário, eu consigo ter tempo pra estudar. A desvantagem é que o carro pode dar problema e te deixar na mão, se o carro quebrar você pode perder dias de trabalho. A questão da saúde... se você se machucar ou algo do tipo, ninguém vai trabalhar por você. Você precisa se virar sozinho. Então sempre vai ter que lidar com essas incertezas pairando sobre você como fantasmas."

Homem, trabalhador informal, motorista de app, pardo, 23 anos

Sudeste do Brasil, entrevista individual



Figura 29: Trabalhadores informais - fatores de evasão escolar

◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ Trabalhadores informais, total (n=216)

◆ Trabalhadores "informais e não regulados" (n=130)

◆ "Trabalhadores de aplicativo" (n=86)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025

Os dados revelam uma diferença persistente de renda entre quem trabalha na informalidade e quem tem vínculo formal (CLT), em todas as faixas etárias. A renda média mensal dos informais na amostra foi de cerca de R\$ 2.808, (£380), enquanto empregados formais recebem em média 36% a mais, aproximadamente R\$3.835,41 (£519). A diferença entre formais e informais se mantém em 31% nas faixas de 16 a 18 e de 19 a 24 anos. As maiores disparidades aparecem entre 25 e 30 anos e entre 31 e 35 anos, quando trabalhadores formais chegam a ganhar 118% e 103% a mais, respectivamente.

Figura 30: Diferença de renda entre informais e formais (CLT)

Faixa etária	Renda mensal média de trabalhadores informais* (n=216)	Trabalhadores informais (equivalente em libras esterlinas)** (n=216)	Renda mensal média de trabalhadores formais (CLT) em período integral* (n=894)	Trabalhadores formais (CLT) (equivalente em libras esterlinas)** (n=894)
Todos os jovens 16–35	R\$ 2.810	£380	R\$ 3.832	£519
16–18	R\$ 1.530	£207	R\$ 2.004	£271
19–24	R\$ 2.209	£299	R\$ 2.899	£392
25–30	R\$ 2.018	£274	R\$ 4.392	£594
31–35	R\$ 2.460	£333	R\$ 4.985	£675

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Média ponderada das faixas de renda. ** Taxa de câmbio: £1 = R\$ 7,39 (calculada em 19.06.25)

Grupos minoritários empurrados para a informalidade

A análise qualitativa mostra que jovens de favelas, áreas rurais ou comunidades indígenas, além de jovens trans e jovens com deficiência, acabam na informalidade porque o mercado formal não absorve suas competências ou não aceita sua identidade. Soma-se a isso um sistema educacional pouco conectado às demandas reais do trabalho.

Participantes de grupos focais relataram grande dificuldade para ingressar e permanecer no mercado formal, recorrendo ao trabalho por conta própria como forma imediata de renda. A falta de ferramentas e recursos para empreender, como acesso a crédito e educação financeira, reforça a informalidade e aprofunda a exclusão.

Pessoas com deficiência

Jovens socialmente excluídos enfrentam camadas adicionais de marginalização no trabalho. Um membro do Grupo Consultivo da Juventude do Norte do país relatou o caso de uma pessoa com deficiência designada apenas para retirar grampos de documentos, como se essa fosse sua única capacidade. Pessoas com deficiência também falaram sobre a tensão constante entre buscar emprego ou abrir um negócio e o receio de perder o benefício de prestação continuada (BPC) ou outros benefícios. O setor privado foi visto como arriscado, já que o salário pode não compensar a perda do benefício. Nesse cenário, concursos públicos aparecem como alternativa mais estável, enquanto muitos permanecem na informalidade até lá.

Dados qualitativos mostraram que 59% das pessoas com deficiência estavam trabalhando, 21% eram estudantes e 15% não trabalhavam nem estudavam. Entre os que trabalhavam, 14% estavam na informalidade e 34% tinham emprego formal.



"Eu recentemente passei uma frustração falando do mercado de trabalho. Eu ia estagiar como professora mesmo na UFBA, o meu curso é licenciatura. E aí eu passei de um processo seletivo na minha universidade, e eu passei de boa.

Quando chegou na parte da entrevista, eu fui entrevistada por três professores meus que me fizeram perguntas que eles não fizeram para os outros colegas, tipo: "Ah, é você mesmo que escreve seus textos?" ou "Você está preparada para dar aula para 40 alunos?"

E eu respondi: "Sim, porque era algo que eu sempre quis, era o que eu já imaginava" e aí eu não passei. Não passei e entrei com recurso. Quando eu entrei com o recurso ele me respondeu que eu não tinha sido aprovada porque eu não tinha conhecimento de TI, tecnologia.

Sendo que tipo, qual é o nível de conhecimento de tecnologia que uma pessoa tem que ter para dar uma aula? Então isso já é uma desculpa bem esfarrapada."

**Mulher com deficiência visual (baixa visão),
preta, 21 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal**

Juventudes trans

As mulheres trans identificaram o mercado formal como uma das principais fontes de dor e exclusão. Relataram episódios de preconceito que vão desde demissões após o início da transição de gênero até a eliminação em processos seletivos assim que a identidade trans se torna evidente para empregadores. Os call centers apareceram como exceção, por reduzirem o contato direto com o público. Na informalidade, a presença é maior em setores como beleza, artes cênicas e prostituição. Concursos públicos foram lembrados como um dos poucos caminhos de ingresso no mercado formal, graças ao anonimato dos processos seletivos. Um estudo de 2022 mostrou que menos de 17% das pessoas trans em São Paulo tinham emprego formal (FAPESP (iii), [2020](#)).



"Nós somos competentes, nós temos muito a mostrar. Nós temos muito a oferecer. E quando a gente está dentro de um trabalho, muitas das vezes a gente está por situações em que a gente não consegue ter um acesso melhor por um trabalho melhor — mas mesmo assim, a gente se dá força. Eu trabalhava sem carteira assinada, sem horário de almoço, de segunda a sábado."

**Mulher trans, parda, 21 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal**



Juventudes indígenas

A taxa de informalidade nas comunidades indígenas ultrapassa 48%, reflexo dos baixos níveis de escolaridade formal (Amatra, [2024](#)). Os jovens indígenas relataram sofrer preconceito direto e indireto no mercado de trabalho, frequentemente ligados à expectativa de que ocupem apenas funções simples e marcadas por estereótipos.



"No mercado de trabalho, o preconceito também existe. É como se só tivéssemos lugar em funções relacionadas ao nosso estereótipo. Para mudar isso, é preciso políticas de inclusão, visibilidade e respeito à nossa identidade em todos os espaços."

Homem indígena, 32 anos
Entrevista individual



"A gente precisa muito fazer com que esses jovens tenham uma chance. Porque a gente está falando de uma juventude que não tem perspectiva. Hoje em dia, eu olho para a maioria dos jovens do meu território e vejo que é uma galera sem perspectiva e isso me deixa muito entristecida.

Por mais que tenham um ou dois que olhem pra mim, que estou na faculdade, e falem que também querem estudar, querem estar na faculdade assim como eu, tem uma outra galera que não tem como sair de dentro do território por falta de condições de se manter. Porque até quando a gente tem já é muito difícil — imagina quando você não tem como se manter."

Mulher indígena, 23 anos
Nordeste do Brasil, entrevista individual

Comunidades ribeirinhas

No Norte do país, jovens ribeirinhos enfrentam dificuldades para trabalhar fora de suas comunidades devido à falta de qualificação formal, ao preconceito e à escassez de vagas nas cidades vizinhas. Muitos demonstram interesse em empreender localmente, seja com turismo de base comunitária ou com produtos florestais de maior valor agregado, mas esbarram na ausência de apoio técnico, financeiro e logístico.



"Até as próprias empresas, quando um jovem vai fazer uma entrevista de emprego e perguntam onde o jovem mora, e o jovem dá endereço, elas simplesmente engavetam o currículo e dizem: 'aguarde que depois entramos em contato'. Esse depois é nunca, é devido à distância — eu digo porque eu já vi gerente de empresa falando isso para mim.

Eu digo, porque pra gente conseguir emprego pra minha filha, eu tive quase que implorar, que me humilhar e implorar pra gerência de uma certa empresa aí. Hoje ela tá empregada."

Mulher ribeirinha (analfabeta funcional), 35 anos
Norte do Brasil, grupo focal

Mulheres na informalidade

Dados oficiais indicam que mulheres com filhos recorrem mais à informalidade do que homens na mesma condição ou do que mulheres sem filhos (FGV (ii), [2024](#)). As mães solo, estimadas em mais de 11 milhões no Brasil, enfrentam uma realidade ainda mais dura: renda 32% inferior à de outras mulheres e, muitas vezes, a tripla jornada entre trabalho, casa e cuidado. A falta de políticas específicas e o acesso restrito a crédito ampliam essas barreiras (Globo, [2023](#); Carta Capital, [2025](#)). Diante desse cenário, muitas acabam buscando a informalidade por necessidade, principalmente em setores como beleza e serviços, que oferecem maior flexibilidade para conciliar trabalho e família.

Mulheres em ocupações informais, como limpeza, beleza e trabalhos domésticos, carregam encargos adicionais impostos por expectativas de gênero ligadas ao cuidado e à gestão do lar. Muitas são mães solo ou cuidadoras, e acabam fora do mercado formal. O trabalho é invisível, mal remunerado e desvalorizado, mas continua sendo essencial para a sobrevivência e a manutenção de suas famílias. Mulheres negras e pardas aparecem com representação desproporcional nos dados nacionais: 47% estavam na informalidade em 2022, contra pouco mais de 34% entre mulheres brancas e 41% no total da população ocupada (IBGE (viii), [2023](#)).

Nas entrevistas qualitativas, essas mulheres relataram manter duas ou três fontes de renda para garantir o básico. O quadro evidencia a pressão financeira e a ausência de políticas públicas adequadas. Para elas, a informalidade não é escolha, mas uma estratégia de sobrevivência em um sistema que não reconhece plenamente seus papéis de cuidadoras e trabalhadoras.



"Eu trabalho por conta própria. Devido a... Eu fiquei desempregada. E aí eu comecei a fazer cursos. E aí fui me aperfeiçoando e vi que eu trabalhando por conta própria era muito melhor do que na forma de ser CLT.

Então oscila, né? Dá conta. Mas por eu trabalhar por conta própria, tem mês que tá muito bom, tem mês que tá muito ruim. Então, tem mês que bomba, tem mês que não ganha o que eu esperava."

Mulher, trabalhadora informal, 34 anos
Sudeste do Brasil, entrevista individual

Oportunidades criativas

O relatório O Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras, da Fundação Arymax, identifica cinco áreas promissoras para a juventude no mercado de trabalho: economias criativa, do cuidado, verde, prateada e digital. O estudo defende uma postura proativa para preparar os jovens para as demandas do futuro (Fundação Arymax (ii), [2023](#)). Muitos já atuam nessas frentes de forma informal, seja por necessidade, seja por interesse. Lideranças juvenis destacam, no entanto, o desafio de reconhecer que esses jovens já integram a economia criativa e que esse campo pode oferecer oportunidades concretas de trabalho.

Carreiras ligadas às redes sociais, especialmente em marketing e publicidade, têm se mostrado mais inclusivas. Ainda assim, apenas 16% da amostra Next Generation Brasil indicou habilidades de influenciador digital como prioridade para o emprego. No Centro-Oeste, o interesse foi um pouco maior, 20%, enquanto no Norte ficou em 14%. A economia digital permeia todos os setores e tem grande potencial, mas depende de investimentos em infraestrutura e em letramento digital. A Fundação Arymax defende maior alinhamento entre escola e trabalho, com empresas contribuindo para a formação em habilidades digitais de alta demanda.

O Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes, iniciativa da frente de juventude do Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o UNICEF e a Organização Internacional do Trabalho, OIT, propõe medidas específicas para enfrentar os desafios de inserção laboral entre jovens em situação de vulnerabilidade (*Pacto Pela Juventude*, [2025](#)). O pacto enxerga os jovens como protagonistas de sua própria inclusão e conclama governos, empresas e instituições a agir de forma estratégica para ampliar o acesso a empregos de qualidade, à formação e a ambientes inclusivos e livres de discriminação.

O Laboratório de Inclusão Produtiva das Juventudes, criado em 2023 pelo UNICEF em parceria com a FGV e dois bancos brasileiros, busca articular esforços públicos e privados em escala nacional (*Observatório de EPT*, [2023](#)). Suas ações se estruturam em seis pilares: apoio técnico, formação de lideranças, mapeamento de boas práticas, monitoramento de indicadores, produção de conhecimento e reconhecimento de políticas. Outro programa do UNICEF, o Um Milhão de Oportunidades (1MiO), oferece capacitações e estágios para jovens de 14 a 29 anos, mobilizando empresas, organizações da sociedade civil e governos locais. De acordo com o site da iniciativa, já foram criadas quase 700 mil oportunidades (1mio, [2025](#)).



Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade: Principais achados da pesquisa

- Sete em cada dez jovens afirmaram querer abrir um negócio nos próximos cinco anos, com maior interesse entre os acima de 25 anos. Apesar disso, apenas 5% já administram um empreendimento e 9% estão registrados como MEI. As barreiras mais citadas foram a falta de financiamento, de habilidades, de autoconfiança e os obstáculos culturais.
- Entre os respondentes, 11% estavam desempregados. Entre os que trabalham, um em cada dez atua na informalidade. Quatorze por cento não estudam nem trabalham. Dois terços relataram que os salários não cobrem as necessidades básicas nem atendem às expectativas, e mais da metade considera que as longas jornadas comprometem o bem-estar.
- Metade dos jovens empregados que vivem em favelas está na informalidade. Entre os trabalhadores informais, 35% se autodeclararam pretos, 37% pardos e 25% brancos. As principais motivações para optar pelo trabalho informal foram complementar a renda, buscar autonomia e flexibilidade ou não conseguir vaga formal.
- Um em cada quatro informais recebia menos que o salário mínimo. Quase dois terços eram a principal fonte de renda da família, e um em cada três relatou dificuldade para fechar o mês. Sete em cada dez disseram ter sofrido algum tipo de preconceito racial, e mais da metade afirmou ter sido tratada de forma diferente em razão da renda ou do status econômico.
- Jovens indígenas relataram preconceito direto e indireto no mercado, marcado pela expectativa de que ocupem apenas funções básicas. Já os jovens ribeirinhos enfrentam falta de qualificação formal, preconceito e escassez de vagas nas cidades próximas.
- As mulheres trans identificaram o mercado formal como uma das principais fontes de dor e exclusão. Relataram episódios de preconceito que vão desde demissões após o início da transição de gênero até a eliminação em processos seletivos assim que a identidade trans se torna evidente para empregadores.
- Entre adolescentes de 16 a 18 anos, 17% afirmaram estar trabalhando. Desse grupo, 13% atuam vendendo produtos nas ruas ou em aplicativos. Quinze por cento não estudavam nem trabalhavam no momento da pesquisa.

Capítulo 4

Engajamento político e social

Este capítulo analisa como a juventude brasileira segue ativa no campo cívico e político, mesmo diante da desilusão com as instituições formais. Em um cenário de polarização e desigualdade estrutural, a pesquisa combina dados quantitativos e entrevistas qualitativas para mostrar que, embora muitos jovens desconfiem da política tradicional, eles se engajam em ativismos digitais, iniciativas comunitárias e movimentos liderados por seus pares. Barreiras como linguagem política pouco acessível, racismo institucional e falta de educação cívica limitam a participação, mas não impedem que a juventude cobre espaço, reconhecimento e responsabilidade pública.

A ausência de estruturas de apoio e de políticas eficazes amplia a pressão e compromete a continuidade do engajamento. Muitos relatam não se sentir ouvidos nem incluídos nas decisões. Apontam frustração com conselhos de juventude inativos, consultas públicas sem retorno e programas interrompidos. A sensação é de falar sem ser ouvido ou, pior, de ser ouvido e ignorado.

As entrevistas revelaram opiniões fortes, mas é preciso analisar esses achados junto com os dados do levantamento geral, já que muitos participantes dos grupos focais eram ativistas comunitários e podem ter influenciado a percepção sobre o engajamento político como um todo.

Quando a escola não aborda temas políticos, os jovens recorrem a pares e redes digitais para aprender e debater. As demandas são claras: plataformas políticas mais acessíveis, transparentes e responsivas; diálogo direto com representantes eleitos; e prioridade para questões sociais e ambientais. Há consenso sobre a importância de comunicação inclusiva, particularmente em canais digitais. Parte dos jovens relata desinteresse crescente por causa da desinformação e da falta de resposta institucional; outros enxergam novo fôlego de ativismo diante de urgências sociais e identitárias. Em última análise, a próxima geração não espera condições ideais. Ela improvisa, resiste e reinventa a vida cívica a seu modo. Não é atenção que se pede, mas transformação.

Uma questão de confiança

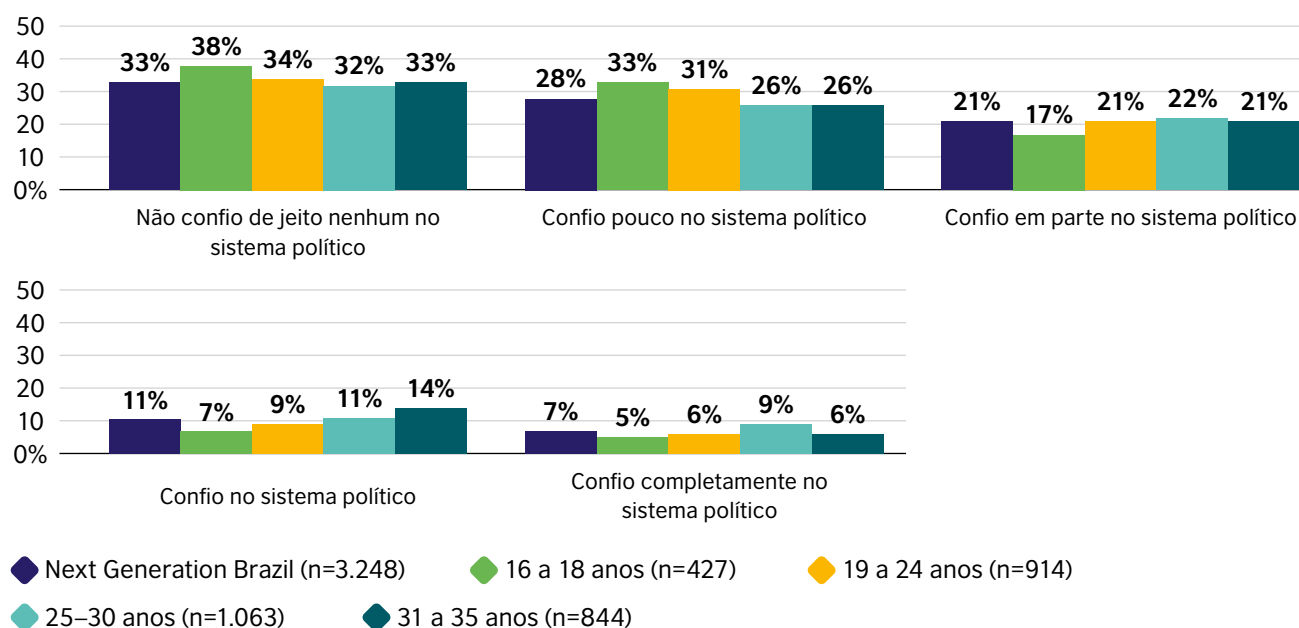
Um terço dos jovens (33%) afirma não confiar em nada no sistema político brasileiro, enquanto apenas 7% dizem ter confiança plena. Só 5% acreditam que as vozes da juventude são de fato ouvidas em temas nacionais e resultam em ações concretas. Entre os mais velhos, de 31 a 35 anos, a preocupação com a política nacional é maior: 70% se dizem preocupados ou muito preocupados, contra 52% entre os de 16 a 18 anos e 66% no total da amostra. Mais da metade (55%) avalia que as vozes jovens são ignoradas ou consideradas apenas de forma superficial.

A desconfiança nas instituições democráticas também aparece em levantamentos nacionais. Em fevereiro de 2025, reportagens mostraram que 82% da população não confia no Congresso (CNN, [2025](#)). O dado revela uma crise de legitimidade e representação, especialmente preocupante quando o engajamento da juventude é fundamental para o futuro da democracia.

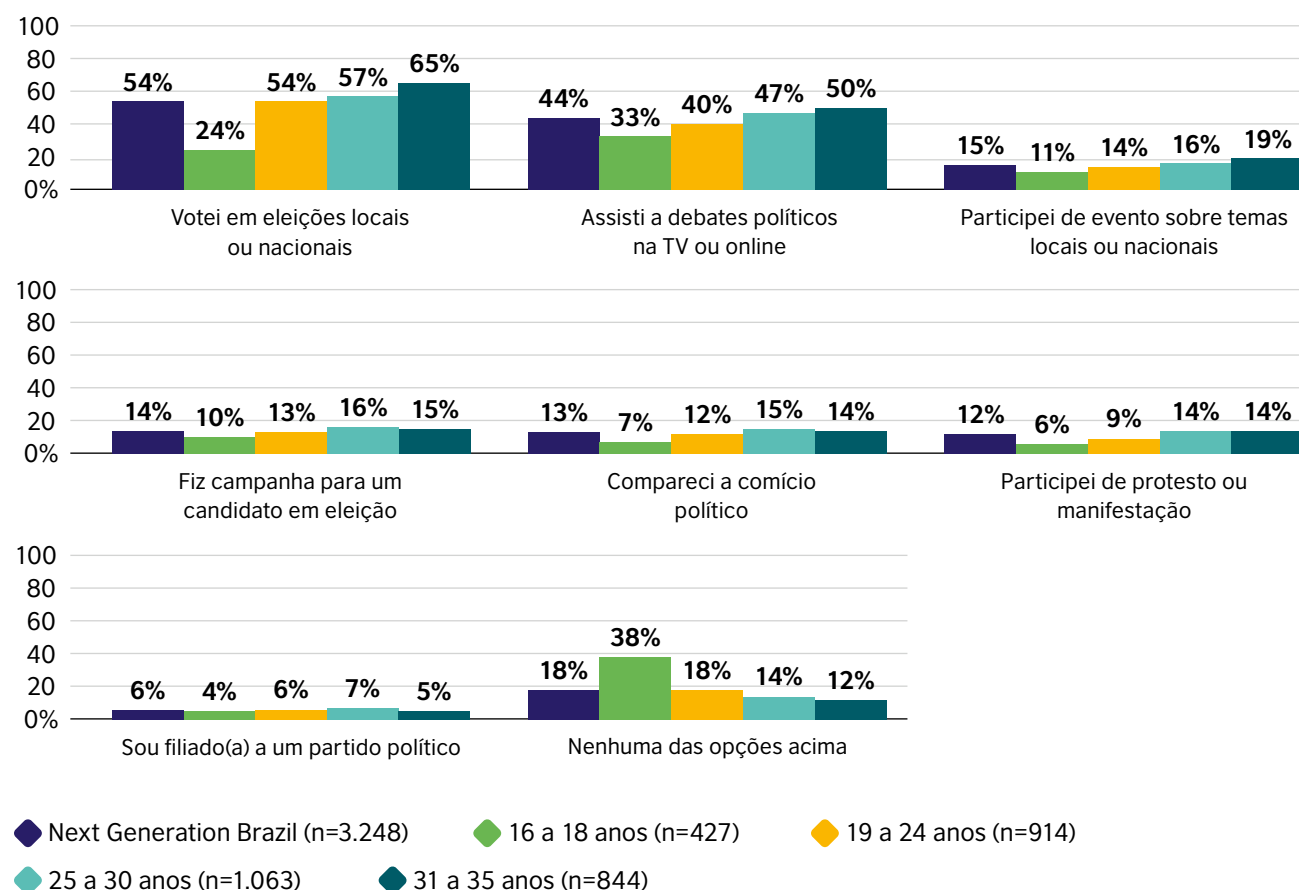
Pouco mais da metade dos jovens entrevistados (54%) afirmou ter votado em eleições locais ou nacionais no último ano. A participação cresce com a idade: 65% entre os de 31 a 35 anos, contra 54% entre 19 a 24 e apenas 24% entre 16 a 18. Isso talvez indique maior engajamento político entre os grupos mais velhos: metade dos jovens de 31 a 35 anos afirmou ter assistido a debates políticos na TV ou online nos últimos 12 meses, contra 33% entre os de 16 a 18 anos.

Um em cada cinco jovens (18%) afirmou não ter participado de nenhuma atividade política nos últimos 12 meses, sinal de afastamento de parte da juventude. As razões não ficam claras, mas a polarização e a violência política podem estar entre os fatores que desestimulam a participação institucional. Já um em cada quatro (24%) disse que se engajaria mais se houvesse incentivo direto da escola.

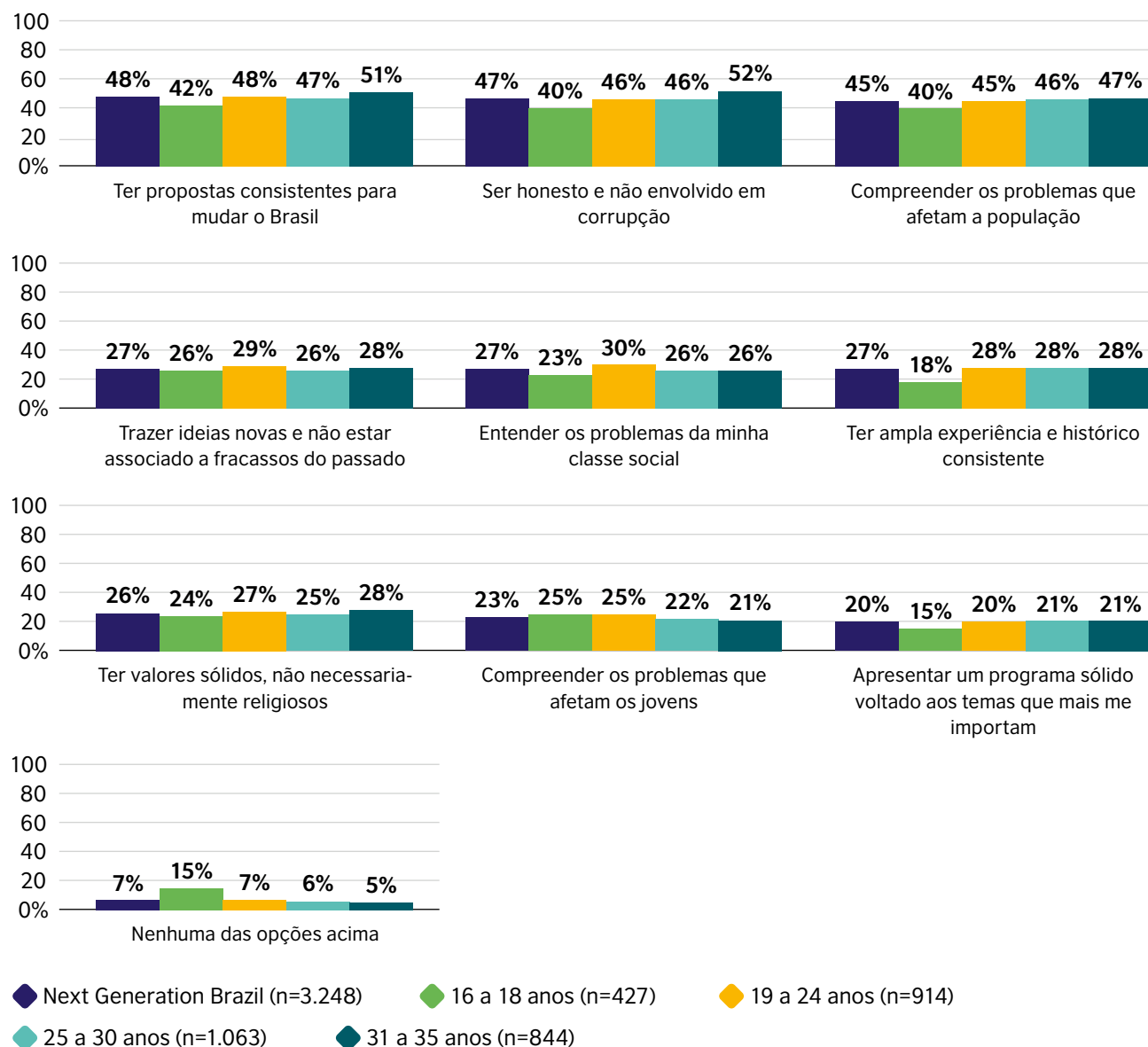
Quando falam de liderança, os jovens são igualmente assertivos: rejeitam a política tradicional, personalista e ideologicamente engessada. Esperam lideranças que compreendam suas realidades e apresentem programas consistentes e relevantes, conectados às prioridades reais da juventude.

Figura 31: Confiança das juventudes no sistema político*

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert.

Figura 32: Engajamento político nos últimos 12 meses

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher uma entre cinco opções em uma escala Likert.

Figura 33: Qualidades importantes na escolha de um candidato

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 5 opções de uma lista de 14, ou sugerir outra.

Engajamento das juventudes e ativismo digital

O relatório Cidadania ambivalente, produzido no Norte do Brasil, identifica um cinismo político crescente entre jovens que se sentem afastados das estruturas formais (Mandache, 2024). Ao mesmo tempo, registra participação em formatos alternativos de cidadania, como o ativismo comunitário e ações coletivas, revelando uma relação mais complexa com a política. Mesmo quando as instituições tradicionais não despertam confiança, permanece forte a disposição para atuar em causas sociais.



"Eles têm interesse por vários temas que afetam suas vidas e que são temas políticos. Mais do que o desinteresse, os jovens se distanciam da linguagem tradicional da política, dos espaços tradicionais de política.

Isso porque são espaços e linguagens muitas vezes inacessíveis para essas pessoas. Não é qualquer pessoa que circula, não é qualquer jovem que circula facilmente dentro de uma Câmara de Vereadores, por exemplo. Vai ter jovem negro, por exemplo, que vai entrar numa Câmara de vereadores e vai ser perseguido porque parece naturalmente suspeito e como intruso daquele lugar."

Larissa Fontana

Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

Entrevistas com lideranças estudantis e ativistas revelam trajetórias atravessadas por limites sistêmicos, mas também por um forte impulso comunitário, nascido do senso de responsabilidade com os pares ou da percepção de injustiças cotidianas. Manter o engajamento no longo prazo, contudo, é um desafio diante da falta de financiamento, da descontinuidade institucional e das experiências de discriminação, mais sofrida por jovens de grupos marginalizados.

A herança dos movimentos estudantis permanece presente. Muitos relatam ter despertado para a política em ocupações de escolas ou em protestos, como os de 2023, quando milhares saíram às ruas em defesa de uma educação mais justa e de qualidade. Os movimentos estudantis foram lembrados como espaços centrais de aprendizado. Muitos jovens relataram ter buscado conhecimento em oficinas comunitárias, estudos independentes e no diálogo com seus pares. O ativismo abriu caminho para o desenvolvimento de habilidades de liderança, mediação de conflitos, articulação institucional e pensamento crítico.

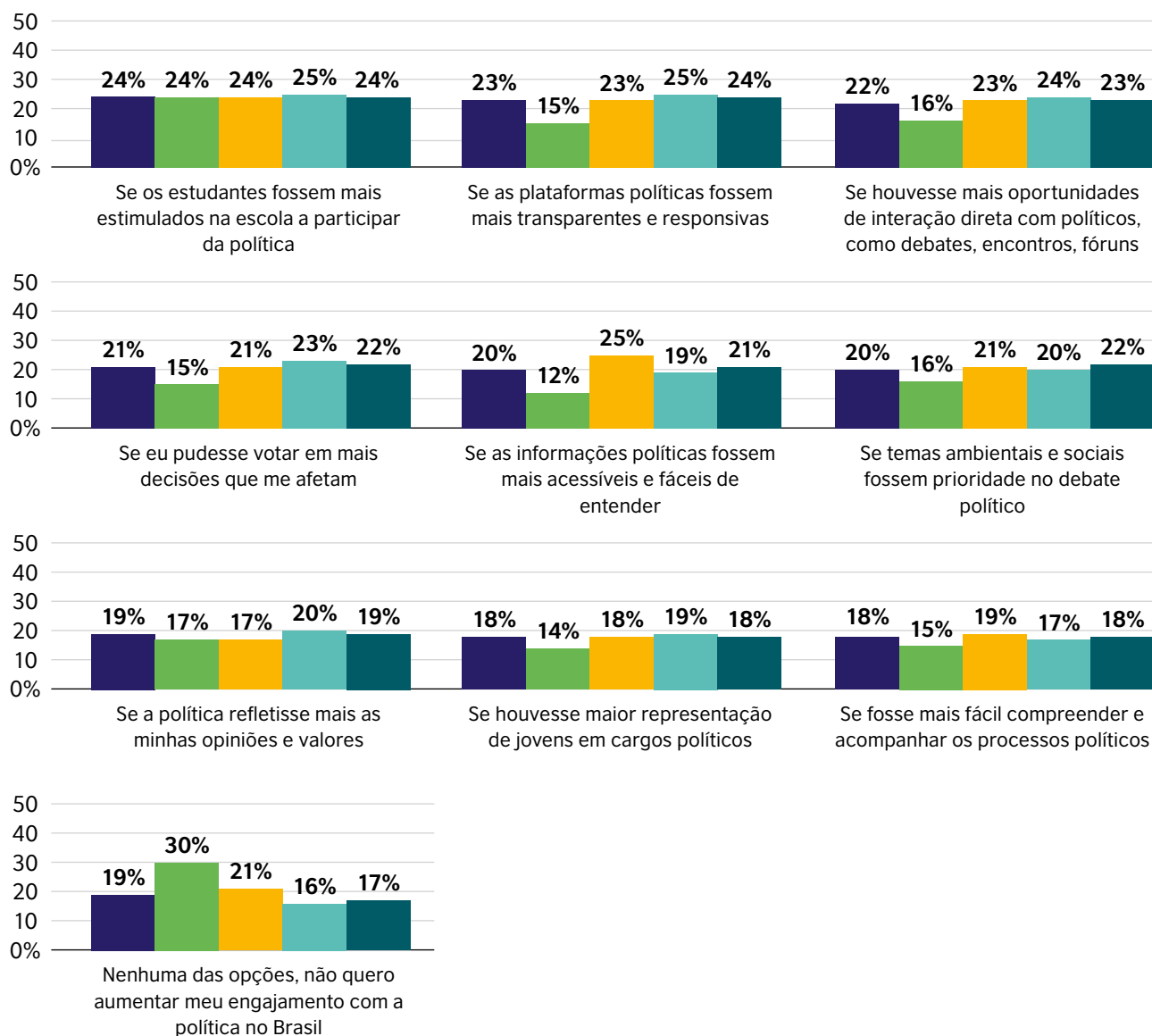
Houve momentos de frustração, mas também de resiliência e orgulho por conquistas como a defesa das políticas afirmativas e a resistência a cortes orçamentários. Essas vitórias reforçam o sentimento de impacto real e o pertencimento a uma luta histórica coletiva. Um ponto central é o desejo da juventude de não apenas participar, mas de ser reconhecida como ator político legítimo. Para jovens de contextos marginalizados, isso significa acesso concreto e significativo às esferas políticas.

Entre as principais queixas estão a falta de oportunidades reais de participação e a escassez de informação confiável e de educação política. O racismo institucional foi citado de forma recorrente, somado a interseccionalidades de gênero, território e às pressões da crise climática. A demanda central é por espaços de escuta que tenham retorno efetivo e resultem em ação governamental concreta. O contraste entre a energia da juventude e as respostas rígidas ou desdenhosas das estruturas políticas é fonte evidente de frustração.

Criado em 2005, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é um órgão consultivo federal voltado a representar os interesses da juventude e promover diálogo com o governo, influenciando a política nacional de juventude (Gov.br (xx), [2023](#)). Em 2023, seu escopo foi ampliado com a criação de presidências temáticas e de conselhos estaduais. A maioria dos estados implantou instâncias locais, com exceção de seis, mas ativistas relatam que o nível de engajamento efetivo ainda é irregular.

Além do CONJUVE, diferentes ministérios mantêm comissões e grupos de trabalho multissetoriais nos quais jovens ativistas colaboram com a sociedade civil e o governo em políticas de emprego, educação, saúde e meio ambiente. Em 2024, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) criou grupos de trabalho para revisar o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) e apoiar juventudes rurais e tradicionais (Gov.br (xxi), [2024](#)). O objetivo é integrar perspectivas das juventudes nas políticas públicas e tornar a participação mais efetiva, embora ainda persistam desafios de alcance e de transparência.

Longe da apatia, os jovens fazem escolhas conscientes de engajamento. Buscam lideranças autênticas, programas consistentes e espaços alternativos que coloquem suas realidades no centro. Entre os jovens, ganham força candidatos que falam de maneira direta, sem personalismo e por meio de plataformas digitais ligadas ao seu dia a dia. Ainda assim, mesmo conectados, eles demonstram cautela e desconfiança em relação às informações disponíveis online (Publika, [2022](#); Exame, [2015](#))

Figura 34: Motivadores para o engajamento político*

◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ 16 a 18 anos (n=427)

◆ 19 a 24 anos (n=914)

◆ 25 a 30 anos (n=1.063)

◆ 31 a 35 anos (n=844)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 13, ou sugerir outras.

Jovens de áreas rurais e comunidades indígenas relataram usar as redes sociais para se conectar e dar visibilidade a pautas específicas quando percebem que o poder público os ignora. Já ativistas estudantis destacaram a internet como espaço valioso de educação política, mas também como fonte de desinformação, discurso de ódio e conteúdos violentos. Reconhecem as oportunidades de mobilização que a tecnologia oferece, embora defendam um uso crítico e estratégico dessas ferramentas. Diante da proliferação das fake news, diversos sites de checagem se articularam antes das eleições de 2024 para integrar fontes (Meedan, [2024](#)). A demanda, porém, ficou abaixo do esperado, interpretada como sinal de apatia do eleitorado (IPEC, [2024](#)).



"Eu acho que depois da pandemia deu um baque e ainda estamos tentando nos reorganizar. Mas, assim, não é fácil. Não é fácil. Ainda mais no tempo das redes sociais, que muita coisa a gente faz online. Então, se encontrar pra fazer um protesto e tal parece ser mais difícil [riso] de certa forma, né?"

Mas ao mesmo tempo, algumas vezes protestam online — muitas reclamações online e tal são meio que ouvidas antes de necessitarem ir pras ruas, por exemplo. Ou um vídeo, ou então uma denúncia online.

Claro que tem muita fake news. Então não é que é só coisa boa, mas ter o online também ajuda em certa maneira, a pressionar."

Mulher, estudante, ativista, 32 anos
Sudeste do Brasil, entrevista individual



"Eu costumo seguir pessoas que tem praticamente a mesma doença que a minha, fazendo uma simples comparação. Eu sigo Pedro Pimenta, ele teve também uma meningite. Ele hoje é dono da própria empresa de prótese. Ele usa para ajudar outras pessoas com deficiência. É porque é assim, o sistema, a sociedade não estão abertas às possibilidades que vão ocorrer lá na frente. Quem imaginou um dia eu estar em cima de uma cadeira de rodas? Ninguém imaginou!"

Homem com deficiência (cadeirante), 26 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

"É fundamental investir na formação de lideranças jovens, garantir a participação em espaços de decisão e respeitar os nossos direitos garantidos na Constituição e nas convenções internacionais."

Homem indígena, 32 anos
Sudeste do Brasil, entrevista individual

"Quando eu tô indo pra uma eleição, eu não tenho que pensar só em mim, eu não tenho que pensar só no que é bom pra mim, mas também no que é bom pra um todo, pra um coletivo. Então, isso me conscientiza também pra que eu olhe não só pra mim, mas olhe pras pessoas que estão à minha volta e assim tomar uma decisão."

Mulher, estudante, ativista, 21 anos
Nordeste do Brasil, entrevista individual

Como alcançar as juventudes

A expressão política e social no Brasil ganha contornos culturais próprios. O humor há muito tempo faz parte do comentário político, das fantasias de carnaval que parodiavam autoridades aos memes e à sátira no TikTok. Para grupos historicamente excluídos, o riso funciona como mecanismo de sobrevivência e também como ferramenta de resistência. A crítica política circula nas letras do funk, arte urbana e no humor com a mesma força que nas ruas.

Quase metade dos jovens, 44%, afirmou assistir a debates políticos na TV ou online, o que reforça a força do audiovisual como porta de entrada para o engajamento cívico. Embora apenas 6% participem de partidos, o alto consumo de conteúdo político mostra que acompanham e refletem sobre o tema mesmo fora das estruturas formais.

De acordo com uma pesquisa sobre aplicativos no Brasil, 92% dos jovens de 16 a 29 anos com smartphone têm Instagram (Panorama Mobile Time / Opinion Box, [2024](#)), 74% têm Facebook e pouco mais da metade, 52%, usa TikTok. Os jovens brasileiros recorrem cada vez mais às redes sociais como ferramentas de engajamento político e ativismo. Plataformas como Instagram, TikTok e X funcionam não apenas como espaços de autoexpressão, mas também como arenas de diálogo político, mobilização e incidência. Influenciadores-ativistas se destacam nesse cenário ao promover o chamado "engajamento conectivo", combinando narrativas pessoais com mensagens sociais e políticas de forma a gerar forte identificação com seus públicos.

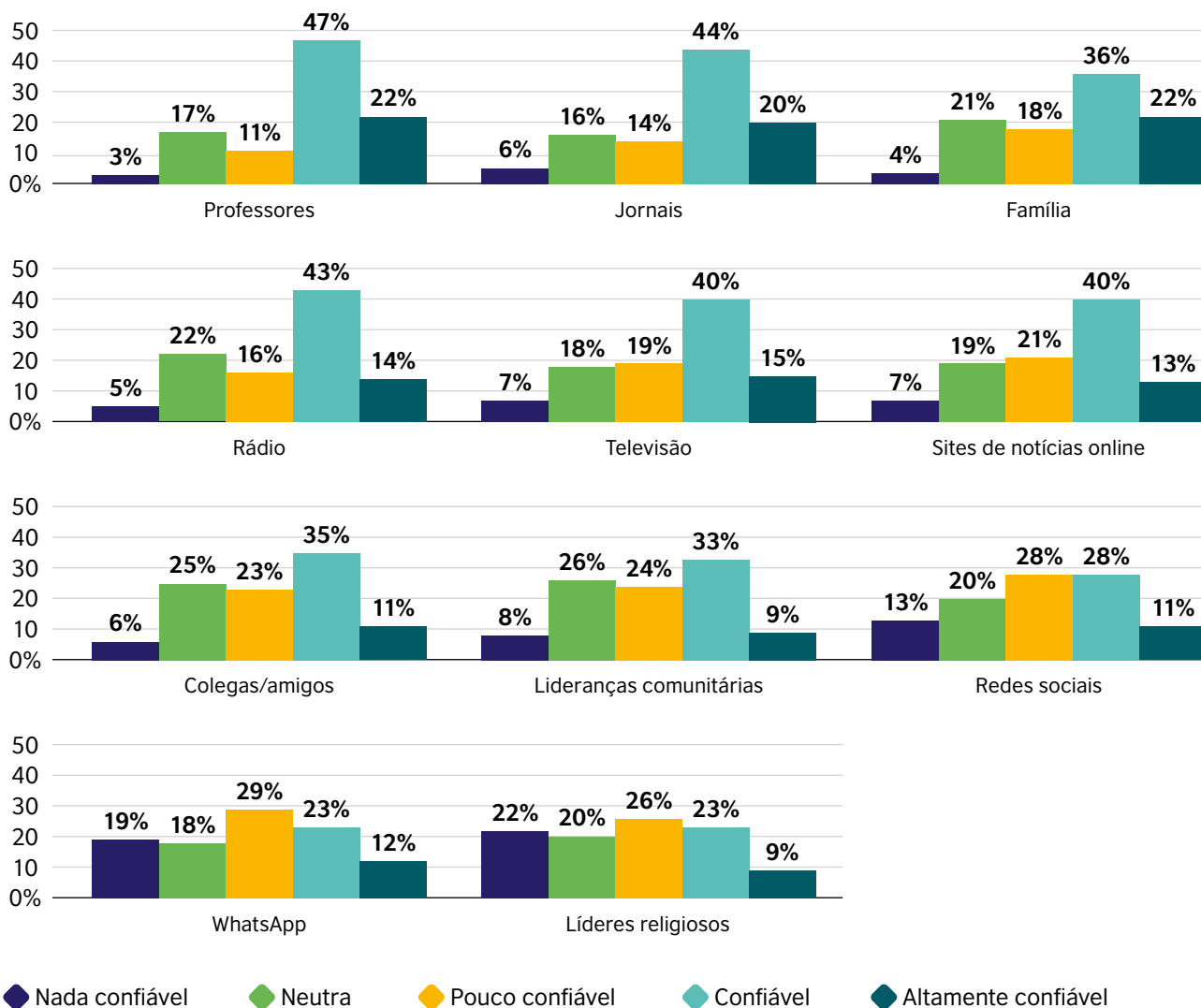
Mesmo não estando no topo da lista de fontes mais confiáveis de informação, as redes sociais são vistas como "confiáveis" ou "muito confiáveis" por 39% dos jovens entrevistados na pesquisa Next Generation Brasil. O Instagram aparece na liderança, citado por 43% como a rede mais confiável para notícias. Amplamente usado para comunicação e negócios, o WhatsApp foi considerado confiável por 35% dos respondentes, ficando em penúltimo lugar, acima apenas dos líderes religiosos. O dado pode refletir a herança da circulação de desinformação nas eleições de 2018 e 2022 (Guardian (ii), [2019](#); Time, [2023](#)). A criptografia ponta a ponta e os grupos facilitam a propagação rápida de boatos.

Os professores apareceram como a fonte mais confiável: 69% dos jovens os classificaram como "confiáveis" ou "muito confiáveis", à frente das redes sociais, da família (58%) e da TV (55%). Esse capital de confiança coloca os educadores no papel de mediadores essenciais de valores cívicos e informação, em um cenário marcado por desinformação e polarização. Em grupos focais e entrevistas, jovens de territórios marginalizados reforçaram a percepção de que a escola é o melhor espaço para semear mudanças.

No entanto, como visto na seção sobre educação, o corpo docente enfrenta desafios estruturais. Formação limitada, condições de trabalho precárias e pouco apoio institucional reduzem seu potencial de guiar os estudantes em um ecossistema midiático e cívico cada vez mais complexo. Aí reside uma oportunidade: investir na formação docente e fortalecer currículos para uma formação cidadã, ampliar a alfabetização midiática e impulsionar o engajamento democrático.



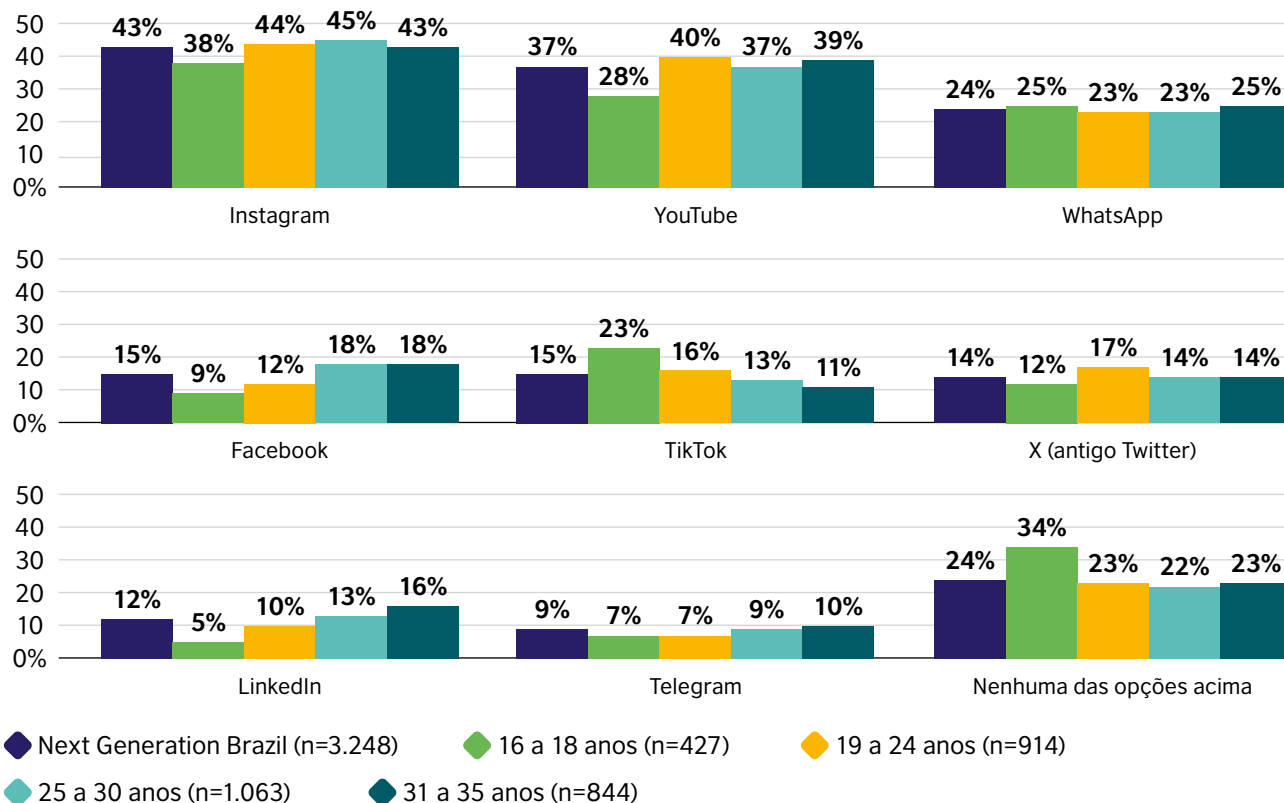
Figura 35: Fontes confiáveis de informação*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes avaliaram o nível de confiança em uma escala Likert de cinco pontos, de "Nada confiável" a "Muito confiável"



Figura 36: Níveis de confiança nas redes sociais*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. *Os participantes selecionaram, a partir de uma lista com oito plataformas, quais consideravam confiáveis, ou puderam indicar outra.

Os achados mostram que ampliar a participação política e social exige ação em duas frentes. De um lado, é preciso apoiar educadores com ferramentas, formação e respaldo institucional para estimular o pensamento crítico e o letramento midiático. De outro, plataformas digitais como o Brasil Participativo, uma iniciativa de planejamento e consulta lançada pelo Governo Federal em 2023 que já recebeu mais de 8 mil propostas e mais de 1,5 milhão de votos, demonstram o potencial de processos inclusivos viabilizados pela tecnologia (Agência Brasil (vii), 2024). Ao mesmo tempo, expõem lacunas estruturais e demográficas que podem deixar certos grupos para trás.

Apesar de a Brasil Participativo ser considerada uma das maiores plataformas de democracia participativa do mundo, críticos apontam que limitações de infraestrutura reduzem seu alcance, sobretudo entre comunidades marginalizadas. Os dados sugerem que mulheres foram mais ativas como eleitoras, enquanto os homens se destacaram na proposição de políticas (People Powered, 2025). Os jovens usuários se engajam principalmente votando em pautas, enquanto a elaboração de propostas aparece mais entre os mais velhos. Avançar tanto na capacitação de educadores quanto na acessibilidade das plataformas participativas pode ampliar e aprofundar o engajamento democrático entre as juventudes brasileiras.

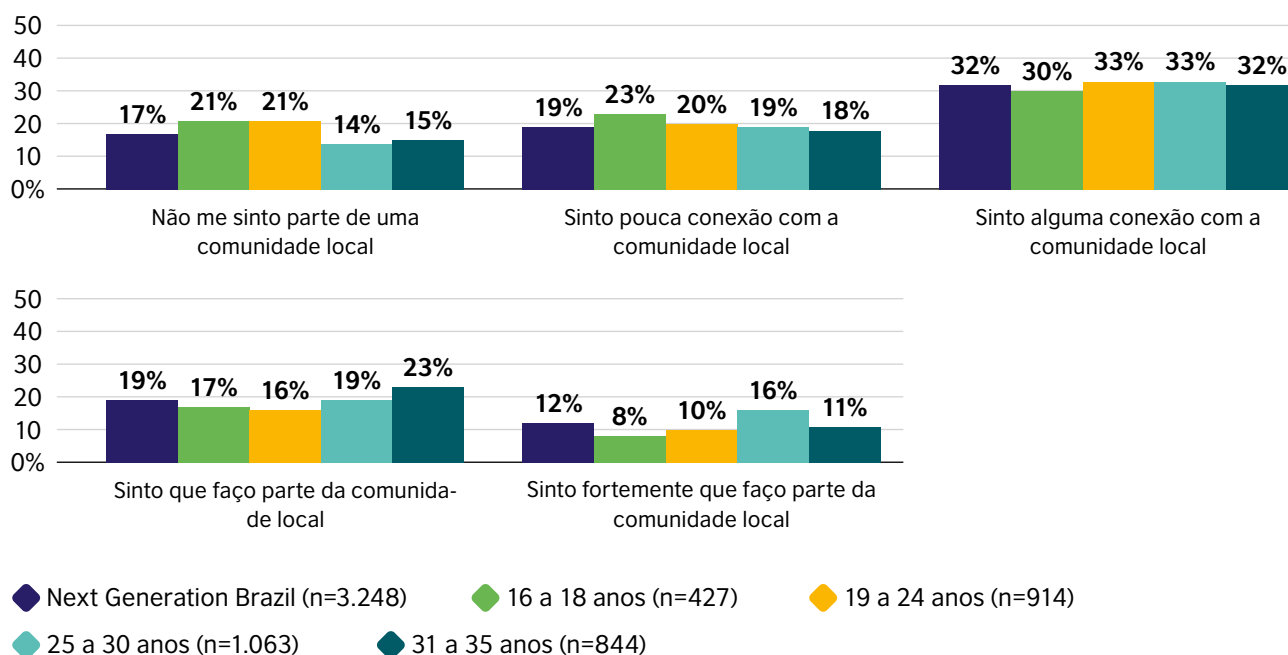
Engajamento comunitário

Mais de um terço dos jovens entrevistados (36%) disse sentir pouca ou nenhuma conexão com a própria comunidade. Entre 16 e 18 anos, o índice sobe para 44% e chega a 47% entre moradores de áreas metropolitanas e periféricas, onde apenas 6% afirmaram sentir forte pertencimento.

Nas favelas, o quadro se inverte: mais da metade (51%) declarou sentir-se "parte" ou "muito parte" do território. Isso sugere vínculos de vizinhança e redes de apoio informais mais fortes, possivelmente ligados à expressão cultural típica das periferias, discutida em capítulo anterior.

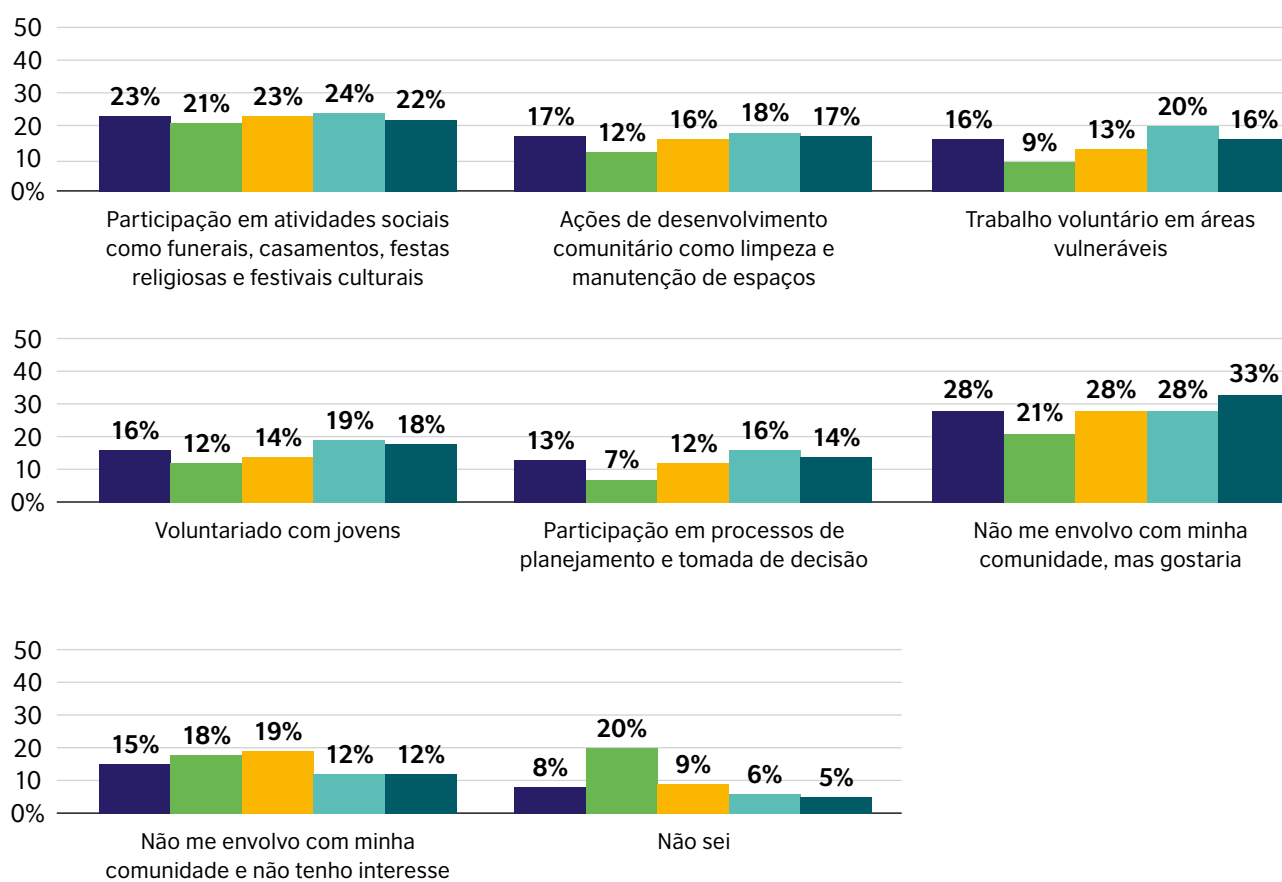
Os dados, reforçados pelos relatos qualitativos, apontam uma disposição para o engajamento em iniciativas cívicas e comunitárias. Quase três em cada dez (28%) afirmaram que não participam hoje, mas gostariam. O interesse é maior entre 31 e 35 anos (33%) do que entre 16 e 18 (21%), o que pode refletir um sentimento de desconexão crescente diante de contas e responsabilidades familiares. A mensagem é clara para formuladores de políticas e grupos locais: os jovens querem pertencer mais e ter espaços reais de participação. O desafio está em criar formas que realmente os motivem a se envolver.

Figura 37: Sentimento de pertencimento à comunidade*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar uma opção entre cinco para indicar seu grau de pertencimento. (gráfico de barras com níveis combinados de pertencimento)

Figura 38: Engajamento comunitário*



◆ Next Generation Brazil (n=3.248)

◆ 16 a 18 anos (n=427)

◆ 19 a 24 anos (n=914)

◆ 25 a 30 anos (n=1.063)

◆ 31 a 35 anos (n=844)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar formas de engajamento a partir de uma lista com 6 opções ou sugerir outra opção.

Engajamento político e social: Principais achados da pesquisa

- Os jovens brasileiros demonstraram baixa confiança no sistema político do país. Só 5% acreditam que suas vozes são ouvidas com desdobramentos concretos, enquanto mais da metade sente que é ignorada ou, no máximo, consultada de forma superficial. A preocupação com a política é mais evidente entre os jovens mais velhos: 70% dos que têm entre 31 e 35 anos disseram estar preocupados, contra 52% entre 16 e 18 anos e 66% na amostra geral.
- Mais de um terço dos jovens afirmou não se sentir parte de sua comunidade local, índice ainda mais alto entre adolescentes de 16 a 18 anos e moradores de áreas metropolitanas e periféricas. Nas favelas, porém, o cenário é oposto: mais da metade declarou sentir forte conexão com o território, o que aponta para a presença de redes locais de apoio mais robustas.
- Três em cada dez jovens que hoje não participam de iniciativas comunitárias disseram que gostariam de se envolver, com maior interesse entre os mais velhos (33% dos de 31 a 35 anos) em comparação aos mais jovens (21% dos de 16 a 18 anos).
- Lideranças estudantis relataram que seu despertar político se deu em protestos e mobilizações escolares. Em entrevistas, destacaram o senso de responsabilidade com a comunidade como principal motivador, mesmo diante de episódios de discriminação e da ausência de apoio formal.
- As redes sociais foram apontadas por jovens ribeirinhos, em grupo focal, e por jovens indígenas, em entrevistas individuais, como meios de conexão e conscientização sobre questões políticas. Embora funcionem também como espaço de educação política, são igualmente reconhecidas como fonte de desinformação, violência e ódio.
- Professores aparecem como as fontes de informação mais confiáveis para os jovens brasileiros. Um em cada quatro afirmou que se envolveria mais na política se houvesse estímulo ativo dentro da escola, e jovens de comunidades marginalizadas reforçaram o papel da educação como espaço privilegiado para semear mudanças. Esse cenário revela uma oportunidade importante: fortalecer a formação docente e os currículos de educação cívica pode ampliar de forma significativa o engajamento político e social da juventude.
- As redes sociais são vistas como fontes confiáveis de informação por 39% dos jovens, em comparação a 64% que citaram os jornais.



Capítulo 5

Desafios das mudanças climáticas

O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo e também um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas. Embora lidere globalmente a produção de energia renovável, o país já enfrenta a intensificação de desastres climáticos, como enchentes, incêndios florestais e secas, que atingem sobretudo comunidades de baixa renda e grupos marginalizados.

Este capítulo reúne depoimentos de jovens e ampla base de dados para analisar como a juventude brasileira percebe e responde à crise climática, com destaque para os desafios enfrentados por indígenas, ribeirinhos e moradores de favelas expostos à degradação ambiental e à injustiça climática. A pesquisa mostra como o racismo ambiental, a infraestrutura precária e a exclusão política agravam os impactos e evidencia o ativismo climático em campanhas digitais e movimentos de base. Ativistas do meio rural descrevem o colapso da agricultura familiar diante de eventos extremos, muitas vezes imprevisíveis, como secas e incêndios, o que força a migração de jovens do campo para centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

A juventude brasileira demonstra forte consciência sobre os efeitos das mudanças climáticas e sobre como eles recaem de forma desigual sobre diferentes grupos sociais. A pesquisa Next Generation Brasil trouxe à tona críticas consistentes de jovens sobre a sub-representação das juventudes na formulação de políticas de adaptação climática e sobre o que consideram ser o papel insuficiente do Estado, por vezes contraproducente.

Um clima em transformação

Em agosto de 2024, 2.000 jovens brasileiros se reuniram no Rio de Janeiro com 145 representantes de mais de 40 países durante o Y20 Summit, plataforma oficial de engajamento das juventudes do G20. As mudanças climáticas surgiram como a principal prioridade de debate. Os participantes elaboraram em conjunto um comunicado aos líderes do G20 com recomendações de políticas voltadas a financiamento e política fiscal, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, transparência de dados e rotulagem ambiental, além de restauração da natureza e uso da terra (Y20 Summit, [2024](#)). O documento funcionou como um chamado à ação, pedindo aos líderes do G20 que enfrentem o agravamento da crise climática. As juventudes brasileiras trouxeram perspectivas singulares, moldadas por suas vivências diretas em um país que já sente de forma intensa os efeitos devastadores das mudanças climáticas.



Os impactos das mudanças climáticas, impulsionadas pela ação humana e pelo aquecimento global, já se fazem sentir no Brasil, que nos últimos anos enfrentou uma sucessão de eventos climáticos extremos. Segundo o estudo "2024: O Ano Mais Quente da História", elaborado pela Aliança Brasileira pela Cultura do Oceano em parceria com a UNESCO, o Brasil registrou um aumento de 250% nos desastres climáticos desde a década de 1990. Entre 2020 e 2023, foram mais de 16 mil eventos extremos, em média mais de 4 mil por ano. Nos anos 1990, essa média era de apenas 725 (UNIFESP, 2025). A combinação de enchentes, secas e tempestades resultou em perdas humanas e econômicas devastadoras em todas as regiões.

Uma onda de calor recorde em novembro de 2023 afetou milhares de municípios, com temperaturas no Rio de Janeiro acima de 42°C (*Agência Brasil* (viii), 2023). Já os deslizamentos de terra continuam sendo uma consequência letal das estações chuvosas cada vez mais intensas, responsáveis por mais de 130 mortes em 2023 (Gov.br (xxii), 2024). Em 2024, enchentes no Rio Grande do Sul atingiram mais de 90% dos municípios do estado, deixaram mais de 180 mortos e obrigaram 2,3 milhões de pessoas a sair de casa. As mudanças climáticas e o fenômeno El Niño foram apontados como responsáveis pela intensidade e duração das chuvas.

Os incêndios no Pantanal em junho de 2024, alimentados pelo calor extremo, pela baixa umidade e pelos ventos fortes, destruíram mais de 600 mil hectares. A região já enfrenta forte pressão ambiental devido às mudanças no uso da terra, à fragmentação de habitats e à exploração insustentável de recursos. Nesse contexto, as mudanças climáticas atuam como catalisadoras, tornando os incêndios cada vez mais frequentes e intensos (Gov.br (xxiii), 2024). Em setembro de 2024, a bacia Amazônica enfrentou a pior seca em mais de 120 anos. O Rio Negro, em Manaus, atingiu seu nível mais baixo já registrado, afetando mais de 500 mil moradores (*Agência Gov* (ii), 2024). Lideranças indígenas de todas as regiões do país relatam que as mudanças climáticas, somadas à invasão de mineradores e garimpeiros, têm abalado comunidades, interrompido tradições de subsistência e provocado o êxodo de jovens de suas terras (*Agência Brasil*, (ix) 2024).

No Pará, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte exigiu o alagamento de mais de 500 km² e tem resultado em enchentes sazonais severas ligadas a reassentamentos urbanos associados ao projeto (MonGabay (ii), 2018). Jovens da região consideram que esses reassentamentos foram mal planejados e ampliaram a vulnerabilidade de comunidades agora afastadas dos rios. Muitos igarapés foram contaminados, tornando a água imprópria para uso.

Entre 2019 e 2022, o IBAMA passou por uma forte desestruturação e seus poderes de fiscalização foram enfraquecidos por cortes significativos de orçamento e redução de pessoal. Em agosto de 2020, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente havia destinado menos de 0,5% do orçamento autorizado para políticas ambientais federais que incluíam ações de combate às mudanças climáticas (*Observatório do Clima*, 2020). A fragilidade da supervisão ambiental e a flexibilização das regras abriram espaço para a expansão de atividades que comprometem a conservação da biodiversidade e a integridade ecológica (Reuters, 2020).

Juventudes indígenas

Durante as entrevistas individuais, os jovens indígenas relataram que o ambiente se encontra em desequilíbrio, com padrões e fenômenos climáticos atípicos que ameaçam práticas tradicionais. As fontes de água, além de sua função prática, têm profundo valor cultural e espiritual para as comunidades. A irregularidade no fluxo dos rios tem comprometido a pesca, a caça e a agricultura, provocando escassez de alimentos e enfraquecendo a autossuficiência de aldeias e comunidades.

Os jovens destacaram também a falta de respeito pela terra, explorada de forma predatória, e o desinteresse em relação ao conhecimento tradicional transmitido entre gerações. Associam a proteção dos territórios indígenas à estabilidade ecológica e à conservação ambiental, e demonstram forte compromisso com a defesa do meio ambiente, usando inclusive plataformas digitais para dialogar com grupos comunitários.

Em outubro de 2024, cerca de 100 jovens ativistas de mais de 20 etnias se reuniram na região do Rio Negro, no noroeste da Amazônia, para cobrar ações e debater os impactos da crise climática e do racismo ambiental em uma das áreas mais preservadas do país. A 5ª Assembleia Geral Eletiva do Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (DAJIRN) destacou que o aumento das temperaturas afeta o trabalho agrícola, gera insegurança alimentar e impacta diretamente o saneamento e o acesso à água potável na região (FORRN, 2025). O encontro reuniu cerca de 100 jovens de 24 etnias vinculados a articulações regionais indígenas de cinco regiões (CAIMBRN; COIDI; CAIBARNX; DIA WI'I; NADZOERI).

Os jovens elaboraram a "Carta de Direitos Climáticos da Juventude Indígena do Rio Negro", que será apresentada na COP30, em Belém, em novembro de 2025. O documento pede que a política ambiental esteja no centro das agendas estaduais e municipais, com ações em gestão de resíduos, segurança alimentar e proteção de defensores ambientais, além de valorizar a cultura local por meio do diálogo intergeracional e da integração entre saberes indígenas e ciência.



"É muito doloroso a gente ver que a nossa cultura está sendo afetada de uma forma extremamente negativa por esses impactos ambientais, que são criminosos. E por mais que a gente esteja denunciando pros órgãos competentes, também na rede social, nada ainda é feito.

A gente vê agora que todo mundo tá falando das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e sobre a questão de valorizar essa preservação que tem dentro dos territórios indígenas, mas essa visão precisa ser, principalmente aqui dentro do nosso estado, pra todos os territórios — não única e exclusivamente pra um, porque uma pessoa muito importante veio desse território.

E se a gente não prestar atenção nesse alerta, nós vamos perder os nossos dois rios, que é o que já tá acontecendo aqui. Os rios, eles são bem preservados na parte que estão dentro do território indígena, mas quando eles saem, as margens estão praticamente secas e isso também afeta a alimentação dos povos indígenas Guajajara e essa escassez toda faz com que a gente tenha esse receio."

Mulher indígena, 23 anos
Nordeste do Brasil, entrevista individual



Juventudes ribeirinhas

As comunidades ribeirinhas abrigam milhões de pessoas ao longo dos rios da Amazônia e estão entre as mais expostas às mudanças climáticas (MDPI, [2022](#)). Secas extremas e enchentes devastadoras vêm se intensificando nas últimas quatro décadas, obrigando agricultores locais a deslocar o plantio para áreas mais altas e distantes das margens dos rios. Essa adaptação, porém, traz custos adicionais, já que atividades essenciais como pesca e agricultura passam a depender de mais transporte. A erosão e o assoreamento fragilizam o solo e comprometem moradias, afetando quase metade (45%) dessas comunidades. Um estudo de 2025 identificou núcleos em risco muito alto e outros em risco de moderado a alto (Nature, [2025](#)).

Em um grupo focal no Pará, jovens ribeirinhos manifestaram preocupação com a seca prolongada que afeta diretamente a pesca, eixo central de sua subsistência e de seu patrimônio cultural. Com a queda do nível dos rios, muitos pontos tradicionais de pesca desapareceram, e o deslocamento até áreas mais favoráveis tornou-se caro. Também relataram que diversas famílias enfrentam a fome, muitas delas sustentadas por programas sociais como o *Bolsa Família*. A fumaça constante dos incêndios foi citada ainda como risco à saúde.



"É, e muitas vezes passa até fome. Ainda mais aquele morador que tem um monte de filho, e não tem emprego pra mãe, a mulher. E muitas vezes são o homem e a mulher que eram pescadores. E quando os dois não conseguem pescar? Vai comprar com o quê? Tudo você tem que comprar, se você vai no supermercado, tudo é pago. (...) E ainda subiu, a pessoa passa até fome.

Depois que acabaram os peixes, sem pescar, tem moradores passando fome. Tem moradores passando fome porque não têm dinheiro pra comprar nada, não têm, tão passando dificuldade." (...)

"Geralmente a mídia nacional transmite o que ela já recebe da mídia local — as informações que ela recebe através da mídia local. E a mídia local, muitas das vezes é distorcida. Até porque a gente sabe que muitas das vezes é comprado por políticos, empresários potentes. Aí quando chega lá na mídia nacional, é totalmente distorcida."

Mulher ribeirinha (analfabeta funcional), 35 anos
Norte do Brasil, grupo focal

"Porque hoje em dia a gente vê mais seca, muito mais lá na nossa região. Belo Monte tem a sua porcentagem, mas a população também tem, principalmente na parte do desmatamento.

Mas assim, a maioria de quem vai trabalhar no desmatamento, é quem não tem o que comer. Aí, tem outra renda, não vai passar fome. Então assim, são várias camadas sociais que a gente não sabe como resolver, acho que precisa ter um estudo bem amplo mesmo nesse sentido, mas não deixando de atender as comunidades que são as mais prejudicadas, e as realocadas também."

Mulher ribeirinha, 24 anos
Norte do Brasil, grupo focal



"Nós nos identificamos pela nossa cultura, aquilo que a gente herda dos nossos pais é o que nos identifica hoje. Então eu acredito que isso é um sinal de resistência. Porque se não fosse a cultura, a gente não estaria resistindo aqui. A gente nem estaria nos identificando aqui hoje enquanto quilombola, enquanto fazedor de cultura, enquanto nada. Essa cultura é que mantém viva essa luta, essa resistência. (...)

Então acho isso, que ele nos identifica como guardiões de fato da mãe terra, da mãe natureza, que é o que a gente traz da cultura africana, de se conviver com a natureza. Então acho que faz com que a gente se sinta e nos reconheçamos enquanto guardiões desse nosso planeta Terra que nós vivemos."

Homem quilombola, 31 anos
Nordeste do Brasil, grupo focal

Juventudes preocupadas

Três em cada cinco jovens brasileiros (59%) entrevistados pela pesquisa Next Generation Brasil disseram estar muito preocupados com os impactos ambientais das mudanças climáticas no país. Outros 21% declararam preocupação moderada. Apenas 3% afirmaram não se preocupar e 6% se disseram indiferentes. Os mais velhos expressaram maior nível de apreensão: dois terços (66%) afirmaram estar muito preocupados, contra 41% entre os de 16 a 18 anos, 57% entre os de 19 a 24 e 62% entre os de 25 a 30, o que sugere que a atenção à crise climática cresce após a conclusão da escolaridade.

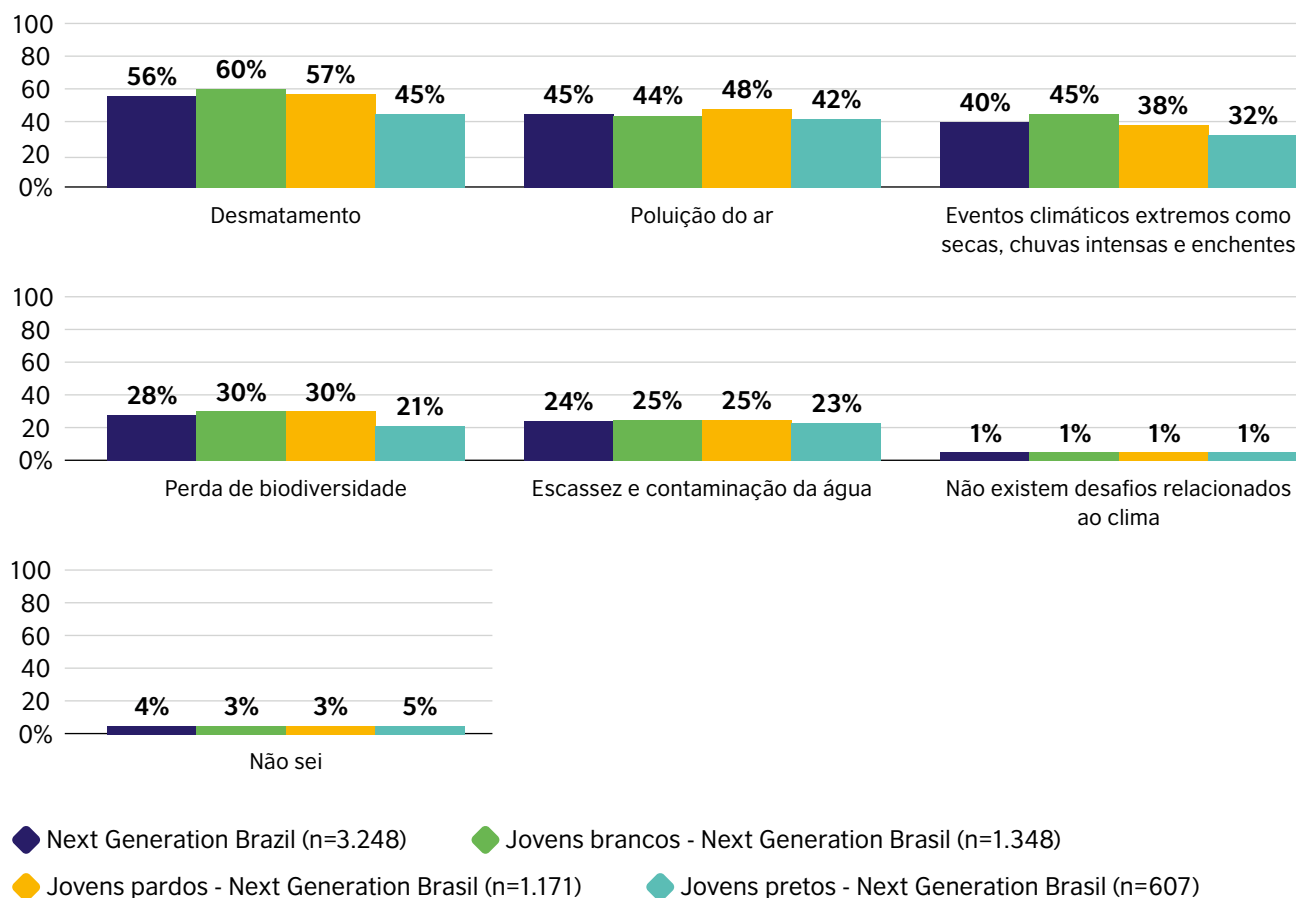
Três em cada cinco jovens (62%) disseram acreditar que famílias de baixa renda são as mais afetadas pelas mudanças climáticas, enquanto quase metade (45%) apontou os moradores de favelas. As comunidades indígenas foram mencionadas por 39% e um em cada três (28%) destacou as pessoas com deficiência como altamente vulneráveis. Entre os que vivem nas grandes cidades, 86% afirmaram estar preocupados (um pouco ou muito), contra 52% dos que vivem em favelas, ainda que essas comunidades estejam entre as mais expostas aos impactos climáticos por suas condições geográficas e estruturais.

É possível argumentar que as juventudes das favelas enfrentam tantas desigualdades e desafios cotidianos de segurança e sobrevivência que sobra pouco espaço para refletir sobre conceitos como racismo ambiental. A pesquisa também mostra relação entre renda e nível de preocupação: 77% dos que ganham acima de R\$ 10.000, cerca de £1.350, relataram preocupação extrema com as mudanças climáticas, contra 57% entre os que recebem um salário mínimo. Mais da metade (54%) dos vendedores ambulantes se disseram muito preocupados, mas apenas 22% dos trabalhadores de aplicativos compartilharam essa percepção.

A ampla maioria (93%) dos jovens entrevistados mencionou desafios relacionados ao clima no Brasil, sinal de uma consciência ambiental disseminada. O desmatamento apareceu como a principal preocupação para mais da metade (56%), percepção ainda mais forte entre moradores de grandes cidades (60%). Nas favelas, apenas 35% citaram o tema, embora tenha sido também a resposta mais frequente. Entre os grupos raciais, 60% dos jovens brancos apontaram o desmatamento como prioridade, contra 57% dos pardos e 45% dos negros.

Jovens das periferias urbanas, de comunidades tradicionais e rurais foram identificados como os mais impactados pelos efeitos da crise climática, em especial pela falta de infraestrutura, saneamento e habitação adequada. A crise se entrelaça ao racismo ambiental, às desigualdades de gênero e à exclusão territorial.

Curiosamente, apesar de muitos trabalhadores de aplicativos estarem expostos diariamente a temperaturas extremas e chuvas intensas, apenas 9% apontaram os eventos climáticos extremos como preocupação urgente, e 22% mencionaram a poluição do ar. Em contraste, a maioria dos vendedores ambulantes destacou que sua renda mensal depende diretamente de condições climáticas favoráveis.

Figura 39: Principais desafios das mudanças climáticas que o Brasil enfrenta

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam selecionar até 3 opções de uma lista de 8, ou sugerir outra.

A maioria dos jovens (65%) afirmou estar disposta a agir ou já agir diante dos desafios das mudanças climáticas, embora o questionário não tenha detalhado o que significava "lutar" contra a crise. Isso sugere que o número não se refere necessariamente a uma maioria de jovens engajados em ativismo climático, já que práticas cotidianas, como reciclar resíduos domésticos ou usar canudos biodegradáveis, podem ter sido consideradas ações válidas, assim como formas de engajamento mais diretas.

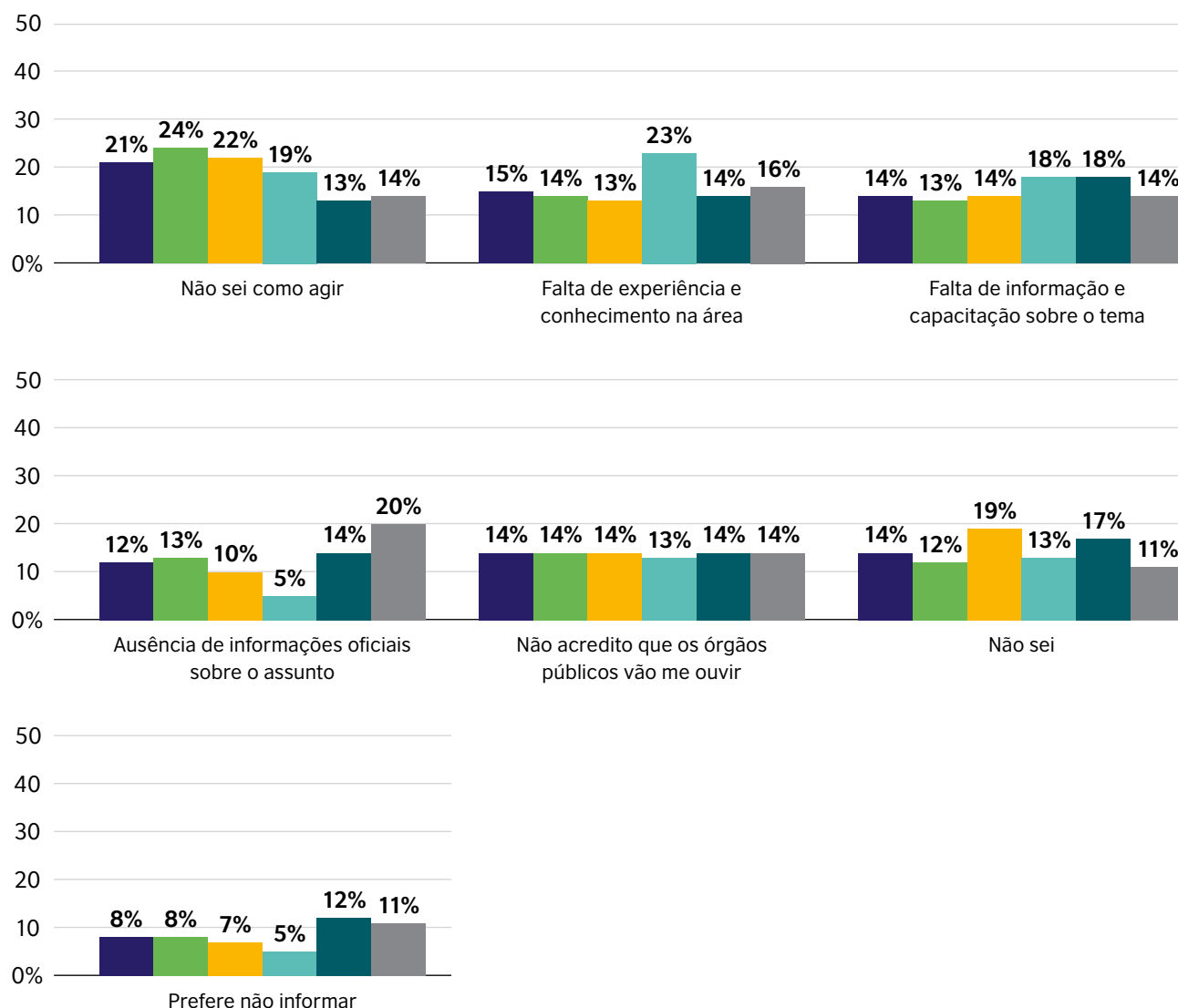
Os dados revelam maior envolvimento entre os mais velhos: 73% dos jovens entre 30 e 35 anos disseram estar dispostos ou já engajados, contra apenas 48% entre os de 16 a 18 anos. Um em cada cinco adolescentes (18%) que não se declararam ativos ou dispostos a agir afirmaram não saber por onde começar.

Embora moradores de favelas brasileiras sofram de forma desproporcional os efeitos das mudanças climáticas, tendem a ser excluídos dos debates ambientais. A rápida expansão dessas comunidades, muitas vezes vertical e em áreas de alto risco, traz consequências graves: enchentes e deslizamentos são ocorrências anuais para famílias de baixa renda em moradias precárias e com infraestrutura insuficiente (Map Biomas, 2022). A combinação de temperaturas mais altas com a ausência de áreas verdes agrava ainda mais os impactos à saúde e acelera a degradação ambiental.

Um terço (33%) dos moradores de favelas afirmou não saber se já estava tomando medidas para enfrentar o problema, o que sugere falta de consciência sobre o tema. Entre os que não estavam engajados, um em cada cinco (18%) apontou a falta de informação e capacitação como motivo. Nenhum jovem de comunidades indígenas e apenas quatro de comunidades ribeirinhas e quilombolas declararam não estar lutando contra os desafios das mudanças climáticas.

A ausência de iniciativas locais ou comunitárias que estimulem o engajamento ambiental foi mencionada por 39% dos jovens que disseram não estar ativos. O mesmo percentual (39%) citou a falta de oportunidades oferecidas pelo governo, enquanto 38% apontaram a falta de acesso a informações e recursos educacionais sobre como enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Figura 40: Razões pelas quais alguns jovens não estão engajados nos desafios das mudanças climáticas*



◆ Next Generation Brazil (n=863)
 ◆ Cidade grande (capitais e grandes centros urbanos) (n=387)
 ◆ Cidade pequena (n=240)
 ◆ Periferia e região metropolitana (n=84)
 ◆ Favela (n=102)
 ◆ Área rural (n=44)

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes que disseram não estar engajados na questão climática na pergunta anterior, ou que não sabiam se estavam, puderam escolher uma opção entre seis ou sugerir sua própria resposta.

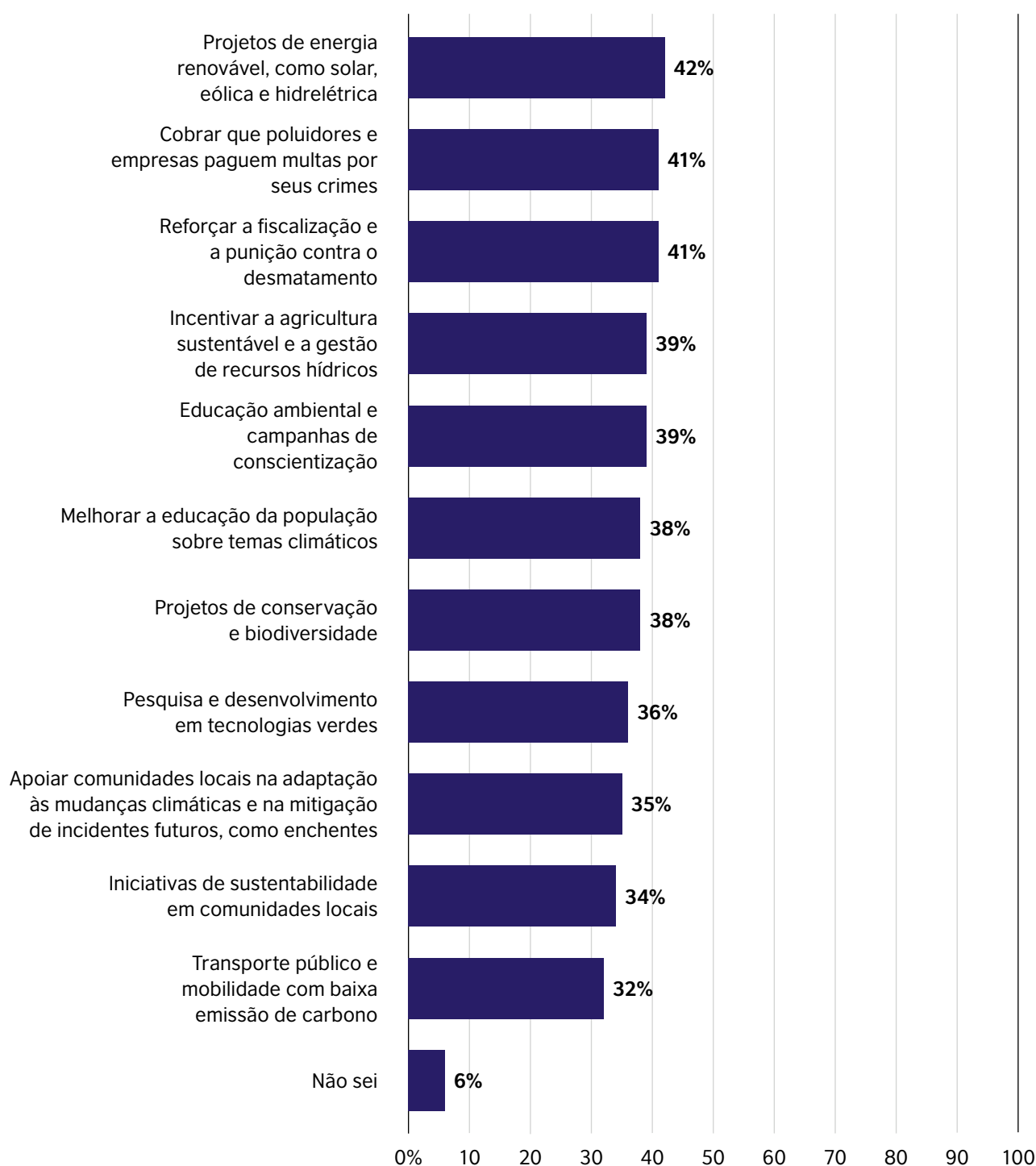
Demandas das juventudes ao governo

Os jovens brasileiros apontaram como prioridade que o governo invista em energias renováveis (42%). Também houve forte percepção da necessidade de ampliar a fiscalização e a punição para que grandes poluidores sejam responsabilizados por seus crimes (41%). Por outro lado, apenas 16% dos trabalhadores de aplicativos apoiaram essas demandas, o que sugere uma tendência mais voltada à sobrevivência cotidiana do que a preocupações ambientais mais amplas.

Os jovens pedem políticas mais sustentáveis em áreas como transporte público, agricultura e iniciativas comunitárias. Também destacam a importância de campanhas de conscientização e de maior investimento em pesquisa voltada a tecnologias verdes.



Figura 41: Demandas das juventudes em relação ao clima*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 11, nenhuma delas, ou sugerir outras.

Desafios das mudanças climáticas: Principais achados da pesquisa

- Mais da metade dos participantes da pesquisa declarou preocupação com os impactos das mudanças climáticas no Brasil. Os mais velhos demonstraram níveis mais altos de preocupação em comparação aos mais novos, o que sugere que a consciência climática pode amadurecer com a idade.
- Seis em cada dez respondentes afirmaram estar dispostos a lutar, ou já lutar, contra os desafios das mudanças climáticas. Entre os que ainda não se engajam, os principais motivos apontados foram a ausência de iniciativas locais, a falta de ação do governo e a carência de acesso a informações e recursos educacionais.
- Famílias de baixa renda, moradores de favelas e comunidades indígenas foram identificados como os grupos mais afetados pelos desafios das mudanças climáticas. No entanto, embora sejam considerados entre os mais vulneráveis, apenas metade dos moradores de favelas manifestou preocupação, e um terço disse não saber se já atua no enfrentamento do problema, o que evidencia lacunas de conscientização.
- Entrevistas com jovens indígenas e um grupo focal com jovens ribeirinhos revelaram que as mudanças climáticas e a exploração de recursos já representam sérias ameaças às práticas tradicionais e à segurança alimentar. Eles enfatizaram que a proteção de seus territórios é essencial não apenas para a preservação de seus modos de vida, mas também para a estabilidade ambiental mais ampla, e têm atuado ativamente em defesa da conservação por meio da mobilização comunitária e das redes sociais.
- O desmatamento foi apontado como o principal desafio climático enfrentado pelo Brasil atualmente, seguido pela poluição do ar e por eventos extremos, como secas e enchentes. A perda de biodiversidade e o risco de escassez e contaminação da água também aparecem entre as maiores preocupações da juventude.



Capítulo 6

Um olhar para o futuro

Esta seção analisa como as juventudes brasileiras enxergam o próprio futuro e até que ponto sentem que controlam o próprio destino. Os jovens enfrentam múltiplas crises globais e nacionais, que vão das mudanças climáticas ao avanço da automação, da insegurança econômica ao racismo persistente, enquanto lidam com um presente complexo na tentativa de construir um futuro transformador. A análise de dados da pesquisa, somada a entrevistas qualitativas e grupos focais, mostra como diferentes grupos da juventude vivenciam e respondem a desafios locais e globais.

As juventudes demonstram tanto preocupação quanto dedicação, revelando compreensão de temas globais como pobreza, degradação ambiental e desinformação. Apesar da frustração e do cansaço generalizados, as juventudes brasileiras mantêm a capacidade de imaginar futuros melhores por meio da educação, do empreendedorismo, da liderança ambiental e da ação coletiva. Redefinir o futuro não é apenas uma tarefa de política pública, mas também um projeto simbólico e emocional. Exige mudança de narrativas, amplificação das vozes jovens e construção de caminhos que combinem dignidade com oportunidade.

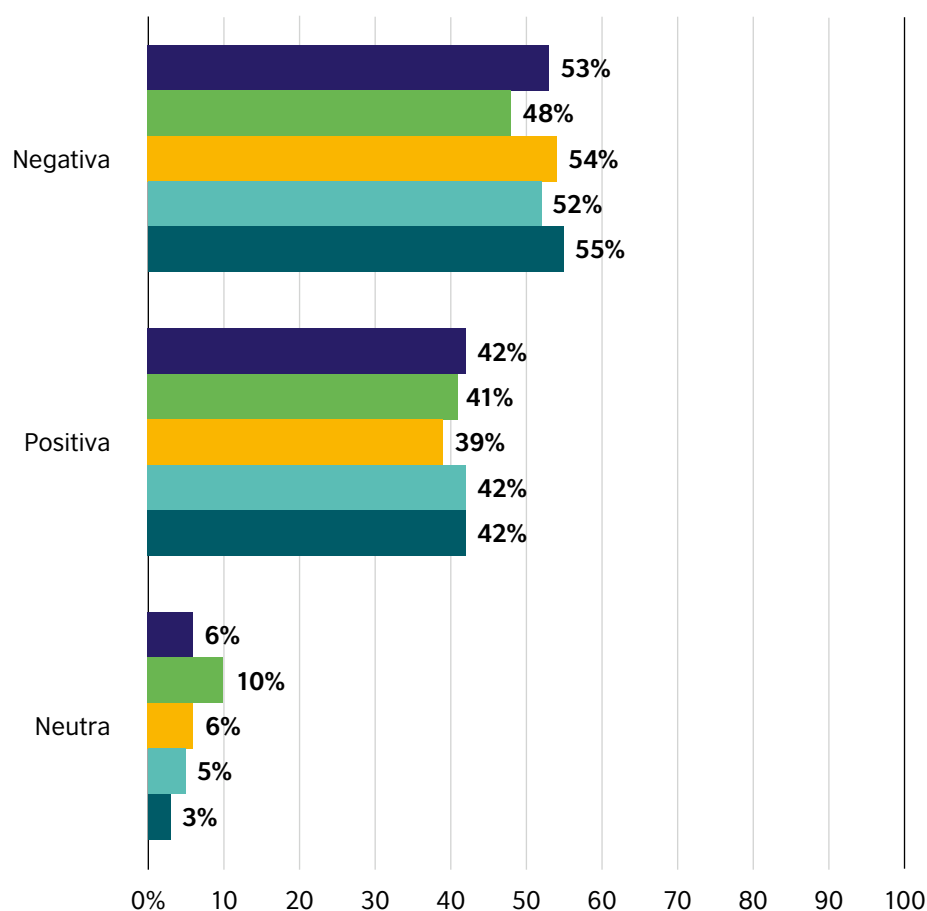
Ainda assim, os jovens brasileiros continuam a sonhar, se adaptar e exigir mudanças, insistindo em um futuro no qual possam prosperar em seus próprios termos.

Em junho de 2024, representantes brasileiros em uma reunião interagências do Y20 apresentaram propostas de políticas que iam do combate à fome e desigualdade até a inovação e a resiliência climática, reforçando o papel das juventudes como voz crítica na governança nacional e global (UNESCO, [2024](#)).

Quando questionados sobre como se sentem em relação aos próximos dez anos, mais da metade dos respondentes (52%) expressou sentimentos negativos. "Preocupado" foi a palavra mais mencionada (21%) e apareceu como principal em todos os grupos etários. Apenas 11% escolheram "esperançoso" como termo central para descrever suas expectativas. No total, 42% declararam sentimentos positivos em relação à próxima década, enquanto 3% se identificaram como "indiferentes".

O pessimismo foi mais acentuado entre jovens de 19 a 24 anos e de 31 a 35 anos, em que 54% afirmaram não enxergar o futuro com otimismo. Já entre os de 16 a 18 anos, um em cada dez (10%) optou por respostas ambivalentes ou neutras, como "indiferente", "nenhuma das opções" ou "outro".



Figura 42: Perspectiva das juventudes brasileiras sobre o futuro*

◆ Next Generation Brazil ◆ 16 a 18 anos ◆ 19 a 24 anos ◆ 25 a 30 anos ◆ 31 a 35 anos

Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. *Os participantes puderam escolher entre 12 emoções para descrever como se sentem em relação aos próximos dez anos. Essas emoções foram agrupadas em três categorias: negativas, neutras ou positivas.

Um senso de agência

A maioria dos jovens (69%) declarou sentir ao menos algum grau de controle sobre o próprio futuro. Entre os que têm 25 anos ou mais, 71% afirmaram se sentir um pouco ou muito capazes de controlar seus destinos, contra 61% dos jovens de 16 a 18 anos. Esse senso de agência, contudo, não é vivido de forma igual. Enquanto 73% dos moradores de grandes cidades disseram ter controle sobre o futuro, apenas 55% declararam o mesmo em áreas rurais, refletindo também os achados qualitativos. Muitos jovens de contextos marginalizados expressaram forte desejo de independência, mas apontaram barreiras sistêmicas que dificultam essa conquista, como acesso limitado a crédito e redes de apoio, além da ausência de sistemas educacionais e econômicos inclusivos.

Entrevistados de comunidades excluídas relataram que alcançar autonomia é um desafio constante e, muitas vezes, depende de estratégias empreendedoras e do uso de ferramentas digitais. Alguns mencionaram a tecnologia como um potencial fator de igualdade, capaz de permitir que fossem "seus próprios chefes". Ainda assim, essa percepção de autonomia é frequentemente diluída por frustrações ligadas à desigualdade de acesso e à falta de apoio estrutural. Esforço individual e resiliência são vistos como importantes e necessários, mas insuficientes sem reformas mais amplas que criem um ambiente favorável a todos os jovens brasileiros, independentemente de sua cor de pele ou de seu CEP.



"Boa parte das dificuldades e problemas que enfrentamos na juventude vêm da infância. Às vezes não percebemos isso, porque estamos tão focados no hoje ou no amanhã que esquecemos que muito do que vivemos agora é reflexo do que vivemos no passado. E esse passado, muitas vezes, não foi construído por nossas escolhas, mas pelas escolhas ou limitações de outras pessoas.

Isso nos impacta, e é inegável. Os principais impactos continuam sendo sociais e econômicos, mas hoje, cada vez mais, também são ambientais. Temos enfrentado grandes crises ambientais que reforçam esse cenário."

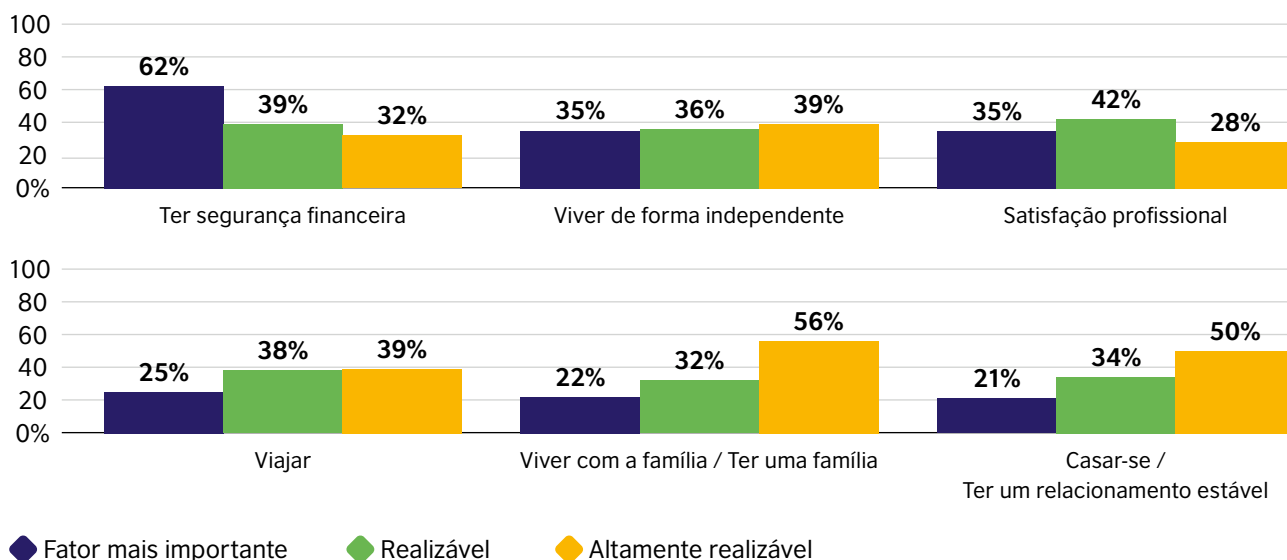
Eraldo Noronha,

Nordeste do Brasil, Associação VOAR

Os jovens destacaram que ter segurança financeira é o fator mais importante para sua felicidade presente e futura (62%). A maioria (71%) acredita que essa meta é "alcançável" ou "muito alcançável", embora 27% tenham relatado dificuldade frequente em cobrir despesas básicas.

Foram apontados como essenciais os sistemas de apoio que fortalecem a autonomia. Educação financeira, políticas inclusivas e programas de mentoria apareceram como ferramentas-chave para enfrentar a incerteza econômica, com destaque para o papel dos espaços coletivos, como iniciativas comunitárias, no fortalecimento da confiança, da criatividade e do senso de pertencimento.

Figura 43: O que define a felicidade pessoal e sua viabilidade*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher os 3 fatores mais importantes para sua felicidade pessoal entre uma lista de 10 opções ou sugerir sua própria resposta. Em uma pergunta separada, foram convidados a avaliar o quão alcançáveis consideravam esses fatores em uma escala Likert de cinco opções.

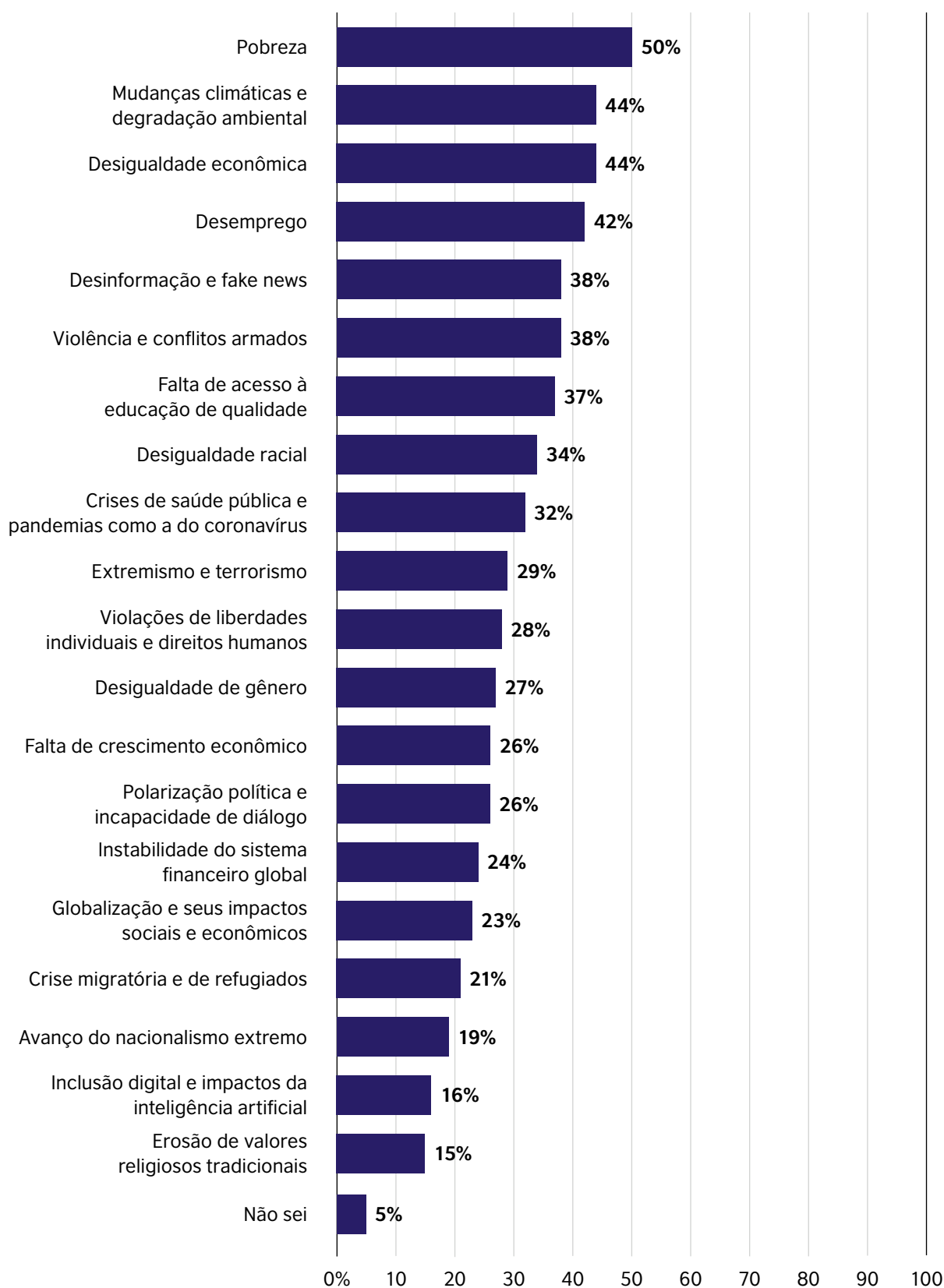
Preocupações globais

Pobreza, desigualdade econômica e mudanças climáticas com degradação ambiental foram as principais preocupações apontadas pelos jovens brasileiros ao serem questionados sobre os maiores problemas que o mundo enfrenta hoje. Também apareceram entre os principais desafios o desemprego, a desinformação e as fake news, falta de acesso a uma educação de qualidade e desigualdade racial. A pesquisa mostra altos níveis de consciência global entre a juventude, já que apenas 5% disseram não saber responder.

Entre os mais jovens, de 16 a 18 anos, a ambivalência foi maior: 12% responderam "não sei", contra apenas 2% entre 31 e 35 anos. Um em cada dez jovens de favelas (10%) disse não saber, em comparação com 3% nas grandes cidades e 2% nas áreas periféricas. Entre os jovens indígenas, a proporção chegou a 15%, o que sugere que questões globais podem parecer menos prioritárias diante de preocupações imediatas ligadas à sobrevivência cotidiana.



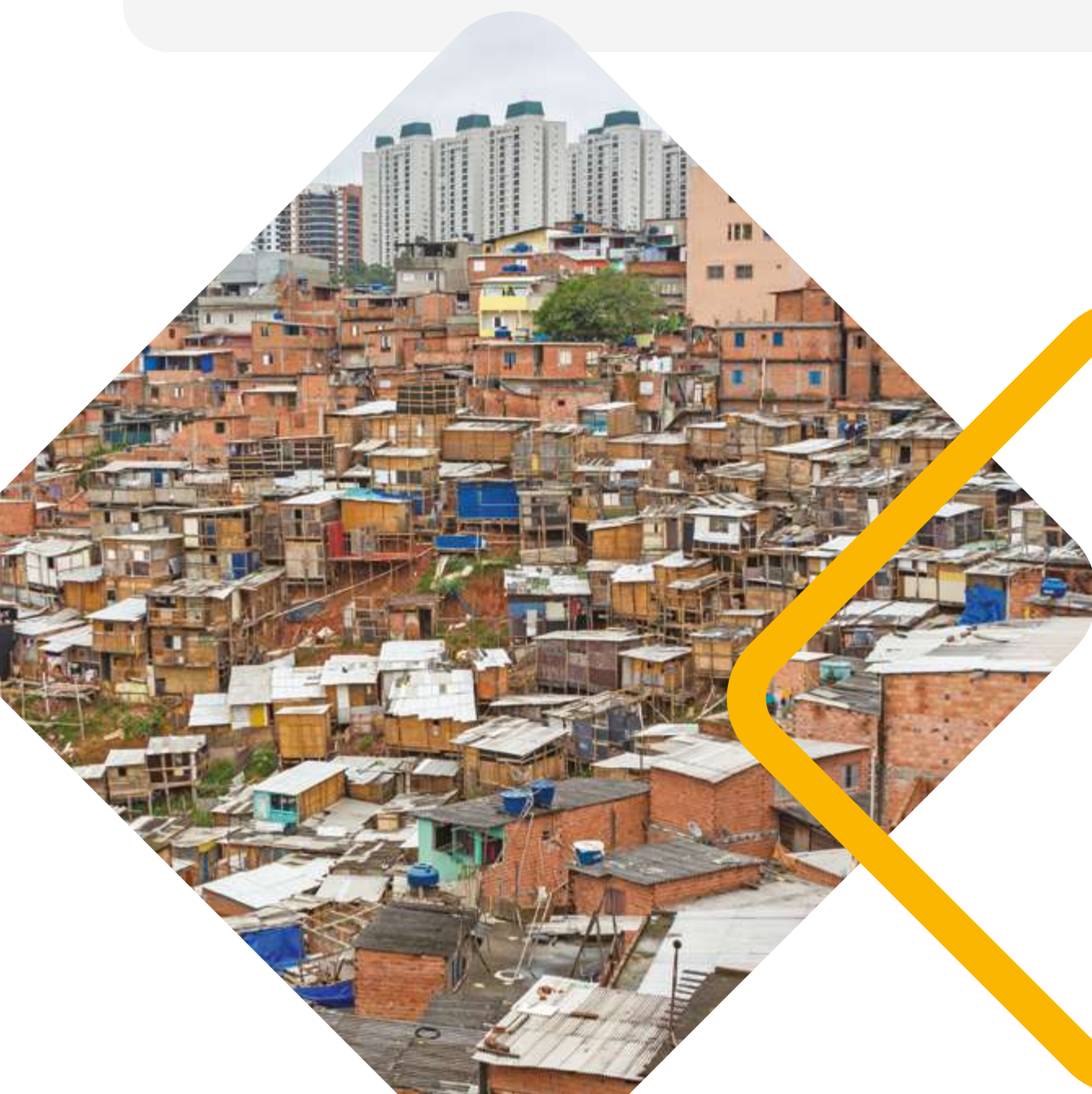
Figura 44: Principais desafios que o mundo enfrenta nos dias de hoje*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes da pesquisa puderam escolher quantas opções quisessem a partir de uma lista de 20.

Um olhar para o futuro: Principais achados da pesquisa

- A maioria dos jovens entrevistados (69%) disse sentir algum grau de controle sobre o próprio futuro, principalmente aqueles com mais de 25 anos e os que vivem em grandes cidades. Já os mais jovens e os moradores de áreas rurais relataram sentir menos controle.
- Na exploração qualitativa, muitos jovens de contextos marginalizados expressaram forte desejo de independência, mas apontaram barreiras sistêmicas que dificultam essa conquista, como acesso limitado a crédito e redes de apoio, além da ausência de sistemas educacionais e econômicos inclusivos.
- A segurança financeira foi identificada como o principal fator para a felicidade presente e futura, e 71% dos que a escolheram como prioridade a consideraram alcançável.
- Em suma, ao refletir sobre o futuro, sentimentos negativos foram predominantes, sendo "preocupado" a palavra mais citada. Um em cada dez jovens declarou-se "esperançoso" em relação à próxima década.
- Na visão das juventudes brasileiras, a pobreza é o maior desafio enfrentado pelo mundo hoje, seguida pelas mudanças climáticas e degradação ambiental e pela desigualdade econômica.



Conclusão

As demandas e aspirações da juventude brasileira vão além de uma lista de desejos: elas constituem um roteiro prático e fundamentado para o futuro do país. Essas expectativas apareceram de forma consistente nos dados, nas entrevistas e nos grupos focais desta pesquisa, especialmente entre aqueles que historicamente foram excluídos do acesso significativo à educação, ao trabalho e à cidadania ativa.

Os jovens de todo o Brasil querem um sistema educacional transformado, capaz de oferecer aprendizado relevante, de qualidade e culturalmente representativo. Seja na sala de aula, em cursos de formação profissional ou em plataformas digitais, eles desejam desenvolver competências que correspondam às realidades de suas vidas, às suas ambições e às demandas do mercado. Muitos veem a educação não apenas como um caminho para o emprego, mas também como uma forma de recuperar o controle sobre suas trajetórias.

Inclusão econômica e educação financeira apareceram como temas recorrentes. Os jovens querem oportunidades reais, que incluam empregos formais com direitos e proteção, acesso ao crédito e apoio ao empreendedorismo de pequeno porte, além de capacitação técnica para gerir negócios e finanças pessoais. A segurança financeira, em especial, destacou-se como prioridade: 62% dos respondentes a identificaram como o fator mais importante para o sucesso e a felicidade, e 71% acreditam que ela é alcançável. Um dado relevante é que 35% afirmaram que escolheriam um curso rápido de gestão financeira, se tivessem oportunidade, o que evidencia tanto a urgência quanto a lacuna existente em apoio à alfabetização financeira.

A liderança ambiental também ganhou destaque, em especial entre jovens indígenas, ribeirinhos e rurais, mas igualmente entre ativistas urbanos. A demanda vai além de ações contra as mudanças climáticas e envolve uma transformação de perspectiva sobre justiça ambiental, entendida como algo ligado a direitos territoriais, soberania alimentar, moradia e equidade racial. Os jovens se enxergam como guardiões da biodiversidade brasileira, mas reivindicam apoio estrutural e político para sustentar essa missão.

A justiça social segue como uma demanda urgente. Jovens de comunidades marginalizadas pedem mudanças sólidas para enfrentar o racismo, o sexismo, a transfobia e o capacitismo. Querem leis aplicadas de fato e instituições responsabilizadas por garantir representação significativa. Muitos reconheceram avanços no discurso público, mas reforçaram que é preciso transformá-los em mudanças visíveis na educação, no emprego, na saúde e na segurança.

A principal demanda de priorização governamental entre os jovens brasileiros foi a ampliação das oportunidades de emprego e estágio no mercado formal (29%) e a oferta de competências práticas alinhadas às necessidades da indústria nos ambientes educacionais (26%). Essas expectativas estão em sintonia com o que atores sociais e ativistas destacaram ao longo desta pesquisa.

A juventude também pede que o governo dê atenção especial ao combate às desigualdades sociais e à discriminação, incluindo racismo e homofobia (28%). Um em cada quatro (23%) defendeu a implementação de programas de apoio psicológico e terapêutico nas escolas, e proporção semelhante (22%) destacou a necessidade de ampliar o acesso a serviços de saúde mental e bem-estar.

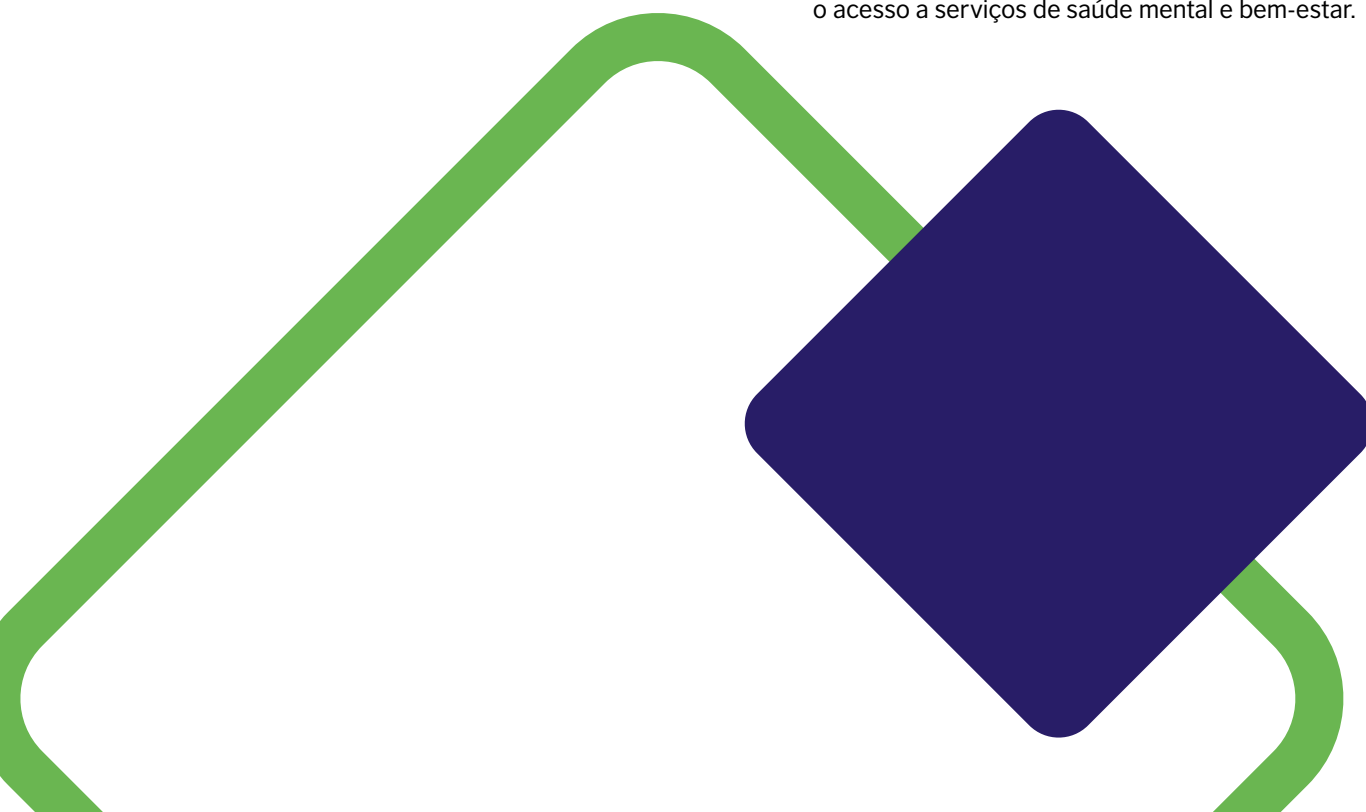
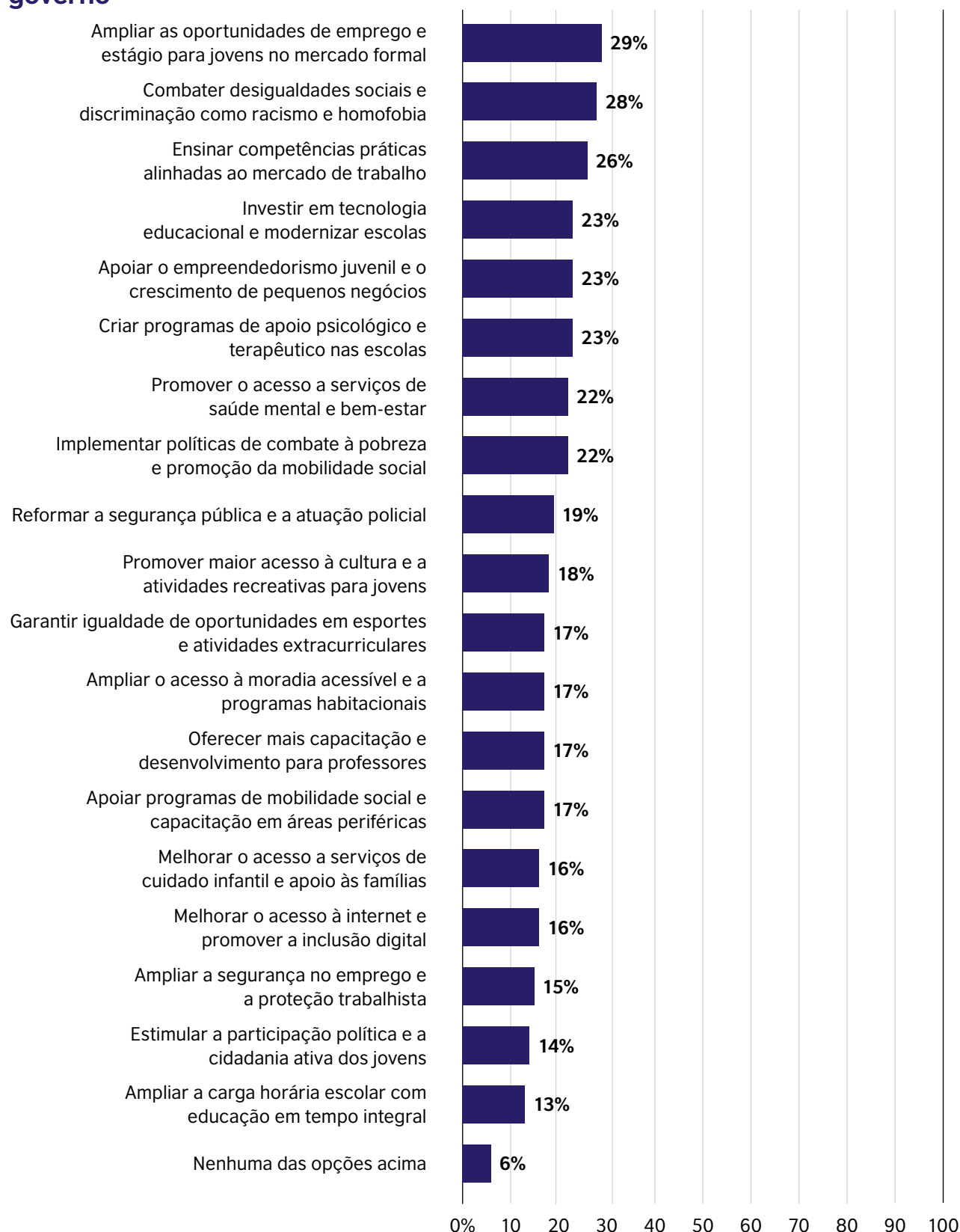


Figura 45: Principais demandas das juventudes para investimentos do governo*



Fonte: Next Generation Brasil, British Council 2025. * Os participantes puderam escolher até cinco áreas prioritárias de investimento governamental para melhorar as oportunidades e a qualidade de vida da juventude, a partir de uma lista de 19 opções, ou sugerir sua própria resposta.

As juventudes brasileiras tem sonhos, mas a sociedade precisa criar condições para que eles se tornem realidade por meio de mecanismos políticos e políticas públicas adequadas. Os jovens querem um futuro diferente do passado. Um futuro marcado por autonomia, equidade e esperança. Apesar de enfrentarem barreiras significativas, essa geração não se dá por vencida: exige uma reconfiguração das oportunidades, do reconhecimento e do poder. Pedem políticas voltadas para eles, sistemas inclusivos e instituições que confiem em seu potencial.

Sua visão de futuro é ancorada em experiências vividas, moldada pela desigualdade e sustentada pela imaginação coletiva. Ao investir em vidas jovens, o Brasil tem a chance não apenas de superar seus desafios, mas de se reinventar pela força, criatividade e resiliência da juventude.



"Como posso sonhar em ser astronauta se eu nem sei que essa profissão existe? E, como posso sonhar em sair da favela se nunca conheci alguém que conseguiu isso pela educação? Como posso sonhar em escapar do mundo das drogas se os únicos exemplos que conheço são de pessoas que saíram dele pela morte, pelo fim da vida?"

Nem todo mundo dá uma chance a uma criança nascida na favela. Percebemos que elas precisam ir muito além, precisam ser excepcionais, extremamente determinadas, precisam de bons exemplos e de incentivo para romper com essa realidade. Então não, não é para todos, não é fácil, não é simples. E deveria ser para todos, mas hoje sabemos que não é."

Ester Farias

Nordeste do Brasil, Jovens Pela Diferença



Recomendações para políticas públicas

O desenvolvimento das recomendações para políticas públicas esteve presente em todas as etapas da pesquisa, com o objetivo de identificar as principais necessidades das juventudes brasileiras em diferentes áreas e propor ações tanto do governo quanto da sociedade civil para ampliar a inclusão de jovens marginalizados.

As recomendações da pesquisa Next Generation Brasil foram construídas de forma participativa, com protagonismo da própria juventude, a partir de uma análise detalhada das opiniões e demandas reveladas nos dados quantitativos. Foram ainda enriquecidas por entrevistas aprofundadas com ativistas comunitários, lideranças jovens e grupos focais com jovens de diferentes contextos em todo o país.

Os temas levantados ao longo da pesquisa foram variados, da necessidade de desenvolver competências para a empregabilidade à formulação de políticas mais inclusivas e transformações estruturais. Este relatório reúne as recomendações mais consistentes que emergiram desse processo e que são vistas como práticas, relevantes e viáveis.

As recomendações da pesquisa Next Generation Brasil estão organizadas em dois grupos:

- **Recomendações para todos os jovens**, refletindo necessidades amplas e transversais identificadas na análise de uma amostra representativa das juventudes brasileiras em nível nacional;
- **Recomendações para jovens em situação de vulnerabilidade**, voltadas a desafios específicos enfrentados por grupos historicamente marginalizados, como indígenas, ribeirinhos, negros, pardos, jovens com deficiência, juventude LGBTQIAPN+ e trabalhadores informais.

Durante a pesquisa, os jovens também apontaram programas que consideram eficazes, alguns dos quais são apresentados neste relatório. A mensagem foi clara: os jovens querem um processo mais participativo na formulação de políticas públicas, com envolvimento real das juventudes em todas as etapas. Para que essas políticas tenham sucesso, é fundamental assegurar financiamento contínuo e direcionado, tanto para a implementação quanto para a capacitação, acompanhado de sistemas de monitoramento com métricas claras e previamente definidas.

Os dados quantitativos e qualitativos convergem em um ponto central: a escola é considerada pelos jovens o espaço mais adequado para envolver as juventudes e atender às suas necessidades, considerando a ampla frequência escolar no país e a confiança atribuída aos professores.

Recomendações de políticas transversais

- **Fortalecer o Plano Nacional de Juventude, através da Secretaria Nacional de Juventude, garantindo a incorporação de iniciativas interministeriais em clima, direitos humanos, educação e emprego.** O plano deve contar com planejamento, orçamento e monitoramento coerentes, além de mecanismos robustos para sua implementação local, com estratégias específicas para cada território e articulação entre ministérios e diferentes níveis de governo.
- **Tornar obrigatória avaliações de impacto em todas as novas políticas multissetoriais que afetem as juventudes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.** Essas avaliações devem ser conduzidas nos níveis nacional, estadual e municipal, com participação de painéis que incluam jovens e lideranças voltadas à juventude. Os resultados devem ser consolidados nacionalmente pelo CONJUVE e pela Secretaria Nacional de Juventude.
- **Promover o acesso equitativo à cultura por meio do financiamento de iniciativas comunitárias de artes e patrimônio, com foco em áreas desassistidas.** Apoiar expressões culturais diversas, como as de comunidades indígenas, afro-brasileiras, LGBTQIAPN+ e periféricas, por meio de financiamento público inclusivo. Ampliar o acesso dos jovens a espaços culturais com subsídios, programas itinerantes e plataformas digitais, além de integrar artes e alfabetização cultural aos currículos escolares.

Resiliência e identidades das juventudes

- **Tornar obrigatórios programas abrangentes de Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI) em serviços públicos, sistemas educacionais e empresas privadas**, incluindo treinamentos compulsórios para todos os funcionários sobre vieses inconscientes, proteção de direitos, campanhas midiáticas e prevenção de discriminação institucional e no ambiente de trabalho, promovendo uma cultura de inclusão e responsabilização.
- **Desenvolver programas estruturados e recorrentes de reconhecimento e premiação**, em todos os níveis da federação, para identificar, financiar e ampliar o trabalho de lideranças jovens de base e de iniciativas comunitárias conduzidas por jovens que promovam equidade e justiça social no Brasil. Esses programas de reconhecimento devem ir além das chamadas ocasionais da Secretaria Nacional de Juventude, como o *Plano Juventude Negra Viva*, estabelecendo uma estrutura regular que garanta financiamento adequado e alcance local.

Educação, carreira e desigualdade digital

- **Introduzir formação pedagógica antirracista, decolonial e inclusiva em todos os cursos de licenciatura**, além de incluir formação continuada para professores em exercício.
- **Reforçar mecanismos que assegurem a implementação das políticas e dos programas de financiamento voltados à equidade em todos os territórios**, como o Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade), o Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), além das Leis 10.639/03 e 11.645/08, de modo a promover uma educação inclusiva, comunitária e culturalmente representativa.
- **Incluir painéis com representantes de comunidades específicas** (negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência) nas revisões curriculares, como a da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo que as narrativas culturais sejam corretamente incorporadas em todas as disciplinas. Recomendar a adoção de repasses condicionados ou baseados em desempenho para governos subnacionais que atinjam metas definidas de equidade e inclusão.
- **Assegurar a criação de polos escolares em áreas rurais por meio do programa Mais Professores, enfrentando a escassez de docentes especializados** nestas áreas. Priorizar a oferta de ensino presencial na educação básica e evitar o ensino online nesse nível.

- **Garantir que todas as escolas contem com profissionais capacitados** para orientar os jovens sobre oportunidades de continuidade nos estudos, seja em universidades ou em cursos técnicos, bem como sobre bolsas e apoios financeiros e sobre como navegar nos sistemas de inscrição.
- **Assegurar a existência de centros de ensino a distância em número suficiente para atender à educação continuada, à formação técnica e ao ensino superior em áreas rurais**, em parceria com empresas locais ou órgãos públicos, de modo que jovens matriculados em cursos superiores remotos possam ter acesso a computadores e internet sempre que necessário.

Inclusão digital

- **Garantir a plena implementação da BNCC da Computação**, assegurando que os jovens tenham acesso a conhecimentos em competências digitais como programação, inteligência artificial e letramento em dados, respondendo às lacunas apontadas pelas juventudes brasileiras e indo além do que já está previsto na *BNCC da Computação*.
- **Desenvolver e ampliar cursos rápidos, gratuitos ou de baixo custo, em competências digitais e inteligência artificial**, com prioridade para jovens de baixa renda, moradores de áreas rurais e de favelas, a fim de reduzir desigualdades no acesso às habilidades mais demandadas pelo mercado de trabalho e ampliar as oportunidades de empregabilidade.

Competências profissionais

- **Implementar uma estrutura nacional de desenvolvimento de competências para o futuro, assegurando que todos os jovens no Brasil**, seja na educação formal, na formação profissional ou em contextos não formais, tenham acesso a habilidades práticas, digitais, empreendedoras e interpessoais essenciais para o sucesso no século XXI, uma das principais demandas identificadas nesta pesquisa.
- **Integrar competências transversais como liderança, criatividade e fluência digital a programas já existentes, como o Qualifica Brasil**. Essa oferta complementar às habilidades de empreendedorismo e comunicação já presentes em iniciativas do Sistema S (SESI, SENAI, SENAC), mas em escala nacional.

Empregabilidade, empreendedorismo e informalidade

Empreendedorismo

- **Ampliar o acesso a financiamento para jovens empreendedores, vinculando os recursos a programas de capacitação, mentoria, incluindo sessões comunitárias de mentoria, e apoio empresarial para formalizar negócios liderados por jovens.** Desenvolver planos detalhados para divulgar essas oportunidades e engajar as juventudes, em especial os grupos vulneráveis, por meio de campanhas de conscientização pública e do sistema educacional.
- **Adaptar programas públicos de microcrédito já existentes,** como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para incluir ações específicas voltadas aos jovens brasileiros em setores em expansão da economia. Replicar iniciativas como o Banco Palmas, banco comunitário de Fortaleza, que integra formação profissional com microcrédito para estimular o empreendedorismo juvenil.
- **Estabelecer uma rede nacional de centros de recursos municipais e incubadoras para empreendedores informais e trabalhadores em pequena escala.** Oferecer treinamentos gratuitos em letramento digital, planejamento financeiro e gestão cooperativa.

Programas de aprendizagem profissional

- **Ampliar o escopo do programa Jovem Aprendiz para incluir pessoas acima de 25 anos que não estejam no mercado formal de trabalho,** garantindo que o programa esteja amplamente disponível também fora das capitais e alcance regiões remotas.
- **Incentivar a adesão de empresas em regiões menores e rurais ao programa Jovem Aprendiz,** aumentando sua atratividade para os empregadores por meio da simplificação de processos administrativos, da ampla divulgação dos incentivos fiscais disponíveis e do reconhecimento público das empresas participantes com credenciais de responsabilidade social.

Informalidade

- **Desenvolver e promover caminhos inclusivos de formalização para jovens trabalhadores informais, reconhecendo seu papel nas economias urbanas e reduzindo ao mínimo as barreiras burocráticas.** Isso pode incluir processos simplificados de licenciamento, criação de zonas de venda em conjunto com os próprios vendedores, além de acesso à capacitação, ao microcrédito e a serviços públicos.

Engajamento político e social

- **Assegurar o funcionamento dos conselhos de juventude nos níveis estadual e municipal para ampliar a participação dos jovens na formulação de políticas públicas e no diálogo com diferentes esferas de governo.** Garantir orçamentos locais para capacitação e implementação, acompanhados de mecanismos de monitoramento e prestação de contas previamente definidos. Assegurar ainda a representatividade de gênero, étnica e socioeconômica, bem como a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade, conforme indicado neste relatório.
- **Elaborar planos de divulgação por meio de escolas e instituições educacionais, para que todos os jovens conheçam os conselhos de juventude e entendam seu papel.** Garantir a opção de participação online para os que não possam comparecer presencialmente por razões logísticas ou financeiras.
- **Desenvolver programas de liderança para orientar jovens em políticas públicas, incidência política, comunicação e serviço público, com foco em grupos sub-representados.** Promover campanhas locais de conscientização em escolas, unidades de saúde e espaços públicos para ampliar o conhecimento sobre os direitos de participação da juventude.

Ação climática

- **Integrar a alfabetização climática aos currículos escolares, com conteúdos adequados à faixa etária e adaptados às realidades locais e aos desafios ambientais do Brasil.** Lançar campanhas nacionais que deem visibilidade às contribuições e aos desafios de jovens indígenas, quilombolas e ribeirinhos na conservação e no desenvolvimento sustentável.
- **Oferecer formação específica para professores em exercício, de modo a incentivar projetos práticos sobre clima,** como monitoramento local, conectando as questões globais às realidades dos estudantes.
- **Desenvolver ferramentas digitais acessíveis e voltadas à juventude sobre mudanças climáticas,** capacitando jovens a se tornarem agentes de transformação em suas comunidades.
- **Financiar e apoiar ações climáticas conduzidas por jovens em comunidades, por meio de treinamentos e parcerias com organizações da sociedade civil,** especialmente em áreas de baixa renda, onde os níveis de consciência sobre como enfrentar os desafios das mudanças climáticas são menores. Promover iniciativas práticas como cooperativas de reciclagem administradas por jovens, projetos de arborização urbana, narrativas climáticas por meio da arte e da mídia ou campanhas locais de educação climática.

- **Promover plataformas acessíveis para a participação jovem em espaços de formulação de políticas, incluindo simulações, participação em conferências** da juventude ou fóruns climáticos regionais e internacionais, aproximando o debate climático do cotidiano e garantindo a inclusão de comunidades marginalizadas.

Recomendações de políticas públicas específicas para populações vulneráveis

Durante a pesquisa foram sugeridas políticas adicionais voltadas a determinados grupos marginalizados.

Comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas

- **Envolver comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas na co-construção do turismo étnico, da produção cultural e de negócios locais de base comunitária**, com apoio de cofinanciamento, assistência técnica e estratégias de divulgação culturalmente respeitadas.
- **Promover campanhas nacionais e regionais que destaquem as contribuições da juventude indígena, quilombola e ribeirinha na conservação da biodiversidade, na preservação cultural e no desenvolvimento sustentável.** Essas campanhas também devem evidenciar as barreiras enfrentadas por esses jovens, como a exclusão territorial, o acesso limitado a serviços e os impactos das mudanças climáticas e de grandes projetos de infraestrutura.
- **Apoiar uma transição justa para jovens rurais, combinando formação profissional** em energias renováveis, agricultura sustentável e restauração de ecossistemas com saberes tradicionais e práticas culturais. Oferecer programas de mentoria e de aprendizagem culturalmente relevantes e que abram caminhos para empregos dignos em áreas como turismo sustentável, gastronomia, educação ambiental e indústrias criativas.
- **Assegurar a inclusão rural em iniciativas nacionais de empreendedorismo e desenvolvimento sustentável** por meio de apoio direcionado, capacitação contextualizada e infraestrutura adequada. Incentivar governos estaduais e municipais a criar mecanismos que fortaleçam a logística dos empreendedores rurais, incluindo transporte e acesso a mercados para a produção local.

Juventude com deficiência

- **Promover o conhecimento e a compreensão sobre o capacitismo no ambiente educacional**, assumindo o compromisso de enfrentar as experiências diárias de discriminação, sejam elas intencionais ou não, vividas por pessoas com deficiência.
- **Reforçar as políticas públicas já existentes que asseguram plena acessibilidade e participação significativa da juventude com deficiência na vida pública e na formulação de políticas**, como o Novo Plano Viver sem Limite (Decreto nº 11.793/2023).
- **Expandir os esforços de inclusão, retenção e acompanhamento contínuo de jovens com deficiência na educação e no emprego**, garantindo condições para que prosperem em todos os ambientes.
- **Estender o apoio de transição do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o emprego**, assegurando que jovens com deficiência mantenham segurança econômica enquanto constroem autonomia e se adaptam a novas rotinas.
- **Ampliar o acesso ao esporte adaptado** por meio de iniciativas como a Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPAR) e o Programa Paralímpico (SP), reconhecendo o papel do esporte no fortalecimento da autoconfiança, da resiliência e da inclusão social da juventude com deficiência.

Juventude trans

- **Ampliar programas que promovam liderança, segurança e representatividade trans**, com investimentos contínuos em formação política, campanhas públicas e políticas inclusivas, como o Programa Transcidadania, um programa municipal de São Paulo, que dá visibilidade às realidades trans.
- **Promover programas de liderança e iniciativas de conscientização conduzidas por pessoas trans**, com atenção especial a regiões de maior incidência de violência contra essa população.
- **Expandir as políticas de cotas já existentes para o acesso ao ensino superior, incluindo jovens trans**, e tornar obrigatória a criação de programas de apoio eficazes para melhorar a experiência e a permanência de estudantes trans, como os Programas de Incentivo à Permanência Trans (PPI).

Exemplos de boas práticas

Alguns serviços e iniciativas foram destacados de forma positiva por jovens participantes durante o desenvolvimento deste projeto.

- Usina da Paz (São Paulo, Salvador, Pará). Centros intersetoriais que integram saúde, educação, assistência social e serviços de emprego em uma mesma instituição (SEAC Pará, [2021](#)).
- Centros de referência comunitários voltados para pessoas trans, como o Centro Municipal de Referência LGBTQ+ (Salvador) e o Centro de Referência da Cidadania LGBTQ+ (Reparação, [2022](#); Prefeitura SP, [2025](#)).
- Microcrédito e formação profissional. Ceará Sem Fome + Qualificação e Renda, Acredita no Primeiro Passo, Ceará Cred (Gov.br (xxx), [2024](#); Rede Nacional, [2024](#); (Governo do Ceará, [2024](#)).
- Centro de Convivência (RJ), que ofereceu espaços seguros de cuidado infantil e apoio a trabalhadores informais durante grandes festividades (*Carioca Digital*, [2025](#)).
- Grupos de apoio como CONAQ, Malungu e *Instituto Odara*, que fortalecem a defesa de direitos e a visibilidade dos povos quilombolas (CONAQ, [2024](#); Malungu, [2013](#); Instituto Odara, [2025](#)).



Anexo 1:

Grupo Consultivo da Juventude Next Generation Brazil

Amanda Soares

Nordeste

Pesquisadora de literatura brasileira com foco na formação de identidade de pessoas com deficiência, além de influenciadora (@pcdperigosa), escritora e artista. Amanda tem deficiência física. É palestrante e conferencista sobre questões emocionais, de identidade e de gênero.

Bia Santos

Sudeste

Empreendedora social e CEO da Barkus. Atua com educação financeira e inclusão de grupos marginalizados, especialmente mulheres, pessoas negras e das classes C, D e E.

Dandara Rudsan

Norte

Articuladora política, pesquisadora de direitos humanos e integrante da RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas). Tem foco em raça, gênero, meio ambiente, LGBTQIAPN+ e estudos jurídicos. Fundadora do NEPAZ e premiada por seu trabalho na Amazônia.

Fransuyle Farias

Nordeste

Embaixadora e liderança da associação Jovens do Brasil, atua com engajamento e protagonismo juvenil por meio da educação e da inclusão produtiva.

Gabriel Adami

Centro-Oeste

Ativista socioambiental e assistente de políticas públicas no Instituto SOS Pantanal.

Gabriel Moraes

Sudeste

Diretor de relações institucionais do RenovaBR, onde atua na formação de futuras lideranças políticas para o fortalecimento da democracia brasileira. Tem carreira dedicada ao setor de impacto social, desenvolvendo programas socioeconômicos para organizações sociais e para o setor privado.

Larissa da Silva Fontana

Sudeste

Pesquisadora e representante no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Especialista em gênero, raça e movimentos sociais. Membro ativo de diversos conselhos de juventude e igualdade racial. Secretária executiva do Em Movimento e coordenadora executiva do Centro de Estudos e Memória da Juventude.

Karoline Kass

Sudeste

Educadora e analista de educação do Projeto SETA.

Natália Di Ciero Leme Quadros

Sudeste

Gerente de programas e parcerias da Fundação Arymax. Trabalha há mais de 15 anos no setor de impacto social e, nos últimos seis anos, tem se dedicado à causa da inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no mundo laboral.

Vic Argôlo

Norte

Mulher negra, bissexual e *travesti*. Professora, comunicadora, pesquisadora e ativista no Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa).

Anexo 2:

Metodologia

A pesquisa Next Generation Brasil aplicou um questionário online com mais de 60 perguntas, hospedado na plataforma global de pesquisa de mercado Toluna. As questões de múltipla escolha foram apresentadas em ordem aleatória para minimizar vieses e garantir maior confiabilidade nas respostas. Essa decisão metodológica reflete o esforço de aprimorar a qualidade dos dados e reduzir os efeitos de indução durante a coleta.

O preenchimento levou, em média, de 30 a 40 minutos, sem que houvesse qualquer compensação oferecida aos jovens brasileiros. O tamanho do questionário, aliado à variedade de temas, representou um desafio para a coleta de dados. Alguns participantes podem não ter dedicado tempo suficiente para refletir sobre cada pergunta, seja por tédio, cansaço ou dificuldades cognitivas. Esse fator pode ter afetado parte dos resultados quantitativos, reforçando a importância de iniciativas qualitativas para complementar e qualificar os achados.

Anomalias e limitações

Os resultados revelaram uma anomalia nas cotas raciais, possivelmente associada a avanços sociais recentes. Dados do Censo de 2022 para jovens de 16 a 35 anos indicam que 48% se declararam *pardos* e 11% *pretos* (categorias frequentemente unificadas em documentos oficiais como população "*negra*", totalizando 59%), enquanto indígenas e amarelos somaram menos de 1%. Por outro lado, a amostra do Next Generation Brasil registrou proporção maior de jovens que se identificaram como *pretos* (19%) e menor de *pardos* (36%), resultando em 55% no total, número próximo ao dos dados oficiais.

Uma hipótese é que os jovens estejam mais empoderados para se autodeclarar *pretos*, influenciados por políticas afirmativas, pela maior visibilidade pública do debate racial e pelas mudanças no discurso social sobre etnia e raça. Outra explicação plausível é que o direcionamento da coleta para comunidades sub-representadas, por meio de redes locais e organizações de base, tenha ampliado a participação de jovens que se identificam mais prontamente como *pretos*. Essa nuance reforça a necessidade de interpretar os dados raciais não apenas sob a ótica estatística, mas também em sua dimensão sociocultural.

As cotas para a faixa etária de 16 a 18 anos não foram totalmente alcançadas em razão da dificuldade de aplicar o questionário a menores de idade. Houve negociações avançadas com secretarias de educação de pelo menos três estados, mas a autorização para aplicação nas escolas não foi concedida dentro do prazo necessário. Ainda assim, foram registradas 427 respostas nesse grupo, número considerado suficiente para a análise quantitativa.

A equipe de pesquisa reconhece outras limitações demográficas. Embora o questionário tenha incluído perguntas sobre habitação e vulnerabilidade urbana, o uso da categoria favela pode não refletir plenamente a diversidade de condições periféricas e informais existentes no Brasil. Em algumas localidades identificadas como favelas, os próprios jovens não selecionaram essa opção para descrever seu território. Da mesma forma, a junção entre áreas metropolitanas e periféricas pode ter gerado distorções na leitura territorial.

Outro limite foi a ausência de informações sobre se os respondentes estudaram em escolas públicas ou privadas, um marcador essencial de desigualdade no Brasil. Além disso, as perguntas sobre ocupação atual não permitiam múltiplas respostas, o que impactou especialmente jovens que estudam e trabalham.

No caso do ativismo climático, faltou uma questão de acompanhamento que possibilitasse aos jovens detalhar o tipo de atividade realizada, o que teria ampliado a compreensão sobre o alcance do engajamento.

Para futuras pesquisas, é importante criar versões em línguas indígenas para ampliar a inclusão dessa população, que muitas vezes não fala português fluentemente. O mesmo vale para acessibilidade a jovens surdos por meio de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e pelo uso de linguagem simplificada, facilitando a compreensão dos conceitos. Nesta edição, a equipe contratou intérpretes de Libras para acompanhar grupos de jovens surdos e utilizou métodos qualitativos para complementar a coleta. Ainda assim, o número elevado de questões e respostas de múltipla escolha foi apontado como um desafio para esse grupo.

Métodos qualitativos

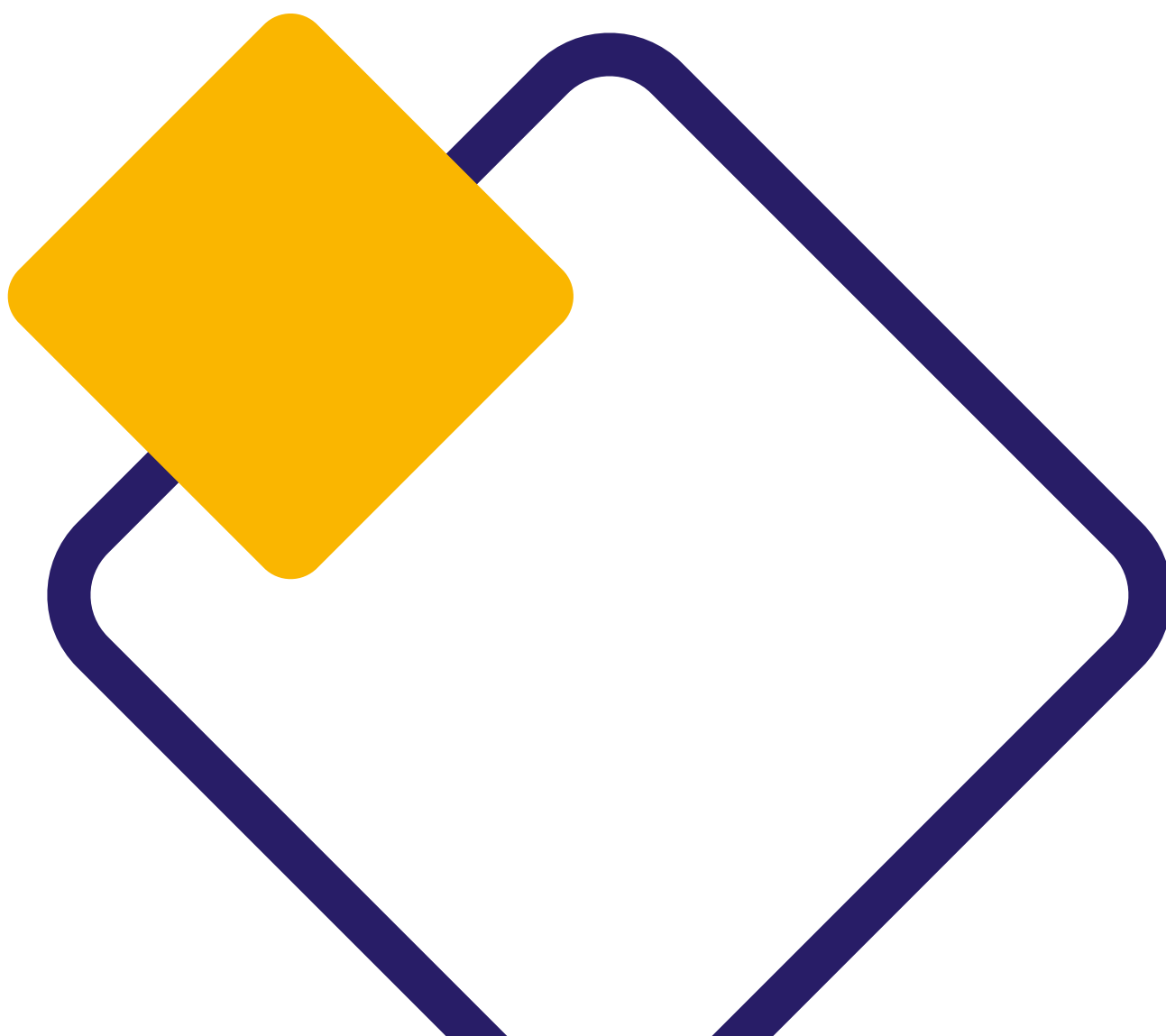
Os métodos qualitativos foram aplicados em dois momentos ao longo do estudo. No primeiro, foram realizadas 18 entrevistas em profundidade com lideranças comunitárias e atores-chave que atuam com organizações juvenis em favelas, áreas rurais, comunidades ribeirinhas e outros contextos marginalizados.

Entre os participantes estavam representantes da ASID Brasil; Associação Voar; CIEDS; Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Escola Municipal Rural Bonifácio Gomes; Fundação Arymax; Grupo AdoleScER; Iniciativa Negra; Instituto Mara Gabrilli; Instituto Salto; Jovens Pela Diferença; Junior Achievement Brasil; Juventude Potentes; Ozipa Criativa; Projeto SETA; SOS Pantanal; UniFavela; e Uniperiferias/IMJA.

As entrevistas abordaram temas como emprego, educação, empreendedorismo, gênero, raça, questões ambientais e pautas LGBTQIAPN+. Esses diálogos ajudaram a construir uma visão ampla e enraizada sobre os desafios e as oportunidades vividas pelos jovens, particularmente em contextos de vulnerabilidade social.

Após a coleta dos dados quantitativos, que identificaram tendências nacionais e regionais em larga escala, os pesquisadores buscaram ouvir diretamente jovens cujas vozes poderiam não estar suficientemente representadas nos números.

Foram realizados grupos focais e entrevistas com 105 jovens selecionados por sua participação em grupos tradicionalmente marginalizados, identificados por meio de pesquisa documental e consulta a especialistas.



Grupos focais

Juventude quilombola	8 participantes, de 21 a 34 anos, de áreas urbanas e rurais do estado do Maranhão (Nordeste).
Pessoas com deficiência	7 participantes, de 18 a 33 anos, negros, pardos e brancos, em Salvador, Bahia (Nordeste).
Juventude ribeirinha	13 participantes, de 16 a 35 anos, do Pará (Norte), incluindo desde dois graduados universitários até um participante de 35 anos analfabeto.
Adolescentes negros	10 participantes, de 15 a 18 anos, de baixa renda, da região Sudeste.
Juventude trans	10 participantes, de 18 a 33 anos, de sete localidades diferentes em três estados, incluindo negros, pardos, brancos e indígenas. Este grupo focal foi realizado online.

Entrevistas individuais qualitativas

Lideranças jovens	18 entrevistas em profundidade, realizadas antes da pesquisa, com lideranças comunitárias que atuam em ou dirigem organizações voltadas para a juventude em favelas, áreas rurais, comunidades ribeirinhas ou outros contextos marginalizados.
Juventude indígena	11 entrevistas, com participantes homens e mulheres, de 19 a 35 anos, de pelo menos cinco estados diferentes.
Trabalhadores de aplicativos	9 entrevistas, com entregadores e motoristas de transporte por aplicativo, de 19 a 33 anos (em sua maioria homens, negros, pardos e brancos), entrevistados presencialmente no Sudeste.
Vendedores de rua e de praia	11 entrevistas, com homens e mulheres, de 17 a 34 anos (negros e pardos), também realizadas presencialmente no Sudeste.
Mulheres no trabalho informal	14 entrevistas, com mulheres de 19 a 34 anos (brancas, negras e pardas), atuando em diferentes ocupações informais, entrevistadas por telefone ou presencialmente.
Jovens engajados politicamente	12 entrevistas, com jovens de 22 a 30 anos, de três regiões do Brasil.

Anexo 3:

Glossário

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Associação representativa das universidades privadas. www.abmes.org.br

Aquilombola Brasil. Lançado em 2023, este programa federal tem como objetivo apoiar a população quilombola no acesso ao solo e ao território; em infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e etnodesenvolvimento; além de direitos e cidadania. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11447.htm

Fundação Arymax. Fundação filantrópica criada em 1990 que apoia projetos sociais relacionados à educação e inclusão financeira no Brasil. <https://arymax.org.br/>

ASID Brasil – Aliada Social pela Inclusão e Diversidade Brasil. Organização que promove a inclusão social e digital de pessoas com deficiência no Brasil. <https://asidbrasil.org.br/>

Associação Voar. Organização da sociedade civil brasileira dedicada a apoiar a inclusão social, especialmente de pessoas com deficiência, por meio de programas de educação e empoderamento. <https://www.associacao-voar.com.br>

Banco Palmas - primeiro banco comunitário do Brasil, a iniciativa busca democratizar o acesso a serviços financeiros e bancários para a população da periferia de Fortaleza, com ampla participação e controle social, mobilizando associações locais e fomentando o desenvolvimento socioeconômico de bairros e favelas. <https://bancopalmas.com/>

Barkus. Edtech brasileira que tem como objetivo democratizar o acesso à educação financeira por meio da tecnologia, voltada para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. www.barkus.com.br

BNCC - Base Nacional Comum Curricular A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BNCC da Computação - Base Nacional Comum Curricular da Computação. Diretrizes oficiais para a inclusão da computação no currículo nacional. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/BNCCComputao-CompletoDiagramado.pdf>

Plano Juventude Negra Viva. Iniciativa federal interministerial voltada à redução da violência e à promoção de direitos, acesso e oportunidades para a juventude negra no Brasil. www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva

BPC – Benefício de Prestação Continuada. Benefício assistencial em dinheiro concedido a pessoas idosas (65+) e a pessoas com deficiência sem condições de prover o próprio sustento ou de tê-lo provido pela família. O valor corresponde a um salário mínimo mensal. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>

BRICS. Organização intergovernamental formada por nações em desenvolvimento (Brasil, China, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Irã, Rússia, Arábia Saudita e África do Sul), voltada à cooperação econômica, política e de desenvolvimento. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cupulas-do-brics/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>

CAIBARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Balaio, Alto Rio Negro e Xié. Estrutura regional de coordenação indígena vinculada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

CAIMBRN – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro. Criado em 2004, o CAIMBRN representa e articula associações indígenas do médio e baixo Rio Negro.

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Centro de pesquisa multidisciplinar e think tank dedicado à análise crítica da sociedade brasileira e à formulação de políticas públicas progressistas. www.cebrap.org.br/

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. Organização sem fins lucrativos sediada no Pará, atuante desde 1980 no combate ao racismo, preconceito e discriminação na sociedade brasileira. www.cedenpa.org.br

Cerrado. Bioma tropical de savana localizado no Brasil Central, conhecido por sua excepcional biodiversidade e recursos hídricos. Com mais de 2 milhões de km², abriga uma combinação de campos, arbustais e florestas. Apesar de sua importância ecológica, sofre ameaças da expansão agrícola e da perda de habitat.

CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável. Organização voltada à promoção do desenvolvimento sustentável por meio de programas integrados sociais, econômicos e ambientais no Brasil. <https://www.cieds.org.br/>

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Organização de inspiração católica de defesa dos direitos indígenas, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). www.cimi.org.br/o-cimi/

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. Principal marco legal regulador das relações de trabalho no Brasil, abrangendo direitos individuais e coletivos. Trabalhadores "CLT" são aqueles empregados em regime de tempo integral e contrato permanente.

COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê. Instância regional indígena que representa organizações de Iauaretê em suas relações com o governo e instituições.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Entidade que atua com mais de 3.500 comunidades quilombolas em todo o país. <https://conaq.org.br/>

CONJUBE – Conselho Nacional de Juventude. Órgão consultivo vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, composto por representantes de ministérios do governo, membros de organizações da sociedade civil que trabalham com juventude e lideranças jovens.

COP30 – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025. Conferência das Nações Unidas focada nos esforços globais para enfrentar as mudanças climáticas. Belém, Norte do Brasil, 2025.

DAJIRN – Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro. Monitora e influencia políticas públicas relacionadas à juventude e aos adolescentes indígenas na região do Rio Negro. <https://foirn.org.br/jovens/>

DIA WII – Coordenadoria das Associações Indígenas do Baixo Uaupés, Rio Tiquié e Afluentes. Parte da FOIRN, atuando nas regiões dos rios Tiquié e Uaupés.

Diretas Já. Movimento cívico popular da década de 1980 que exigia eleições diretas para presidente, fundamental para o retorno da democracia no Brasil.

EAD - Educação a Distância. Modalidade de ensino em que o curso é realizado a distância, via internet, sem necessidade de comparecer presencialmente à instituição educacional.

ELAFAV - Coletivo ELAFAV é uma organização da cultura hip-hop que atua como um ecossistema de voluntariado, colaborações, doações, arte, educação e profissionalização nas periferias de Brasília.

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas - Enec. Estratégia nacional que busca garantir conectividade à internet em todas as escolas públicas de educação básica do país e apoiar a aquisição e melhoria dos equipamentos necessários.

Favelas. Assentamentos urbanos informais no Brasil, frequentemente com carência de infraestrutura e serviços públicos, mas ricos em cultura e organização comunitária.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Fundação estadual de São Paulo que financia pesquisa e inovação em ciência e tecnologia, por meio de recursos provenientes da arrecadação de impostos estaduais. <https://fapesp.br/>

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Organização independente da sociedade civil que produz dados e pesquisas sobre segurança pública e violência no Brasil. www.forumseguranca.org.br

FGV – Fundação Getúlio Vargas Uma das principais instituições de pesquisa e ensino em políticas públicas, economia, direito e negócios do Brasil. www.portal.fgv.br/en

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil. Programa federal de financiamento estudantil para mensalidades do ensino superior privado.

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Representa os setores industriais do Rio de Janeiro, oferecendo serviços em inovação, infraestrutura e desenvolvimento da força de trabalho. www.firjan.com.br

Plano de Cinco Pactos. Proposta do governo federal, sob a presidência de Dilma Rousseff em 2013, com foco em reforma política, transporte público, saúde, educação e responsabilidade.

Grupo AdoleScER. Organização da sociedade civil dedicada ao desenvolvimento humano de jovens em comunidades vulneráveis do Nordeste do Brasil. <https://adolescer.org.br/>

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Agência federal de fiscalização ambiental e de conservação. www.gov.br/ibama

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência nacional de estatísticas, incluindo dados demográficos, sociais e econômicos. www.ibge.gov.br/en/

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Autarquia vinculada ao Ministério da Educação que produz indicadores e avaliações educacionais. www.gov.br/inep

Iniciativa Negra. Movimento que promove a cultura afro-brasileira e combate a discriminação racial no Brasil. <https://iniciativanegra.org.br/>

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Agência federal vinculada ao Ministério da Previdência Social responsável pela gestão dos benefícios previdenciários no Brasil. www.gov.br/inss

Instituto Odara. Organização feminista negra, com foco na herança africana, sediada em Salvador, Bahia. <https://institutoodara.org.br/>

Instituto Salto. Organização que desenvolve projetos educacionais e sociais voltados para comunidades marginalizadas. <https://institutosalto.org.br/>

Jovens do Brasil. Movimento independente e apartidário que apoia projetos voltados para questões da juventude brasileira, por meio da educação e da inclusão produtiva. www.jovensdobrasil.org

Jovens Pela Diferença. Movimento juvenil que defende a inclusão e os direitos de jovens com deficiência.

Junior Achievement Brasil. Programa que apoia o desenvolvimento do empreendedorismo e de habilidades de liderança entre estudantes. <https://jabrasil.org.br/>

Juventudes Potentes. Coletivo juvenil voltado ao empoderamento, à expressão cultural e aos direitos sociais. <https://juventudespotentes.org.br/>

Lei de Cotas. Lei federal que exige que universidades públicas reservem vagas para estudantes de baixa renda, com cotas para jovens negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464/1964). Lei promulgada em 1964 que desarticulou os movimentos estudantis independentes durante a ditadura militar.

Libras (Língua Brasileira de Sinais). Língua oficial da comunidade surda brasileira, utilizada para comunicação.

LGBTQIAPN+. Acrônimo inclusivo para diversas orientações sexuais e identidades de gênero. L – Lésbicas, G – Gays, B – Bissexuais, T – Transgêneros, Q – Queer ou Questionando, I – Intersexo, A – Assexuais ou Agênero (ou Aliados), P – Pansexuais, N – Não binários, + – outras identidades e orientações.

Malungu. Organização de comunidades quilombolas no estado do Pará. <https://malungupara.wordpress.com/quemsomos-2/>

Instituto Mara Gabrilli. Organização sem fins lucrativos dedicada à inclusão e ao empoderamento de pessoas com deficiência. <https://img.org.br/>

Programa Mais Médicos. Programa de saúde pública voltado a enfrentar a escassez de profissionais médicos em regiões desassistidas.

Programa Mais Professores. Programa de 2025 para enfrentar a escassez de professores no Brasil, com ênfase em regiões desassistidas.

MEC – Ministério da Educação. Órgão federal responsável pela política nacional de educação. www.gov.br/mec

MEI – Microempreendedor individual. Status legal para trabalhadores autônomos acessarem benefícios fiscais e previdenciários. www.gov.br/mei

NADZOERI – Coordenação da Organização Baniwa e Koripaco. Representa os povos Baniwa e Koripaco, apoiando planos de gestão territorial e ambiental (PGTA).

NGOs – Organizações Não Governamentais. Organizações independentes e sem fins lucrativos que atuam em áreas como educação, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Novo Plano Viver Sem Limite - O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Novo Viver Sem Limite) foi instituído pelo Decreto nº 11.793/2023, com o objetivo de garantir maior dignidade às pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades no Brasil. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-novo-viver-sem-limite>

NUPDEC - Núcleo de Proteção e Defesa Civil. Grupos comunitários voluntários de defesa civil. <https://cario-ca.rio/servicos/projeto-nupdec-nucleo-de-protecao-e-defesa-civil/>

OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Organização internacional com 38 países-membros. Atua como fórum e centro de conhecimento para dados, análises e boas práticas em políticas públicas. www.oecd.org/

Ozipa Criativa. Projeto social voltado para arte e inclusão cultural em comunidades vulneráveis. <https://colaboragpa.com.br/ong/ozipa-criativa>

Pantanal. Um dos maiores ecossistemas tropicais alagáveis do mundo, localizado no Brasil, Paraguai e Bolívia, ameaçado por incêndios e expansão agrícola.

Programa PARALÍMPICO. Programa Paralímpico - Base estrutural do paradesporto, presente em todo o estado de São Paulo, reunindo atletas, professores e organizadores para o desenvolvimento da modalidade.

PDDE Equidade - Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade. Destina recursos financeiros suplementares a escolas públicas de Educação Básica que atendem populações historicamente excluídas. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pdde/pdde-equidade>

Pé-de-Meia – Iniciativa governamental que oferece incentivos financeiros para a frequência ao ensino médio de estudantes de baixa renda. www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia

PIEC – Política de Inovação Educação Conectada. Programa do Ministério da Educação que promove o acesso universal à internet e incentiva o uso de tecnologia digital em escolas públicas. <https://educacaoconectada.mec.gov.br/>

Plano Juventude Negra Viva. Iniciativa voltada a reduzir as vulnerabilidades que afetam jovens negros brasileiros e a violência letal baseada no racismo estrutural. <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva>

PNEEI - Plano Nacional de Educação Escolar Indígena. Plano intergovernamental que busca implementar as propostas deliberadas na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI); fortalecer o regime de colaboração entre entes federados, ampliar a participação social, garantir transparência das ações e gestão por resultados, constituindo instrumento de monitoramento, avaliação e controle social da EEI. <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena>

PNEERQ - Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola. Programa educacional voltado a superar desigualdades raciais e étnicas e o racismo no ambiente escolar, além de promover políticas educacionais para a população quilombola. O público-alvo abrange toda a comunidade escolar. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Promove o desenvolvimento sustentável de áreas rurais por meio de ações voltadas ao aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e elevação da renda, visando melhorar a qualidade de vida e o exercício da cidadania de agricultores familiares. <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>

PcDs – Pessoas com deficiência. Pessoas com deficiências de longo prazo que enfrentam barreiras à participação plena na sociedade.

Qualifica Brasil. Ação do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Economia, que oferece, gratuitamente, vagas em cursos de qualificação profissional para atender à demanda do setor produtivo, ampliar a empregabilidade e promover a inclusão produtiva de estudantes e recém-formados. <https://qualifica-brasil.com/>

Quilombola. Comunidades afro-brasileiras descendentes de pessoas que fugiram da escravidão, reconhecidas como povos tradicionais com direitos territoriais.

RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiprobicionistas. Organização política feminista, antirracista, suprapartidária e anticapitalista que luta pelos direitos humanos e pelo empoderamento político de mulheres e pessoas trans. www.renfa.org

RenovaBR. Maior escola de formação política do Brasil. Escola multipartidária e sem fins lucrativos que capacita lideranças políticas e públicas. www.renovabr.org

Sistema S. Conjunto de instituições paraestatais (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat e SESCOOP) que oferecem serviços como educação profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e lazer.

Instituto Salto. Organização que desenvolve projetos educacionais e sociais voltados para comunidades marginalizadas. <https://institutosalto.org.br/>

ODS 18 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (proposta). Extensão não oficial dos ODS da ONU, sugerida pelo presidente Lula para incluir a proteção dos direitos indígenas e dos saberes tradicionais.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Instituição autônoma sem fins lucrativos, criada em 1972. Oferece capacitação, consultoria e acesso a crédito para empreendedores.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Principal instituição de educação profissional voltada para os setores de bens, serviços e turismo.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Serviço público que forma profissionais e oferece serviços tecnológicos a indústrias brasileiras e estrangeiras.

SESI – Serviço Social da Indústria. Organização privada sem fins lucrativos, criada em 1946 pela Confederação Nacional da Indústria, com foco na qualidade de vida de trabalhadores e comunidades.

Projeto SETA – Solidariedade, Educação, Transformação e Ação. Iniciativa social voltada à educação e ao desenvolvimento comunitário no Brasil. <https://projeto-seta.org.br/en/>

SNPAR - Secretaria Nacional de Paradesporto. Promove e coordena ações de paradesporto para garantir às pessoas com deficiência acesso à prática esportiva em todas as suas modalidades. <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/paradesporto>

SOS Pantanal. Organização ambiental dedicada à proteção e restauração do bioma Pantanal. <https://sospantanal.org.br/>

STEM – Sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Refere-se a campos acadêmicos e profissionais ligados à inovação e tecnologia.

Transcidadania. O Programa Transcidadania é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo que busca fortalecer a inclusão profissional, a reintegração social e a cidadania de travestis, mulheres trans e homens trans em situação de vulnerabilidade. <https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/transcidadania-entenda-como-funciona>

Travesti – Pessoa designada homem ao nascer que adota expressão de gênero feminina, mas não necessariamente se identifica como mulher ou mulher trans. As travestis se reconhecem como uma identidade de gênero distinta, não restrita ao binário homem/mulher, carregando um importante significado político, cultural e social na América Latina.

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme). Agência da ONU que promove desenvolvimento sustentável e inclusivo em parceria com governos e sociedade civil. www.undp.org/brazil

UNE – União Nacional dos Estudantes. Principal entidade estudantil do Brasil, representa universitários e defende direitos educacionais. www.une.org.br

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Organização internacional que atua na proteção dos direitos e do bem-estar de crianças em todo o mundo. <https://www.unicef.org/>

Uneafro – União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora. Entidade que promove equidade racial por meio da educação popular. <https://uneafrobrasil.org>

UniFavela. Organização que promove educação, cultura e desenvolvimento social em favelas brasileiras. <https://unifavela.com.br/>

Uniperiferias. Rede internacional que conecta iniciativas das periferias urbanas brasileiras para fortalecer ações comunitárias. <https://imja.org.br/uniperiferias>

USP – Universidade de São Paulo. Uma das universidades mais prestigiadas e influentes do Brasil e da América Latina.

Jovem Aprendiz. Programa de estágio para jovens de 14 a 24 anos. A Lei do Aprendiz determina que empresas de médio e grande porte reservem de 5% a 15% de suas vagas para aprendizes, que devem estar matriculados em curso educacional reconhecido (técnico ou superior) e frequentar cursos de formação profissional oferecidos por instituições autorizadas. As empresas participantes recebem benefícios e incentivos fiscais.

Prêmio Jovem Quilombola Inovador. Promovido pelo Ministério da Cultura, premia soluções práticas voltadas para a melhoria da vida dos quilombolas.

Anexo 4:

Referências

1 milhão, 2025. "1 milhão de oportunidades para transformar uma geração."

<https://1mio.com.br/#parcerias>

Abmes, 2023. "Avaliação da empregabilidade de recém-formados."

<https://abmes.org.br/arquivos/documentos/VF-pesquisaIASE-29082023.pdf>

ABRAMET, 2025. "Brasil registra uma vítima de acidente de trânsito em prontos-socorros do SUS a cada 2 minutos, alertam sociedades médicas"

<https://abramet.com.br/noticias/brasil-registra-uma-vitima-de-transito-nas-emergencias-do-sus-a-cada-dois-minutos/>

Agência Brasil (i), 2023. "Brasil tem segundo maior número de conflitos rurais no primeiro semestre."

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/direitos-humanos/noticia/2023-10/brazils-first-semester-reports-second-highest-rural-conflicts>

Agência Brasil (ii), 2024. "Desemprego de jovens negras e 3 vezes superior ao dos homens brancos"

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/desemprego-de-jovens-negras-e-3-vezes-superior-ao-dos-homens-brancos>

Agência Brasil (iii), 2024. "Violência: 85% das mulheres negras sem renda convivem com agressor"

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-11/violencia-85-das-mulheres-negras-sem-renda-convivem-com-agressor>

Agência Brasil (iv), 2024. "875 mil estudantes ainda podem renegociar dívidas."

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/desenrola-fies-875-mil-estudantes-ainda-podem-renegociar-dividas>

Agência Brasil (v), 2025. "Brasil: Desemprego e trabalho informal afetam mais pessoas pardas e negras."

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2025-02/brazil-unemployment-informal-work-affect-more-black-and-brown-people>

Agência Brasil (vi), 2022. "O Brasil tem 1,5 milhão de motociclistas de entrega, motoristas de aplicativos e taxistas. A maioria são homens pardos com menos de 50 anos."

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/noticia/2022-05/ipea-brazil-has-15-million-drivers-and-product-delivery>

Agência Brasil (vii), 2024. "A plataforma Brasil participativo é um exemplo de engajamento social em larga escala e fortalecimento da democracia."

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/brasil-participativo-e-exemplo-de-engajamento-social-em-larga-escala-e-fortalecimento-da-democracia>

Agência Brasil (viii), 2023. "Calor aumenta e Rio registra sensação recorde de 58,5°C de manhã"

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/calor-aumenta-e-rio-registra-sensacao-recorde-de-585degc-de-manha>

Agência Brasil (ix), 2024. "Caciques afirmam que mudanças climáticas impactam campo. Cultivos tradicionais tornam-se raros devido à seca e às chuvas intensas."

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/caciques-das-5-regioes-afirmam-que-mudancas-climaticas-impactam-campo>

Agência Gov (i), 2025. "Percentual de pessoas negras e indígenas no governo federal chega ao máximo histórico."

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/percentual-de-pessoas-negras-e-indigenas-no-governo-federal-chega-ao-maximo-historico>

Agência Gov (ii), 2024. "Nível do Rio Negro em Manaus é o menor em 122 anos de monitoramento"

[https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/nivel-do-rio-negro-em-manaus-am-e-o-menor-em-122-anos-de-monitoramento-sgb#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%20\(4\)%2C%20chegou%20%C3%A0%20marca%20de,ainda%20mais%20nos%20pr%C3%B3ximos%20dias](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/nivel-do-rio-negro-em-manaus-am-e-o-menor-em-122-anos-de-monitoramento-sgb#:~:text=Nesta%20sexta%2Dfeira%20(4)%2C%20chegou%20%C3%A0%20marca%20de,ainda%20mais%20nos%20pr%C3%B3ximos%20dias)

Amatra, 2024. "Povos indígenas ocupam apenas 0,1% dos cargos de gestão em grandes empresas brasileiras"

<https://amatra1.org.br/noticias/?so-1-dos-indigenas-estao-empregados-nas-maiores-empresas-brasileiras>

American Affairs Journal, 2021.

"A brasilização do mundo"

<https://americanaffairsjournal.org/2021/05/the-brazilianization-of-the-world/>

Amobitec, 2019 "Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia"

<https://amobitec.org/quem-somos/>

Fundação Arymax (i), 2023. "O futuro do mundo do trabalho para a juventude brasileira"

<https://arymax.org.br/o-futuro-do-mundo-do-trabalho-para-as-juventudes-brasileiras/>

Fundação Arymax (ii), 2023. "O futuro do mundo do trabalho para a juventude brasileira"

<https://arymax.org.br/novosite/wp-content/uploads/2023/03/futuro-do-mundo-do-trabalho-digital.pdf>

ASN, 2024. "6 a cada 10 pequenos negócios estão na informalidade no país e no Rio de Janeiro"

<https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/seis-a-cada-10-pequenos-negocios-estao-na-informalidade-no-pais-e-no-rio-de-janeiro/>

Bain, 2024. "Sem atalhos: o caminho para a representatividade da mulher no topo e o valor para as empresas."

<https://www.bain.com/contentassets/3ad89252bcf549e6bab2cf11f70070fc/sem-atalhos-2024.pdf>

BBC, 2025. "Com o "G-10 das Favelas" moradores querem atrair investimentos e transformar exclusão em start-ups."

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49941510>

Carioca Digital, 2025. "Informações sobre o Projeto Casas de Convivência e Lazer para pessoas idosas"

<https://carioca.rio/servicos/programa-casa-de-convivencia-e-lazer-para-o-idoso/>

Carta Capital, 2025. "Mães solo tem renda 32% menor e enfrentam maior sobrecarga de trabalho."

<https://www.cartacapital.com.br/do-micro-ao-macro/maes-solo-tem-renda-32-menor-e-enfrentam-maior-sobrecarga-de-trabalho/>

CEBRAP, 2023. "Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos."

<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf>

Cimi (i), 2023. "Desafios para a realidade indígena no atual contexto brasileiro."

<https://cimi.org.br/2023/05/desafios-para-a-realidade-indigena-no-atual-contexto-brasileiro>

Cimi (ii), 2023. Violência contra povos indígenas no Brasil

<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>

Câmara dos Deputados (i), lei nº. 4.464, 9 de novembro de 1964

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>

Câmara dos Deputados (ii), lei nº.

PL678/2019, 13 de setembro de 2023

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2387450>

Câmara dos Deputados (iii), lei nº. 2777/2023, 24 de maio de 2023

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2364840>

Câmara dos Deputados, (iv), 2025. "Governo e oposição se unem para superar precarização no trabalho dos entregadores de aplicativo."

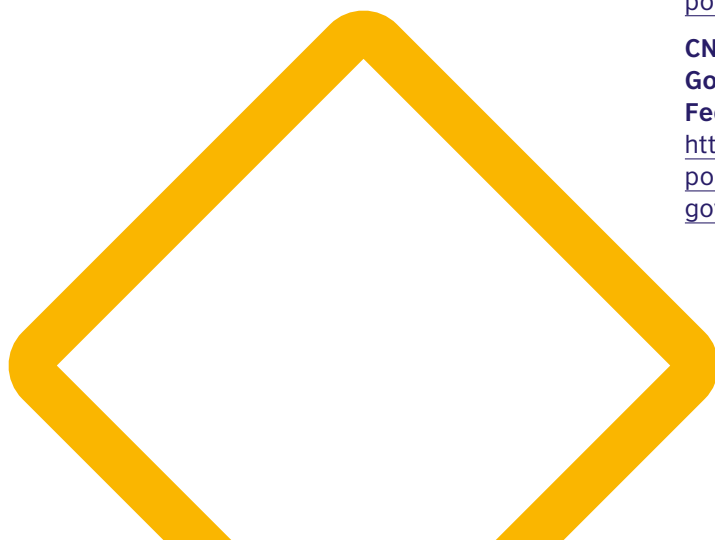
<https://www.camara.leg.br/noticias/1152484-GOVERNO-E-OPOSICAO-SE-UNEM-PARA-SUPERAR-PRECARIZACAO-NO-TRABALHO-DOS-ENTREGADORES-DE-APLICATIVO>

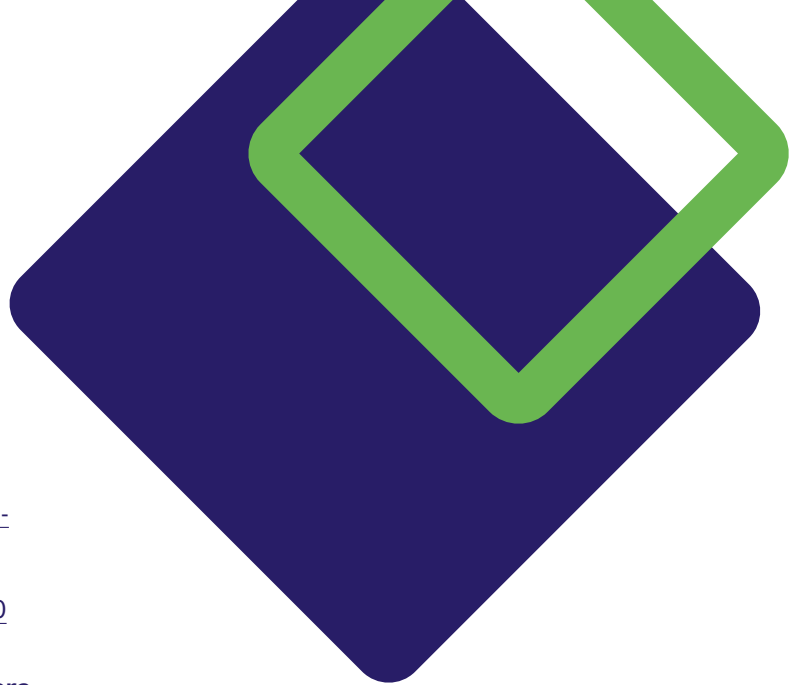
Climate Action Tracker, 2024. "Brasil - Políticas e Ações"

<https://climateactiontracker.org/countries/brazil/policies-action/>

CNN, 2025. "82% não confiam no Congresso, 50% no Governo Federal e 47% no Supremo Tribunal Federal"

<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/caio-junqueira/politica/atlas-82-nao-confiam-no-congresso-50-no-governo-federal-e-47-no-stf/>





CONAQ, 2024. "Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas"

<https://conaq.org.br/>

COP 30, 2025. "Presidente Lula escolhe a ativista climática Marcelle Oliveira como a campeã de juventude da COP30."

<https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/presidente-lula-escolhe-a-ativista-climatica-marcelle-oliveira-como-a-campea-de-juventude-da-cop-30#:~:text=Presidente%20Lula%20escolhe%20a%20ativista,de%20Juventude%20da%20COP%2030>

Correio Braziliense, 2019. "Há 30 anos da favela para o asfalto"

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/01/interna_diversao_arte,792961/ha-30-anos-da-favela-para-o-asfalto.shtml

DGABC, 2024. "Jovem de Mauá mostra a realidade de morar na favela e estudar na USP."

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4125831/jovem-de-maua-mostra-a-realidade-de-morar-na-favela-e-estudar-na-usp>

Diário Fiscal, 2008. "Lista das piores formas de trabalho infantil"

https://diariofiscal.com.br/lista_das_piores_formas_de_trabalho_infantil_tip_.html?#loaded

Diário do Nordeste, 2022. "O Censo mostra moradores em domicílios com condições sanitárias inadequadas, comparando população total com povos quilombolas."

<https://diariodonegocios.com.br/272-ds-quilombolas-com-condicoes-precarias-de-saneamento-basico-mostra-censo-2022-1.3537313>

Estado do Rio Grande do Sul, 2025.

"Inovação e resiliência para o desenvolvimento marcam quarta edição do South Summit Brazil."

<https://estado.rs.gov.br/inovacao-e-resiliencia-para-o-desenvolvimento-marcam-quarta-edicao-do-south-summit-brazil>

Exame, 2015. "90% dos jovens brasileiros possuem pelo menos um perfil próprio em rede social"

<https://exame.com/tecnologia/90-dos-jovens-brasileiros-possuem-pelo-menos-um-perfil-proprio-em-rede-social/>

FAPESP (i), 2024. "Cai o interesse por programas de pós-graduação no Brasil"

<https://revistapesquisa.fapesp.br/en/interest-in-graduate-programs-falls-in-brazil/>

FAPESP (ii), 2023. "Inclusão em universidades e no ensino superior para jovens adultos."

<https://revistapesquisa.fapesp.br/en/inclusion-in-university-and-higher-education-for-young-adults/>

FAPESP (iii), 2020. "As barreiras para pessoas trans"

<https://revistapesquisa.fapesp.br/as-barreiras-para-as-pessoas-trans/>

FAPESPA, 2023. "Expectativa de vida ao nascer (em anos), segundo o Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação- 2018-2022"

<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/pcn2023/tabelas/2-demografia/5-expectativa-de-vida-ao-nascer-2018-2022.htm>

FBSP, 2024. "Anuário brasileiro de segurança pública"

<https://publicacoesforumseguranca.org.br/bitstream/1d896734f7cb46a79b23-906b6df3e11b/download>

FGV (i), 2023. "Ensaio sobre informalidade."

<https://repositorio.fgv.br/items/ea7d31be-df21-49f7-811b-2ac04dd73566>

FGV (ii), 2024. "Pesquisadora aponta o ônus que a maternidade implica para a empregabilidade e a renda das mulheres no Brasil."

<https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/pesquisadora-aponta-o-onus-que-maternidade-implica-para>

Firjan, 2022. "Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil"

<https://casafirjan.com.br/sites/default/files/2022-07/Mapeamento%20da%20Ind%3%BAstria%20Criativa%20no%20Brasil%202022.pdf>

FOIRN, 2025. "A 5ª Assembleia Geral Eletiva discute desafios e definições para o futuro da juventude indígena do Rio Negro."
<https://foim.blog/2025/02/03/v-asmbleia-geral-eletiva-do-dajirn-foirn-discute-desafios-e-definicoes-para-o-futuro-da-juventude-indigena-do-rio-negro/>

FSB, 2023. "Taxa de conclusão feminina em cursos de ciências caiu quase 50%"
<https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/conclusao-feminina-em-cursos-de-ciencias-caiu-quase-50-desde-a-pandemia/>

GEM, 2024. "Relatórios globais."
<https://www.gemconsortium.org/report>

Gov.br (i), Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2023. "UNE: A história e a importância da união nacional dos estudantes"
<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/une-a-historia-e-a-importancia-da-uniao-nacional-dos-estudantes#:~:text=Ent%C3%A3o%2C%20o%20Conselho%20Nacional%20de,nacional%20e%20da%20justi%C3%A7a%20social>

Gov.br (ii), Ministério da Agricultura e Pecuária, 2024. "Agronegócio bate recorde de exportações em abril, com US\$ 15,24 bilhões - O resultado correspondeu a 49,3% das exportações totais do Brasil"
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-abril-com-us-15-24-bilhoes>

Gov.br (iii), 2025. "Cúpula do BRICS será no Rio de Janeiro, em 6 e 7 de julho - Anúncio foi feito pelo ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores) neste sábado, ao lado do prefeito Eduardo Paes."
<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/02/cupula-do-brics-sera-no-rio-de-janeiro-em-6-e-7-de-julho#:~:text=A%20reuni%C3%A3o%20de%20c%C3%BApula%20do,prefeito%20da%20cidade%2C%20Eduardo%20Paes>

Gov.br (iv), Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. "Jovens ganham espaço no mercado de trabalho e impulsionam queda no desemprego e na informalidade - Estudo do MTE revela crescimento da ocupação entre jovens de 14 a 24 anos"
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade>

Gov.br (v), Ministério da Igualdade Racial, 2023. "O Plano Juventude Negra Viva (PJNV) busca a redução das vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e a violência letal alicerçada no racismo estrutural."
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-juventude-negra-viva>

Gov.br (vi) Ministério da Igualdade Racial, 2024. "Instituída pelo Sistema ONU em 2015, a Agenda 2030 traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para conduzir as nações signatárias a uma proposta conjunta de desenvolvimento que considere, em sua concepção, a atenção em pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias."
<https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>

Gov.br (vii), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. "Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC"
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>

Gov.br (viii), 2025. "Relatório Anual Socioeconômico da Mulher"
<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/@@download/file>

Gov.br (ix), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2023. "Proposta que cria o Programa Crédito da Mulher nos bancos federais é aprovada na Câmara."
<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/proposta-que-cria-o-programa-credito-da-mulher-nos-bancos-federais-e-aprovada-na-camara>

Gov.br (x), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025 "Combate à LGBTQIA+fobia no Brasil"
https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/no-mes-de-combate-a-lgbtqia-fobia-mdhc-apresenta-agenda-de-enfrentamento-a-violencia-e-defesa-de-direitos/cadernos_lgbtqia-2b_cidadania-2c_volume_2_-_enfrentamento_-c3-a0_lgbtqiafobia_no_brasil.pdf/view?utm_source=chatgpt.com

Gov.br (xi), Ministério da Educação, 2024. "Bolsa Permanência: prazo ampliado beneficia estudantes."
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/bolsa-permanencia-prazo-ampliado-beneficia-estudantes>

Gov.br (xii), Ministério da Educação, 2025. "Taxas de Distorção Idade-série."

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>

Gov.br (xiii), Ministério da Educação, 2024. "MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior."

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>

Gov.br (xiv), 2023. "A lei de cotas foi atualizada"

<https://www.gov.br/mec/pt-br/lei-de-cotas-cartilha.pdf>

Gov.br (xv), 2025 "Mais Professores para o Brasil"

<https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>

Gov.br (xvi), Ministério da Educação, 2025. "Especialização em educação digital é oferecida pelo MEC."

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/especializacao-em-educacao-digital-e-oferecida-pelo-mec>

Gov.br (xvii), Ministério da Educação, 2024. Saberes Digitais Docentes.

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/20240822MatrizSaberesDigitais.pdf>

Gov.br (xviii), Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. "Aprendizagem Profissional tem melhor desempenho da história com estoque de março alcançando 646.407 aprendizes empregados."

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/maio/aprendizagem-profissional-tem-melhor-desempenho-da-historia-com-estoque-de-marco-alcancando-646-407-aprendizes-empregados>

Gov.br (xix), 2024. "Governo cria Política de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte."

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/04/governo-cria-politica-de-desenvolvimento-das-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte>

Gov.br (xx), 2023. "Conselho Nacional da Juventude é ampliado para impulsionar a voz e a participação de jovens no futuro do país."

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/dezembro/conselho-nacional-da-juventude-e-ampliado-para-impulsionar-a-voz-e-a-participacao-de-jovens-no-futuro-do-pais>

Gov.br (xxi), 2024. "SNJ cria Grupos de Trabalho para discutir planos nacionais sobre juventude e meio ambiente"

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/junho/snj-cria-grupo-de-trabalho-tecnico-para-discutir-plano-nacional-de-juventude-e-meio-ambiente>

Gov.br (xxii), 2024. "Em 2023, Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil"

<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil>

Gov.br (xxiii), 2024. "Combate aos incêndios florestais no Pantanal"

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secd/combate-aos-incendios-no-pantanal-antigo/boletins-combate-aos-incendios-no-pantanal/boletim-pantanal-28-de-junho.pdf>

Gov.br (xxiv), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025. "Plano Clima: Governo lança consulta pública da Estratégia Nacional de Mitigação."

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/plano-clima-governo-lanca-consulta-publica-da-estrategia-nacional-de-mitigacao#:~:text=O%20Governo%20Federal%20lan%C3%A7ou%2C%20nesta,de%20feito%20estufa%20at%C3%A9%202035>

Gov.br (xxv), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025. "Liderando pelo exemplo, o Brasil foi uma das primeiras nações a entregar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) sua nova NDC, durante a COP29."

<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/cop29-termina-com-acordo-sobre-nova-meta-de-financiamento-climatico-global#:~:text=Liderando%20pelo%20exemplo%2C%20o%20Brasil,rela%C3%A7%C3%A3o%20aos%20n%C3%ADveis%20de%202005>

Gov.br (xxvi), Secretaria de Comunicação Social, 2024. "A um ano da COP30, Belém se transforma para receber Cúpula Climática."

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/a-um-ano-da-cop30-belem-se-transforma-para-receber-cupula-climatica>

Gov.br (xxvii), "Programa brasileiro capacita governos locais sobre adaptação climática."

<https://www.gov.br/planalto/en/international-agenda/cop30/brazilian-program-trains-local-governments-on-climate-adaptation>

Gov.br (xxviii), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025. "Aderir ao Projeto Salas Verdes."

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/projeto-salas-verdes>

Gov.br (xxix), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025. "Circuito Tela Verde."

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/programas-e-projetos/circuito-tela-verde-1>

Gov.br (xxx), 2024. "Ceará comemora primeiros contratos do Acredita no Primeiro Passo"

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ceara-comemora-primeiros-contratos-do-acredita-no-primeiro-passo>

Governo do Ceará, 2024 "Com investimento de R\$ 56 milhões, Governo do Ceará lança eixo de capacitação do programa Ceará Sem Fome."

<https://www.ceara.gov.br/2024/06/12/com-investimento-a-r-40-milhoes-governo-do-ceara-lanca-eixo-de-capitacao-do-programa-ceara-sem-fome/>

Globo, 2023. "Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas."

<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/05/12/brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.ghtml>

Guardian (i), 2025.1 "Uma lição do Brasil: trabalhadores de aplicativos se mobilizaram contra a direita."

<https://www.theguardian.com/commentisfree/ng-interactive/2025/apr/25/brazil-right-precarious-workers-pay-conditions>

Guardian (ii), 2019. "Fake news no WhatsApp durante as eleições brasileiras favoreceram Bolsonaro."

<https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests>

Guardian (iii), 2025. "A COP30 em Belém vai ajudar ou prejudicar a Amazônia?."

<https://www.theguardian.com/environment/2025/apr/25/brazil-host-cop30-climate-talks-amazon>

IBGE (i), 2024. "Novos recortes geográficos do IBGE detalham desigualdades do país em 2023."

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42074-novos-recortes-geograficos-do-ibge-detalham-desigualdades-do-pais-em-2023#:~:text=Os%20estratos%20com%20maiores%20propor%C3%A7%C3%B5es,a%20ser%20menor%20no%20Nordeste.>

IBGE (ii), 2023, "Ministério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. "Tabelas completas de mortalidade."

<https://www.ibge.gov.br/en/statistics/full-list-statistics/17117-complete-life-tables.html>

IBGE (iii), 2024. "Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação"

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/41906-in-2022-gdp-grows-in-24-federation-units>

IBGE (iv), 2022. "Censo demográfico"

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514>

IBGE (v), 2022. "Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019"

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>

IBGE (vi), 2025. "Em 2024, 14 unidades da federação registram a menor taxa de desocupação da série."

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/42715-in-2024-14-federation-units-register-the-lowest-unemployment-rate-in-the-time-series>

IBGE (vii), 2025. "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua."

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

IBGE (viii), 2023. "Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4)."

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/38572-in-2022-hourly-earnings-of-white-workers-r-20-0-was-61-4-above-that-of-black-or-brown-ones-r-12-4?>

IBGE (ix), 2025. "Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022."

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>

IBGE (x), 2025. Painel

<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

IBGE (xi), 2025. "Desocupação aumenta em 12 unidades da federação no primeiro trimestre de 2025" <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-news-agency/news/43441-unemployment-increases-in-12-federation-units-in-q1-2025>

IBGE (xii), 2024. "Número de jovens que não estudam e nem trabalham é o menor desde 2012."

<https://economia.ig.com.br/2024-12-04/ibge-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham.html>

IBGE (xiii), 2024. "Em 2023, trabalho infantil volta a cair e chega ao menor nível da série."

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41618-em-2023-trabalho-infantil-volta-a-cair-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie>

IBGE (xiv), 2025. "Ocupação informal ainda supera 40 milhões no País."

<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2025/01/31/ibge-aponta-que-a-ocupacao-informal-ainda-supera-40-milhoes-no-pais.htm>

IBGE (xv), 2023. "Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país"

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>

IET, 2025. "O Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras"

https://d1kteeaw0oqp5l.cloudfront.net/documents/document/file/25/IET_O_Futuro_do_mundo_do_trabalho.pdf

INEP, 2023. "Censo escolar da educação básica 2023, notas estatísticas."

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf

INESC, 2024. "Princípios e diretrizes para o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil."

<https://inesc.org.br/principios-e-diretrizes-para-o-enfrentamento-do-racismo-ambiental-no-brasil/>

Instituto Odara, 2025. "Instituto Odara"

<https://institutoodara.org.br/>

IPEA, 2009. "Juventude e políticas sociais no Brasil"

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf

IPEC, 2024. "Pesquisa Cidades Sustentáveis - Democracia."

https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/2305/24-0315%20-%20BUS%20Democracia_v1.pdf



ISA, 2025. "Terras Indígenas na Amazônia e no Cerrado protegem uma área de vegetação nativa maior que o estado de Mato Grosso"

<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/terras-indigenas-na-amazonia-e-no-cerrado-protegem-uma-area-de-vegetacao>

Juventudes Potentes, 2024. "Acervo Gestão do Conhecimento."

<https://acervogoy.n.bitrix24.site/>

Malungu, 2013. 'Malungu'

<https://malungupara.wordpress.com/quemsomos-2/>

Mandache, 2024. "Cidadania ambivalente: cinismo político, engajamento comunitário e pertencimento entre jovens no Brasil"

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13621025.2024.2418942>

Map Biomas, 2022. "Favelas no Brasil crescem em ritmo acelerado e ocupam 106 mil hectares"

<https://brasil.mapbiomas.org/2022/11/04/favelas-no-brasil-crescem-em-ritmo-acelerado-e-ocupam-106-mil-hectares/>

MDPI, 2022. "As mudanças climáticas e seu impacto no calendário agrícola de agricultores ribeirinhos na Amazônia."

<https://www.mdpi.com/2073-4433/13/12/2018>

Meedan, 2024. "Desinformação silenciosa: achados sobre a democracia brasileira em 2024."

<https://meedan.com/post/silent-disinformation-findings-about-brazilian-democracy-in-2024>

MEC, Ministério da Educação, 2024. "O objetivo do Programa de Inovação Educação Conectada, desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros, é apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica."

<https://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre>

Mongabay (i), 2023. "Grupos indígenas recorrem à mais alta corte do Brasil para impedir a violência policial."

<https://news.mongabay.com/2023/06/Indigenous-groups-turn-to-brazils-highest-court-to-stop-police-violence/>

Mongabay (ii), 2018. "Legado de Belo Monte: danos causados pela usina na Amazônia não terminaram após sua construção."

<https://brasil.mongabay.com/2018/06/legado-belo-monte-danos-causados-pela-usina-na-amazonia-nao-terminaram-apos-construcao-historia-fotografica/>

Movimento Econômico, 2025. "Brasileiros gostam mais de festa junina do que de carnaval, revela pesquisa."

<https://movimentoeconomico.com.br/cultura/2025/01/31/brasileiros-gostam-mais-de-festa-junina-do-que-de-carnaval-revela-pesquisa/>

Nature, 2025. "As comunidades ribeirinhas na Amazônia Central estão amplamente sujeitas ao risco de erosão e sedimentação."

<https://www.nature.com/articles/s43247-025-02058-x>

Observatório da Saúde Pública, 2025. "Mais dados, mais saúde: "Experiência de discriminação cotidiana pela população brasileira" https://observatoriosaudepublica.com.br/static/frontend/pesquisa/relatorio_edc.pdf

Observatório do Clima, 2020. "Salles só gastou R\$ 105 mil em política ambiental em 2020."

<https://www.oc.eco.br/salles-gastou-r-105-mil-em-politica-ambiental-em-2020/>

Observatório de EPT, 2023. "Laboratório de Inclusão Produtiva das Juventudes contribui para inserção de jovens"

<https://observatorioept.org.br/acontece/laboratorio-de-inclusao-produtiva-das-juventudes-contribui-para-inserir-jovens>

Observatório de favelas, 2021. "Jovens de favelas e periferias contam sobre o processo e desafios de iniciar a independência financeira."

<https://observatoriodefavelas.org.br/juventude-moradia-e-favela/>

OECD (i), 2024. "Panorama da Educação - Brasil"

https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2024-country-notes_fab77ef0-en/brazil_eea51596-en.html

Open Editions Journal, 2021. "Não existe amor em SP: música, grafite e cultura juvenil nos protestos políticos no Brasil."

<https://journals.openedition.org/cidades/4447>

Pacto Pelas Juventudes, 2025. "Um chamado para a ação"

<https://www.pactopelasjuventudes.org/>

Panorama Mobile Time / Opinion Box, 2024. "Uso de apps no Brasil"

<https://www.mobiletime.com.br/pesquisas/>

People Powered, 2025. "Superando a exclusão digital: lições do processo nacional de planejamento participativo do Brasil"

<https://www.peoplepowered.org/news-content/bridging-the-digital-divide-lessons-from-brazils-national-participatory-planning-process>

Planalto (i), 2013. Lei nº 12.852

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

Planalto (ii) 2010. Lei nº 12.288

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Planalto (iii), 2003. Lei nº 10.639/2003

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

Planalto (iv), 2015. Lei nº 13.103

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13103.htm

Portal Amazônia, 2022. "Invisibilidade das pautas ribeirinhas nos discursos e debates políticos em tempo de eleição"

<https://portalamazonia.com/amazonia-ribeirinha/invisibilidade-das-pautas-ribeirinhas-nos-discursos-e-debates-politicos-em-tempo-de-eleicao/>

Prefeitura SP, 2025. "Centros de Referência LGBTI+"

https://prefeitura.sp.gov.br/web/lgbti/w/rede_de_atendimento/271098#:~:text=Os%20Centros%20de%20Refer%C3%Aancia%20LGBTI+,preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20enfrentamento%20da%20viol%C3%Aancia

Publika, 2022. "Quais são as preocupações políticas da juventude brasileira?"

<https://publika.skema.edu/eyes-political-preoccupations-brazilian-youths/>

Rede Nacional, 2024. Ceará Credi: "Programa de Microcrédito Produtivo busca oferece inclusão financeira para micro e pequenos negócios"

<https://redacaonacional.com.br/ceara-credi-programa-de-microcredito-produtivo-busca-oferece-inclusao-financeira-para-micro-e-pequenos-negocios/>

RedeTrans, 2025. "Registro nacional de mortes de pessoas trans no Brasil em 2024: das expectativas de morte ao olhar para a presença vibrante de estudantes trans na educação básica brasileira."

<https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/0501dc081b15481d87e859646a0b8a33/Vers%C3%A3o%20corrigida%202025.pdf>

Repórter Brasil, 2015. "Governo expulsa da floresta comunidades que mais preservam a floresta"

<https://reporterbrasil.org.br/2015/07/governo-expulsa-da-floresta-comunidades-que-mais-preservam-a-floresta/>

Reuters, 2020. "O Brasil exportou milhares de carregamentos de madeira não autorizada a partir do Porto da Amazônia."

<https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-lumber-exclusive-idUSKBN20R15X/>

Fundação Roberto Marinho, 2022. "Juventudes fora da escola: 73% dos jovens que estão fora da escola têm intenção de concluir a educação básica"

<https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/pesquisa-juventudes-fora-da-escola-73-dos-jovens-que-estao-fora-da>

RPS, 2023. "Revista do Serviço Público."

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/492>

Science, 2025. "O impacto da miscigenação na evolução e na saúde da população brasileira"

<https://www.science.org/doi/10.1126/science.adl3564#core-R1-1>

Sebrae, 2024. "Empreendedorismo Feminino - 4º Trimestre de 2023"

https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2024/08/2024-07-31-relatorio_empreendedorismo_feminino_202304.pdf

Secretaria de Articulação da Cidadania, Pará, 2021. "Usinas da paz"

<https://www.seac.pa.gov.br/content/usinas-da-paz>

Secretaria da Reparação, Bahia, 2022. "Centro Municipal de Referência LGBTQ+ Vida Bruno"

<https://reparacao.salvador.ba.gov.br/centro-municipal-de-referencia-lgbt-vida-bruno/>

SEMESP, 2022. "Centro Municipal de Referência LGBTQ+ Vida Bruno"

<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/09/pesquisa-semesp-1.pdf>

SSRN, 2024. "Desafios e perspectivas do ensino superior privado no Brasil."

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4975925

Statista, 2023. "Distribuição das start-ups de inteligência artificial no Brasil, em fevereiro de 2021."

<https://www.statista.com/statistics/1238979/ai-startups-regions-brazil/>

Time, 2023. "A insurreição no Brasil faz parte de uma crise mais ampla de confiança."

<https://time.com/6246475/brazil-insurrection-bolsonaro-disinformation/>

TSE, 2022. "TSE comemora marca histórica de jovens eleitores nas Eleições 2022."

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Maio/tse-comemora-marca-historica-de-jovens-eleitores-nas-eleicoes-2022>

Ubes, 2025. "A eleição presidencial realizada em 1984 ocorreu após a apresentação, no ano anterior, de uma proposta de um deputado da NUS para restabelecer a votação para a Presidência da República no Brasil."

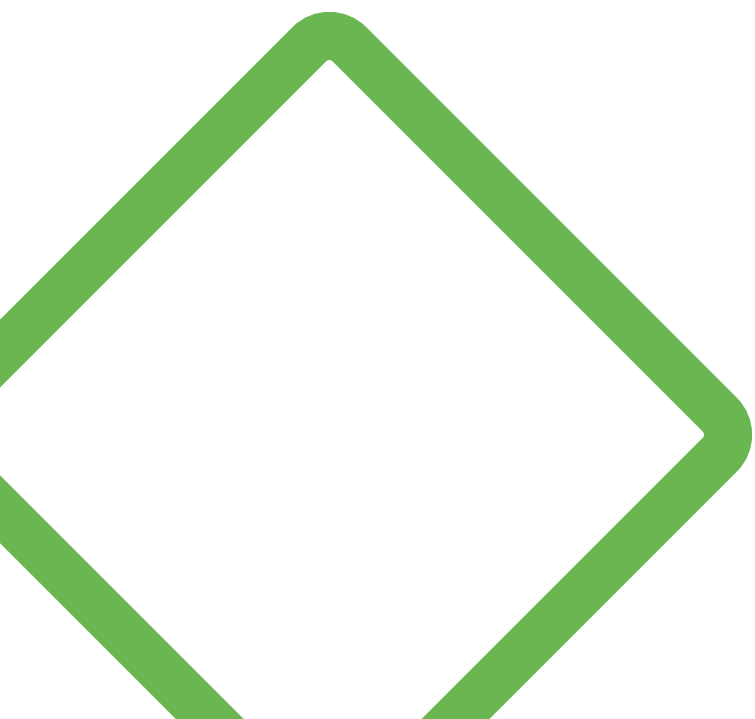
<https://www.ubes.org.br/2017/linha-do-tempo-das-diretas-ja/#:~:text=1985,presidido%20pelo%20vice%20Jos%C3%A9%20Sarney>

UFRN, 2024. "Transição demográfica no Nordeste do Brasil."

<https://www.ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/81206/transicao-demografica-no-nordeste#:~:text=Por%20causa%20da%20predomin%C3%A2ncia%20dos%20fluxos%20de,um%20local%20de%20expuls%C3%A3o%20de%20sua%20popula%C3%A7%C3%A3o.&text=Al%C3%A9m%20do%20aumento%20dos%20deslocamentos%20dentro%20da,pelas%20oportunidades%20ligadas%20ao%20agroneg%C3%B3cio%E2%80%9D%2C%20disse%20Victor.>

UNDP 2025. "O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado para enfatizar que as pessoas e suas capacidades devem ser o critério fundamental para avaliar o desenvolvimento de um país, e não apenas o crescimento econômico."

<https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>



Une, 2012. "Lei de Cotas, para promover a igualdade racial e social"

<https://www.une.org.br/2012/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/>

UNESCO, 2024. "Encontro interagencial do Youth 20: propostas e desafios para um futuro sustentável e inclusivo."

<https://www.unesco.org/en/articles/youth-20-interagency-meeting-brazil-proposals-and-challenges-sustainable-and-inclusive-future>

UNESP, 2021. "Educação ambiental em Salas Verdes no estado de São Paulo"

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b6894027-1c76-438e-aad7-99b573cd6bd1>

Unicef, 2023. "Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil."

[https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf.pdf)

UNIFESP, Maré de Ciência, 2025.

"O ano mais quente da história."

<https://maredeciencia.eco.br/wp-content/uploads/2024/12/Brasil-em-transformacao-1-2024-o-ano-mais-quente-da-historia.pdf>

UNIFESP (i), 2024. "Meio ambiente cresce como preocupação entre os jovens e atinge novo patamar."

<https://souciencia.unifesp.br/destaques/sociedade-fala/meio-ambiente-cresce-como-preocupacao-entre-os-jovens-e-atinge-novo-patamar#:~:text=A%20preocupa%C3%A7%C3%A3o%20com%20o%20meio,27%20anos%20de%20todo%20Brasil.>

UNIFESP (ii), 2024. 'Relatório da Unifesp analisa repressão aos bailes funk e seus impactos na juventude negra e periférica.'

<https://dci.unifesp.br/assessoria-de-imprensa-e-jornalismo/releases/relatorio-da-unifesp-analisa-repressao-aos-bailes-funk-e-seus-impactos-na-juventude-negra-e-periferica>

UNISINOS, 2019. "Quem são os 'idiotas úteis'?"

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/589273-quem-sao-os-idiotas-uteis>

USP (i), 2022. "Proporção de adultos brasileiros LGBTQIA+, características sociodemográficas e violência autorreferida."

<https://observatorio.fm.usp.br/entities/publication/4753caa2-c467-42c6-9404-ff2ff75eff11>

USP (ii), 2025. "Brasil poderá ter carência de 235 mil professores de educação básica até 2040"

<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-de-educacao-basica-ate-2040/>

World Bank Group, 2025. "O Banco Mundial no Brasil"

<https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>

Y20 Summit (i), 2024. 'Juventude construindo um mundo justo e um planeta sustentável'

https://y20brasil.org/pt_br/cupula-y20/





A SOS Education produziu a pesquisa Next Generation Brasil a pedido do British Council. A SOS Education é uma consultoria independente de pesquisa, dedicada à produção de estudos de mercado e ao desenvolvimento de soluções de políticas públicas fundamentadas em evidências em diversas áreas, incluindo educação e políticas para a juventude.

www.soseducation.co



O British Council é a organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais. Promovemos a paz e a prosperidade construindo laços, compreensão e confiança entre pessoas do Reino Unido e de diversos países. Atuamos diretamente com indivíduos para apoiá-los na aquisição de competências, confiança e conexões capazes de transformar suas vidas e, em parceria com o Reino Unido, moldar um mundo melhor. Oferecemos apoio a redes de colaboração, o intercâmbio de ideias criativas, o aprendizado da língua inglesa, o acesso a uma educação de qualidade e a obtenção de qualificações reconhecidas internacionalmente. A série Next Generation integra o compromisso do British Council de ampliar a voz e a participação da juventude. Seu objetivo é compreender as atitudes e aspirações dos jovens, amplificar suas vozes e apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, garantindo que sejam ouvidos e representados em impactos duradouros para suas vidas.

www.britishcouncil.org/research-insight

Créditos das fotos

Capa © FG Trade/istockphoto.com; página 9 © FG Trade/istockphoto.com; página 10 © FG Trade/istockphoto.com; página 13 © FG Trade/istockphoto.com; página 14 © FG Trade/istockphoto.com; página 17 © Joa_Souza/istockphoto.com; página 25 © MesquitaFMS/istockphoto.com; página 27 © FG Trade/istockphoto.com; página 29 © PabloFernandes/istockphoto.com; página 31 © peeterv/istockphoto.com; página 37 © PeopleImages/istockphoto.com; página 41 © Fearless on Four Wheels/istockphoto.com; página 43 © FG Trade/istockphoto.com; página 46 © FG Trade/istockphoto.com; página 48 © FG Trade/istockphoto.com; página 50 © FG Trade/istockphoto.com; página 57 © andreswd/istockphoto.com; página 63 © Rodolfo Santos/istockphoto.com; página 66 © Caíque de Abreu/istockphoto.com; página 73 © FG Trade/istockphoto.com; página 78 © CocoSan/istockphoto.com; página 84 © stockbusters/istockphoto.com; página 87 © Luzo Reis/istockphoto.com; página 90 © FG Trade/istockphoto.com; página 98 © FG Trade/istockphoto.com; página 103 © FG Trade/istockphoto.com; página 104 © Brasil2/istockphoto.com; página 106 © J Brarymi/istockphoto.com; página 111 © kitiwan mesinsom/istockphoto.com; página 113 © Erlon/istockphoto.com; página 114 © FG Trade/istockphoto.com; página 117 © FG Trade/istockphoto.com; página 119 © Parallaxis/istockphoto.com; página 123 © SeventyFour/istockphoto.com; página 129 © JLco - Julia Amaral/istockphoto.com; página 151 © FG Trade/istockphoto.com

© British Council 2025